

abehache

Revista da Associação Brasileira de Hispanistas

2^o 2012
1^o semestre

Endereço eletrônico: revista.abh@gmail.com

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

abehache: revista da Associação Brasileira de Hispanistas – v. 1, n. 1 (2011) -
. – São Paulo: ABH, 2011-.

Semestral.

Versão eletrônica.

ISSN 2238-3026

1. Língua espanhola. 2. Literatura espanhola. 3. Literatura hispano-
americana. 4. Países de língua espanhola – cultura e história. I. Associação
Brasileira de Hispanistas.

CDD 460

860



abehache

Revista da Associação Brasileira de Hispanistas
ano 2 - nº 2 - 1º semestre 2012

Diretoria da ABH (2010-2012)

Presidente: Adrián Pablo Fanjul (USP)

Vice-presidente: Xoán Carlos Lagares Diez (UFF)

Secretária: Fernanda Castelano Rodrigues (UFSCar)

Segundo Secretário: Ivan Rodrigues Martin (UNIFESP)

Tesoureira: Rosa Yokota (UFSCar)

Segunda Tesoureira: Margareth dos Santos (USP)

Conselho Editorial

| | |
|---------------------------|---|
| Ana Maria Camblong | Univ. Nacional de Misiones, Argentina |
| Azucena Palacios | U. Autónoma de Madrid, Espanha |
| Bernard Sicot | Université Paris X – Nanterre, França |
| Elisa Amorim | UFMG, Brasil |
| Enrique Foffani | Univ. Nacional de Rosario, Argentina |
| Heloísa Pezza Cintrão | USP, Brasil |
| Jens Andermann | Birkbeck College, Univ. of London, RU |
| Jorge Diaz Cintas | Imperial College London, Reino Unido |
| José Carlos Sebe Meihy | USP, Brasil |
| José Ribamar Bessa Freire | UERJ / UNIRIO, Brasil |
| Julio Pimentel Pinto | USP, Brasil |
| Julio Rodríguez Puértolas | U. Autónoma de Madrid, Espanha |
| María Elena Placencia | Birkbeck, University of London, Reino Unido |
| Mirta Groppi | USP, Brasil |
| Oscar Diaz Fouces | Universidad de Vigo, Espanha |
| Pablo Rocca | Univ. de la República, Uruguai |
| Pablo Vila | University of Temple, EUA |
| Patricia Willson | El Colegio de México, México |
| Raquel Macchiucci | Univ. Nac. de La Plata, Argentina |
| Silvia Cárcamo de Arcuri | UFRJ, Brasil |
| Silvina Montrul | Univ. de Illinois, EUA |
| Susana Romano Sued | Univ. Nacional de Córdoba, Argentina |
| Susana Zanetti | Univ. Nac. de La Plata / UBA, Argentina |
| Vera Sant'Anna | UERJ, Brasil |
| Virginia Unamuno | Conicet, Argentina |
| Viviana Gelado | UFF, Brasil |
| Walter Carlos Costa | UFSC, Brasil |

Comissão Editorial

Ana Cecilia Olmos (USP)
Angélica Karim Garcia Simão (UNESP / SJRP)
Ivan Rodrigues Martin (UNIFESP)
Leticia Rebollo Couto (UFRJ)
María Teresa Celada (USP)
Mario M. González (Coordenador) (USP)
Pablo Gasparini (USP)
Paulo Antônio Pinheiro Corrêa (UFF)
Xoán Carlos Lagares Diez (UFF)

Revisão: Leticia Carniello

Revisão de abstracts: Daniela Ioná Brianezzi

Edição eletrônica: Helena Rodrigues

Sumário

| | |
|-----------------------------------|---|
| Apresentação / Presentación | 7 |
|-----------------------------------|---|

Dossiê: Fronteiras/Fronteras

- Experiencias de confines, contactos y mestizajes 13
Ana María Camblong
- Fronteras de la lengua madre 21
Gina Saraceni
- El “Misterio” de las lenguas criollas españolas (Le “mystère” des créoles espagnols – Traducción de Rodrigo Valdés Ferreira e Leticia Rebollo Couto) 39
Robert Chaudenson
- Bilingüismo, identidade e poesía (a partir das traducións do poema “Dues Lhéguas”, de Amadeu Ferreira) 65
Consuelo Alfaro e José Bessa Freire
- La interculturalidad y la farsa del bilingüismo 89
Bartomeu Melià
- Max Aub y sus editores en francés. Estrategias editoriales aubianas allende las fronteras del español 95
Federico Gerhardt
- La renovación de la literatura de frontera en *Calafate*, de Enrique Valdés 109
Raquel Arias Careaga
- Una frontera lingüística en las lenguas románicas: La pérdida de f- latina en castellano 127
Francisco Javier Calvo del Olmo
- Fronteras en ninguna parte 143
Maria Eugenia Bancescu

Entrevistas

- Com o poeta brasileiro Douglas Diegues 159
- Com o linguista dominicano Juan Valdez 167
- A Bartolomeu Melià, por Julio Ramos 175

Varia

- Modelo y referencia en la enseñanza y aprendizaje de E/LE 207
María del Pilar Roca
- A língua espanhola e a linguística aplicada no Brasil 225
Marcia Paraquett
- Um estudo de política de língua no ciberespaço: Abordagens para significar e ensinar línguas 241
Julio Machado
- Amor e morte: a vida urgente de Soledad Rosas 259
Vera Chalmers

Resenhas

- Alfredo Cordiviola: *O império dos antagonismos* 271
Laura Hosiasson
- Raquel Macchiucci y María Teresa Pochat (Dir.): *Entre la memoria propia y la ajena. Tendencias y debates en la narrativa española actual* 275
Silvia Cárcamo
- Domingo Aguilera Jiménez y José María Rodrigues: *Diccionario Trilingüe del MERCOSUR* 279
María Luisa Ortiz Álvarez
- Laura J. Hosiasson: *Nação e Imaginação na Guerra do Pacífico* 283
Julio Pimentel
- Documentário *Entre Línguas* (2009) 287
Marcos Bagno

Informações / Informaciones

- **Evento:** Encuentro Internacional de Poesía Hispanoamericana “La poesía como lengua franca” 291

Quarta capa

- Poema XIV de *dibaxu*, de Juan Gelman. Tradutor: Antón Míguez 293

Apresentação

O *dossiê* deste segundo número de nossa revista propõe-se a repensar a noção de fronteira e, ao lado dela, a das territorialidades que sua dinâmica põe e joga. Foram muitas e variadas as contribuições, desde reflexões sobre os fenômenos de sobreposição e conflito de identidades culturais e linguísticas, a debates correlatos que supõem a revisão dos paradigmas habituais de conhecimento. Possivelmente, como abordar teórica e institucionalmente as realidades fronteiriças, realidades essas que fogem à mera redução dos fenômenos a lógicas preestabelecidas, seja um dos vetores que atravessam grande parte das contribuições recebidas. Falar de fronteiras na América Latina e na Espanha pressupõe também considerar problemáticas historicamente relegadas. Neste sentido, uma parte dos artigos e das entrevistas referem-se, central ou lateralmente, à experiência de vida em regiões habitadas pela língua guarani, pelo português e pelo castelhano, espaços que desafiam os consensos tranquilizadores a respeito da aparente simetria do diálogo intercultural e que exigem novos marcos conceituais, marcos que escapem tanto à mera defesa neo-paternalista do marginal, como à estetização trivial do fronteiriço. Em alguns momentos, vemos levantar-se uma voz política, como se falar de espaços heterogêneos não supusesse somente contestar as demarcações instituídas do saber, mas também a posição discursiva dos atores no debate. Por outro lado, a literatura, considerada em seus aspectos linguísticos, representacionais e institucionais (e ainda em seu constante diálogo com a prática da tradução) mostra-se especialmente rica para intervir em um tema que, talvez, devido à natureza intrinsecamente díscola do discurso literário, explorou desde sempre.

Integram este número três entrevistas fortemente relacionadas com os artigos do *dossiê*. “La descolonización del saber”, realizada por Julio Ramos a Bartomeu Melià, que repensa as relações de legitimação simbólica entre a cultura dos povos guaranis e os ordenamentos territoriais estabelecidos pelos estados nacionais. A entrevista com Douglas Diegues, poeta em “portunhol selvagem”, que transparece um projeto de dessujeição no tocante aos gestos que firmam a consolidação de certas normas linguístico-literárias duras e taxativas. E, finalmente, a entrevista com o dominicano Juan Valdez, que nos traslada aos embates políticos e históricos da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, considerada principalmente a partir das relações entre as línguas que habitam essa delimitação.

Como é de praxe em nossa revista, completa este número a seção *Varia* com artigos relacionados a temas atuais dos estudos hispânicos e uma série de resenhas de publicações recentes que concernem à área. Finalmente, a tradução para o português de um dos poemas de *dibaxu*, coleção de poemas de Gelman escrito em sefardi, ilustra novamente a poética que evoca a experiência do estar “entre” diferentes imaginários linguísticos e culturais.

Comissão Editorial

Presentación

El *dossier* de este segundo número de nuestra revista propone repensar la noción de frontera y junto a ella las territorialidades que pone en juego su dinámica. Los aportes han sido muchos y variados y van desde reflexiones sobre los fenómenos de superposición y conflicto de identidades culturales y lingüísticas, a debates correlatos que suponen la revisión de los paradigmas habituales de conocimiento. Quizás cómo dar cuenta teórica e institucionalmente de realidades fronterizas, realidades que escapan a la mera reducción de los fenómenos a lógicas pre-establecidas, sea uno de los vectores que recorren gran parte de los aportes recibidos. Hablar de fronteras en Latinoamérica y en España supone también la consideración de problemáticas históricamente relegadas. En este sentido, parte de los artículos y de las entrevistas, se refieren central o lateralmente a la experiencia de vida en zonas habitadas por la lengua guaraní, el portugués y el castellano, espacios que desafían los consensos tranquilizadores sobre la aparente simetría del diálogo intercultural y que exigen nuevos marcos conceptuales, marcos que escapen tanto a la mera defensa neo-paternalista de lo marginal como a la estetización trivial de lo fronterizo. En ocasiones se erige en algunos aportes una voz política, como si hablar de espacios heterogéneos no supusiera tan sólo la impugnación de las demarcaciones instituidas del saber sino también la posición discursiva de los actores en el debate. Por otro lado, la literatura sea ya considerada en sus aspectos lingüísticos, representacionales e institucionales (y aún en su asiduo diálogo con la práctica de la traducción) se muestra especialmente rica para intervenir en un tema que, debido quizás a la naturaleza intrínsecamente díscola del discurso literario, ha explorado desde siempre.

Acompañan a este número tres entrevistas fuertemente emparentadas con los artículos del dossier. “La descolonización del saber”, realizada por Julio Ramos a Bartomeu Melià, repiensa las relaciones de legitimación simbólica entre la cultura de los pueblos guaraníes y los ordenamientos territoriales dispuestos por los estados nacionales. Por su parte, la entrevista a Douglas Diegues, poeta en “portunhol selvagem”, transparenta un proyecto de desujeción con respecto a los gestos que hacen a la consolidación de ciertos órdenes literario-lingüísticos, duros y taxativos. La entrevista al dominicano Juan Valdez, finalmente, nos traslada a los embates políticos e históricos de la frontera entre Haití y República Dominicana, considerada principalmente a partir de las relaciones entre las lenguas que habitan esa delimitación.

Como es habitual en nuestra revista, completa este número la sección *Varia* con artículos relacionados a temas actuales en los estudios hispánicos y una serie de reseñas de publicaciones recientes y atinentes al área. Finalmente, la traducción al portugués de uno de los poemas de *dibaxu*, poemario de Gelman escrito en sefardí, ilustra nuevamente la poética que sugiere la vivencia del estar “entre” diferentes imaginarios lingüísticos y culturales.

Comisión Editorial



Dossiê
Fronteiras/Fronteras

Experiencias de confines, contactos y mestizajes

Ana Camblong¹

Resumen: Se plantea la dinámica de “experiencias” volcadas en relatos cotidianos en zonas fronterizas. La frontera exige una reflexión sobre la vigencia de límites geopolíticos consolidados por la modernidad, plasmados en lo que se denomina “experiencias de confines”. En tales experiencias de carácter paradójico, convergen constelaciones de contactos, dispersos, efímeros y aleatorios, inmersas en un continuo histórico de mestizajes afianzados y mixturas abiertas a la contingencia. Finalmente, se propone la conversación portadora de esos relatos orales como dispositivo básico para la alfabetización inicial en zonas rurales fronterizas.

Palabras clave: Experiencias, fronteras, mestizajes, alfabetización

Abstract: Abstract: We set forth the dynamics of “experiences” which happened in every day life stories in border areas. The border requires a reflection about the validity of geopolitical boundaries consolidated by modernity, molded in what is called “confines experiences”.

In such paradoxical experiences a constellation of spread, ephemeral and random contacts converge, immersed in a historical continuum of consolidated racial mixtures and mixtures open to the contingency. Finally, we propose the conversation which carries these oral stories as basis for initial literacy in rural border areas.

Key words: experiences, border, miscegenation, literacy.

1 Profesora Doctora de la Universidad Nacional de Misiones. El presente texto fue leído en la mesa redonda “Identidades nacionais e contato na América Latina”, de la 1ª Jornada Hispanismo(s): Limites Incertos, que la Associação Brasileira de Hispanistas (ABH) organizó en São Paulo, el 11 de junio de 2011.

1. Vestigios modernos

El proyecto moderno ha sido un constructor titánico y compulsivo de industrias económicas, culturales, filosóficas y políticas cuyas maquinarias han regido nuestras vidas con “obstinado rigor” hasta imponer la inapelable consigna “orden y progreso”. Esta empresa ha demostrado con creces su capacidad productiva, acumulativa e imperial al tiempo que operaba con eficientes procedimientos explotadores, bélicos e invasores. Se podría afirmar que logró conseguir casi todo lo que se propuso, excepto lo concerniente al orden, columna vertebral que sostenía la arquitectura principal de la ingeniería moderna. Sus tremendos esfuerzos disciplinares estableciendo límites “claros y distintos”, reglas racionales y definiciones universales, han desembocado en una desconocida aporía que se ha dado en llamar posmodernismo. Esta nueva era atribulada por sus desquicios, conmueve los postulados básicos del orden buscado por los proyectos modernos. No obstante procuraremos auscultar en los tiempos que corren, algunas configuraciones que perfilan una continuidad resquebrajada, en plena transformación y con visos de permanencia desapareja.

En este sentido resulta atinado registrar la insistencia con que los discursos filosóficos y críticos europeos vienen anunciando que los procesos socio-históricos del siglo anterior, con sus rutinas urbanas, burocráticas, competitivas y sus devastadoras conflagraciones mundiales, nos han despojado de la posibilidad de vivir experiencias, de “experimentar experiencias” si vale la redundancia. Para ilustrar estas advertencias tomo una muestra representativa:

En la actualidad, cualquier discurso sobre la experiencia debe partir de la constatación de que ya no es algo realizable. Pues así como fue privado de su biografía, al hombre contemporáneo se le ha expropiado su experiencia: más bien la incapacidad de tener y transmitir experiencias quizás sea uno de los pocos datos ciertos de que dispone sobre sí mismo (AGAMBEN 2004: 7).

Acuso recibo de la sentencia meridional y cumplo en disentir aduciendo mi propia estancia en otro mundo posible. No entro en debate, ni apelo a otros fueros porque los alcances jurídicos y filosóficos de semejante dictamen resultan inocuos para mi jurisdicción latinoamericana en un país ubicado en el extremo sur-del-sur. He aquí que mi argumentación acude a coordenadas cardinales, investidas de valoraciones históricas consolidadas y a la inscripción de pertenencia a un lugar del mapamundi que responde a la cartografía legitimada por la modernidad. Nos hallamos entonces, comprendidos por los restos del orden moderno cuyos escombros persisten en el trazado limítrofe de los estados nacionales. Es cierto que las necesidades de consumo, de mercados financieros y de globalidad tecnológica embisten con pertinaz insistencia sobre los límites nacionales y propician la conformación de grandes bloques. De ahí

que nuestra estrategia de supervivencia encuentra en el MERCOSUR una propuesta válida, complicada pero inteligente, dificultosa pero eficaz. Sin embargo, los estados nacionales en conjuntos o separados, esgrimen sus respectivas soberanías y preservan sus símbolos, sus lenguas y sus confines territoriales como trofeos del patrimonio valioso, digno de defensa y cuidado.

Retomo el correlato entre nuestra estancia latinoamericana y la reivindicación del derecho a la experiencia, por ende al relato y a la memoria comunitaria diferente. Esto requiere al menos algunas formulaciones básicas. En primer lugar, habrá que aceptar que mi enunciación emerge en “otro mundo”, quizá en el *finis terrae*, ubicación que la desubica y la sustrae del diagnóstico etnocéntrico del “primer mundo”. En segundo lugar, resulta sensato comprender que los límites estipulados por los estados nacionales no quedan restringidos a los trazos geográficos del mapeo moderno, sino que traman sus efectos semióticos primarios en la existencia de cada habitante de este suelo parcelado, mensurado, distribuido y valorizado. Poca gente escapa a la inscripción primigenia de su nacimiento inserto y condicionado por los confines de su casa, de su barrio, de su ciudad, de su provincia o del país de pertenencia. En tercer término, encuentro que nuestras existencias latinoamericanas transitan experiencias tangibles, incorporadas a nuestras memorias y puestas en infinitos relatos. Relatos en vigencia, en usos prácticos y ajustados a una memoria en “carne viva”, como dice la frase coloquial, tanto porque remite a la vida cuanto a las trágicas heridas de nuestras historias. Digo también que dichas experiencias se exacerban, se vuelven perceptibles con mayor nitidez en los bordes fronterizos. Experimentar la frontera, nos hace saber por mera “experiencia propia” que atravesamos confines y a la vez, sabemos que los confines nos atraviesan el cuerpo, el imaginario y el ajetreo de costumbres que modelan la vida misma.

2. Experiencias del borde

Dicho esto y con la experiencia en ristre, por una parte, tomo de la tradición pragmática la pertinencia teórica y filosófica de la noción de “experiencia” para comprender nuestras idiosincrasias, y por otra, adopto una definición de experiencia que anuda sus complicados componentes semióticos inmersa en las dinámicas de la vida práctica. Sospecho que estas precisiones devienen imprecisas a fuerza de tanta abstracción, pero vayamos a un ejemplo simple para tener una idea aproximada del planteo. Un habitante de la frontera toma su documento en el que se define su nacionalidad, pasa a diario o esporádicamente por la aduana, hace el trámite, pasa el puente, la balsa o el camino si es frontera seca y se ubica “del otro lado”. Cambia el dinero, cambia de idioma, compra o vende, visita parientes o amigos, luego vuelve a su casa, repite el trámite aduanero y pone en rotación signos, lengua, moneda y paisaje.

Ahora bien, este ritual supone una liturgia de desplazamientos, poses corporales, gestualidad, discursos en danza, comidas y bebidas, olores, ritmos, tiempos, etc. Mi exiguo relato ha puesto en discurso “experiencias” que forman parte constitutiva de la vida cotidiana del habitante fronterizo. El control ejercido por la soberanía del estado nacional no es una entelequia que tendrá que aprender en los libros o en una situación excepcional, sino que lo conoce por experiencia desde la infancia y a lo largo de toda su vida. Por lo tanto, la “experiencia de los confines” nacionales se encarna en la práctica diaria y su relieve semiótico circula en la conversación más común que se pueda pedir. A propósito de su particularidad, acotemos que lo que denominamos “experiencia de los confines” en zonas fronterizas tiene la paradójica característica de instalarse con determinaciones fuertes que generan tensiones y crispaciones diversas, y en simultáneo produce un acostumbamiento que altera esas determinaciones, relaja sus efectos y mezcla las diferencias.

Para cerrar esta primera aproximación, sintetizamos lo siguiente: 1) entre los legados modernos recibidos, las fronteras nacionales guardan plena vigencia; 2) nuestro mundo latinoamericano no ha perdido la experiencia en la modernidad, ni la capacidad de narrar su memoria en la vida práctica; 3) las experiencias de los confines en zonas fronterizas de las naciones se definen por su carácter paradójico.

Tratemos ahora de concentrar la atención en el concepto “experiencia”. Como se sabe la tradición filosófica posee un archivo copioso de definiciones y diferentes interpretaciones de esta noción. Sin dar cuenta de la diversidad sobre el tema, aquí tan sólo haremos algunas consideraciones que rápidamente habiliten la comprensión de lo que intentamos compartir. Para esta comunicación bastaría con indicar que la experiencia anida su pluralidad concurrente en los hábitos, soportes del pensamiento, la vida práctica y los aprendizajes. Para ejemplificar con sencillez este criterio, acudimos a la cantera de frases hechas; cuando se dice “tiene mucha experiencia en esto”, el fraseo coloquial refiere directamente a los resultados obtenidos por la regularidad habitual de prácticas semióticas establecidas. A la inversa, cuando se exclama: “fue una experiencia única”, obtenemos la contra-cara semántica que nos ayuda a interpretar la experiencia referida a lo singular con su sentido recortado sobre el horizonte habitual. Ambas dimensiones son válidas y ponen en escena el principio de continuidad en lo habitual escandido por las discontinuidades inmersas en dicho flujo de base. Las experiencias se caracterizan por afectar y ser afectadas por las experiencias anteriores (el pasado, lo aprendido, lo acostumbrado) y en esa misma dinámica incesante, impulsa su proyección hacia el futuro, monitorea la potencia y la virtualidad de lo posible. Cabe aclarar que la experiencia remite a lo comunitario (costumbres compartidas) y a lo individual (acontecer y accionar de cada uno, de cada cuerpo, de cada historia). Lo colectivo y lo particular ensamblan sus articulaciones en continuidad constante.

Por otro lado, habría que tomar nota de las experiencias en tanto soportes de los sellos nacionales que la modernidad nos legó. Sea por acatamiento, por rebeldía, por pasiones, por legitimación o estigma, en este tercer mundo se experimenta la nacionalidad como emblema y como problema, es decir constituye una impronta semiótica profundamente significativa en las interacciones protagonizadas por los habitantes latinoamericanos. Valen estas afirmaciones para un paneo abarcador del sur del continente, pero acotamos el enfoque a los intercambios en los bordes de las fronteras internacionales. No intentamos postular una ley, ni una caracterización universal de los procesos fronterizos, sino más bien una reflexión semiótica acerca de nuestro propio hábitat que bien podrá utilizarse en otros contextos.

Así pues, denominamos “experiencias de confines” a los efectos emergentes de las prácticas semióticas cotidianas en las que se exasperan roces, prejuicios y relieves simbólicos provocados por las diferencias históricas y políticas. La memoria colectiva e individual de los bordes guarda y procesa un arsenal semiótico de chistes, de apelativos, de argumentaciones en pugna, de narrativas históricas, episódicas y legendarias producto de las fricciones propias de la frontera. En la frontera las diferencias sustentan miríadas de contactos que aparecen y desaparecen como relámpagos, contactos que pululan fugaces en las miradas, en los acentos, en los tonos, en la pronunciación, en las distancias, en las pieles y los peinados, en las ropas y en los zapatos, en las poses y en los gestos. Para que hablemos de contactos se supone que hay límites y diferencias. Las “experiencias de contactos” configuran constelaciones plurales, móviles y cambiantes, articuladas con lo que hemos denominado “experiencias de confines”. En una analogía con la música, podríamos metaforizar aduciendo que sobre la base de un bajo continuo – “experiencias de confines” – los contactos proliferan y se diseminan como la floritura de notas en fuga. Los contactos efímeros, discontinuos, evanescentes, difíciles de describir, pero no por ello menos perceptibles y sensibles a las experiencias fronterizas, conllevan pregnancias de significaciones y sentidos incorporados a la memoria en dilatados aprendizajes.

Pero seamos cautos, cuando hablamos de “experiencias de confines y contactos” retomamos la interpretación más tradicional de las modelizaciones geopolíticas de las culturas modernas nacionales, cuya impronta ideológica priorizó las diferencias en nombre del resguardo de la identidad. Por ejemplo, en el campo lingüístico, traemos a colación el deslinde taxativo de idiomas concebidos como conjuntos puros y estables. Aun en las teorías más flexibles, los contactos lingüísticos se registran en elencos de lo que se ha denominado “interferencias” de un sistema en otro. El entrecruzamiento fronterizo ha permanecido rigurosamente vigilado con miras a preservar la diferencia de las lenguas; la represión y los estigmas han marcado con singular dureza el habla

de los habitantes de frontera siempre avergonzados de sus mixturas difíciles de “corregir”. Es notable el pudor vitalicio que centellea en los discursos de estos hablantes, quienes desde su infancia han permanecido condenados por la voz escolar que les decía “no habla ni portugués ni castellano”, o bien le señalaban “habla castellano con interferencias del guaraní” y así otros tantos diagnósticos que desembocan en los proyectos de “escuelas bilingües” para que “aprendan bien una y otra lengua.”. Este designio moderno que aun perdura, está condenado al fracaso en el universo de frontera cuya memoria actualizada encarna los avatares del mestizaje.

3. Injerencias mestizas

Nuestro análisis intenta pues, por un lado, dar cuenta de la vigencia de las huellas modernas basadas en el principio de identidad para el registro de las experiencias de confines y contactos, pero por otra parte, necesitamos recavar las experiencias de extensos procesos de mestizajes. ¿Qué significa esto? Significa que las discontinuidades diseñadas por la era moderna no han logrado neutralizar, ni abolir el vigor de las mezclas de etnias, de lenguas y de prácticas semióticas de toda índole libradas al movimiento continuo de la interacción sociocultural. El proceso de fusiones y mixturas erráticas e incontrolables, constituye esa continuidad, esa semiosis infinita denominada mestizaje. Así como las zonas fronterizas intensifican las experiencias de confines y contactos, con igual o mayor intensidad evidencian las imprevisibles alquimias del mestizaje.

Si alguna experiencia logra relieve en los bordes limítrofes, esa experiencia encarna las mixturas más raras y extrañas para la mirada de los que no pertenecen al universo fronterizo. En las semiosferas (LOTMAN, 1996) de los bordes se experimenta con habitual familiaridad mezclas, ensambles, combinaciones, montajes, amalgamas, deslizamientos, encastres, armados y desarmados, transformaciones oscilantes e infinitos modos de la fusión. Una dinámica fuertemente marcada por la contingencia, por los encuentros y desencuentros aleatorios; una potencia abierta a lo plural y heterogéneo que gesta continuidades inacabadas, lanzadas al impulso de otras alternativas; un proceso irresuelto, en marcha, liberado de normas afianzadas y de los postulados más consolidados de la razón. Esto no implica caracterizar los procesos de mestizaje como irracionales, incorrectos e ilegítimos, por el contrario se trata de interpretar una lógica pragmática que ha sido excluida, estigmatizada y reprimida, precisamente a partir de concepciones racionalistas sustentadas por los principios de la lógica formal de cuño aristotélico cuyos ordenamientos binarios han dominado la cultura moderna.

Las lógicas del mestizaje perturban y desmantelan el principio de identidad, por ende sus correlatos de “no contradicción” y “tercero excluso”. Cuando hablamos de mestizaje pensamos en un continuo consistente que arremete a fuerza de acción contra distinciones y deslindes, que vulnera identidades e instala contradicciones y contrarios en perpetua vigencia simultánea. Los procesos mestizos devienen continuos paradójicos que afectan el orden racional y desatan la potencia del todo-vale. Las formas coloquiales mestizas lo nombran así: el argentino estándar dice “la mescolanza”, el lunfardo, “la menesunda” y nuestro acerbo guaranítico dice “el mboyeré”. Estas nominaciones apuntan a la mezcla sin condiciones. La toda-posibilidad abre mundo, no sólo incluye lo tercero, sino que este proceso mismo resulta un tercero impertinente, un acontecer anormal o fuera de la norma, un flujo “fuera de serie” diría el lenguaje común, porque no responde a los cánones ordenadores de la racionalidad occidental.

Estimo que la semiosis mestiza no es una excepción que confirma la ley, la regla o la norma, sino un proceso-otro inestable y cambiante que se desentiende de regímenes en uso, que altera lo establecido por arrollamiento de su desparpajo fáctico, por el ímpetu de sus impulsos transgresivos y desproporcionados. Su corriente inasible y su anarquía desafiante, “muy suelta de cuerpo” se podría opinar, convocan a la represión, al prejuicio, al estigma y por qué no, a la inexistencia. El poder ignora el flujo mestizo, no lo comprende, ni lo acepta, más bien lo desvaloriza, lo vuelve transparente y lo “desvanece en el aire”. Las instituciones desde la Academia hasta la escuela primaria, pasando por el andamiaje gubernamental no pueden dar cuenta, ni pueden hacerse cargo de los procesos mestizos en sus estados de transición y de tránsito. La mixtura en movimiento hasta tanto no devenga en norma reglada, permanece indeterminada e irresuelta. Pero también se reitera y se regulariza en configuraciones habituales que permanecen al margen de la legitimación de los sistemas.

¿Y dónde se cobija este continuo de experiencias mestizas? Pues en el transcurso de la vida práctica: en la calle, en el mercado, en comercios y oficinas, en la mesa familiar, en la conversación cotidiana, en los chismes y en los chistes, en la queja y en el relato. Estas experiencias mestizas se refugian en las entrañas del ajetreo práctico, ese acontecer “humano, demasiado humano” en el que se amasa una dimensión semiótica constitutiva. Nuestros relatos, nuestras biografías y autobiografías narran con infatigable pasión, una y otra vez nuestra historia tramada por experiencias de confines, contactos y mestizajes. Y aquí volvemos a la cita de Agamben para contrastarla con nuestras propias experiencias. Nosotros, los de aquí nomás, nos pasamos la vida relatando nuestras experiencias y narramos historias familiares, vecinales, oníricas, míticas, políticas y mediáticas. Los “cuentos” son el pan nuestro de cada día, “no me

vengan con cuentos” dice la admonición popular y nosotros la tomamos como un testimonio fehaciente de la vigencia del relato en nuestra cultura. Los relatos saben cómo incorporar nuestras experiencias del borde plagadas de apelaciones a “los del otro lado”, entrelazadas con afectos antiguos y prejuicios siempre renovados; los relatos hacen vibrar los contactos con sutiles toques de estilo y de variaciones disipadas; en fin, los relatos abrevan en fuentes mestizas que operan con lo propio y lo ajeno, lo local, lo extranjero y global, lo vecinal, nacional e internacional, en rigor nada de lo mestizo nos resulta extraño, todo mestizaje nos concierne y nos atañe.

Finalmente, si esto es así, entonces nuestras investigaciones orientadas a la búsqueda de una propuesta de alfabetización inicial para las zonas rurales y de frontera encuentran en la conversación con los niños y en la escucha atenta de los relatos espontáneos de los niños, un dispositivo semiótico vertebral para inaugurar los procesos alfabetizadores. Las experiencias que constituyen su acerbo y organizan el mundo-niño se plasman en sus temas, modos, léxico y estrategias de conversación y relato. Escuchar su narrativa implica acceder a sus experiencias cotidianas, a su memoria y a su imaginario. La “continuidad experiencial” recomendada por Dewey para cualquier aprendizaje, alcanza relieves notables en la iniciación escolar.

La oralidad infantil trae al ámbito escolar ese relato portador de experiencias familiares y vecinales que atestiguan con frescura y genuina consistencia la semiosis mestiza de los habitantes de frontera. En estos mismos testimonios afloran las experiencias de confines y constelaciones de contactos, no obstante, es en el “encuentro desencontrado” con el discurso escolar (lengua oficial y mandatos nacionales) donde emergen los chisporroteos experienciales que aquí hemos tratado. Las experiencias de confines nacionales entran en contradicción y lucha con las experiencias de mestizajes, al tiempo que los contactos multiformes y proliferantes atosigan los protocolos semióticos de la escolaridad. Aprender a leer y escribir en tales contextos supone, qué duda cabe, experiencias difíciles de transitar tanto para los niños como para los docentes. Pero aun así, nosotros no renegamos de nuestras experiencias, ni creemos haberlas perdido, “todavía cantamos” dice el poeta, y “contamos el cuento” con mucho gusto.

Referencias bibliográficas

AGAMBEN, G. *Infancia e historia*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2004.

DEWEY, J. *Experiencia y educación*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2004.

LOTMAN, I. *La semiosfera L. Semiótica de la cultura y del texto*. Madrid: Cátedra, 1996.

Fronteras de la lengua madre

Gina Saraceni¹

Resumen: Este trabajo se propone reflexionar sobre la relación entre memoria y lengua a partir de la idea de que el pasado tiene una dimensión sonora relacionada con la lengua en que es vivida determinada experiencia. Cómo suena la memoria de los sujetos bilingües o multilingües y cómo la literatura representa esa frontera difusa donde la lengua madre y las lenguas adquiridas negocian un espacio y una voz son las preguntas que aquí se rastrean. Algunas escenas "entre-lenguas" de las obras de la venezolana Mária Russotto y de la argentina Sylvia Molloy constituyen un espacio donde es posible revisar cómo la literatura se hace cargo de las herencias lingüísticas y culturales.

Palabras clave: Memoria, pasado, lengua madre, pertenencia, herencia, literatura.

Abstract: This paper presents a reflection about the relationship between memory and language, based on the idea that the past has a sound dimension that is linked to the language in which a particular experience is lived. The questions explored here are how the memory of bilingual or multilingual subjects "sounds" and how literature represents this diffuse edge where mother tongue and acquired languages negotiate a space and a voice. Some scenes "between-languages" in the texts of Venezuelan, Mária Russotto, and Argentinian, Sylvia Molloy, offer instances in which it is possible to examine how literature conceptualizes linguistics and cultural heritages.

Key Words: Memory, the past, mother tongue, rootedness, heritage, literature.

1.

La memoria es una cuestión de oído. No se puede recordar sino dentro de una lengua y la memoria es el modo como esa lengua suena. Esta representa

1 Universidad Simón Bolívar-Caracas-Venezuela. E-mail: marea132000@yahoo.com.

entonces la zona más íntima de la memoria, el lugar donde el pasado adquiere una forma sonora y se vuelve efecto y afecto de una voz. Recordar es un sonido que se escucha, una materia verbal que la memoria solicita para que el rumor del pasado se despliegue.

La lengua madre es la primera memoria, en ella se hace audible aquello que de la identidad es puro sonido porque allí donde la madre suena, la pertenencia es una posibilidad sonora, un hecho de voz, una afectividad de la lengua.

Todo pasado está determinado por una lengua que lo hace en la medida en que lo dice. Esa lengua que es el pasado es también su posibilidad de existencia. Es el reconocimiento de una voz lo que conduce al sujeto a reaccionar ante ese llamado que es siempre y sólo una cuestión de oído que interpela su intimidad más entrañable.

¿Cómo habla la memoria cuando está hecha y dicha por más de una lengua; cuando lo más propio de ella está fracturado en la madre, en esa sonoridad compacta y singular que nos es dada desde el "origen"? ¿Cómo suena el pasado cuando está determinado por un entre-lugar lingüístico que quiebra la pertenencia o hace de la pertenencia un lugar sin sosiego?

Sobre esta condición intersticial fundada en la concomitancia y simultaneidad en un sujeto de más de una lengua, el escritor franco-argentino Héctor Bianciotti dice:

(...) cada lengua nos induce a mentir porque excluye una parte de nosotros, excluye una parte de los hechos, de nosotros mismos; pero en la mentira hay una afirmación y es una manera de ser en otro momento; muchas lenguas que conviven al mismo tiempo nos niegan, nos fragmentan, nos diseminan en nosotros mismos (en AMATI MEHLER, 1990: 247).

Este argumento señala una relación estrecha entre lengua y experiencia al mostrar en qué medida hablar y recordar son actos atravesados por un idioma que determina una forma específica de sentir lo que acontece, anclada en la lengua en que ocurrió tal experiencia, de suerte que esta es memorable a partir de su especificidad lingüística. De esto se desprende que la memoria es también la lengua en que el pasado sucede, en que los hechos son vividos, como si su verdad más íntima estuviera en el idioma y en la manera como éstos suenan en el recuerdo.

Para los sujetos bilingües o multilingües la lengua materna es un plural problemático y difícil de habitar, como si la madre fuera también lo que nos separa de ella para devolvernos a su cobijo a través de la fractura que supone

haber escuchado su nombre en otro idioma, lo que implica su estallido en una dispersión irreversible.

Jacques Derrida en el libro autobiográfico *El monolingüismo del otro* (1997), desde su condición de franco-magrebí, se pregunta cómo es posible ser monolingüe, tener una lengua, que a la vez no es la propia: "No tengo más que una lengua; ahora bien, no es la mía". Esta "contradicción" sugiere la idea de que la lengua madre no es una sino más que una; es decir, que nunca es una sola porque en ella habitan, en una simultaneidad problemática, otras lenguas que revelan la presencia en su interior de una alteridad radical que hace imposible la propiedad de y en la lengua.

Para un sujeto multilingüe la lengua materna, "el nacimiento en cuanto a la lengua", es un estado de alteración donde varias fuerzas se disputan el poder de nombrar y de hacer sonar la memoria desde una pertenencia lingüística específica; es un entre-lugar donde nada se pacifica ni apacigua sino más bien donde cada fuerza se abre paso y se enuncia justo allí donde se rompe y se lesiona.

En *La lengua absuelta* (1980) Elías Canetti, escritor dividido entre varios idiomas, reflexiona sobre la relación existente entre lengua y experiencia cuando observa: "cada deformación de las palabras me aflige, como si las palabras fueran criaturas sensibles al dolor" y al referirse a su condición entre-lenguas observa: "Me contaron los cuentos en búlgaro pero los conozco en alemán y esta misteriosa transposición sea quizás la cosa más singular que yo puedo contar de mi infancia".

Llama la atención el modo como Canetti define esa lesión de infancia que es el transitar entre-lenguas al llamarla "misteriosa transposición" porque pone el énfasis en el traslado que supone ir de una lengua a otra, hacia ese más allá de una lengua, mediante un "misterioso" recorrido donde se pisan dos idiomas sin estar del todo seguros de dónde termina uno y comienza el otro. Este no saber es el que determina la forma que tiene la infancia en la memoria, su enigmático modo de sonar.

Si la lengua madre como lengua lesionada es capaz de constituir "lo más singular de la infancia", la experiencia de una fractura irreparable que hace posible el recuerdo de la infancia desde este lugar donde su lengua se quiebra; del mismo modo, ésta puede convertirse en lengua criminal capaz de matar a sus hijos y dejarlos sin tumba.

Joseph Brodsky en un conmovedor ensayo titulado "En una habitación y media" (2006) se refiere a su infancia en Rusia cuando vivía con los padres en un apartamento de quince metros cuadrados y rememora diferentes episodios del pasado familiar. A lo largo del texto manifiesta su dolor e indignación por los daños que sus progenitores sufrieron a causa del totalitarismo estalinista y

por la muerte que la máquina del terror les causó. El modo que elige para hacerse cargo del daño irreparable inscrito en su genealogía es escribiendo sobre sus vidas en inglés. Con este gesto extirpa el cuerpo de sus padres de la lengua madre, la rusa, y lo trasplanta a una lengua extranjera para que ésta les dé una sepultura más digna al albergarlos en la ajenidad de su tierra y de su dictado:

Quiero que Maria Volpert y Alexander Brodsky cobren realidad conforme a "un código extranjero de conciencia", quiero que verbos ingleses de movimiento describan sus movimientos. Con ello no resucitarán, pero al menos la gramática inglesa puede demostrar ser una mejor ruta de escape de las chimeneas del crematorio estatal que la rusa. Escribir sobre ellos en ruso no sería sino intensificar su cautivación, su reducción a la insignificancia, cuyo resultado es la aniquilación maquinal (...). Ya sé que no se debe equiparar el Estado al lenguaje, pero fue en ruso como dos ancianos recorrieron, arrastrando los pies, numerosos ministerios y cancillerías con la esperanza de obtener un permiso para salir al extranjero a visitar a su único hijo antes de morir y recibieron una y otra vez, durante doce años seguidos, la respuesta de que el Estado consideraba dicha visita "sin objeto". (...) Así pues, que el inglés albergue a mis muertos. En ruso estoy dispuesto a leer, escribir poemas y cartas. Sin embargo, para María Volpert y Alexander Brodsky el inglés ofrece una mejor apariencia de la otra vida, tal vez la única que exista, salvo mi propio yo y, por lo que se refiere a este último, escribir esto en esta lengua es como lavar aquellos platos: es terapéutico.

Brodsky se enfrenta a la lengua materna para rechazarla y desheredarla, para señalar su corrupción y complicidad con la bestia totalitaria. Escribir el relato de los padres en inglés, optar por una lengua extranjera que además es la lengua de adopción después de su traslado a los Estados Unidos implica señalar la dimensión siniestra de la lengua materna convertida en ruido ensordecedor, en jerga incomprensible y corrupta para darle sepultura a la memoria de su apellido. Escribir en nombre de los padres en una lengua ajena significa entonces hacer sonar su historia de otro modo, sacar sus cuerpos de la insignificancia del exterminio para inscribir en ellos otra resonancia capaz de trasladarlos lejos de la lengua criminal. Lograr de este modo, a través del "afuera" de la lengua ese viaje "sin objeto" que la escritura realiza vicariamente al recordarlos con la sintaxis de otro idioma y al atribuirles la "significancia" que la lengua madre les negó al quitarles la vida.

2.

La literatura es un espacio que registra los sonidos de la memoria y da cuenta de ese estar entre-lenguas en el que se juega la identidad de un sujeto, una comunidad, una nación. Son numerosos los casos de escritores e intelectuales que después de las guerras, al emigrar a otros países europeos y a otros continentes, experimentan esa lesión en la lengua madre que los conduce a hacer casa y obra en otras lenguas.

Nombres como Walter Benjamin, Elias Canetti, Ezra Pound, Frank Kafka, Samuel Beckett, Vladimir Nabokov, Hannah Arendt o Joseph Brodsky son figuras centrales de una literatura y un pensamiento marcados por el bilingüismo y el multilingüismo, el desplazamiento entre culturas e imaginarios, la traducción, la contaminación, el intercambio. Sus obras dan cuenta de cómo las culturas y las lenguas se trasladan, emigran, se exilian y cómo ese entre-lugar incómodo e indecible, donde se encuentran y se rozan, define formas de pensar y hacer la literatura así como modos de hacerse una lengua propia.

Si pensamos en el caso de la literatura latinoamericana, cabe destacar la presencia en su tradición, tanto la más lejana como la reciente, de voces y lenguas extranjeras que muestran la dificultad de trazar una frontera entre lo propio y lo ajeno, lo nacional y lo extranjero en el ámbito de los corpus literarios nacionales. Autores como Vicente Gerbasi, Witold Gombrowitz, Héctor Bianciotti, Juan Rodolfo Wilcock, Roberto Raschella, Sylvia Molloy, Fabio Morábito, Sergio Chejfec, Arturo Carrera o Mágina Russotto son sólo algunas de las voces que ponen en escena, mediante poéticas disímiles, esa lesión en la lengua madre atravesada por tantas implicaciones culturales, políticas, identitarias y estéticas.

Ante los constantes procesos de migración y desplazamientos de sujetos, lenguas, culturas, memorias; frente a la circulación cada vez mayor de escritores por fuera de su pertenencia nacional, se hace necesario plantear un concepto de canon nacional menos rígido y más permeable a la pluralidad, al contacto, al acercamiento de los legados y a su endeudamiento recíproco. Un canon que se piense no desde el criterio de la permanencia y la homogeneidad, sino más bien de la inestabilidad y la rareza, de la inclusión de voces clandestinas, poco audibles pero no por eso menos contundentes en lo que a su aporte en el proceso de formación y de cuestionamiento de una literatura nacional se refiere.

Ricardo Piglia, uno de los críticos que mayor atención le ha prestado al problema de los usos por parte de la literatura de las herencias que la conforman, plantea cómo la literatura (alude al caso de Argentina), está atravesada por corrientes subterráneas, por lenguas extranjeras y menores que activan "los mecanismos de falsificación, la tentación del robo, la traducción como plagio,

la mezcla, la combinación de registros, el entrevero de filiaciones" (2000: 36). Este conjunto de sonoridades ajenas, de mínima o pequeña visibilidad, dispersan y fracturan de forma "irreverente" el corpus nacional mermando su estabilidad y coherencia². Es el "complot" que estas lenguas menores traman en la lengua mayor, la confrontación entre lo "superior" e "inferior", lo familiar y lo extraño, el cruce de las lenguas donde se enrarecen y se vuelven inciertas, lo que pone de manifiesto cómo una literatura es también el relato de su disgregación y traición.

Siguiendo esta misma línea de reflexión, Sergio Chejfec, en un ensayo sobre la literatura judía, destaca la importancia de ese espacio intersticial donde se desdibujan los límites de la lengua y la cultura cuando dice: "Una circunstancia similar ocurriría en América Latina, cuya literatura de mayor complejidad y aliento estético no es la inmediatamente emblemática, la que se identifica con la mirada exterior, sino aquella que tiende a escribirse sobre la frontera borrosa de las tradiciones culturales, confundiendo las nociones de lo propio y lo ajeno (2005: 124).

Tanto Piglia como Chejfec reconocen la importancia que tiene una lectura de la literatura nacional que no se centre sólo en sus libros más representativos o en los que la tradición señala como tales, sino también en aquellos marcados por "la extrañeza de la lengua" a sabiendas de que "las formas cristalizadas de la lengua literaria, las maneras y las manías de los estilos ya convencionalizados anulan cualquier música de la lengua porque en los lugares más oscuros e inesperados se pueden captar los tonos de un estilo nuevo" (Piglia, 2000: 40).

Cabe preguntarse entonces qué ocurre con la escritura cuando sale de "su casa" y emigra, se exilia, se desplaza hacia otros destinos geográficos; cómo se relacionan los escritores que "están afuera" con su lengua y cómo se inscriben o no en esa construcción difusa e inaprensible, cada vez más diseminada y deslocalizada que es la literatura nacional.

Sylvia Molloy en el libro *Poéticas de la distancia. Adentro y afuera de la literatura argentina* (2006) responde a esta interrogante cuando dice que el escritor migrante tiene la necesidad

de hacerse una lengua propia – generalmente derivada de los procedimientos de la traducción que se transforma en una práctica de supervivencia en la nueva cultura y la posibilidad/necesidad de construirse una "biblioteca"

2 Aquí Piglia alude al ensayo de Jorge Luis Borges "El escritor argentino y la tradición", donde aparece una referencia a la literatura judía, irlandesa y argentina como ejemplos de literaturas marcadas por el tránsito de más de una lengua y cultura.

personal a partir de préstamos, apropiaciones e intercambios –, una colección de referencias nuevas capaz de articular de manera creativa ese novedoso lenguaje propio con la tradición normativa de la cultura que supo ser propia y que ahora se percibe como algo ominoso, a la vez ajeno y familiar.

Esta lengua "propia" de la que habla Molloy, resultado de un proceso de transformación y cambio que se produce cuando la lengua sale de su ámbito de pertenencia y se abre a un exterior que la desvía, la fractura, la disminuye, la altera, la intensifica, la hace dudar sobre el uso correcto de su sintaxis y gramática, es la única lengua posible para quien está afuera. Su estado lesionado, su estar en el límite de lo decible, su desequilibrio e intensidad revelan su dimensión afectiva porque la lengua también es capaz de sentir y de hacerse sentir a través de su modo de sonar y vibrar, de desafinar y desentonar. Este sonido que la escritura emite, su paso entre lenguas como recorrido audible que hace sonar la materia verbal de la que está hecha la literatura, es el lugar donde la identidad y la memoria se ponen en escena y donde el pasado busca cómo hablar y cómo mostrar la complejidad tonal de su trama.

3.

Cómo la literatura se hace cargo de los legados multilingües y cómo los hace sonar es lo que me interesa mostrar a continuación a través de la referencia a algunas escenas literarias donde es posible escuchar ese entre-lugar sonoro donde la lengua madre se fractura y se dispersa volviéndose "más que una lengua". Quiero partir de una constatación que hace Derrida en el libro antes mencionado sobre el hecho de que

los sujetos competentes en varias lenguas tienden a hablar una sola lengua allí mismo donde ésta se desmembra, y porque ella no puede sino prometer y prometerse amenazando a desmembrarse, una lengua no puede por sí misma más que hablar de sí misma. Sólo se puede hablar de una lengua en esa lengua (1997:36).

Esa lengua deshilachada, errante, desviada, esa lengua plural, una y muchas a la vez, que se abre camino en la medida en que lo pierde y que, en su ir y venir de un idioma a otro, habla de sí misma y despliega su memoria y el sonido del pasado, es lo que las escenas siguientes permiten escuchar.

Márgara Russotto (1946)³ y Sylvia Molloy (1938)⁴, escritoras divididas en la lengua, herederas de un legado dividido entre diferentes culturas y pertenencias, son las autoras de los pasajes a los que me referiré.

Épica mínima (1996) de Russotto y El común olvido (2002) y Varia imaginación (2003) de Molloy son textos que, más allá de sus notables diferencias, indagan sobre la memoria familiar, la extranjería, las estirpes cruzadas, la deuda, el afecto, la genealogía. En ellos la pregunta por la proveniencia se responde desde la lengua y con la lengua. No es posible hablar de lo que nos antecede sino a partir de la lengua que lo conforma y despliega su desmembramiento entre un idioma y otro. En este sentido la pregunta por el origen es también la pregunta sobre si es posible sentirse en casa en la lengua.

Russotto y Molloy muestran cómo la memoria es un estado de la lengua, es la lengua que hace sonar el pasado y lo convierte en una intensidad sonora. En sus textos conviven más de una lengua, el italiano y el español en el primer caso, el inglés, francés y castellano en el segundo. Además, sus obras llaman la atención sobre la diferencia existente entre adquirir una lengua nueva como le ocurre, por ejemplo, a los inmigrantes europeos que llegan América Latina, y nacer entre-lenguas como sucede con los hijos de esos inmigrantes que tienen una lesión congénita en su lengua porque desde que nacen tienen la boca partida por dos o más idiomas.

Épica mínima de Márgara Russotto es un poemario que aborda la relación entre memoria, lengua y pertenencia en el contexto de la inmigración italiana en Venezuela. Se trata de un conjunto de poemas donde el yo poético (hija de inmigrantes) se aproxima al origen de modo fragmentario, tangencial. A través de imágenes afectivas que aluden a la dimensión inconclusa del viaje, a la resistencia y dificultad de los padres italianos a adaptarse a otra lengua y cultura

3 Márgara Russotto, escritora y académica venezolana de origen italiano, fue profesora de la Escuela de Letras de la Universidad Central de Venezuela (UCV). Especialista en teoría literaria, literatura de género y literatura brasilera (Amherst). Autora de los poemarios: Brasa (1980), Viola d'amore (1986), Épica mínima (1996), El diario íntimo de Sor Juana. Poemas apócrifos (2002). Traductora de Giuseppe Ungaretti, Alfonso Gatto, Claudio Magris. Actualmente es profesora del Departamento de Lenguas Literaturas y Culturas Españolas y Portuguesas de la Universidad de Massachussets.

4 Sylvia Molloy, escritora y académica argentina de ascendencia francesa e inglesa, profesora "Albert Schweitzer" del Departamento de Español y Portugués de la Universidad de New York. Entre sus libros de crítica destacan: Acto de presencia (1996) y Las letras de Borges (1979). Autora de las novelas: En breve cárcel (1981), El común olvido (2002), Desarticulaciones (2010) y del libro de relatos Varia imaginación (2003). Actualmente dirige el Programa de Escritura Creativa de la Universidad de New York.

Y jamás sospecharon
el secreto poder de ciertas palabras,
faramallero, por ejemplo,
con su cascada de frascos multicolores
con su imperturbable clemencia
capaz de redimir
civilizaciones enteras
(1996:19)

El yo poético traza una "épica mínima" hecha de nostalgia, fracaso, culpa, expectativas incumplidas que encuentra una magra compensación en algunos rituales y hábitos cotidianos que reproducen una Italia fantasmal, enrarecida, difusa.

Es un libro que se enuncia desde ese entre-lugar de la lengua que el hablante poético hereda e intenta transformar en escritura, sonoridad, legado que habla de su "excedencia irreductible".

El poema "Port-royal" apunta a la imposibilidad de trasladar un idioma a otro y de explicar/traducir las múltiples resonancias que una palabra tiene en una lengua determinada:

Traboccante no es ir de boca en boca.
Más que titubeante
y menos que firme es
como cruzar un puente estrecho
con fresca sandalia y corazón desbocado.

Pero no es perceptible
a simple oído
su acción de manso desbordar.

Ni podría sospecharse tanta escasez
de recipiente

Ni será recuperable
¡oh sí! tanta espuma perdida.
Su hálito romántico
y comunitario
trabocca en cada tarde
con el leñoso cimbrar
de una irreductible
excedencia

Aquí la lengua poética se toma la tarea de buscar las imágenes más idóneas para explicar el significado de la palabra *traboccante* que radica en su forma de sonar, en lo que su pronunciación es capaz de significar a través de su elocuente sonoridad. Ese "manso desbordar", ese estar a punto de sobrepasar un límite, ese caerse *leñoso* de algo que no se puede contener, se puede decir sólo en italiano, en su lengua. A la vez hay en la misma palabra algo que semánticamente la sobrepasa y queda resonando en un más allá de los idiomas que la poesía intenta decir mostrando la imposibilidad misma de detener su exceso proliferante.

Otro poema del libro que resulta significativo para mostrar cómo la literatura pone en escena el guión que separa y une dos o más lenguas es "Caracas 1958"⁵, un texto que se enuncia como una carta que una emigrante italiana le escribe al hijo por intermediación de una joven a la que le dicta la misiva:

Caracas 1958

Caro figlio adorato.
Tutti bene. Questo país é una vaina.
Tuo padre se fue con una negra asquerosa.
pero volverá.
Aquí no falta el dinero
ma el agua sabe a petróleo.

5 En la historia política de Venezuela, el 23 de enero de 1958 fue el día de la caída del dictador Marcos Pérez Jiménez.

Tu tranquilo figlio mio,
 que lí, al nostro paese,
 tu devi crecer
 estudiar.
 Porque aquí no hay futuro
 Y las muchachas
 no te digo lo que son
 por rispetto
 di questa muchachita que me hace la caridad
 de escribirme la carta.
 Estoy mecor del dolore alla columna
 porque ora trabaco a la maquina sólo hasta las doce.
 I soldi te li mando con don Pepino
 el mes que viene.
 Tanti baci
 Cuidate
 E la Santa Benedizione

Tua Mamma

Fortunata Strapazzoli (26)

Esta transcripción-traducción que la joven hace de la lengua oral de la mujer pone de manifiesto varios aspectos importantes para pensar el tema del entre lugar lingüístico y memorial. Primero, el analfabetismo de la inmigrante que la obliga a pedirle ayuda a una "muchachita" para que le haga "la caridad" de escribársela. Este acto, que supone el traslado de la palabra oral a la letra escrita, implica una mediación de parte de la joven entre lo que la mujer le dicta y lo que ella entiende de ese dictado y deja asentado en la carta ("mecor" por "mejor", "trabaco" por trabajo). Es decir, si por un lado su pluma registra los sonidos así como los pronuncia Fortunata, sean éstos en italiano o español, la transcripción implica una interpretación de aquello que su oído capta de esa lengua confusa.

El segundo aspecto que se observa en el poema es que el italiano que enuncia la carta está fracturado en su sintaxis y gramática, tanto por la jerga dialectal siciliana como por implantes verbales en español, primeros atisbos de

una lengua que comienza a asentarse y que, en su abrirse paso, erosiona y afecta la lengua madre. El que se encarga de poner en escena esta "lengua bárbara", plural, rota, incierta, en la que se alternan y combinan registros y expresiones de dos lenguas y culturas diferentes, es el lenguaje poético que, al hacer resonar esa materia verbal estrábica, señala la imposibilidad de la lengua materna de preservarse intacta e indemne después de haber abandonado la casa. La lengua que habla la carta traduce al italiano expresiones como "Bendición" por "Santa Benedizione", y al español "mi fa la caritá" por "me hace la caridad", lo que pone de manifiesto en qué medida expresiones o giros lingüísticos que forman parte de un idioma determinando dejan de significar o no significan lo mismo cuando son trasladadas a otro sistema lingüístico. Como se destacó en el poema "Port-royal", esto señala la intraducibilidad de algunos modos de decir que no pueden transferirse a otra lengua sin alterarse y alterarla, sin adulterar su significación.

El tercer rasgo, que deriva del anterior, tiene que ver con el hecho de que la desterritorialización de la lengua madre muestra un punto de no retorno en la comunicación entre madre e hijo. Esto se debe a que el italiano de la inmigrante deja de ser lengua madre para el hijo, porque las múltiples lesiones que el viaje causa en su cuerpo verbal la transforman en una jerga ajena para su destinatario, aunque la intención de la carta es justo la de reafirmar en el hijo una maternidad mermada por la distancia. La carta puede leerse entonces como un testimonio de parte de la poesía, de la orfandad de la madre ante su lengua de origen y su propio hijo. El acto de hablar desde "otro" lugar de la lengua, en ese cruce incómodo y doloroso donde dos lenguas hablan a la vez pero a costa del sacrificio de ambas, instaura una diferencia radical entre la madre y el hijo cifrada justamente en la lengua que tienen en común que ahora se vuelve zona de crisis y de enrarecimiento. De aquí que la carta escrita bajo la voluntad de asegurar el afecto y de salvaguardar un lazo de sangre, revele sobre todo un venir a menos del italiano que implica un modo de habitar en él más distanciado y ajeno. Esto convierte a la mujer en forastera de su lengua y de su vínculo con el hijo.

Cabe mencionar también cómo el poema-carta, en la medida en que despliega una trama lingüística reveladora de los procesos de adaptación y cambio de una identidad migrante, también muestra cómo el viaje avería una genealogía familiar y afectiva; cómo el nuevo país se vuelve un espacio amenazante, "una vaina" que fractura el matrimonio e introduce variantes imprevistas de las que la madre da cuenta desde una lengua indignada que se vuelve brutal ante aquello que la ofende ("tu padre se fue con una negra asquerosa").

Por último, es importante destacar el lugar que ocupa el sujeto poético en esta carta. La enunciación se distancia del drama de Fortunata, lo observa con cierta ironía y da cuenta, mediante la misma escritura, de qué manera la

poesía hace sonar esas lenguas imposibles que se materializan en la medida en que la literatura las escribe.

Voy a referirme ahora a algunas escenas de *El común olvido* y *Varia imaginación* de Sylvia Molloy, reveladoras de cómo la literatura se hace cargo del legado de la lengua. Se trata de dos libros (una novela el primero y un libro de relatos breves el segundo) que intentan armar una memoria familiar desde la intimidad del afecto. No son los recuerdos mayores los que aquí se despliegan, aquellos que, según el saber genealógico, fundan y le dan sentido al árbol familiar; sino más bien, los mínimos y aparentemente desapercibidos y menores, los que se hubiesen podido olvidar, los peligrosos y secretos, los íntimos y entrañables, los "caseros" y domésticos, que la escritura recupera en su intento de tramar un pasado con piezas desperdigadas, ruinas, huesos astillados que en su conjunto, muestran lo más sustantivo de la memoria, es decir, su dimensión incierta, provisional, hipotética. Para rescatar esas ruinas es necesario, una vez más, poner el oído en las lenguas de la memoria porque es allí donde se juega el afecto que hace sonar el pasado.

Cabe destacar que en las ficciones de Molloy van y vienen tres idiomas: el inglés, el francés y el español. Si bien los tres aparecen en proporciones e intensidades distintas, llama la atención el hecho de que en sus obras se pase de una lengua a otra como si fuera la misma, como si el único modo de hablar la lengua de la infancia fuera hablando "en esa lengua" que, en este caso también, como en el caso de Russotto, es "más que una lengua".

Las dos escenas a las que me voy a referir plantean, de modo distinto, una cuestión medular en lo que a la reflexión sobre memoria, lengua y diáspora se refiere: "el inmigrante y el hijo de inmigrantes se piensan en términos de lengua, son su lengua" (MOLLOY, 2003:75). Es decir, que es la lengua el lugar donde se inscribe la historia del inmigrante. En ese músculo entrenado, según las circunstancias, a cambiar de ritmo y de estado, de cadencia y potencia, se cifra el relato de una identidad que sólo puede decir yo desde ese malestar lingüístico que la tira de un lado a otro sin dejarla permanecer en ninguno.

La primera escena es de *El común olvido* y está relacionada con la rememoración, de parte del narrador, de un recuerdo de infancia vinculado a la muerte de su abuela paterna, una inmigrante inglesa que hablaba mal el español y "se desesperaba de que yo no hablara inglés, que hubiera aprendido a hablar antes el castellano" (MOLLOY, 2003:75). En una de las últimas visitas del nieto a la casa de la abuela enferma ocurre un hecho imprevisto: el pequeño entra a su cuarto y por primera vez habla con ella. En la novela se mencionan dos versiones de esta escena. Una contada por la madre según la cual el breve intercambio lingüístico entre los dos le ocasiona a la abuela un "disgusto" porque el niño le habla en español y no en su idioma, lo que señala la distancia existente entre los diferentes miembros de su estirpe asentada justo en el uso de uno u otro

idioma. La segunda, relatada por el primo Cirilo, según la cual en el momento de la despedida el pequeño se dirige a ella en su lengua:

Fue entonces cuando por fin le dijiste algo en inglés, porque hasta entonces parece que te habías negado, sólo le hablabas en castellano. Así me lo contó tu padre cuando bajó a tomar el té, he finally said something in English, le dijiste algo sobre el color de los ojos, Grandma's eyes are as blue as the sea, o una cosa por el estilo, y ella festejó tu primera frase, y también toda la familia.

No me acuerdo, por más que haga esfuerzos, y lo que me cuenta Cirilo me desconcierta. (...) Todo tenía que ver con el idioma, con una resistencia al lenguaje que hoy en día me parece extraña pero que sin duda habré experimentado. Me pregunto si de veras le habré dicho algo a mi abuela en inglés; si no habrá sido algo que inventó mi padre, para quedar bien con su familia y, de paso, para hacer rabiar a mi madre quien, a pesar de haber aprendido inglés de chica y de hablarlo perfectamente, insistía en que mi lengua materna era el castellano, que el inglés lo aprendería más tarde en el colegio (MOLLOY, 2002:211).

Lo que llama la atención de este recuerdo es su carácter difuso e impreciso que da cuenta de cómo el estar entre-lenguas es un estado impredecible en el que no es posible decidir ni programar el momento en que va a hablar una lengua u otra; o cuál de ellas se activará en un momento y en una situación determinados; o incluso cuál es la circunstancia exacta en que un nuevo idioma se introduce en la lengua materna. En cualquiera de los casos, lo que pareciera revelarse aquí es un no saber de la lengua que es también la imposibilidad de saber qué lengua hablamos en el momento en que hablamos.

El recuerdo apenas mencionado reaparece en el relato "Novela familiar" de Varia imaginación donde, nuevamente se vuelve a la escena de despedida y la narradora dice: "Mi abuela, la madre de mi padre, murió cuando yo tenía cuatro años: recuerdo haberla ido a visitar poco antes de su muerte, recuerdo haberle hablado no sé en qué idioma. Este recuerdo, este no saber en qué idioma le hablé, no me deja" (MOLLOY, 2003:75-76).

La reescritura es una forma de memoria y reescribir aquello que no se sabe es un modo de transformar el olvido en un contenido posible del pasado. Porque lo que hace esta escena, el punctum de esta "novela familiar" es precisamente su resistencia a ser leída, a ser capturada en una sola lengua y/o en una lengua cualquiera. Lo que hace la literatura es entonces volver a ese enigma indescifrable, a esa zona opaca de la memoria donde sólo se puede dudar y sentirse interpelado por lo que allí hay de secreto e ilegible dado que la

incompetencia y la impotencia también forman parte del ejercicio de heredar el pasado. Quizás sean su defecto soberano.

La segunda escena pertenece a la novela *El común olvido* donde el narrador rememora a su madre con la que durante la infancia emigró a New York⁶:

Recuerdo que una vez le pregunté a mi madre si no extrañaba el castellano, si no había días en que se cansaba de hablar en inglés, días en que se equivocaba y en una tienda o en un restaurante, digamos, le salía el pedido en la otra lengua, o se le escapaba una palabra, o usaba un giro que delataba que hablaba desde el otro idioma, en que no correspondía. Me miró como si hubiera dicho algo raro, algo en lo cual no se le había ocurrido pensar. No hablamos más del asunto, durante años. Mucho después, (...) un día volvió al tema. Te acordás de lo que me dijiste una vez sobre la otra lengua, la lengua que se extraña (...), he estado pensando (me lo decía como si fuera algo que yo le había dicho hacía muy poco) y me pasa algo que te va a divertir, hay un montón de granjas por aquí que venden heno para los animales, y los carteles dicen HAY, y por más que esté acostumbrada, mi primer impulso es leer la palabra siempre en castellano, como si fuera verbo, y reaccionar pensando que falta algo ¿qué es lo que hay? Tengo que hacer un esfuerzo para recordar que hay es heno. Es como estar leyendo desde otro lugar. Lo que no entiendo es cómo me pasa esto tan a menudo, ya tendría que estar preparada, pero el HAY me agarra siempre desprevenida. Es raro ¿no? Esto me lo contaba en castellano, la lengua que preferíamos hablar cuando estábamos solos. Yo tenía una amiga francesa, continuó mi madre, a quien le pasaba algo parecido, cuando leía ICY PAVEMENT en los caminos, no pensaba en hielo, pensaba en ici, como aquí: aquí el pavimento. La lengua le hacía una mala jugada (2002:165-166).

Si la primera escena da cuenta de la dificultad, para un sujeto que habla más de una lengua, de precisar qué lengua habló en una circunstancia afectiva determinada, como si fuera imposible determinar en qué momento un idioma

6 De los primeros tiempos transcurridos en Nueva York, dice el narrador: "Nuestro inglés, que era el inglés de mi padre y de los colegios ingleses de la Argentina, ese inglés en principio británico pero con una entonación aberrante que hizo que le preguntaran a mi madre un día en una tienda: 'Are you from India?', muy pronto nos desubicó sin reubicarnos del todo. Éramos y no éramos Hispanos. Éramos y no éramos latinoamericanos. No nos considerábamos (...) ni exiliados, ni apátridas ni, sobre todo, inmigrantes. Éramos cosmopolitas, que era una manera de decir que éramos gente bien, manejábamos con soltura varios códigos, y estábamos de paso (...). En esta ciudad éramos sobre todo exóticos" (MOLLOY, 2002:22-23).

le da paso al otro; aquí lo que se observa es la soberanía de la lengua madre incluso en circunstancias en que, para el sujeto que vive en un país extranjero, en el que se habla otro idioma, su irrupción es inconveniente y hasta impertinente. Hay un inconsciente de la lengua que se impone y nos elige. Elige por nosotros cómo leer aquello que tenemos delante e impone ser leído. Lo que sucede entonces es "como estar leyendo desde otro lugar" porque es desde ese "otro lugar" de donde lee el migrante. No desde el sitio que ocupa físicamente con su mapa de referencias y de reglas, en el que "hay" significa "heno" e "icy" "hielo", sino otro que está adentro de los ojos y que hace que éstos devuelvan lo que la madre dictamina e impone en su interior. Lo que de esa hondura retorna es la certeza de una falta, de algo que no está y que se busca incluso o sobre todo donde pareciera negarse toda posibilidad de encontrarlo.

Cuando Molloy se refiere al sujeto entre-lenguas dice:

A pesar de que tiene dos lenguas el bilingüe habla como si siempre le faltara algo, en permanente estado de necesidad (...) siempre alterado, alterado como se usaba el término por los años cuarenta para hablar de alguien que no tiene completo control de sus conductas, alguien fuera de órbita. El bilingüe nunca se desaltera. Desalterer significa en francés calmar la sed (2009).

El que tiene la lengua partida sufre un descalabro en la lengua materna y pasa la vida buscando cómo calmar la sed de la falta. Estar sediento no es sólo un estado de carencia sino también un modo de sonar de la garganta porque la escasez hace ruido y cuando el lenguaje está perturbado en la madre no puede sino arrastrarse y soportar la imposibilidad de hacer nido. El estado de aquel que está "alterado" en la lengua relata la historia de quien ha extraviado la única palabra capaz de darle sosiego a su sed.

Referencias bibliográficas

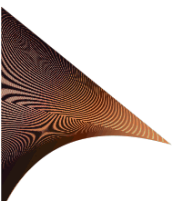
AMATI MEHLER J.; ARGENTIERI S.; CANESTRI J. La Babele dell'inconscio. Lingua madre e lingue straniere nella dimensione psicoanalitica. [S.l]: [S.n.], 1990.

BORGES, Jorge Luis. Borges oral. Barcelona: Bruguera, 1980.

BRODSKY, Joseph. Menos que uno. Ensayos escogidos. Madrid: Siruela, 2006.

CANETTI, Elías. La lengua absuelta. Autorretrato de infancia. Barcelona: Muchnik Editores, 1980.

- CHEJFEC, Sergio. El punto vacilante. Literatura, ideas, mundo privado. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005.
- DELEUZE, Gilles. Crítica y clínica. Barcelona: Anagrama, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil mesetas. Capitalismo y esquizofrenia. Valencia: Pre-textos, 1994.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. Diálogos. Valencia: Pre-textos, 1997.
- DERRIDA, Jacques. "La lengua no pertenece". Diario de poesía, [S.l.], n. 58, primavera 2001. Entrevista concedida a Evelyne Grossman. Ricardo Ibarlucía (trad.). Disponible en: < <http://www.jacquesderrida.com.ar/textos/celan.htm>>.
- _____. El monolingüismo del otro o la prótesis del origen. Buenos Aires: Manantial, 1997.
- MOLLOY, Sylvia. Bilingual scenes. Inédito, 2009.
- _____. Poéticas de la distancia. Adentro y afuera de la literatura argentina, Buenos Aires: Norma, 2006.
- _____. Varia imaginación. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2003.
- _____. El común olvido. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.
- PIGLIA, Ricardo. Crítica y ficción. Buenos Aires: Seix Barral, 2000.
- RUSSOTTO, Mágara. Épica mínima. Caracas: Colección Bial Literaria José Antonio Ramos Sucre, 1996.
- STEINER, Georges. Después de Babel. Aspectos del lenguaje y la traducción. México: F.C.E, 1995.



El “Misterio” de las lenguas criollas españolas

Traducción de *Le Mystère des créoles espagnols* de

Robert Chaudenson

Presentación

Robert Chaudenson es profesor de lingüística en la Universidad de Provenza (*Université Aix-Marseille I*), su labor e interés por las lenguas y culturas criollas lo llevan a ser presidente del *Comité International des Études Créoles* (Comité Internacional de Estudios Criollos) y director del *Institut d'Études Créoles et Francophones* (Instituto de Estudios criollos y francófonos). Trabaja activamente en el *Institut de la Francophonie* (Instituto de la Francofonía), institución a través de la que crea y dirige, desde 1988, la colección *Langues et Développement* (Lenguas y Desarrollo) publicada por la editorial L'Harmattan. Vivió más de 15 años en la Isla francesa de La Reunión en cuya universidad se doctoró y es el primero en proponer un análisis sociohistórico de los criollos franceses. Los intereses de investigación de Chaudenson incluyen criollística, teoría de la criollización, gramática comparada de lenguas criollas francesas, historia sociolingüística de los pueblos criollos y la política de difusión de la lengua francesa. Su teoría sobre el origen de las lenguas criollas ha tenido un impacto considerable en la criollística ya que considera la totalidad de los hechos lingüísticos y de los factores socioeconómicos en juego en las sociedades coloniales.

Según Mufwene (2003: 7), los estudios sobre lenguas criollas se intensificaron en los años 70, mejor informados, marcados por datos concretos de la historia económica colonial y el desarrollo de la lingüística teórica. Aún para Mufwene (2003: 7), gracias al trabajo pionero de Chaudenson, la criollística no se puede considerar hoy como un dominio periférico de las ciencias del lenguaje, por sus contribuciones teóricas a temas como estandarización, aprendizaje de segundas lenguas, génesis y evolución del lenguaje, considerando sus dimensiones multimodales (oralidad, escritura, gestualidad) y las relaciones entre movilidad y contactos entre poblaciones o lenguas, sistemas económicos, sistemas lingüísticos y sistemas no-lingüísticos de interacción y cohesión social: musicales, religiosos, culinarios y gestuales.

Como se señala en Mufwene (2003: 12), los orígenes de una lengua están en general fundamentados sobre informaciones históricas accidentales omitiéndose diversos detalles de los procesos evolutivos. Los contactos

lingüísticos se encuentran en todas partes y en todos los momentos de las historias de las lenguas, particularmente en sus puntos míticos de origen, de tal forma que podríamos estar tentados a identificar todas las lenguas del mundo de hoy como lenguas de origen criollo. Sin embargo, para Mufwene (2003: 12), considerar que toda lengua es un criollo (considerando que al fin y al cabo es la historia de su emergencia lo que la define como lengua criolla y no sus estructuras formales), equivale a reconocer que no necesitamos la noción de 'criollo' como fenómeno tipológico estructural.

Evocando los famosos versos ingleses: *What's in a name?* Mufwene, proclama la pertinencia de la perspectiva sociohistórica colonial que propone Chaudenson en el conjunto de su obra, y en este artículo en particular, recordándonos que considerar estas lenguas vernáculas como lenguas criollas tiene un valor heurístico. Las lenguas surgidas en estos contextos coloniales, o su ausencia, nos permiten tratar cuestiones sobre facultades de lenguaje, pérdida o transmisión de lenguas y plantearnos preguntas como: *¿el proceso de aprendizaje no guiado de una lengua segunda es fundamentalmente distinto al proceso de aprendizaje de la lengua materna? ¿Hay diferencias en la manera como se opera la selección en el desarrollo de un idiolecto durante el aprendizaje de una lengua segunda y durante el aprendizaje de una lengua materna? ¿Todos los locutores nativos son igualmente competentes en su lengua materna? ¿Conocemos a locutores que reproduzcan perfectamente la competencia de su madre, de su padre, de otro pariente o de un locutor cualquiera de su medio social? ¿Existe el aprendizaje perfecto de una lengua? ¿Una lengua sólo se puede transmitir por locutores nativos o competentes? ¿Cómo se difunden las lenguas francas o internacionales en el mundo?*

Aprovechamos la traducción de este texto de Robert Chaudenson sobre el *misterio* de la ausencia de lenguas criollas españolas, para discutir, en una traducción anotada, algunos conceptos de la ecología de las lenguas. Cómo compiten y se seleccionan rasgos lingüísticos en determinado territorio bajo circunstancias económicas e históricas distintas, en este caso particular considerando la relación entre el la explotación del azúcar, la esclavitud y las navegaciones, o cómo surgen criollos y pidgins según los distintos ambientes de interacción. Cómo se definen las fronteras entre lenguas y criollos o procesos de criollización, son algunos de los temas que discute, con mucha ironía y humor, Chaudenson en el texto que se leerá a seguir y que presentamos combinados o en contraste, a través de notas, con lecturas y relecturas de Mufwene y de Lipski.

Rodrigo Valdés Ferreyra¹
Leticia Rebollo Couto²

1 UFRJ

2 UFRJ

Traductores

El “Misterio” de las lenguas criollas españolas

Robert Chaudenson³

Este tema es bastante intrigante y yo mismo ya propuse elementos de explicación en el marco de mi hipótesis general sobre el proceso de *criollización*⁴ (CHAUDENSON 1992, 2001). Voy a tratar de retomar los principales puntos de mi explicación contraponiéndolos a la obra reciente de J. MCWhorter, *The Missing Spanish Creoles: Recovering the Birth of Plantation Contact Languages*, 2000, [La ausencia de lenguas criollas españolas: recuperando el nacimiento de lenguas de contacto en plantaciones]. MCWhorter trata aparentemente de retomar el tema con un título instigador, sin embargo, el contenido es bastante decepcionante en lo que se refiere al “misterio de las lenguas criollas españolas”, o mejor, al “misterio de la ausencia de lenguas criollas españolas”.

Aunque este planteo sea el que titula la obra, su autor sólo le consagra cuarenta páginas, mucho menos que las que le consagra a las lenguas criollas atlánticas de base inglesa. Prácticamente no trata lo que yo había definido como las claves mismas del misterio de la ausencia de lenguas criollas españolas y su

3 Robert Chaudenson, Universidad de Provenza, Instituto de estudios criollos y francófonos, robert.chaudenson@wanadoo.fr

4 El proceso de criollización se encuentra definido a partir de elementos sociohistóricos por CHAUDENSON (2003: 448):

Las lenguas criollas francesas, nacidas de la colonización de los siglos XVII y XVIII, son el resultado: a) del contexto sociohistórico de las plantaciones esclavistas alimentadas con mano de obra por poblaciones inmigrantes lingüísticamente heterogéneas, y b) de la apropiación no guiada de variedades aproximativas de un francés que ya se había prácticamente vuelto *koiné* durante la etapa anterior de habitación. La criollización es, por lo tanto, un fenómeno excepcional en la medida que en condiciones sociohistóricas y sociolingüísticas específicas (plantaciones y mano de obra inmigrante) se ha puesto en marcha, sin cualquier restricción sociocultural o sin cualquier presión normativa, dando lugar a la emergencia de procesos lingüísticos (esencialmente de autorregulación y estrategias de apropiación) que se manifiestan en muchas otras circunstancias, pero en diferentes grados, para las lenguas en cuestión, y en este caso concreto para el francés.

mejor ejemplo, el de la República Dominicana cuyo nombre apenas aparece en la obra de MCWhorter (2000). Al tratar el tema en la página 7 y al retomarlo en la página 20, este autor se limita a citar Cuba y Puerto Rico, sin ninguna mención a la República Dominicana, sólo evocada de forma general, distante y rápida (en la página 33!

De hecho, cuando trato sobre el verdadero “misterio” de las lenguas criollas españolas lo ubico claramente en las tres islas de cultivo e industria azucareras que fueron las colonias españolas: Cuba, República Dominicana y Puerto Rico. Yo, personalmente, apenas he tratado los dos primeros casos (CHAUDENSON 1992: 2001), por falta de tiempo para buscar datos pertinentes al tercero, aunque no me quepa la menor duda que se trata de un caso homólogo a los dos primeros.

En la medida en que, junto a otros autores como Mufwene (2001; 2005) y Prudent (1980), vemos el proceso de criollización como un hecho en el que los factores sociohistóricos y sociolingüísticos tienen un rol protagónico,⁵ las situaciones de hispanoparlantes en la América continental y el hecho de que allí se hayan introducido esclavos africanos, no se me figuran como factores de importancia decisiva para esta cuestión en las islas del Caribe. El procedimiento analítico de MCWhorter (2000), que trata las colonias españolas en un solo conjunto, es por lo tanto bastante diferente del mío, que se limita, estricta y explícitamente, a las colonias insulares.

5 Como lo recuerda Lipski (2008: 179), no hay consenso en la definición de lo que sería una lengua criolla. Básicamente los autores recurren a tres criterios distintos, y cada definición combina aspectos de cada una de estas tres categorías: a) la estructural, b) la de los estados de creación y transmisión de una generación a otra y c) la sociohistórica o socioterritorial. Robert Chaudenson, Michel DeGraff, Salikoko Mufwene coinciden en considerar esta última dimensión como la fundamental para la definición de una lengua criolla como se lee en la cita a seguir, en la que se evidencia desacuerdo mayor de estos autores con el mismo Lipski o Holm, que consideran que las lenguas criollas se originan de pidgins o con otros autores que postulan diferencias estructurales entre los criollos y otras lenguas.

A pesar de la bibliografía considerable sobre las lenguas criollas y del hecho de que cada criollista ‘sabe’ cuales lenguas son criollas, no hay una definición aceptada única y universal de criollo. Las definiciones y presupuestos aceptados en relación con las lenguas criollas encajan en tres categorías básicas. Algunos describen las lenguas criollas exclusivamente en términos de su historia social y cultural. Otros se concentran en las etapas de formación y de transmisión de pidgins a criollos. Y finalmente, otras definiciones de lenguas criollas incluyen elementos estructurales básicos postulados como comunes a la mayoría de las lenguas criollas. En la práctica, tanto las definiciones como los presupuestos comúnmente aceptados en relación con las lenguas criollas combinan aspectos de estas tres categorías.

En un extremo de este escalafón, DeGraff se sitúa a sí mismo como un defensor de la definición puramente sociohistórica o sociogeográfica.

“Lenguas criollas” se refiere a las variedades de habla creadas en muchas de las nuevas comunidades formadas – las comunidades ‘Criollas’ – en y alrededor de las plantaciones coloniales esclavistas del ‘Nuevo Mundo’ durante los siglos XVII-XIX. Estas comunidades criollas emergen de forma relativamente abrupta como el resultado de la colonización europea de las Islas del Caribe [...] las lenguas criollas se desarrollaron a partir del contacto lingüístico entre europeos y africanos en el Caribe colonial (DeGRAFF, 2005: 541).

Esta versión coincide con la de Mufwene (1997:54): “En términos históricos se asume que una variedad de lengua criolla es también una lengua que se habla en una población criolla, típicamente, en una de las colonias europeas tropicales insulares de los siglos XVIII y XIX.” Mufwene (1997: 55) cree que pidgin y criollo son “nombres asignados a lenguas particulares siguiendo un protocolo de bautizo que no siempre coincide con algunos criterios ontológicos.” Últimamente, sin embargo el mismo autor prefiere describir estas variedades de contacto en términos de uso: “Lenguas criollas difieren de pidgins porque son lenguas vernáculos, sirven como elemento primario de comunicación para sus usuarios, mientras que los pidgins se usan apenas para funciones especiales y limitadas, tales como comercio con un grupos extranjeros (MUFWENE 1997: 52).” Holm (2000: 6) nos da otra definición: “un criollo siempre tiene como ancestro un jargón o pidgin; es la lengua nativa de toda una comunidad de habla, frecuentemente una comunidad cuyos ancestros fueron desplazados geográficamente, de tal forma que los vínculos con sus lenguas originales y su identidad sociocultural fueron parcialmente partidas. Tales condiciones sociales fueron con frecuencia el resultado de la esclavitud” (apud LIPSKI 2008: 179).

Para Mufwene los criollos no son lenguas que derivan de pidgins, pues se desarrollan en contextos de interacción colonial distintos. Efectivamente, Mufwene (2011) distingue tres categorías lingüísticas: lenguas criollas, pidgins y variedades indigenizadas según las condiciones coloniales y los tipos de interacción o funciones que asumen, en lo que de hecho coincide con la misma idea de Chaudenson sobre su “société d’habitation”:

Las *lenguas criollas* surgieron en asentamientos coloniales de plantación donde una abrumadora mayoría de población no europea se apropió de la lengua europea dominante como su *vernácula*. Los *pidgins* surgieron en colonias de intercambio comercial, en las que poblaciones indígenas multilingües, también ampliamente mayoritarias, se apropiaron de una lengua europea como *lengua franca de comercio* pero continuaron usando sus propias lenguas como vernáculos. Las *variedades indigenizadas de lenguas europeas* surgieron de modelos escolásticos en colonias de explotación desarrolladas a partir de finales del siglo XVIII.

Los *pidgins* están asociados a contactos esporádicos e interacciones mínimas. Una vez que la interacción se incrementa y diversifica, sus estructuras se vuelven más complejas y se transforman en *pidgins expandidos*. La complejidad puede ser asociada a la intensidad y a la diversidad de la comunicación entre los participantes. Las *variedades indigenizadas* de las lenguas europeas surgieron, casi como el modelo de las lenguas

romances, ya que los colonizadores se van y que y la lengua colonial se vuelve emblema de elite y modernidad (Portugués de Brasil, Inglés de Estados Unidos, de Canadá, de India o de Malasia, Español de México, de Chile, de Argentina o de Bolivia, por ejemplo).

De esta forma, la complejidad del pidgin para Mufwene (2011), se asocia a la intensidad y a la diversidad de la comunicación entre los interactuantes. Los resultados son distintos para colonizaciones de comercio/explotación como las portuguesas y las de asentamiento como las españolas. Las *colonizaciones de comercio y de explotación* sumaron nuevas lenguas en las colonias para nuevas funciones etnográficas de la lengua franca. Las *colonizaciones de asentamiento* introducen nuevas lenguas vernáculas que se sobreponen a las lenguas francas indígenas para el comercio (al menos en las Américas), lo que acarrea: a) competición entre lenguas europeas y africanas, b) competición entre lenguas europeas y c) el peligro de extinción de lenguas indígenas autóctonas.

A Mufwene (2003: 16), le resulta curioso como muchos lingüistas aún hoy se afilian a la idea de Bloomfield (1933) para quien las lenguas criollas se desarrollaron a partir de pidgins cuando basta examinar la distribución geográfica de criollos y pidgins para darse cuenta de lo difícil que es darle crédito a esta explicación tradicional. Asimismo, es notable que ninguno de los pidgins que tienen como base una lengua europea se desarrolló antes de la segunda mitad del siglo XVIII, o sea después que los criollos correspondientes que sólo se desarrollaron, según Mufwene (2003: 19), a partir del principio del siglo XVIII, cuando empiezan las grandes plantaciones de azúcar o de arroz (en el caso del los Estados de Carolina del Sur y más tarde de Georgia en Norteamérica). Para este autor: “La hipótesis que las lenguas criollas se desarrollaron a partir de pidgins no me parece corroborada por la historia socioeconómica de ninguno de los territorios criolloparlantes (MUFWENE 2003: 15).”

Para Mufwene (2003: 16), es imposible comprender los cambios lingüísticos que aparecen en estos territorios sin comprender los contextos socioeconómicos que los determinaron, entre otros, las variedades lingüísticas a las que estas poblaciones serviles estuvieron expuestas. En este contexto de determinación *ecolingüística* es importante considerar las siguientes preguntas: *¿qué tipos de interacciones los esclavos tenían con las poblaciones europeas y con qué frecuencia? ¿Los europeos hablaban variedades uniformes en el seno de sus comunidades y eran todos locutores nativos? ¿Durante el periodo de sociedades de plantación los locutores nativos eran necesariamente europeos?*

El ejemplo de la República Dominicana es, para mí, el más elocuente. De hecho, este Estado nacional, forma hoy la parte oriental de la antigua isla denominada Hispaniola, mientras que la República de Haití forma la parte occidental de lo que antes fue un solo territorio insular. Se trata de una isla a la que los europeos llegaron ya en una fecha muy temprana: los franceses se introducen al final de la primera mitad del siglo XVII, bastante después que los españoles,⁶ y las dos naciones se disputarán durante años los derechos sobre la posesión de esta isla, hasta que entran en un acuerdo de división en 1697, con el tratado de paz de Ryswick.

Una vez agotadas las riquezas metalíferas, ya durante el período de la primera ocupación española, los dos territorios se ven dirigidos hacia el monocultivo del azúcar, pero en épocas diferentes. El monocultivo del azúcar empieza primero en Santo Domingo (colonia francesa que, en 1804, se convierte en Haití, la Primera República Negra, tras la expulsión de los franceses), con importaciones masivas de bozales africanos, ya desde el siglo XVIII.

Más tarde, recién en el siglo XIX, empieza el monocultivo del azúcar en la parte española de la isla, en parte por la misma independencia de Haití que acaba con la producción de azúcar en la colonia vecina, causando una crisis internacional de este producto considerado en esa época como una *royalty* similar a la del petróleo en nuestros días.⁷

Al igual que en Cuba, se introduce entonces, para atender las necesidades de esta agroindustria, una mano de obra abundante, de origen africano, que cambiará radicalmente el fenotipo general de las poblaciones. Si se mira de lejos, la historia social y económica de estos dos territorios parece idéntica, sin embargo, si en Haití hoy atestamos la presencia de una lengua criolla de base francesa, sin lugar a dudas, es español y no una lengua criolla española lo que se habla en la República Dominicana.

6 Como lo recuerda Mufwene (2011): los portugueses y los españoles son los únicos colonizadores europeos del siglo XV al XVII. Los portugueses estaban más interesados en la trata mientras que los españoles en el asentamiento de colonias. Ingleses, franceses y holandeses sólo empiezan su aventura colonial a partir del siglo XVII.

7 Según Mufwene (2011):

Los portugueses comenzaron con el comercio y el cultivo de la caña de azúcar, mientras que los españoles se interesaban más por la reproducción de animales en el Caribe y la minería en el continente. Las estructuras poblacionales emergentes no eran idénticas, dependiendo del régimen económico. A finales del siglo XVII, las colonias caribeñas adoptaron el cultivo de caña de azúcar del Brasil, sin embargo con una estructura poblacional bastante diferente. En las postrimerías del siglo XVIII el Caribe español se volcó a la caña de azúcar, pero demasiado tarde para producir lenguas criollas.

Como lo he hecho anteriormente, no pretendo de forma alguna tratar aquí el conjunto del problema tal y como lo hace MCWhorter (2000) en el segundo capítulo de su obra, titulado: “Where are the Spanish Creoles?” [Dónde están las lenguas criollas españolas?]. Tampoco pretendo tratar ni el *papiamento* ni el *palenquero*⁸ que, de todas formas, y aquí bien nos lo recuerda MCWhorter (2000), son dos lenguas criollas más ibéricas que españolas (HOWE 1994 hizo la misma observación con relación al papiamento). Tampoco considero la hipótesis global que MCWhorter (2000) examina de paso, y de forma poco convincente incluso para él mismo, según la cual el español bozal resultaría de la descriollización de una lengua criolla hoy desaparecida. Hipótesis que en el pasado también ya se ha formulado para *Brasil*.

El problema es que el lector, a quien se le despierta la curiosidad con títulos intrigantes, no puede más que sentirse defraudado al ver que el autor prácticamente no aporta ninguna respuesta a las preguntas que se plantea. En síntesis, resume al final cinco puntos apenas para negarlos, rechazándolos casi siempre con razón, como veremos a seguir. Los tres primeros son relativamente banales:

8 Papiamento: “lengua criolla de base ibérica” (LIPSKI 1994: 121 y 129), hablada en las islas de Aruba, Bonaire y Curaçao (“antaño estación esclavista”. Hablada en las Antillas Holandesas, es una de las lenguas oficiales de los Países Bajos. Este criollo ibérico tiene en la historia de la criollística un valor fundamental pues desconstruye la hipótesis de clasificación de lenguas criollas como lenguas de estructura simplificada, según Mufwene (2003: 10), el papiamento, un criollo de origen sobretodo portugués pero influenciado por el español y el neerlandés, se tendría que excluir de una categorización esencialmente estructural de lenguas criollas que como lenguas prototípicas se forman a partir de un empobrecimiento morfológico, ya que esta lengua criolla ibérica presenta un sistema tonal complejo y derivaciones.

Palenquero: “El epítome de la lengua afro-colombiana es el criollo palenquero, que se habla en el pueblo de Palenque de San Basilio” (LIPSKI 1994: 231). Es una de las lenguas oficiales de Colombia. Según Lipski (1994:129): “el dialecto criollo de Palenque de San Basilio en Colombia, (...) se parece enormemente al papiamento y a los criollos afro-portugueses. “Hispanoamérica es también la sede de dos criollos afro-ibéricos; el papiamento, hablado en las islas holandesas de Aruba, Bonaire y Curaçao, y el palenquero, que se habla en la villa colombiana de Palenque de San Basilio” (LIPSKI 1994: 119).

El palenquero, por ejemplo, fue creado por un grupo de esclavos huidos de Cartagena de Indias a principios del XVII y que fundaron una ciudad en el interior de Colombia. El papiamento surgió en Curaçao en el mismo periodo, cuando la isla se utilizó como escala en el tráfico de esclavos y acogió a judíos sefardíes hablantes de portugués procedentes de Brasil. Los elementos portugueses del papiamento pueden explicarse por la presencia de esos últimos (...) (LIPSKI 1994: 130).

- el palenquero y el papiamento tienen una base más ibérica que española; lo que no es uno de mis temas ni problemas y con lo que además la mayoría de los autores está de acuerdo;
- el español bozal no viene de antiguas lenguas criollas españolas, sino que de variaciones aproximativas (pero cabe aquí recordar que las lenguas criollas también son el resultado de los mismos procesos de apropiación aproximativa);
- no podemos esperar encontrar un día una variedad de esta protolengua criolla como se soñó descubrir un día un brontosaurio olvidado por la evolución.

De los cinco puntos que encontramos en la síntesis del trabajo de MCWhorter (2000), los dos últimos son para mí los más problemáticos. Empiezo por el quinto y último, para volver enseguida al cuarto porque es el que me reconducirá al objetivo central de mi trabajo.

El quinto punto de la síntesis de MCWhorter (2000) es una constatación, un poco desencantada, según la cual la génesis de las lenguas criollas sólo se puede estudiar caso a caso (¡la famosa hipótesis *poligenética!*),⁹ lo que de hecho no nos aporta demasiado. Es, asimismo, olvidar – un poco a la ligera – que se pueden evidenciar algunas constantes, sin caer en un determinismo socioeconómico primario. Integrar datos de la sociolingüística histórica, testimonios de época y datos antiguos (elementos que el autor desconsidera bastante) permitiría aclarar hechos y sobretodo serviría como protección contra hipótesis aventureras, sin la pretensión de proponer una solución total y definitiva para todos los problemas.

El cuarto punto me interesa particularmente porque creo que es mi mismísima hipótesis la que se pone en tela de juicio. Prefiero citar aquí a MCWhorter (2000) directamente, para prevenirme de cualquier posible cuestionamiento de ¡mi traducción!

9 En Mufwene (2003 20-22) también se critica la interpretación de McWhorter (2000) sobre la ausencia de lenguas criollas españolas en América y además se hace un interesante paralelo respecto a la situación de Brasil, a la vez que se explica en qué consiste esta famosa hipótesis poligenética. Aunque sea un poco largo, creemos que vale la pena reproducirlo - o mejor traducirlo aquí como contrapunto al texto de Chaudenson por los datos que aporta sobre la situación en Brasil:

“Parece que claramente McWhorter explica mal la ausencia lenguas criollas españolas en el Nuevo Mundo. Las colonias españolas en África no fueron las únicas en las que no se desarrollaron pidgins basados en la lengua metropolitana y oficial. En las colonias francesas y holandesas también puede haberse dado la misma situación, pues no tenemos ninguna prueba de que pidgins de base francesa u holandesa se hayan desarrollado allí durante la

trata esclavista. Parece cada vez más inevitable que admitamos una explicación poligenética sometida a las restricciones que observa Chaudenson (1992, 2001 y 2003) ya que no podemos ignorar el hecho de que ciertos criollos hayan evolucionado a partir de otros criollos importados de otros territorios. Es, de hecho, lo que propone Winford (1997) para el criollo inglés de la Guayana, territorio colonizado en 1740 a partir de otras colonias inglesas ya criolloparlantes.

McWhorter tendría que haberle, igualmente, prestado atención al hecho de que Brasil, colonia portuguesa fundada prácticamente un siglo antes que las colonias inglesas, francesas y holandesas y que les enseña la base de la industria azucarera a todas las demás (una vez que la inicia por lo menos un siglo antes), no desarrolla una lengua criolla. Es digno de nota que Brasil es la única colonia oficial de Portugal en el Nuevo Mundo y que los únicos criollos portugueses atestados se desarrollaron en Palenque (costa Caribe de Colombia) y en las Antillas Neerlandesas: palenquero y papiamento, respectivamente. En el caso de Palenque, se trata de poblaciones cimarronas clandestinas, esclavos fugitivos que no tuvieron un trato seguido con poblaciones lusoparlantes, mientras que en el caso de las Antillas Neerlandesas, los esclavos eran, de lejos, una población mucho más numerosa que la de los judíos lusoparlantes, lo que acarrió la reestructuración del portugués, a tal punto que se ha identificado como una nueva lengua. Además, hay que reconocer la importancia creciente del neerlandés y del español de Venezuela para el desarrollo del papiamento en estas islas neerlandesas.

Pero, para volver al caso de Brasil, la población servil ya era aquí muy importante, constituyendo, ya al final del siglo XVI al menos la mitad – si no más – de su población total (60.000 habitantes), población esta que se trajo para la trabajar en las plantaciones de caña de azúcar. La población de origen africana también fue mayoritaria en el siglo XIX, al igual que en los territorios criolloparlantes. Una diferencia importante se manifiesta, sin embargo, en la estructura socioeconómica de Brasil. En primer lugar, el cultivo de caña de azúcar en esta colonia portuguesa no era de igual naturaleza que la que se realiza en las grandes plantaciones de las Antillas hacia fines del siglo XVIII, periodo durante el cual se había acentuado la basilectalización de la lengua europea. En Brasil, la cultura azucarera se llevó a cabo a partir de pequeñas plantaciones por hacendados que se dividían la empresa de las refinarías (SCHWARTZ 1987), contrariamente a lo que ocurre en las grandes plantaciones de las Antillas, en las que el cultivo azucarero se convierte en la principal industria en el siglo XVIII y para la cual se destinaba la mayoría de la población de esclavos. Como también había muchos trabajadores libres portugueses contratados en estas haciendas-plantaciones y que hasta el siglo XVII la diferencia de número entre las poblaciones no había alcanzado las desproporciones observadas – a favor de las poblaciones esclavas – como en las Antillas o en el Océano Índico, (tenemos cuanto mucho 2 europeos frente a 3 africanos en Brasil), las condiciones no eran favorables para el desarrollo de una lengua criolla.

Sin ninguna duda, el número de esclavos importados a Brasil fue siempre mayor que en otras partes (100.000 en el siglo XVI, 600.000 en el siglo XVII y 1.300.000 en el siglo XVIII,

“The claim that there are no Spanish Creole because Spanish colonies remained *sociétés d’habitation* long before importing Africans in large numbers is false, it applies only to the three Caribbean island but flatly misdepicts the mainland colonies” [El argumento de que no hay lenguas criollas españolas porque las colonias españolas permanecieron durante mucho tiempo como *colonias de habitación* antes de que se empezaran a importar Africanos en larga escala es falsa, sólo se aplica a las tres islas del Caribe pero es un completo error con respecto a las colonias continentales] (MCWhorter 2000: 40).

Me siento directamente implicado en las consecuencias de este cuarto punto porque creo haber sido el primero que propuso esta distinción entre “*sociedad de habitación*” y “*sociedad de plantación*”¹⁰ para situar histórica y

según Aaron Myers 2000, *Encarta Africana*). Bueno, yo diría que la razón principal de esta particularidad demográfica es que el país es enorme y exige mucho más mano de obra que todas las Antillas juntas. Pero, su misma población blanca es también muy numerosa y hoy en día mayoritaria. La dominante demográfica de poblaciones enteramente o parcialmente de origen africano se ha borrado en la segunda mitad del siglo XIX. Además, incluso cuando estas poblaciones esclavas eran mayoría, muchos de entre ellos trabajaron en minas y en plantaciones de café (más chicas que las del cultivo de azúcar), en las que los modos de interacción les permitían adquirir las mismas variedades lingüísticas que la de los trabajadores libres europeos. Al revés de lo que ocurre en las Antillas, Brasil también invirtió enormemente en la industria minera. También es igualmente importante señalar el tiempo crítico del crecimiento de la población negra. Una vez que esta población creció más o menos según los mismos moldes de la de Cuba o Santo Domingo, o sea después que una masa crítica lusoparlante negra ya se haya constituido, no hay ninguna razón para esperar que una lengua criolla se haya desarrollado en Brasil. Sumando todos estos elementos, nos parece evidente que esta colonia nunca reunió las condiciones que han contribuido a la emergencia de lenguas criollas en las islas portuguesas del leste del Atlántico, más cerca de África. Irónicamente, se debe a que justamente los trabajadores libres dejan estas islas en favor de Brasil y a que las islas se convierten poco a poco en almacenes de esclavos, lo que contribuye a la desproporción entre aprendices *versus* locutores fluentes y, consecuentemente, al desarrollo de lenguas criollas en África (MUFWENE 2003:20-22).

10 Mufwene (2003: 18) también asume a partir de Chuadenson esta distinción fundamental entre tipos de empresas coloniales y sus consecuencias socioeconómicas, culturales y lingüísticas:

En el Nuevo Mundo, concluyo que los europeos se lanzaron en dos tipos de colonización paralelas. Desarrollaron colonias de habitación sobre las concesiones que usurparon a las poblaciones indígenas, con las cuales, sin embargo, mantuvieron relaciones de comercio o trata(colonización de trata). Gradualmente se van apropiando del resto de sus

lingüísticamente el proceso de criollización en el paso de una a otra. Sin embargo, no estoy en desacuerdo con el autor en este punto, en la medida que nunca apliqué tales conceptos a otros territorios que no fueran los ya aquí mencionados. Para comprobarlo, basta citar las primeras líneas que le consagro al tema en mi libro de 1992: “L’absence de créoles espagnols dans des territoires comme Cuba, la République Dominicaine ou Porto-Rico constitue une énigme” [La ausencia de lenguas criollas españolas en territorios como Cuba, República Dominicana y Puerto Rico constituye un verdadero enigma.] (CHAUDENSON 1992:124).

No se puede ser más claro ¡me parece! *En ningún momento hago referencia a la América continental.*

Pensando en validar mi teoría general, asentada con la ayuda del estudio de cinco casos en concreto: a) Cabo Verde; b) Guayana Francesa; c) Korlai,¹¹ d) San Bartolomé; y e) las antiguas islas españolas azucareras, recordaré aquí brevemente mi hipótesis general. Sin querer volver siempre al mismo tema, no puedo, sin embargo, acabar de entender por qué MCWhorter insiste, al empezar su capítulo (MCWhorter 2000:7), en que los territorios continentales ofrecen históricamente situaciones comparables a las de las islas, si no es más que para llegar, al final de este mismo capítulo, a la conclusión de que los casos de estas islas son específicos y diferentes a los de las áreas continentales.

La hipótesis que propongo – y que MCWhorter (2000) ni siquiera llega a examinar, aunque reconozca claramente la diferencia entre situaciones insulares y continentales – tiene como elemento central la existencia de una gran diferencia en el tiempo que lleva la instauración de las sociedades de plantación. Mientras que para los demás colonizadores europeos, el desarrollo agroindustrial empieza, en la mayoría de los casos, medio siglo después de la ocupación de territorios (su duración es variable pero su magnitud es el factor esencial), la situación en las islas españolas del Caribe es totalmente distinta. Si tomamos como índice mayor el factor demográfico (sólo se importan esclavos en masa cuando se necesitan y se tiene los medios de rentabilizar tales inversiones con

territorios, del siglo XVI al XIX, aumentando las colonias de habitación. En Amazonía, parecería que en realidad la colonización de habitación siguió hasta ya los últimos años del siglo XX, si no hasta nuestros días, lo que explica la sobrevivencia de un gran número de lenguas indígenas en esta parte del mundo (MUFWENE 2003: 18)

11 Aldea de Korlai, en Raigad, Maharashtra, India. Alrededor de esta aldea vive una comunidad cristiana aislada con cerca de 1.000 habitantes que hablan una lengua criolla portuguesa conocida como Portugués de Korlai, Criollo portugués de Korlai, *Kristi* (cristiano) o *No Ling* (nuestra lengua).

los beneficios de las agroindustrias tropicales) los casos de Cuba y de la República Dominicana son clarísimos.

Como sabemos, los españoles ocupan la isla de Cuba desde el principio del siglo XVI. Bien, en 1792, Cuba presenta la siguiente estructura demográfica: 96.440 blancos y 78.180 negros (de los cuales 31.847 son libres). Sólo entre 1780 y 1820, la isla ve la población negra crecer enormemente, a tal punto que en 1862 los negros forman más del 80% de la población total (para más detalles ver CHAUDENSON 1992: 125; 2001: 131). El caso de la República Dominicana es idéntico: la ocupación española comienza en 1492, y se busca sobre todo el oro, lo que explica el agotamiento de los recursos metalíferos de la Hispaniola; en 1789, y aunque probablemente las cifras sean menos exactas que para el caso de Cuba, habría probablemente cerca de 30.000 blancos, 15.000 esclavos y 8.000 esclavos liberados (CHAUDENSON 1992: 128; 2001: 134). En el contexto general de estancamiento económico, que es el de las colonias españolas en esa época, la llegada de nuevos esclavos es limitada y, por lo tanto, su integración (o su ladinización) se da de una forma mucho más rápida y completa. En los dos casos, la inmigración masiva de esclavos africanos es bastante tardía y sólo se produce al principio del siglo XIX.

Por falta de tiempo no he realizado el mismo tipo de investigación para Puerto Rico, pero no me cabe ninguna duda de que una vez realizadas, tales investigaciones nos conducirían a constatar hechos análogos. La razón es muy sencilla y está vinculada a la historia y a la economía, o si se prefiere, a la historia de la economía. Ya había evocado brevemente el caso de Trinidad, que es un poco comparable en este caso bajo una perspectiva de la historia de la economía, subrayando el hecho que esta isla se ve tan profundamente comprometida en un subdesarrollo económico y demográfico que España tiene que hacer venir, a fines del siglo XVIII, colonos y esclavos de colonias extranjeras. En este caso, tales colonos y esclavos vendrán de las llamadas Antillas Menores, introduciendo una lengua criolla francesa en una isla que nunca fue francesa.

Es bastante fácil proponer una explicación general de estas situaciones. Durante los primeros siglos de la colonización, o sea del siglo XVI al XVII, los españoles, a los que les había tocado la suerte grande frente a los portugueses en lo que se refiere a la división del mundo americano y del Caribe,¹² no tienen

12 Sobre esta división entre el mundo americano y africano entre españoles y portugueses, las rutas de esclavos que se establecen y los puertos que los reciben, leemos en Lipski (1994: 112):

El tratado de Tordesillas de 1494, basado en una bula papal que trazaba la línea de demarcación entre los derechos de exploración y conquista de España y Portugal, concedió a Portugal la exclusividad de los derechos comerciales y coloniales en África,

por qué preocuparse con desarrollar agroindustrias tropicales; les basta con explotar las riquezas minerales de sus colonias. De hecho, los esclavos que se traen en estos dos siglos a la América continental se emplean esencialmente en las minas, en particular en Colombia. Esta circunstancia debilita mucho la objeción de MCWhorter (2000) cuanto a la desproporción que el autor encuentra entre negros y blancos en el Chocó,¹³ acercando esta estructura demográfica a

de manera que la entrada de España en el comercio de esclavos se realizó a través de los mercaderes portugueses (LIPSKI 1994: 112).

Así, Portugal se queda en el reparto con la costa atlántica de América y la costa de África, mientras que España con Caribe y la costa pacífica de América.

Incluso cuando se unieron las coronas de España y Portugal, entre 1580 y 1640, España reconoció la supremacía portuguesa en el comercio de esclavos africanos. Obedeciendo a la compleja y monolítica estructura burocrática española, los primeros esclavos africanos tenían que ser transportados a Sevilla y reembarcados allí hacia las Américas en barcos españoles oficiales. Para simplificar este proceso tan complicado el gobierno español autorizó a tres puertos americanos a recibir esclavos: Veracruz, Cartagena de Indias y Portobelo (LIPSKI 1994: 112).

Cartagena de Indias fue el principal puerto español para la importación de esclavos africanos durante la mayor parte del periodo colonial (...). Cientos de miles de africanos llegaron a la costa caribeña de Colombia, no sólo a Cartagena sino también a (...) otras ciudades pequeñas. Aunque muchos eran embarcados de nuevo rumbo a otras colonias, surgieron grandes concentraciones de africanos, en todas las zonas costeras del norte de Colombia, y después, en la costa del pacífico, especialmente en el Chocó (LIPSKI 1994: 239).

13 El Chocó: región del noroeste colombiano, en la región del Pacífico, limítrofe con Panamá. Sobre su desarrollo económico y social, y sobre su población africana en relación al puerto de Cartagena de Indias leemos en Lipski (1994):

La colonización española de Colombia tuvo como objetivo casi único los yacimientos de oro. (...) A principios del siglo XVII, los esclavos africanos se habían convertido en la mano de obra fundamental, y había grandes cantidades de negros en los centros mineros del Chocó, Antioquia y Popoyán. Las demás ciudades colombianas nacieron para satisfacer la necesidad de provisiones y materiales de esos centros mineros. Los españoles se congregaron en las tierras fértiles, excepto en el prohibido Chocó, cuya población siguió siendo predominantemente negra (LIPSKI 1994: 228).

Cartagena de Indias, en la costa caribeña, era el puerto más importante de Tierra Firme, y uno de los pocos autorizados para recibir esclavos africanos." Si bien "el primer lugar en que se emplearon esclavos africanos fueron las Antillas de principios del siglo XVI, durante los dos primeros siglos de la colonización los grupos más numerosos

la de la sociedad de habitación, olvidándose sin embargo que se tratan de colonias, de modos de vida y de explotación radicalmente distintos! Él mismo observa que los negros tienen poco contacto con los blancos (MCWHORTER 2000: 7), lo que es lo opuesto a lo que ocurre en las sociedades de habitación insulares en las que negros y blancos viven y trabajan en conjunto cotidianamente en las mismas condiciones. Sabemos también que los españoles traen a esclavos africanos en esa época porque les resultaba bastante difícil someter a las poblaciones indígenas locales a la esclavitud. Claro está que esta es una historia ya lo suficientemente conocida como para volver a contarla aquí.

En realidad, como hicieron los portugueses con Cabo Verde, los españoles utilizarán las islas del Caribe como bases de tránsito de acción hacia América. En su obra magistral, *Haiti, paysage et société* [Haití: paisaje y sociedad], D'ANS (1987) recuerda el papel que tuvieron estas colonias del Caribe en la conquista del territorio americano, y denomina a justo título a la isla "Hispaniola" como: "una plataforma de criaderos para la conquista del continente". Sabemos de hecho que aún hoy los caballos se transportan con gran dificultad por los riesgos que corren de fracturarse los miembros lo que obliga a sacrificarlos; se puede muy fácilmente imaginar lo que esto representa en las calas de las naves del siglo XVI (¡se transportaban *colgados* para evitar las fracturas!). Las islas sirven pues como criaderos de animales para la guerra y/o por su carne, con la finalidad de proveerles víveres frescos a las embarcaciones. La producción de azúcar empieza en la Hispaniola, pero permanece como una agroindustria muy modesta. De hecho, a fines del siglo XVI, esta isla que a lo largo del siglo XVIII se convertirá en la principal productora de azúcar del mundo, tiene una producción casi ¡tres veces menor que la de la Isla de Madeira!

La explotación de riquezas minerales en América exige por lo tanto a España de realizar las inversiones y los esfuerzos necesarios para la implementación y el desarrollo de agroindustrias tropicales, como el azúcar y el café. Este cambio económico sólo se realizará, en las colonias españolas, al principio del siglo XIX, una vez agotadas las riquezas de las minas y con la ruina de la agroindustria azucarera en Santo Domingo. La independencia de Santo Domingo, convertida en la República de Haití, causa un colapso mundial, una crisis económica relacionada a la falta del **azúcar**¹⁴ una vez que las poblaciones libres

trabajaron en las minas del interior de Bolivia, Perú, México, Honduras y Colombia. (...) Los esclavos eran predominantemente varones, estaban sujetos a condiciones de trabajo durísimas y fueron diezados por las enfermedades y la ausencia de mujeres con las que poder reproducirse (LIPSKI 1994: 120).

14 Según Mufwene (2011), el azúcar se convierte en el oro blanco de la época colonial. Y como lo señala Lipski (1994: 121):

abandonan esta agroindustria y les abren así a los demás países productores el mercado del azúcar mundial. Estos hechos son, sin lugar a duda, incontestables, y aclaran la evolución social de las islas, pero no explican hasta ahora la ausencia de lenguas criollas españolas en estos territorios.

Ya dije aquí que iba a tratar exclusivamente el caso de las islas, sin tratar el conjunto del dominio colonial español. Sin embargo, hay un par de factores que, me parece, pueden haber cumplido un rol común importante para el conjunto de estas colonias. Como ya lo había señalado en obras anteriores (CHAUDENSON 1992: 124; 2001: 130), las diferencias regionales en español y en francés han tenido desarrollos históricos, políticos y económicos distintos. La Gramática de Antonio Nebrija es la primera gramática de una lengua románica, esta primera descripción de la lengua castellana se publica en 1492, fecha que coincide con el “descubrimiento” de América por Cristóbal Colón y la expulsión definitiva de los árabes del territorio peninsular con la caída militar del reino Granada. La lengua, “compañera del imperio”, se ve como un instrumento para reducir la heterogeneidad. Los españoles exploraron prácticamente todo el territorio americano, tanto en las islas como en el continente, más preocupados que los demás europeos por la difusión de su lengua o con más cuidado que los demás europeos en crear instituciones administradas en su lengua, el castellano.¹⁵ Esto no significa, de forma alguna, como parece querer imputarme

Desde las décadas finales del siglo XVIII hasta mediados del siglo XIX, la eclosión de plantaciones de azúcar provocó la importación de cientos de miles de esclavos directamente de África, así como de las islas caribeñas. Además de Brasil, la nación más afectada por esta corriente fue Cuba; en este último país, el número de esclavos rebasó ampliamente a los llegados desde el siglo XVI. (...) No todos los trabajadores de las plantaciones de azúcar vinieron directamente de África; algunos procedían de otras islas del Caribe, y llevaron consigo sus lenguas criollas. Llegaron en gran número trabajadores de Jamaica, que hablaban un inglés criollo, y trabajadores de Haití, que hablaban un francés criollo. En el siglo XIX, se añadieron trabajadores de Curaçao, que hablaban el papiamento, lengua criolla de base ibérica. Muchos esclavos llegaron a Puerto Rico y Cuba a través de las Islas Vírgenes, donde aún se hablaba el ‘holandés negro’, lengua criolla de base holandesa (LIPSKI 1994: 121).

Las consecuencias de la Independencia de Haití son, por lo tanto, profundas en la economía y en la movilidad de la población en Caribe. Tras la ruina de Santo Domingo o la independencia de Haití (como se le prefiera llamar), Cuba conoce durante el siglo XVIII y principios del siglo XIX, gracias a las plantaciones azucareras, una época de gran esplendor económico.

15 Vale recordar aquí que esta determinación en la difusión de su lengua es ambigua y oscilante a lo largo del tiempo colonial como lo señala Alfaro Lagorio (2011: 194-195) al discutir la norma en América a partir de una perspectiva histórica:

Na ação dos reinos dinásticos, como é o caso da Coroa espanhola no século XVI, as determinações políticas oscilantes da legislação podem ser caracterizadas como *um*

MCWhorter (2000) que me parezca que la colonización española fue más suave y menos violenta que las demás. No veo en lo que he dicho y publicado hasta entonces nada que permita llegar a esta conclusión. Por otro lado, es indiscutible el hecho de que mientras las colonias portuguesas, inglesas o francesas están aún en un estado que podríamos calificar como natural (*mutatis mutandi* por las fechas), los españoles parecen preocuparse más que los demás europeos por dos elementos particulares: la evangelización, sea en lenguas locales, con los “salvajes de Tierra Firme” y/o en castellano, pero también la implementación de instituciones sociales administradas en la lengua castellana. Cuando conocemos la historia de las demás colonizaciones, nos asombra enormemente constatar que ya en 1538 se funda en Santo Domingo ¡la primera universidad colonial! Y que a lo largo de los siglos XVI y XVII, se crearán igualmente más de diez universidades en diferentes puntos de América. En esa misma época, en las demás colonias europeas, los sistemas educativos están prácticamente en pañales, o completamente ausentes.

Como ya lo señalaba anteriormente, el problema de la no criollización del castellano o español en estas islas permanece un problema insoluble, aunque estas consideraciones relacionadas a la política de la lengua, a la política admi-

processo não intencional, em grande medida não planejado, pelo menos no início, que não obedece a nenhum ponto de vista nacionalista (ANDERSON, 1989). A legislação das línguas interage com a experiência catequética, registrada nos documentos que originam as cédulas e ordenanças, tentando responder a cada situação.

Assim, a decisão política de castelhanizar aparece vacilante na documentação ao longo do processo de colonização. O modelo peninsular segue o dos Reis Católicos que, no final do século XV e início do XVI, tinham investido num projeto de unificação frente aos outros reinos ibéricos, em que a língua castelhana desempenha um relevante papel de coesão interna. Porém, na América, depois da imposição do ensino de castelhano aos índios com medidas repressivas contra as suas línguas em 1550, se segue uma revogação dessa cédula e, em 1565, Carlos I passa a exigir que os missionários aprendam a língua de cada grupo indígena a seu cargo. Em 1570, Felipe II declara as línguas indígenas como *veículos de catequese*. Respondendo às ‘bases’ administrativas e às recomendações dos especialistas, o Estado espanhol acaba aceitando as línguas gerais como relativamente ‘suas’ na medida em que parte de sua administração, compreendida a tarefa da catequese, deverá ser feita nessas línguas. Entretanto, a promulgação de leis protecionistas convive com o avanço do espanhol como língua de poder.

No espaço andino, o comportamento da administração hispânica em relação às línguas gerais indígenas sempre foi ambíguo. No período colonial, a tendência que acabou predominando no discurso legal foi a de tolerância e até incentivo, marcada pelo uso dessas línguas na administração interna/doméstica e principalmente na catequese (ALFARO LAGORIO: 2011: 194-195).

nistrativa y a la política religiosa de España hayan echado un poco más de luz sobre el tema. Retomemos, entonces, mi hipótesis particular sobre este caso, en el seno de mi teoría general de la criollización.

De entrada, rechazo completamente la fantasía de que la lengua española o castellana se haya difundido por la población negra que se habría llevado primero a España y en seguida a las colonias, a fin de “ladinizar” a los “bozales” (el bozal se denomina *ladino* cuando ya puede comunicar en español, en lengua latina). Hace poco oí esta idea en un coloquio sobre América. Me pareció que tales afirmaciones estaban asentadas sobre una profunda ignorancia, no sobre los hechos mismos ya que tales transportes de individuos entre África, España y Cuba, efectivamente existieron, sino de realidades económicas e históricas de la época.

Un sistema parecido, fue inventado, como se sabe, por los portugueses, pero sobre una escala muy reducida y con fines distintos. A lo largo de sus exploraciones e instalaciones en la costa africana occidental, los portugueses habían imaginado, con muy buen sentido común, traer a Portugal y “lusitanizar” a algunos africanos, para facilitar sus progresos y contactos en el continente, y contar con intérpretes en sus exploraciones ulteriores. Estos hechos son ya bastante conocidos y han sido descritos hace tiempo (NARO 1978). Hubo por lo tanto en Portugal y en España, algunos esclavos negros que fueron en seguida utilizados con diferentes fines en las empresas coloniales.¹⁶ De ahí a imaginar que se haya podido crear un sistema cuya finalidad sería aclimatar a los bozales antes de enviarlos a América, hay una diferencia enorme, creo yo, y me niego terminantemente a aceptar la idea de tal sistema.

Tal sistema sería completamente inútil pues como todo lo demuestra – y en particular los casos de evangelización y los testimonios de los religiosos que se ocuparon de esta tarea – un bozal se “ladiniza” o se “afrancesa” rápidamente en menos de un año, sin ninguna necesidad de invertir sumas considerables para ofrecerles a los esclavos africanos un periodo europeo de aclimatación ¡en Europa!

16 Al aumentar el traslado de poblaciones africanas hacia América, los tres primeros puertos de llegada Veracruz, Cartagena de Indias y Portobelo se vuelven insuficientes:

Pronto se añadieron a la lista La Habana y varios puertos venezolanos. Cuando se estableció la ruta de los galeones entre Manila y Acapulco, los esclavos del este de África, comprados a los portugueses en el sudeste de Asia, entraron en Hispanoamérica por el Pacífico. Aunque muchos esclavos fueron llevados de contrabando a otras localidades, esos puertos manejaron el grueso del mercado hasta bien entrado el siglo XVIII, cuando la liberalización del comercio hizo que se abrieran otros puertos, entre ellos Buenos Aires y, más tarde, Montevideo (LIPSKI 1994: 112).

Las realidades de la navegación de la época pueden fácilmente demostrar que los riesgos y los costos de tal sistema son demasiado desproporcionados con los beneficios que se le podrían sacar. Al contrario, la “ladinización” de esclavos en Cabo Verde, sí que podía ser una empresa rentable, por la razón misma de la proximidad con los lugares de trata. Efectivamente, se les impuso tal camino a los esclavos a principios del siglo XVI, pero este procedimiento fue rápidamente abandonado. La hipótesis no es pertinente, ni para el periodo (siglo XVI) ni para la finalidad que se le atribuye, pues, de todas formas en esta época, los españoles que están en los territorios coloniales ya alcanzan para difundir su lengua, como se demuestra en seguida. Cuando se conocen las condiciones de navegación, la tasa de mortandad a bordo de las embarcaciones, los riesgos del mar, nos asombra constatar que algunos investigadores puedan creer, por un instante siquiera, que se hayan podido hacer pasar por España decenas de miles de esclavos africanos con el único fin de “ladinizar” a los bozales destinados a las islas occidentales.

Una única cifra: Römer, tratante danés, que sabe por lo tanto de lo que está hablando, señala que en el periodo que él describe (1700-1750), el porcentaje de pérdidas en un simple traslado de esclavos desde el puerto de Acra, en Ghana, hacia América era de un 23%. ¡De cuánto hubiera sido ese porcentaje si además, hubiera sido necesario hacerlos pasar por Europa!

El tiempo que dura la sociedad de habitación, en estas islas es cinco o seis veces más largo que el de las colonias francesas e inglesas, y la consecuencia es una homogenización y una estabilización completa de la variedad local del español. La duración de esta etapa de “sociedad de habitación”, es, a mi entender, un ingrediente de la “receta de brujas” para el proceso de criollización. No lo había explicitado suficientemente en el cuadro general que propongo para los procesos de surgimiento de lenguas criollas porque traté más específicamente las lenguas criollas francesas y porque además, quería tratar el conjunto de sociedades coloniales, incluyendo a aquellas en las que este tipo de sociedad nunca llegó a existir.

Se podría, sin embargo decir que este es el caso del “*patois*”¹⁷ o variedad dialectal que se habla en la zona occidental de San Bartolomé, y que de toda

17 El término *patois*, o lengua regional francesa, adquiere con la empresa colonial nuevos sentidos y cubre diferentes realidades socioeconómicas, sin dejar de tener una prosodia negativa desde una perspectiva lexicográfica, o sea, un valor negativo, con relación a la actitud social que se asume hacia esta variedad y sus hablantes. En el caso de Caribe la frontera entre *patois* o *criollo* francés depende del estatus de la lengua y de sus hablantes. Los casos de contacto entre francés y español se han documentado en Cuba con la recolección de cantos y rituales de la denominada “tumba francesa” por Martínez Gordo (2005 y en prensa):

evidencia no se trata de una lengua criolla. Sin embargo, los hechos no son los mismos que en las colonias españolas. En el caso de San Bartolomé, el francés local se mantuvo sin convertirse en una lengua criolla, porque la zona de Sota-

(1)

Gran llimallo pefé dellemue
Oye nené no te asuste que todo
Se acabara dillo mapue ale retiré
No mue yo plal yo meté nanga seto
Tu parol mue palé yo meté nancribaní
Mue alé la Habana
Yo voy la gelemue ya pe chaché
ñun cojinée
Oye nené no te asuste
Que todo se acabará
Dillo mapue alé retiré (s)
(MARTINEZ GORDO, en prensa)

(2)

Don Joaquín
Mi historia no tiene fin
Vine tandé mua chanté
U va pellé mue
Don Joaquín
mistuá mi li long
Don Joaquín
munio para mué
yo valisé mué
yo seelé mué
yo lleté mué si
yo lleté mué la bas
mu te ne campé
dibu tancé
viné tandé mué chanté
u va pelle mua
(MARTINEZ GORDO 2005: 98)

Sin ninguna duda, el Caribe es una de las áreas geográficas que conoció numerosos y complejos tipos de confrontaciones y de encuentros de culturas. La prueba está en el panorama demográfico cubano cuya imagen reafirma la incesante fusión de diversos

vento¹⁸ nunca conoció el paso de una sociedad de habitación a una sociedad de plantación. Ya en los casos de Cuba y República Dominicana, el desarrollo de una sociedad de plantación se operó efectivamente, pero tan tarde que la homogenización lingüística total de estas islas, ya adquirida a lo largo de los tres primeros siglos de la presencia española, impidió que las estrategias de apropiación de los bozales del siglo XIX hicieran emerger lenguas criollas a partir de variedades aproximativas de la lengua europea.

No quisiera retomar aquí lo que he dicho al principio de este artículo. Me gustaría apenas recordar que los esclavos que trabajan en las plantaciones en las colonias francesas son los bozales que usan las variedades más periféricas y por lo tanto más aproximativas. Los mejores francófonos, si se les puede llamar así, trabajan al servicio de la “casa grande” o de la “corte”, en contacto directo y con más proximidad respecto a sus amos blancos.

grupos humanos. Uno de los elementos de esta integración cultural fue y sigue siendo la inmigración de haitianos y de sus descendientes – hoy cubanos, que aportaron sus costumbres, danzas, rituales, cantos y su lengua, el criollo de base francesa que sobrevive en Cuba desde hace doscientos años. El apareamiento de esta lengua criolla en territorio cubano remonta a dos momentos distintos de inmigración. En ambos momentos, estas poblaciones y su lengua han sido víctimas de un racismo violento, y su lengua se ha denominado como “lengua de negros”, “lengua deteriorada”, “jargón” o “patois”, denominaciones que corroboran los aspectos históricos y sociales con los que se relaciona esta lengua (MARTINEZ GORDO 2005: 93).

Hay más datos sobre la influencia del francés criollo en algunos trabajos de Lipski (2002, 2004).

También se le denominó “patuá venezolano” o criollo francés venezolano al criollo hablado en Güiría, ubicada en el extremo oriental de Venezuela, a escasas horas –vía marítima- de las Islas de Trinidad y Tobago, con las cuales ha mantenido por siempre estrechas relaciones socio-económicas y de intercambios culturales. De allí que Güiría comparta con sus vecinas Antillas inglesas y francesas del Caribe, gran parte de su historia y patrimonio cultural: la arquitectura tradicional, el patuá, la música y la gastronomía guireña, hacen alusión a una rica cultura afro-antillana. Inmigrantes plantadores hablantes del francés y del criollo francés llegaron en masa a Venezuela a finales del siglo XVIII. Muestras del criollo francés venezolano se encuentran en You Tube, con entrevistas a patuaparlantes como en: <http://www.youtube.com/watch?v=Vrk201xtvDU>

18 Las *islas de Sotavento* (Sous le Vent) son un grupo de islas de las Antillas Menores situadas frente a la costa de Venezuela y se oponen geográficamente a las *islas de Barlovento* (Iles du Vent), un grupo de islas septentrionales. Las Islas de Barlovento fueron llamadas así porque estaban más a barlovento (en la dirección de origen del viento) de las naves que venían al Nuevo Mundo que las Islas de Sotavento, dado que los vientos que prevalecen en esa zona soplaban en el sentido de este a oeste.

Creo que la historia de la lengua criolla en la isla Mauricio es particularmente ejemplar para la verificación experimental de tal punto de vista. Después de la abolición de la esclavitud, en 1835, Gran Bretaña trae a la isla, para cubrir sus necesidades de mano de obra, grandes masas de trabajadores hindúes libres “contratados”. Para explicarlo de una forma sencilla, digamos que en un territorio de 101.469 habitantes (como son los que se cuentan en el momento de la abolición), se introducen, en menos de un siglo, a cerca de 500.000 hindúes. No todos se quedarán, pero la demografía cambiará radicalmente, pues hoy la población está compuesta en un 70% de indo-mauricianos. Lo importante para nuestro propósito es que podemos perfectamente comparar el estado actual de la lengua criolla mauricana con el que existía antes de 1835.

Tenemos para tal fin dos elementos de comparación. Por un lado los textos antiguos (CHAUDENSON 1981), que están bastante difundidos pero de los que algunos podrían contestar su fiabilidad una vez que los escribieron, esencialmente blancos y mulatos. Y, por otro lado tenemos la lengua criolla de la isla Rodrigues. Esta isla Mascareña que forma parte de la República de Mauricio, fue poblada de forma permanente a partir del principio del siglo XIX, y ha permanecido completamente apartada del proceso de inmigración hindú, ya que no se trataba de una isla de plantación e industria azucarera, por lo que no necesitaba tal mando de obra adicional. Allí, se siguió por lo tanto hablando la lengua criolla de Isla de Francia,¹⁹ traída por los primeros inmigrantes originarios de esta isla a partir de 1804. Este es un argumento esencial, un punto que contribuye por contraste a fundamentar la validez de los textos antiguos, que algunos insisten en desacreditar.

Así es que, por contraste con los documentos antiguos y con el habla criolla de la isla Rodrigues, tenemos hoy para el criollo mauricano una constatación mayor: la gran masa de inmigración hindú sólo tuvo sobre la lengua criolla mauricana una influencia mínima, a lo mejor de orden fonético (para algunos alomorfos) y de orden léxico. En el léxico sus aportes apenas se cuentan en una decena de términos, si consideramos el vocabulario religioso que, dígame de paso, no se comparte entre todos los indo-mauricianos: no lo comparten por ejemplo ni la población cristiana ni la musulmana y, *a fortiori* tampoco la población no indo mauricana.

¿Qué conclusiones podemos sacar de todo esto? ¿Y cuáles son las relaciones con Cuba y la República Dominicana? Una ley sociolingüística bastante sencilla: trabajadores inmigrantes, en situación de fuerte minoría social (ya se trate de trabajadores libres “contratados a sueldo” como los de la isla Mauricio

19 En este caso, Isla de Francia (Ile de France) es la denominación de la isla Mauricio durante su periodo francés en el siglo XVIII, de 1715-1810.

o esclavos como en las colonias españolas), una vez que se introducen en una situación lingüísticamente estable y homogénea, aprenden la lengua del país, la que habla toda la gente, sin introducir más que modificaciones superficiales, como pueden ser las del léxico y/o la fonética.²⁰

Referencias bibliográficas

ALFARO LAGORIO, Consuelo. “Norma e bilingüismo no espanhol americano: o caso andino”. In: LAGARES, Xoán C. e BAGNO, Marcos. *Políticas da norma e conflitos lingüísticos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 194-195.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

D’ANS, André-Marcel, *Haiti, paysage et société*. Paris: Karthala, 1987.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Holt; Rinehart and Winstone, 1933.

CALVET, Louis-Jean y Robert Chaudenson. *Saint Barthélemy: une énigme linguistique*. Paris, CIRELFA – Agence de la Francophonie, Diffusion Didier Erudition, 1988.

CHAUDENSON, Robert. *Creolization of Language and Culture*. London: Routledge, 2001.

²⁰ Mufwene (2003: 23-24) también sostiene la tesis de que la presión para inserirse en la nueva sociedad se ejerce con la misma fuerza tanto entre esclavos como entre trabajadores libres. El desarrollo de ex colonias de habitación hacia colonias que tuvieron las plantaciones como industria principal es para Mufwene un catalizador importante en la muerte de las lenguas de las poblaciones serviles. Minoritarios en las sociedades de habitación y, en la mayoría de los casos, sin compañero del mismo origen etnolingüístico, los esclavos se veía en una situación etnográfica en la que no podían más hablar sus lenguas, aunque no se les prohibiera hacerlo. Esta situación es para MUFWENE (2003: 23) más o menos comparable a la de los trabajadores inmigrantes que se encuentran en medios sociales en los que nadie habla su lengua, de la cual van perdiendo gradualmente competencia por atrofia (fenómeno identificado como ‘attrition’ en lingüística). Es por lo tanto, la lengua colonial la que los niños criollos de las sociedades de habitación aprenden como vernácula, incluso si algunos de sus padres les enseñan una lengua no europea. Hablamos aquí de un proceso de *vernacularización*, en la medida que este modo de hablar se vuelve el idioma principal de un locutor en su práctica regular en familia, con amigos o familiares, y fuera de contextos que exigen un lenguaje especializado, intensificándose su uso y frecuencia en ámbitos sociales y de interacción cada vez más amplios. Este proceso de *vernacularización*, en contextos coloniales, puede resultar en una lengua autónoma, como en el caso de las lenguas criollas en sociedades de plantación, o en la apropiación de la lengua colonial, como en el caso de sociedades de habitación (MUFWENE 2003: 8-9).

_____. *La créolisation: théorie, applications, implications*. Paris: L'Harmattan, 2003.

_____. *Des Iles, des Hommes, des Langues : Langues créoles – Cultures créoles*. Paris: L'Harmattan, 1992.

_____. *Textes créoles anciens (La Réunion et Ile Maurice): comparaison et essai d'analyse*. Hamburg: Buske, 1981.

DEGRAFF, Michel. "Linguists most dangerous myth: the fallacy of Creolist Exceptionalism." *Language and Society*, n. 34, p. 533-591.

HOLM, John. *An Introduction to Pidgins and Creoles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HOWE, K. *Papiamentu reader*. Kensington, MD: Dunwoody Press, 1994.

LIPSKI, John. Afro-Bolivian Spanish. *Vervuert Iberomaerica: Lengua y Sociedad del Mundo Hispánico*, v. 20, Madrid, 2008.

_____. "La conexión africana". In: _____. *El español de América*. Silvia Iglesias Recuero (trad.). Madrid: Gredos, 1994, p. 110-153.

_____. "Contacto de criollos y la génesis del español (afro)caribeño". In: DÍAZ, Norma; LUDWIG, Ralph; PFÄNDER, Stefan (eds.). *La Romania americana: procesos lingüísticos en situaciones de contacto*. Frankfurt: Vervuert, 2002, p. 53-95.

_____. "Nuevas perspectivas sobre el español afrodominicano." In: VALDÉS BERNAL, Sergio (ed.). *Pensamiento lingüístico sobre el Caribe insular hispánica*. Santo Domingo: Academia de Ciencias de la República Dominicana, 2004, p. 505-552.

MARTINEZ GORDO, Isabel. "Langues chantés a la Tumba Francesa". *Études créoles*. Paris: L'Harmattan, *Hommade d'Ans Martinez* (en prensa).

_____. "Le créole haïtien à Cuba: de langue sous-valorisée à la langue reconnue." *Études créoles*. Paris: L'Harmattan, v. XXVIII, n. 1, p. 93-112, 2005.

MCWhorter, John H. *The Missing Spanish Creoles: Recovering the Birth of Plantation Contact Languages*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2000.

MUFWENE, Salikoko S. *Colonization and Language Contact: a Global perspective*. Ciclo de palestras "Colonização e Contato de Línguas", 12 e 16 de dezembro, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2011.

_____. *Créoles, écologie sociale, évolution linguistique*. Paris: L'Harmattan, 2005.

_____. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. "Jargons, pidgins, creoles, and koinés: what are they?" In: SPEARS, Arthur y Donald Winford (ed.). *The Structure and Status of Pidgins and Creoles*. Amsterdam: John Benjamins, 2007, p. 35-70.

_____. "Pidgins and creoles" In: KASHROU, Braj; Yamouna Kashrou y Cecil L. Nelson (ed.). *The Handbook of World Englishes*. Oxford: Wiley-Blackwell Benjamins, 2006, p. 313-327.

_____. "Préface" In: CHAUDENSON, Robert. *La créolisation: théorie, applications, implications*. Paris: L'Harmattan, Institut de la Francophonie, 2003, p. 7-28.

NARO, Anthony. "A study on the origins of pidginization". *Language*, n. 54, p. 314-357, 1978.

PRUDENT, Lambert-Félix. *Des baragouins à la langue antillaise*. Paris: L'Harmattan, 1980.

SCHWARTZ, Stewart B. "Plantations and peripheries, c. 1580 – c. 1750." In: BETHEL, Leslie. *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

WINFORD, Donald. "Re-examining Caribbean English creole continua" *World Englishes*, n. 16, p. 233-279, 1997.

Bilinguismo, identidade e poesia

Consuelo Alfaro¹

José R. Bessa Freire²

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a trajetória, nas aldeias indígenas, de um poema, escrito originalmente em mirandês, intitulado *Dues Lhénguas*, de autoria de Amadeu Ferreira. O poema, traduzido ao português, foi recriado e adaptado pelos Guarani, circulando ainda no Alto Solimões (Amazonas) com os Ticuna, Kokama, Kaixana e Cambeba. A versão em português foi traduzida ao espanhol – duas línguas compartilhadas não apenas pelos falantes de mirandês, mas também pelos falantes das línguas indígenas, que são de área de fronteira. A identificação imediata dos índios com o poema suscitou algumas questões sobre identidade e bilinguismo que são abordadas aqui.

Palavras-chave: poesia, português, espanhol, línguas indígenas, identidade e bilinguismo.

Abstract: The goal of this article is to show the trajectory, in indigenous villages, of a poem, originally written in Mirandese by Amadeu Ferreira, named *Dues Lhénguas*. The poem, translated to Portuguese, was remade and adapted by the Guarani people, and circulated in High Solimões river (Amazonas) with the Ticuna, Kokama, Kaixana and Cambeba people. The Portuguese version was translated to Spanish – both languages shared not only by the Mirandese speakers, but also by the indigenous languages speakers, who are from the border area. The instant identification by the natives in relation to the poem brings some questions about identity and bilingualism which are addressed here.

Keywords: poetry, Portuguese, Spanish, indigenous languages, identity and bilingualism.

1 UFRJ. e-mail: consueloalfaro@hotmail.fr

2 UNIRIO/UERJ. e-mail: bessa_18@hotmail.com

Ouvi os cantos, a voz, os murmúrios
dos MBYA Guaranis.
Eles me transportaram para a fonte das palavras.
Me levaram
para os ancestrais, para os fósseis linguísticos,
lá onde
se misturaram as primeiras formas, as primeiras vozes:
a voz das águas, do sol, das crianças,
dos pássaros,
das árvores, das rãs...
Passei quase duas horas
deitado nos meus inícios,
nos inícios
dos cantos do homem.

Manoel de Barros

O poema em epígrafe, de Manoel de Barros, associa a língua e a cultura guarani à natureza nas suas formas primeiras, representação recolhida do senso comum. A idealização de um passado remoto enraizado na natureza faz parte de um romantismo poético, que elabora um discurso bucólico para produzir um encantamento como recurso para a construção de uma identidade alternativa.

Este artigo tem o objetivo de suscitar algumas questões sobre identidade e bilinguismo a partir de outro poema, escrito originalmente em mirandês, traduzido ao português e ao espanhol, e recriado nos cursos de formação de professores bilíngues guarani e de agentes indígenas de saúde, que o traduziram para sua língua materna. Pretende ainda apresentar as diferentes versões do poema e as condições em que foram produzidas e publicadas.

O texto em mirandês, intitulado *Dues Lhénguas* (Anexo A), é de autoria de Amadeu Ferreira, que o publicou no livro “Cebadeiros”, com o pseudônimo de Francisco Niebro na Coleção de livros em língua mirandesa da Editora Campos (NIEBRO, 2001). Foi lido pelo autor no colóquio “Mais Línguas, Mais Europa: Celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa”, coordenado por Maria Helena Mira Mateus (2001), durante a intervenção de Manuela de Barros Ferreira, da Universidade de Lisboa (FERREIRA, 2001).

O poema foi escrito numa língua falada por mais 15 mil pessoas que vivem em trinta e uma localidades de Portugal, no Concelho de Miranda do Douro e em aldeias de Vimioso, num território de 484 km², que se estende ainda por outras aldeias de Bragança, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros. Ao contrário do que pode pensar um leitor desavisado, o mirandês não é uma variedade

dialetal do português, sua configuração não permite que seja considerado dessa forma, conforme explica Manuela de Barros Ferreira, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Trata-se de uma língua românica, efetivamente, que foi dialeto do asturo-leonês, falado no reino de Leão, no século XII, pertencente ao mesmo subgrupo linguístico do idioma asturiano do noroeste da Península Ibérica. “Hoje, o mirandês, isolado do grupo a que pertencia, já é muito diferente do asturiano, só existe em Portugal” (FERREIRA, 2001: 38).

Em 1999, o mirandês adquiriu o estatuto de segunda língua oficial de Portugal, depois de ter sido usada, opcionalmente, nas escolas do ensino básico em Miranda do Douro e de figurar nas placas toponímicas da região. A Câmara Municipal de Miranda do Douro aprovou uma política de publicação de livros *sobre* e *em* mirandês, além de promover, anualmente, um concurso literário e um festival da canção na língua minoritária, que passou a ser usada na mídia local e em festas da cidade. O mirandês tem também, como todas as línguas, suas variedades dialetais: o dialeto central ou normal, o setentrional ou raiano e o meridional ou sendinês. Foi oficialmente reconhecido pela Convenção Europeia das Línguas Minoritárias.

A mudança de estatuto – que faz passar de uma situação de expressão oral envergonhada para uma situação de língua oficial, oral e escrita - permite a qualquer idioma um considerável alargamento da sua função social. Este alargamento é tanto mais premente quanto maior for o seu perigo de extinção (FERREIRA, 2001).

Atualmente, os falantes de mirandês são bilíngues ou trilingues, com competência em português e em espanhol. O poema em mirandês foi traduzido, no Brasil, justamente para o português e o espanhol – línguas conhecidas também pelos índios Mbyá Guarani– que dessa forma puderam tomar conhecimento de seu conteúdo, traduzindo-o para sua língua materna, numa experiência que ocorreu em três oficinas, realizadas todas em 2007: a primeira em janeiro, na aldeia Sapukai, no morro conhecido como Bico da Arraia, no sertão de Bracuí, na Serra da Bocaina, Angra dos Reis (RJ); a segunda em março, na aldeia Itaxi, em Paraty (RJ), durante o curso de educação ambiental, e a terceira em Faxinal do Céu (PR), em outubro, na VIII Etapa Intensiva do Curso de Formação de Magistério Guarani Kua’a Mbo’e.³

3 As oficinas nas aldeias do Rio de Janeiro foram realizadas pelo Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ, coordenado pelo professor José Ribamar Bessa Freire. Participaram agentes indígenas de saúde e professores bilíngues Guarani, entre os quais Algemiro

Posteriormente, as versões em português e em espanhol foram também trabalhadas, em janeiro de 2008, no Curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Alto Solimões, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), em sua 4ª etapa presencial, com professores indígenas Ticuna, Kokama, Kaixana e Cambeba, quase todos também, da mesma forma que os falantes de mirandês e de guarani, com algum tipo de competência em português e em espanhol, por viverem na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru.

Línguas de fronteiras

As experiências mencionadas demonstraram que índios falantes de diferentes línguas, no Amazonas, no Sul e no Sudeste do Brasil, manifestaram uma identificação imediata com a leitura de um poema escrito originalmente numa língua minoritária falada em Portugal. Vamos nos deter aqui na experiência realizada com os Guarani e no contato que tiveram com essa língua indo-europeia.

Para que os professores indígenas pudessem ter acesso ao texto, o poeta Amadeu Ferreira liberou a tradução ao português, que foi feita por José R. Bessa Freire, um dos autores deste artigo, com o título *Dois Línguas* (Anexo B). Posteriormente, o poema foi reescrito em português, incorporando frases inteiras do original, mas acrescentando outras a partir das situações de bilinguismo vivenciadas pelos Mbyá (Anexo C). Foi feita, em seguida, uma tradução dessa versão ao espanhol – *Dos lenguas* – por Consuelo Alfaro, coautora deste artigo (Anexo D). Finalmente, os participantes da oficina fizeram a tradução para a língua guarani de parte do poema que mais lhes interessava com o título de *Moko) Ayvu* (Anexo E), publicando o texto no livro bilíngue *Maino') rapé – O Caminho da sabedoria* (IPHAN, 2009: 43-45).

A pergunta que se impõe imediatamente é: qual o interesse dos Guarani por um poema escrito em mirandês com o qual se identificaram a ponto de

da Silva (Karaí Mirim), Alessandro Mimbi da Silva (Vera Mirim) e Valdir da Silva (Vera Poty) da aldeia Sapukai; Sérgio Silva (Nhamandu Mirim), Darcy Nunes de Oliveira (Tupã) e Isaac de Souza (Kuaray Poty) da aldeia Itaxi; Nirio da Silva (Karaí Mirim) da Aldeia Araponga e Neusa Mendonça Martins (Kunhá Tacuá) da aldeia Rio Pequeno. Também os seguintes agentes de saneamento: Adílio da Silva (Kuará'y) e Aldo Fernandes Ribeiro (Karaí Mirim) da aldeia Sapukai; Hélio Vae (Karaí Tupã Mirim) da aldeia Itachim; Jorge Mendonça Martins (Wera) da aldeia Rio Pequeno e Vilmar Vilhares (Tupã) da aldeia Araponga. Esses são os autores da versão guarani (Anexo E), que foi revisada por Marcelo Werá, da aldeia Três Palmeiras (ES) e por Alberto Alvares, e posteriormente supervisionada pela linguista Ruth Montserrat no módulo do curso de formação de magistério em Faxinal do Céu (Paraná) desenvolvido pelo professor J. R. Bessa Freire para oitenta professores guarani das regiões Sul e Sudeste.

traduzi-lo e ressignificá-lo em sua própria língua? Por que se emocionaram tanto com sua leitura? O que lhes atraiu no poema? O que existe de comum entre as representações que o Guarani e o mirandês fazem de suas respectivas línguas em contato com o português? Afinal, qual é a situação da língua guarani no quadro sociolinguístico da América do Sul?

Atualmente, no Rio de Janeiro – onde o poema foi traduzido – são mais de setecentos índios, todos eles usuários da língua guarani, vivendo em seis aldeias localizadas em três municípios: Angra dos Reis, Paraty e Niterói, em territórios ocupados como resultado de uma migração relativamente recente proveniente do sul. Mas no Brasil eles somam um pouco menos de 50 mil indivíduos distribuídos em dez estados, a maior parte concentrada nas regiões Sul e Sudeste, fronteira com o Paraguai, Argentina e Uruguai.

Os estudos linguísticos e arqueológicos sugerem que a origem das protolínguas da família Tupi-guarani teria acontecido na Amazônia Central há cerca de 5 mil anos (MIGLIAZZA, 1982). No entanto, por volta de 2000 e 1500 AP, segundo as pesquisas arqueológicas, já existem evidências da presença Guarani na outra extremidade do continente, nas bacias dos rios Paranapanema, Uruguai e Jacuí (DIAS et alii, 2008).

Atualmente, a língua denominada guarani está constituída por variedades dialetais conhecidas como mbyá, kaiowá, nhandeva e chiriguano, além do jopará – o guarani paraguaio que é uma variante histórica de vários dialetos guarani com o espanhol colonial.

“De hecho hay una sola lengua guaraní, aunque numerosas son sus variedades y cada una tiene su vida propia y sus dolencias” – nos ensina Melià (2010: 228). Esta língua é falada em cinco países do Cone Sul: Paraguai, Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai, ainda que esse último país seja o único a não reconhecer oficialmente a existência do guarani em seu território.

Independente das políticas linguísticas nacionais e do lugar atribuído às línguas indígenas na escola e na mídia, a língua guarani é, certamente, “um ponto de união de vários países da América do Sul”, como sinalizou com muita propriedade Felix Giménez Gómez, em entrevista ao repórter gaúcho Daniel Cassol. Poeta e escritor paraguaio, Don Felix morreu aos 86 anos, em março de 2011, depois de ver o guarani ser reconhecido como língua oficial do Paraguai, em 1992, e como um dos idiomas oficiais do Mercosul, em 2009, ao lado do português e do espanhol, o que obriga a redação dos documentos dessa instituição nas três línguas (CASSOL, 2009).

No Brasil, em 2010, o município de Tacuru (MS), onde 30% dos habitantes são Guarani, adotou esse idioma como segunda língua oficial, o que obriga a prefeitura a usá-lo nos atendimentos na área de saúde e em campanhas de prevenção e tratamento de doenças. Com a nova lei, a Prefeitura de Tacuru se

comprometeu a apoiar e incentivar o ensino de guarani nas escolas e usá-lo nos meios locais de comunicação. O município de Paranhos, também em Mato Grosso do Sul, está seguindo os passos de Tacuru para a oficialização do guarani.

Esse reconhecimento do guarani no plano municipal vem sendo acompanhado pelo Ministério Público Federal, para quem o Brasil, como signatário do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, tem o dever de garantir que as minorias étnicas ou linguísticas não sejam privadas de usar suas próprias línguas. A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Povos Indígenas e Tribais determina que os estados nacionais signatários adotem medidas para que essas minorias possam compreender e se fazer compreender na relação com as instituições públicas, providenciando, se for o caso, o uso de intérpretes e tradutores.

Poesia em guarani

As dificuldades para traduzir um poema do mirandês a uma língua indígena podem ser comparadas às da tradução ao guarani de Don Quijote de la Mancha feita por Felix Giménez Gómez, que levou dois anos para finalizá-la. Hoje existem alguns exemplares dessa tradução no Museu Cervantino. Além das dificuldades relativas à tipologia linguística, estão também envolvidas questões relacionadas à tradição de discursos literários, retórica e letramento. Considerando o bem simbólico que é a língua, nos deparamos no campo da ideologia com discursos que legitimam os usos de línguas como o Guarani nessas funções consideradas “nobres”, como é o caso da produção literária, especialmente em suporte escrito.

“Em Guarani, há tudo. Não precisamos de outra língua” – afirmou Don Felix de Guaranía, como é conhecido. Ele defende a autonomia do guarani, lamentando que seu ensino nas escolas paraguaias se faça ainda de forma improvisada, com professores que não estão bem preparados. Atualmente, mais de 90% da população paraguaia, além do espanhol, fala o guarani jopará, transformando-o em uma língua de resistência.

O discurso sobre a capacidade do idioma guarani para desempenhar a função literária faz parte dos argumentos de vários escritores, que se referem à facilidade com a qual os seus falantes penetram no mundo da poesia. Essa língua *“entraña en su contexto cósmico significaciones que anulan nuestros conceptos de temporalidad y espacialidad”* – sinaliza Roa Bastos, no seu comentário ao texto intitulado “As culturas condenadas”. Para o premiado escritor paraguaio, a qualidade poética da literatura guarani é a melhor prova da vitalidade da língua e da cultura guarani:

Esta perfección, esta plenitud, esta unidad y originalidad de los cantos y mitos indígenas – que sobreviven victoriosamente en las traducciones y versiones – prueban una de las tesis de la ciencia lingüística: la de que no hay una lengua inferior a otra. Prueban, asimismo, que no sólo las culturas que se proclaman “superiores” son las que producen “jerárquicamente” las mejores y más altas expresiones artísticas. Prueban que esta superioridad – en el sentido de plenitud y autenticidad – sólo puede brotar de culturas que han logrado un alto grado de unidad y cohesión, como sucede en el caso de las culturas vernáculas (ROA BASTOS, 1980).

Ele chama ainda a atenção para a oposição “entre lo ‘dicho’ en los cantos indígenas y lo ‘escrito’ en las letras paraguayas de escritura colonial”, localizando uma enorme distância entre “lo vivo del acervo oral, del pensamiento colectivo” e aquilo que ele considera como “lo muerto de la escritura literaria, de carácter siempre individual”.

A intimidade dos Guarani com a linguagem poética pode ser avaliada também no conceito de beleza que eles compartilham. A antropóloga Elizabeth Pissolato, que conviveu com os Guarani do Rio de Janeiro, em seu artigo – “Dimensões do bonito: cotidiano e arte vocal Mbya Guarani” – aborda as dimensões da beleza para os Guarani e os diversos aspectos de um “fazer bonito” (*japo porá*), além de discutir a experimentação do “belo” no contexto de música e dança na reza. “Não há arte maior entre os Mbya que a vocal” – ela escreve, destacando o lugar central da oralidade para os Mbyá, para quem “viver como humanos envolve um sentido do belo, qualidade originalmente pertencente ao mundo dos deuses, mas que deve ser constantemente apropriada e atualizada nas condutas humanas, sem o que a existência das pessoas Mbyá torna-se, no limite, insustentável” (PISSOLATO, 2008).

A poesia bilíngue – menos do que seria recomendável, é verdade – tem sido usada nas escolas guarani como um exercício. Os professores indígenas do Rio de Janeiro, responsáveis pela tradução do poema em mirandês, elaboraram o citado livro bilíngue *Maino’i rapé – O caminho da sabedoria*, com textos em guarani carregados de poesia. Um deles, logo na abertura do livro, é uma espécie de *hai-kai* e merece ser transcrito aqui pela forma como foi trabalhado numa escola em Aracruz, no Espírito Santo, por uma professora guarani, preocupada em reforçar o bilinguismo em seus alunos. Seu título é *Popo Yju – Borboleta amarela* (IPHAN, 2009: 3).

Popo Yju

Ara Owy re

Iporãa opa va’erã e’y

Ojapo vai va’era e’y mava’e vê reipe

Iporãa opa va'erã e'y.

Borboleta amarela
No céu azul
Infinita beleza
Não fazer mal a ninguém
Infinita beleza.

Todas as potencialidades desse poema foram exaustivamente exploradas na Escola Guarani de Três Palmeiras, no município de Aracruz, Espírito Santo, pela professora bilíngue Sandra Benitez, bolsista do Observatório de Educação Escolar Indígena (Núcleo em Rede: UFMG/UFSJ/PUC-MG/UFSC/UNIRIO) – um projeto que discute as práticas de interculturalidade, plurilinguismo e aprendizagem nas propostas de formação de professores e nas escolas indígenas. A professora Sandra trabalhou essa poesia em guarani com crianças do ano pré-escolar, de idade entre quatro e cinco anos, durante todo mês de setembro de 2009, desenvolvendo vários conteúdos: o sistema de cores, o hábitat e a alimentação das borboletas, o meio ambiente, a relação com outros animais, realizando passeio pelas matas para observar o processo de formação das borboletas. O poema serviu também para trabalhar noções de língua guarani e de português, mas também o conceito de beleza, com critérios éticos e estéticos se fundindo.

No entanto, o bilinguismo escolar, tal como vem sendo praticado nos países do Cone Sul, nem sempre vem desempenhando um papel de defesa e preservação da língua, conforme indicam pesquisas, dissertações e teses sobre o funcionamento da escola bilíngue guarani em diversos estados e em diferentes países.

Bilinguismo escolar

O papel da escola e do Estado na construção da identidade étnica dos Mbyá Guarani no Rio Grande do Sul foi analisado por Vanderlise Machado Barão, em sua dissertação de mestrado. O autor chama a atenção para o problema:

A escolarização, conforme os moldes ocidentais, tem sido foco de discussões internas e externas, entre os próprios Mbyá, e tem apresentado fortes influências sobre a identificação étnica do grupo diante de seus “outros”, principalmente diante da sociedade nacional (BARÃO, 2005).

Nas aldeias guarani de Santa Catarina, o papel da escola em relação à língua e à cultura também é polêmico. Outra pesquisadora, Ismênia Vieira, ouviu crianças, jovens, adultos e lideranças da aldeia indígena M'Biguaçu Tekoá Yynn Moronti Wherá, em Biguaçu (SC), para mapear os significados atribuídos à escola e o que entendem por escola bilíngue e intercultural. Concluiu que a escola ocupa lugar de destaque na aldeia, considerada uma segunda “casa de reza”, encarregada de uma dupla função: desenvolver os conhecimentos da sociedade não indígena – o ensino de português, a leitura e a escrita – e valorizar a língua guarani e os conhecimentos tradicionais. A escola é admitida, dessa forma, como o ponto de conexão entre os dois mundos representados pelas duas línguas: o guarani e o português em contexto de muita tensão (VIEIRA, 2006).

E isso porque a relação entre as duas línguas não se dá de forma simétrica, como se pode constatar na escola da aldeia Massiambu, em Palhoça, também em Santa Catarina, pesquisada por uma historiadora da Universidade Federal (UFSC). Ela registrou o depoimento do professor bilíngue Leonardo Wera Tupã, que usou uma imagem contundente e bastante didática para representar a instituição:

A escola dentro da aldeia é como se fosse uma embaixada de outro país. Ela está em território Guarani, faz parte do contexto, mas não atende os interesses da comunidade na qual está inserida, ela atende os interesses dos “donos” da escola (ROSA, 2009: 66).

Esse mesmo sentimento é compartilhado por professores da escola guarani no Espírito Santo estudada por Teao (2007) e Cota (2008) e no Rio de Janeiro, analisada por Campos (2012). Guardadas as diferenças, na Argentina a questão também se impõe, conforme apontam pesquisas etnográficas realizadas em contextos étnicos diversos, algumas delas publicadas no livro *Educación Escolar Indígena – Investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina*, organizado por duas antropólogas. Ali, diversos textos analisam as políticas de educação escolar indígena nos dois países e os programas de educação “compensatórios, bilíngues e interculturais”. Discutem ainda os processos de apropriação da escola pelos povos indígenas, como ferramenta de luta e de afirmação cultural (GARCIA; PALADINO, 2007).

No entanto, as restrições ao uso da língua guarani, na realidade, ultrapassam as práticas educativas escolares, conforme constata Carolina Gandulfo no seu livro *Entiendo pero no hablo*. Ela estudou o guarani “acorrentinado” em uma escola rural em San Luis del Palmar, Corrientes, onde as crianças chegam falando guarani e, algumas vezes, um pouco de espanhol. São crianças silencio-

sas, caladas, tímidas, que não podem se comunicar com seus próprios professores e que, muitas vezes, são reprimidas na família, porque alguns pais já não falam com seus filhos em guarani para “*que puedan aprender a hablar un buen castellano*”(GANDULFO, 2007).

No Paraguai, onde “as crianças aprenderam primeiro o guarani”, mantendo um campo relativamente mais amplo do que nos países vizinhos, existe igualmente um preconceito acentuado contra o idioma, conforme constata Don Felix Gimenez Gomez: “O guarani foi uma língua marginalizada. Mães e pais não queriam que seus filhos falassem, porque achavam que o guarani os rebaixava socialmente”.

O tema relativo à transformação enfrentada pelos Guarani e por outros povos foi debatido num Grupo de Trabalho na VII Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em Porto Alegre, em 2007, quando se discutiu também os usos do guarani e do espanhol em diferentes situações comunicativas, incluindo o espaço escolar, e o papel do bilinguismo na construção das identidades étnicas.

O ratinho bilíngue

No momento da Conquista, no século XVI, Guarani era quem falava guarani. Hoje, no século XXI, com grande parte de suas terras usurpadas, com as aldeias compartilhando já o espaço urbano, com a implantação da escola indígena bilíngue e intercultural, Guarani é quem, além do guarani, usa o português e/ou o espanhol, línguas que precisam adquirir para poder sobreviver dentro da economia de mercado na qual muitos deles foram inapelavelmente submergidos. Nesse sentido, os Guarani assumiram como sua a frase final do poema em mirandês: “*Tengo dues lhénguas cumigo / dues lhénguas que me fazírun / i yá nun passo nien sou you sien ambas a dues*”. Ou, na tradução de Adilio Kuaray Papa: “*Areko moko) ayvu xere / Moko) ayvu xeapo/ Ndaiko vei ma / A’e kuery e’ù reve / Ni xee ma xee’ ù / Moko) e’ù reve*”.

O bilinguismo, dessa forma, faz parte hoje da identidade guarani. A questão que se formula é: até quando? A pergunta é pertinente, considerando que em todo o Cone Sul ocorre aquilo que Melià denuncia no país onde vive:

El supuesto bilingüismo del Paraguay apenas camufla una forzada empresa de castellanización.(...).La teoría del bilingüismo que se practica, teóricamente viciado, mal programado y pésimamente administrado, es la mayor amenaza que pesa sobre las lenguas de América Latina: el dogma se ha vuelto superstición (MELIÀ, 2010: 273, 278).

Por isso, Melià manifesta sua profunda desconfiança em relação a esse bilinguismo de transição que conduz não ao monolinguismo, mas ao unilinguismo. Ele entende por monolinguismo *“la lealtad hacia una lengua como propia, diferenciada, tradicional e histórica, que, sin embargo, no se cierra al aprendizaje y uso de segundas y terceras lenguas, dada la conveniencia de comunicarse con otros pueblos y comunidades; lo propio no excluye lo ajeno ni rechaza lo diferente”*. Enquanto o monolíngue está aberto para outras línguas, o unilíngue está absolutamente fechado, por acreditar que todo e qualquer pensamento se esgota no uso de uma única língua: *“El unilinguismo es la declaración de la unicidad de la lengua y la proclamación de una lengua como apta y suficiente para todos los actos comunicativos”* (MELIÀ, 2010: 285).

A visão dos Guarani sobre o bilinguismo confirma, por outros caminhos, as preocupações de Melià, na medida em que eles também distinguem o bilinguismo ofensivo, agressivo e exterminador, de um lado, do bilinguismo defensivo, de outro, que pode ser ilustrado com as duas versões da história do Gato e do Rato, que eles gostam de ouvir e que foram contadas, repetidas vezes, no Curso Kua’a-Mbo’e (Conhecer-Ensinar) de formação de professores bilíngues.⁴

A primeira versão foi apresentada a eles, que não conheciam a história. Um gato, faminto, persegue um ratinho, que se esconde num buraco. Ouvindo o miado ameaçador lá fora, o ratinho pensou: *“Só saio daqui, depois que esse gato for embora”*. Quando cessou o miado, ouviu-se latidos. O rato, então, saiu, certo de que o gato, por temer o cachorro, se havia ido. Mas lá fora estava o gato, que o estraçalhou, comentando em voz alta enquanto lambia os ossos: *“É impressionante! Hoje, quem não for bilíngue, morre de fome. Ainda bem que eu falo também o cachorrês”*.

Depois de ouvir, muitas vezes, essa história, os professores guarani decidiram contá-la, usando o teatro de bonecos. No entanto, apresentaram a versão deles, que tem um final diferente e revela muito bem a alma guarani. Nessa versão, o gatinho – que em língua guarani é *xivi’i* – persegue o ratinho – *anguja’i*

4 Os índios guarani pedem para ouvir essa história, que nós contamos para eles, repetidas vezes, no Curso Kua’a Mbo’e (Conhecer-Ensinar). Do curso, iniciado em outubro de 2003, participam cerca de oitenta professores Guarani bilíngues do Sul e do Sudeste do Brasil. As aulas presenciais aconteceram duas vezes por ano. A primeira etapa foi em Rodeio (SC), em outubro de 2003. As outras foram em Governador Celso Ramos (SC), Faxinal do Céu (PR) e São Francisco de Paula (RS). Na VIII etapa, realizada em Faxinal do Céu, de 05 a 12 de outubro de 2007, o professor desse curso, José R. Bessa, responsável por essa versão escrita, trabalhou as narrativas orais, sua estrutura e sua função; Ruth Monserrat tratou da questão da língua. Dessa forma, nasceu a versão do Xivi’i a’e Anguja’i.

– que se esconde no buraco. Mas acontece que esse ratinho aqui era bilíngue, entendia o cachorrês. Por isso, quando ouviu os latidos, percebeu que havia algo estranho, um sotaque diferente de quem não falava cachorrês como língua materna. Desconfiou que era uma armadilha e se salvou, dizendo lá de dentro do buraco: “É impressionante! Hoje, quem não for bilíngue, é devorado pelo inimigo”. Esse é o bilinguismo dos Guarani e dos falantes de mirandês.

Quando perguntamos por que haviam mudado o final da história, um professor guarani respondeu: “Ah, o ratinho é o mais fraco, e numa história guarani a gente não pode deixar o mais fraco ser destruído” (IPHAN, 2009: 72-73).

Com essas dúvidas e interrogações, deixamos aqui o agradecimento ao poeta Amadeu Ferreira, que cedeu o poema aos Guarani, cumprindo aquela promessa que um dia ele mesmo se fez: “*Fago por poner an prática la seguinte eideia que a mi mesmo m’ampus: nun deixar passar un die sin FAZER algo pula lhéngua mirandesa*”.

Mirandês e Guarani: o mesmo combate. Deixamos anexadas as diferentes versões do poema, que começa com *Dues Lhéguas* e termina com *Moko Ayvu*, para que o leitor depois de visitar e celebrar o mirandês, visite e celebre o guarani, em companhia de Melià, a quem pedimos emprestado, uma vez mais, a frase com a qual concluímos:

“*También la historia de América es la historia de sus lenguas, que tenemos que lamentar cuando ya muertas, que tenemos que visitar y cuidar cuando enfermas, que podemos celebrar con alegres cantos de vida cuando son habladas*” (MELIÀ, 2010: 27).

Referências bibliográficas

BARÃO, Vanderlise Machado. *A Escola Indígena e o Poder de Estado: construção de uma identidade étnica entre os Mbyá Guarani*. Dissertação de Mestrado. PUC/RS – Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. Julho de 2005. Orientadora: Dra. Maria Cristina dos Santos.

CAMPOS, Maria Cristina Rezende de Campos. *A arte do corpo Mbyá-Guarani: processos de negociação, patrimonialização e circulação de memória*. Tese de Doutorado em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro. 2012. Orientador: Dr. José Ribamar Bessa Freire.

CASSOL, Daniel. *Um Dom Quixote do idioma guarani*. Reportagem. Sociedade Editorial Brasil de Fato. São Paulo (02/07/2009).

COTA, Maria das Graças. O processo de escolarização dos Guarani do Espírito Santo. Tese de Doutorado em Educação. UFES. Vitória (ES). 2008. Orientadora: Dra. Regina Helena Silva Simões.

DIAS, Adriana Schmidt et alii. O Discurso dos fragmentos: sócio-cosmologia e alteridade na cerâmica guarani pré-colonial. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p.5-34, jul/dez. 2008.

FERREIRA, Manuela Barros. O Mirandês no Ano Europeu das Línguas. In: MIRA MATEUS, Maria Helena (coord.) *Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade linguística da Europa*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 35-41.

GANDULFO, Carolina. *Entiendo pero no hablo. El guaraní "acorrentinado" en una escuela rural: usos y significaciones*. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2007.

GARCIA, Stella Maris; PALADINO, Mariana (comp.) *Educación Escolar Indígena. Investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina*. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2007.

IPHAN. *Maino'i rapé – o caminho da sabedoria*. Rio de Janeiro: IPHAN – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2009.

MELIÀ, Bartomeu. *Pasado, presente y futuro de la lengua guaraní*. Asunción: CEADUC, 2010.

MIGLIAZZA, Ernest C. *Linguistic Prehistory and the Refuge Model in Amazonia*. New York: T. Prence, 1982.

MIRA MATEUS, Maria Helena (coord.) *Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade de linguística da Europa*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

NIEBRO, Francisco. *Cebadeiros*. Porto: Editora Campo das Letras, 2001. Coleção de Livros em Língua Mirandesa.

PISSOLATO, Elizabeth. Dimensões do Bonito: Cotidiano e Arte Vocal Mbya Guarani. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 35-51, jul./dez. 2008.

ROA BASTOS, Augusto (comp.). *Introducción. Las culturas condenadas*. 2. ed. México: Siglo XXI, 1980.

ROSA, Helena Alpini. *A trajetória histórica da escola na comunidade guarani de Massiambu, Palhoça/SC: um campo de possibilidades*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009. Orientadora: Dra. Ana Lucia Nozold.

TEAO, Kalna Mareto. *Arandu Renda Reko: a vida da escola guarani Mbya*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Orientadora: Profa. Dra. Izabel Cristina Novaes. Vitória. 2007

VIEIRA, Ismênia de Fátima Vieira. *Educação Escolar Indígena: as vozes guarani sobre a escola na aldeia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFSC. Florianópolis. 2006. Orientadora: Dra. Maristela Fantin.

Anexos

Anexo A - *Dues Lhénguas* – Original de Amadeu Ferreira

Publicado in MIRA MATEUS (2001: 39-40)

Andube anhos a filo cula lhéngua trocida po la
oubrigar a salir de l sou camino i tener de
pensar antes de dezir las palabras ciertas:
ua lhéngua naciu-me comi-la an merendas bebi-la an fontes i rigueiros
outra ye çpoijo dua guerra de muitas batailhas.
Agora tengo dues lhénguas cumigo
i yá nun passo sin ambas a dues.
Stou siempre a trocar de lhéngua mei a miedo
cumo se fura un caso de bigamie.
Ua sabe cousas que l'outra nun conhece
ríen-se ua de la outra fazendo caçuada i a las bezes anrábian-se
afuora esso dan-se tan bien que sonho nas dues al mesmo tiempo.
Hai dies an que quiero falar ua i sale-me la outra.
Hai dies an que quedo cun ua deilhas tan amarfanhada que se nun la falar arre-
bento.
Hai dies an que se m'angarabátan ua an la outra
i apuis bótan-se a correr a ber quien chega purmeiro
i muitas bezes acában por salir ancatrapelhadas
i a mi dá-me la risa.
Hai dies an que quedo todo debelgado culas palabras por dezir
i ancarrapito-me neilhas cumo ua scalada
i deixo-las bolar cumo música
cul miedo que anferrúgen las cuordas que las sáben tocar.
Hai dies an que quiero bertir ua pa la outra
mas las palabras scónden-se-me
i passo muito tiempo atrás deilhas.

Antre eilhas debíden l miu mundo
i quando pássan la frunteira sínten-se meio perdidas
i fártan-se de roubar palabras ua a la outra.
Ambas a dues pénsan
mas hai partes de l coraçon an que ua deilhas nun cunsegue antrar
i quando s'achega a la puorta pon l sangue a golsiar de las palabras.
Cada ua fui pursora de l'outra:
l mirandés naciú purmeiro i you habituei-me a drumir
arrolhado puls sous sons calientes cumo lhúrias
i ansinou l pertués a falar guiando-le la boç;
l pertués naciú-me an la punta de ls dedos
i ansinou l mirandés a screbir porque este nunca tube scuola par'adonde ir.
Tengo dues lhénguas cumigo
dues lhénguas que me fazírun
i yá nun passo nien sou you sien ambas a dues.

Anexo B – Duas Línguas – Tradução de José Ribamar Bessa Freire

Andei anos a fio com a língua torcida, porque
obriguei-a a desviar o seu caminho e a ter de
pensar antes de falar as palavras certas:
uma língua nasceu comigo, comi-a em merendas, bebi-a em fontes e riachos
e a outra é o que sobrou de uma guerra de muitas batalhas.
Agora tenho duas línguas comigo
e já não posso mais viver sem as duas.
Estou sempre trocando de língua com um pouco de medo,
como se fosse um caso de bigamia.
Uma sabe coisas que a outra desconhece,
acham graça uma da outra, caçoam e às vezes se zangam
afora isso, elas se dão tão bem, que sonho nas duas ao mesmo tempo.

Há dias em que quero falar uma e me sai a outra.
Há dias em que fico com uma delas tão engasgada que se calo
posso explodir.
Há dias em que se enredam uma na outra
e depois começam a correr para ver quem chega primeiro,
e muitas vezes acabam permanecendo encabrestadas uma na outra
e me dá vontade de rir.
Há dias em que fico todo arqueado com as palavras não ditas
e me ergo nelas como numa escalada
deixando-as voar como música
com medo que fiquem enferrujadas as cordas que as sabem tocar.
Há dias em que quero traduzir uma para a outra,
mas as palavras se escondem de mim
e gasto muito tempo atrás delas.
Entre elas, dividem o meu mundo
e quando atravessam a fronteira se sentem meio perdidas
e não se cansam de roubar palavras uma a outra.
Ambas pensam,
mas há partes do coração em que uma delas não consegue entrar
e quando se aproxima da porta, o sangue se põe a jorrar com as palavras
Cada uma foi professora da outra:
o mirandês nasceu primeiro e eu me habituei a dormir
embalado por seus sons ardentes como brasas,
ensinando o português a falar, guiando-lhe a voz.
O português nasceu-me na ponta dos dedos
e ensinou o mirandês a escrever porque este nunca teve escola para ir.
Tenho duas línguas comigo
duas línguas que me fizeram
e já não vivo sem elas, nem sou eu, sem as duas.

Anexo C – Duas línguas – Adaptação de José R. Bessa Freire com professores guarani

Publicado in IPHAN (2009: 44-45)

Exigiam que eu falasse uma língua que eu não falava,
que eu dissesse o que não dizia, que calasse o que sabia.
Por isso, andei alguns séculos, emudecido.
A língua presa, travada, reprimida.
A palavra entalada na garganta, o não dito.
Tentaram me arrebatam aquilo que havia guardado como um tesouro:
a palavra, que é o arco da memória.
Diziam que me faltava inteligência,
por pensar duas vezes, numa língua estranha,
antes de gaguejar as palavras certas.

Agora tenho duas línguas.

Uma língua nasceu comigo, no colo da minha mãe.
É a língua do tekoha e da opy,
onde as palavras se abrem em flor e se convertem em sabedoria,
as belas palavras, nhe'en porãngue'i,
palavras indestrutíveis, sem mal, ayvu marã'ey.
O nome que tenho, foi ela quem me deu na cerimônia do Nhemongarai.
É nela que ouço as divinas palavras do maino'í.
Com ela nomeio as plantas, as flores, os pássaros, os peixes,
os rios e as pedras, o sol e a chuva, a roça e a caça.
Com ela, faço soar o mbaraka, aspiro o pityngua,
danço xondaro, canto pra Nhanderu e rezo nhembo'e.
Bebo kaguy , como avaxi e jety, aprendo jopói e potirõ,
tudo isso com ela eu faço.
Com ela, eu sou o que falo: guarani.

A outra língua é o que sobrou de uma guerra de muitas batalhas.
Ela trouxe a espada e a cruz, o livro e a imagem colorida,
o sermão, o catecismo, a doutrina, as leis.
Com ela, aprendi a desenhar palavras no papel.
Ela me ensinou a formar e a conhecer as letras,
a aprisionar o som num passe de mágica,
como quem agarra a fumaça com a mão e a guarda no adjaká.
Quando saio da aldeia, é ela quem me ajuda.
Com ela, procuro escola e biblioteca, mercado e igreja,
posto de saúde e hospital, cartório e tribunal.
Com ela navego na internet,
descubro o pensamento do juruá,
caminho pelas ruas, leio as cidades, entro nos ônibus,
embarco e desembarco na rodoviária,
vendo o artesanato e alugo, quando preciso, minha força de trabalho.

Agora já não posso mais viver sem as duas.
Estou sempre trocando de língua com um pouco de medo,
como se fosse um caso de bigamia.

Uma língua sabe coisas que a outra desconhece,
acham graça uma da outra, fazem gozação e às vezes se zangam.
afora isso, elas se dão tão bem, que sonho nas duas ao mesmo tempo.
Às vezes, a palavra de uma soa engraçado na outra.
Às vezes, quero falar uma e me sai a outra.
Às vezes, quando me perguntam numa, respondo na outra.
Às vezes fico com uma delas tão engasgada que se permaneço calado
tenho a impressão de que vou explodir.

Algumas vezes elas se enredam e se entrelaçam uma na outra
e depois disputam uma corrida para ver quem chega primeiro,

e muitas vezes permanecem misturadas uma na outra
que me dá até vontade de rir.

Há dias em que as palavras não ditadas me pesam tanto,
que eu libero todas elas, deixando-as voar como música,
com medo que fiquem enferrujadas as cordas que as sabem tocar.

Há dias em que quero traduzir uma para a outra,
mas as palavras se escondem de mim, fogem para bem longe
e gasto muito tempo correndo atrás delas.

Entre elas, dividem o meu mundo
e quando atravessam a fronteira se sentem meio perdidas
e não se cansam de roubar palavras uma da outra.

Ambas pensam,
mas há partes do coração em que uma delas não consegue entrar
e quando se aproxima da porta, o sangue se põe a jorrar com as palavras.

Cada uma foi professora da outra:

o guarani nasceu primeiro e eu me habituei a dormir
embalado por sua suave sonoridade musical.

O guarani não tinha a letra, é verdade, mas era o dono da palavra falada.

Ensinou o português os segredos da oralidade, guiando-lhe a voz.

Já o português, nascido na ponta dos meus dedos,
ensinou o guarani a escrever, porque este nunca frequentou escola.

Tenho duas línguas comigo
duas línguas que me fizeram
e já não vivo sem elas, nem sou eu, sem as duas.

Anexo D - Dos lenguas – Tradução ao espanhol de Consuelo Alfaro

Viví muchos años con la lengua enredada,
porque me obligaron a decir palabras extrañas de una otra lengua.

Querían que hablara una lengua que no hablaba,
que dijera lo que no conocía, que me callara lo que sabía.
Por eso, durante mucho tiempo me quedé mudo.
La lengua presa, trabada, reprimida.
La palabra atascada en la garganta, lo no-dicho.
Intentaron quitarme aquello que había guardado como un tesoro:
la palabra, que es el arco de la memoria.
Decían que me faltaba inteligencia,
porque antes de balbucear las palabras precisas
tenía que pensar dos veces, en una lengua extraña.
El tiempo pasó. Ahora, tengo dos lenguas.
Una lengua nació conmigo, en el regazo de mi madre.
Es la lengua que expresa el alma guaraní.
Es la lengua del tekoha, de la opy,
donde las palabras se abren en flor y se convierten en sabiduría,
las hermosas palabras, *nhe'en porãngue'í*,
palabras indestructibles, sin mal, *ayvu marã'ey*.
El nombre que tengo, fue en ella que me lo dieron, en la ceremonia del
Nhemongarai.
Es en ella que oigo las divinas palabras del *maino'í*.
Con ella nombro las plantas, las flores, los pájaros, los peces,
los ríos y las piedras, el sol y la lluvia, la chacra y la caza.
Con ella, soplo el *mbaraka*, aspiro el *pityngua*,
danzo *xondaro*, canto para *Nhanderu* y rezo *nhembo'e*.
Bebo *kaguy*, como *avaxi* y *jety*, aprendo *jopói* y *potirõ*,
todo eso hago con ella: río y lloro, rezo y canto.
Con ella, soy lo que hablo: guaraní.
La otra lengua que tengo es la que sobró
de una guerra de muchas batallas.
Que trajo la espada y la cruz, el libro y las imágenes,
el sermón, el catecismo, la doctrina, las leyes.

Que me enseñó a aprisionar el sonido
 como quien agarra el humo con la mano y la guarda en el adjaká.
 Con ella, aprendí a trazar las letras,
 y a dibujar las palabras en el papel.
 Cuando salgo de la aldea, es ella la que me ayuda.
 Con ella, procuro escuela y biblioteca, mercado e iglesia,
 puesto médico y hospital, notaría y tribunal.
 Es con ella que me comunico con indios de otras lenguas.
 Con ella navego en internet,
 descubro el pensamiento del juruá,
 camino por las calles, leo las ciudades, entro en los buses,
 embarco y desembarco en el terminal terrestre,
 vendo artesanía y converso con las personas.
 Ahora ya no puedo más vivir sin las dos.
 Estoy siempre cambiando de lengua
 con un poco de miedo, como si fuera un caso de bigamia.
 Una lengua sabe cosas que la otra desconoce,
 una se ríe de la otra, burlándose
 y a veces enfadándose.
 Aparte de eso, se dan tan bien
 que sueño en las dos al mismo tiempo.
 A veces, la palabra de una parece divertida en la otra.
 A veces, quiero hablar en una y me sale la otra.
 A veces, cuando me preguntan en una, respondo en la otra.
 A veces me quedo con una de ellas tan atascada
 que si me quedo callado tengo la impresión que voy a estallar.
 Algunas veces se enredan y se entrelazan entre ellas
 y después disputan una carrera para ver quien llega primero,
 y muchas veces permanecen enmarañadas
 que me dan ganas de reír.
 Hay días en que las palabras no dichas me pesan tanto,

que las libero todas, dejándolas volar como música,
con miedo que se queden oxidadas las cuerdas
que las saben tocar.

Hay días en que quiero traducir de una para otra,
pero las palabras se esconden
y se me escapan bien lejos
y gasto mucho tiempo corriendo atrás de ellas.

Entre las dos, dividen mi mundo
y cuando atraviesan la frontera se sienten medio perdidas
y no se cansan de robar palabras una de otra.

Ambas piensan, pero hay partes del corazón
en que una de ellas no consigue entrar
y cuando se aproxima a la puerta,
la sangre comienza a disparar las palabras.

Cada una fue profesora de la otra:
el guaraní nació primero y me acostumbré a dormir
arrullado por su suave sonoridad musical.

El guaraní no tenía la letra, es verdad,
pero era el dueño de la palabra.

Enseñó al portugués los secretos de la oralidad, guiándole la voz.
Ya el portugués, nacido en la punta de mis dedos,
enseñó al guaraní a escribir,
porque nunca había asistido a la escuela.

Tengo dos lenguas conmigo,
dos lenguas que me hicieron,
lo que soy y ya no vivo sin ellas,
ni soy yo, sin las dos.

Anexo E - Moko) Ayvu – Traduzido por professores bilíngues

Areko moko) ayvu xere

Moko) ayvu xeapo

Ndaiko vei ma

A´e kuery e´ù reve

Ni xee ma xee´ ù

Moko) e´ù reve.

Pete) ayvu

Xereve oiko va´e

Há´i jyva a´iry

Ai reve guare.

Amongue py pete)

xeayvuxe

Amboae katy AA

Nhamboparaa ma

O) juruá kuã re

Oikoramo vê

Ombo´e mbya

Ombopara aguã.

A) gui maxemboayvu

Ayvu amboae py

A) gui mandaiko vei ma

Moko) e´ ù re.

Oipota xeayvu

xeayvu xe´ ù re.

Mbya ayvu ma

Oiko voi vê

A´e xee ma

Ajepokuaa exe

Exe ve avi ake

Amboae kuery revê
Xeayvu katu aguã.
Amongue ara py ma
amongue ayvu
Ndaxeayvui vê
Anhenhandu vai jepi.
Pete) ayvu oikuaa
Mba'e mo amboae ndoikuaai
Pete) ayvu
Xegui ranhe oiko.
Aiko are maayvu mboa aendu
kuaa e' ù re
Rire ma ayvu moko)
regua aendu
A'e vy maxeakã pe amo) porá
moko) ayvu
Aendu kuaa e' ù re ma
Ayvu moae pe anhet
A'e aguã anho') aikuaa
Rire ma moko) regua aikuaa
Amboae pe ma any) ri ma a'e
Águã
Aikuaa ma.



La interculturalidad y la farsa del bilingüismo

Bartomeu Melià, s.j.¹

Hay en el Paraguay veinte pueblos indígenas que nos son extranjeros en su propia tierra; hay grupos de inmigrantes que viven distantes y cerrados frente a los paraguayos – y viceversa – y hay, sobre todo, discriminaciones conscientes y establecidas, que ni la educación ni el sentido común consiguen desbaratar.

Por diversas razones solemos estar al margen de la diversidad cultural de nuestra misma sociedad; cada uno viviendo sus propios usos lingüísticos, sus modos de comunicación exclusivos, manejándose dentro de un determinado ambiente social y profesional y limitando sus movimientos a espacios físicos cerrados – Mercado 4 o shopping, terminal de ómnibus o aeropuerto. En verdad todos somos fronterizos y muy pocos traspasamos nuestras propias fronteras.

La interculturalidad es una hermosa teoría y un programa razonable, al ser también pedagogía de diálogo y ejercicio de superación de diferencias sin eliminarlas, potenciándolas incluso. La interculturalidad es, sin embargo, en su práctica, un repetido fracaso. Y hay que preguntarse por qué.

Y lo mismo digo del bilingüismo, que sería un área particular de interculturalidad. Sin bilingüismo, al menos intencional, no hay interculturalidad. El fracaso de uno lleva al fracaso de la otra.

1 Este artículo se ha publicado en versión impresa en una recolección de textos de Bartomeu Melià organizado bajo el nombre *Pasado, presente y futuro de la lengua guaraní*, en la colección Biblioteca paraguaya de antropología, v. 74, editado por Ceaduc (Centro de Estudios antropológicos de la Universidad Católica de Asunción) y por el Isehf (Instituto Superior de Estudios Humanísticos y Filológicos), Asunción, 2010.

1. Un manifiesto por la lengua común

Un grupo de “personalidades”, que se proclaman orondamente intelectuales, han sacado en España, el 23 de junio de 2008, un *Manifiesto por la lengua común*².

El hecho de que entre ellos haya algún americano como Mario Vargas Llosa le proporciona un alcance inquietante para esa América que, por desgracia, se sigue afirmando “hispana” y “latina”, desconociendo su profundidad precolonial – prehistórica si se quiere –, su historia colonial y su composición étnica. La sustitución de poblaciones ¿es ya un hecho, o una ilusión pretendida?

La premisas y exigencias de tal manifiesto, leídas desde América, muestran la mentalidad y la yvoluntad unilingüe de las lenguas políticamente dominantes, y la escasa posibilidad de verdadera interculturalidad y bilingüismo en aquellos países que proclaman una sola lengua supuestamente común, como la castellana en España, y de manera todavía más exclusiva en casi todos los países de América.

Sólo el Paraguay reconoce como oficial, a nivel de todo el país, también una lengua indígena (el plurilingüismo en Bolivia, según la última Constitución de 2009, tiene otras características). En principio, pues, serían dos las lenguas comunes en este país: guaraní y castellano. Ahora bien, en la práctica, el guaraní carece de todos los atributos propios de lengua oficial, como sería el uso público. Ni el Estado ni los medios de comunicación – salvo alguna tímida excepción – usan la lengua propia del país que es el guaraní, cuando en realidad es la más común en la relación comunitaria. El guaraní está ausente de la que puede llamarse vida moderna: tecnología, comercio, cultura formal, administración pública.

Volvamos al *Manifiesto*. Se acepta descaradamente, por ejemplo, que “hay asimetría entre las lenguas españolas oficiales [que son el catalán, el gallego y el vasco, principalmente] lo cual no implica injusticia”. Así, “minorizar” otras lenguas tan gratuitamente, si no es injusticia, ¿qué es?

En América, ciertamente, las lenguas indígenas, desde los tiempos de los Borbones (1700) y especialmente desde Carlos III, y lamentablemente desde las Independencias del siglo XIX, han sido tenidas como asimétricas por el poder usurpado y usurpador de los Estados oligárquicos. ¿No es eso una grave injusticia?

2 Para acceder en línea al texto del “Manifiesto por una lengua común”, recomendamos el siguiente enlace: http://elpais.com/elpais/2008/06/23/actualidad/1214209045_850215.html (N.do E.).

El *Manifiesto* presupone que el proponer la educación y enseñanza en una lengua que no sea el castellano, es un acto de coacción. Sería también coacción la visibilidad de la lengua en la calle.

De este tipo de argumentación tuvieron que librarse numerosos países que se vieron sojuzgados lingüística y culturalmente, por décadas y aun por siglos, como Irlanda, Chequia, Eslovaquia, parte de Bélgica, parte de Canadá, Finlandia etc., etc. Y prácticamente toda América.

¿Por qué tiene que ser coacción tener educación general en la lengua del lugar, si los habitantes de ese lugar han de relacionarse armónicamente entre sí? Sin embargo, la educación en una lengua es apenas la medida justa y necesaria para que se mantenga en espacios comunitarios que le son propios.

¿Sería coacción para un argentino o un menonita paraguayo darle educación en guaraní? En el Paraguay muchos piensan que sí, lo que muestra nuestra connivencia con el prejuicio del *Manifiesto*. En otros países de la región ni qué decir.

Sin embargo, la queja frecuente que escuchamos de paraguayos y más de paraguayos clase media y alta que no saben guaraní es precisamente lo contrario, que se les privó del derecho de saber guaraní, en la familia y por parte del Estado.

Curiosamente el *Manifiesto* hace valer, por otra parte, un argumento de compasión paternalista, al decir que el castellano ofrece más oportunidades sociales y laborales en España y que no puede ser negado a los más desfavorecidos.

En el Paraguay y en otros países de América se hace valer el mismo argumento. ¿Sería el castellano ayuda y remedio de pobres, cuando hay tantos pobres que hablan castellano? Los indígenas de América que sustituyeron su lengua por otra nacional, ¿han tenido oportunidades y salido de la pobreza? Los factores de la pobreza son otros.

2. La cuestión de la prioridad

En el Paraguay, el Estado acepta de hecho la primacía del castellano y no la igualdad del guaraní, cuando aplica la sinrazón de imponer la educación castellana a los niños y niñas Guaraníes, con lo cual perpetúa la discriminación y recorta considerablemente las alternativas de los desfavorecidos, que lo son no porque hablan guaraní, sino porque los castellano-hablantes del Paraguay les niegan derechos laborales y sociales fundamentales.

Los grandes avances del poder monolingüe castellano en el Paraguay, cada vez más amplio y agresivo, se han dado en el siglo XX, y más concretamen-

te durante la dictadura *stronista*, cuando la población, por vías aparentemente no lingüísticas, fue siendo llevada a la desintegración de su identidad. Digo no lingüísticas, porque primero fue privada de sus recursos, de ser ciudadano pleno. El desastre ecológico del Paraguay de los últimos treinta años – digamos desde el tratado de Itaipú en 1973 (más profundo, aunque no tan dramático, que el producto de la Guerra Grande del 1870) –, ha sido vehiculado desde instancias de escasa o nula tradición paraguaya, de ninguna manera por los guaraní-hablantes.

La educación y las vías del progreso les han sido negadas a las poblaciones de lengua guaraní, ya que a ella no ha llegado ninguna reforma pedagógica sustancial, ni de parte de los docentes ni de parte de los programas – los éxitos muy limitados no pasan de experiencias piloto de escasa trascendencia. Los métodos “naturales” de reproducción de la lengua ejercitados espontáneamente en la casa y la calle son más efectivos, aunque con sus graves deficiencias, que los dados por la escuela. En otros términos, la educación en castellano, es decir, “este tipo de imposiciones abusivas [usando las palabras del *Manifiesto*, si bien al revés], daña especialmente las posibilidades laborales o sociales de los más desfavorecidos”, que en este caso no son los castellanohablantes sino los guaraní-hablantes.

3. Lengua y poder

La cuestión del bilingüismo no es lingüística, sino de poder. Una de las ideologías que considero más nefastas en el caso paraguayo es la que parte de la afirmación de que somos bilingües desde la “fundación mestiza” del Paraguay”. Son demasiadas las cuestiones oscuras que se esconden en ese supuesto. ¿Cuándo comienza la conciencia nacional paraguaya? ¿Qué relevancia tuvo y ha tenido en términos lingüísticos el mestizaje en el Paraguay? ¿Dónde y cuándo se ha visto que un mestizo hable naturalmente dos lenguas? ¿Hubo, antes del siglo XX, una sociedad bilingüe? El actual Paraguay *castellanizante*, ¿dejó de ser mestizo? Los datos históricos que manejo – que no creo sean menos en número ni importancia que los de otros colegas – me dicen que la lengua propia del Paraguay ha sido siempre el guaraní con limitadas expresiones castellanas para la correspondencia oficial hacia el exterior. Y aun estaba asegurada por un escaso número de escribientes.

La única literatura paraguaya colonial, si se exceptúa la expresión de los primeros conquistadores y sus descendientes inmediatos, fue en guaraní. Una parte del Paraguay quiso ser sociedad española, pero nunca dejó su habla guaraní.

La afirmación de país bilingüe es una concesión a una ideología oligarca, que confunde lo que es con lo que quiere ser.

Pero esta ideología promovió la única educación en lengua castellana tal como se dio oficialmente desde antiguo, pero sobre todo en el siglo XX.

El supuesto bilingüismo del Paraguay apenas camufla una forzada empresa de castellanización. Ese bilingüismo raramente ha promovido el aprendizaje del guaraní por el castellano hablante, mientras que se da la inversa, que el monolingüe guaraní acepta sí el castellano. Son los guaraní-hablantes que pasan a ser bilingües. Aquí es donde se hace patente la falta de interculturalidad real entre lenguas y sistemas de vida, que apenas entra como prótesis incómoda y al fin rechazada.

La teoría del bilingüismo – la ideología habría que decir – no conduce al bilingüismo, sino a la sustitución. Esa es la verdad.

4. La paz por las lenguas

En 1991, en su *Ética a Amador*, Fernando Savater, promotor principal del *Manifiesto*, decía que “las lenguas no se odian entre sí, sólo lo hacen los fanáticos que las manejan”. ¿Por qué ahora este giro estratégico? ¿Nos estamos volviendo viejos?

Sin odios pero con coraje, se debe establecer el diálogo de las lenguas, que en el caso del Paraguay, supone la interculturalidad del diálogo entre iguales, sin trampas y sin reservas, el orgullo y autoestima de tener la lengua guaraní como propia, que inteligentemente se abre a una segunda y tercera lengua, como lo consiguen con más facilidad que los nacionales los miembros de comunidades indígenas en el mismo Paraguay.

El castellano se está expandiendo en el mundo, y me alegro de ello, pues me da más posibilidades de acceso a fuentes de información y diálogos personales, pero no puedo ver con simpatía a los unilingües, que no saben hablar otra lengua y lo que es peor, no quieren que los otros la sepan.

No es bilingüismo el que promueve prioridades y marginaciones. La teoría y práctica del bilingüismo no procede de dos lenguas originales, sino de una lengua propia, armada y potenciada al máximo, para dialogar con cualquier otra lengua.

5. Tentación del bilingüismo

Los sucesivos procesos de globalización que se han dado en América han tendido hacia diversas situaciones, de las cuales la lingüística es la más audaz e insolente por ser la más profunda y atrevida. De todos los procesos de transformación, el de las lenguas y lenguajes es el de más largo aliento, el más

lento y el que ha conocido más fracasos, por lo menos parciales, pero ha creado situaciones de deterioro irreversibles. Tanto o más difícil que crear una lengua es al mismo tiempo deshacerse de una lengua. Con una diferencia: que si bien una lengua puede morir por rápida desaparición de todos y cada uno de sus hablantes en breve espacio de tiempo, por masacre o por enfermedad, el nacer sólo se hará a través de largos períodos de gestación, que mirados a distancia, parecen reproducir el ciclo vital de una persona – infancia (valga la paradoja, pues tratamos de gente que habla), niñez, adolescencia, juventud, madurez y vejez – aunque en dimensiones de comunidad, es decir, desde aquel “de dos en más” como decía Augusto Roa Bastos.

De todos modos hay que reconocer que las estrategias de las que se valen son bastante adecuadas, pues los argumentos finales son promovidos por los mismos lingüistas que son los que las inventaron. Ellos pues tendrán que destruirlas, aunque con otras fórmulas, ya que las que propician el bilingüismo ya se han difundido y dispersado, y son vientos que nadie sabría recoger de nuevo. Detrás de cada muerte de lengua hay un argumento lingüístico que es el que promete resurrección, aunque ocasione la muerte.

Quisiera hablar de la muerte de lenguas a través de los programas que por su nombre indican todo lo contrario, como es el bilingüismo. En el caso del Paraguay es el bilingüismo como programa la más seria amenaza para las lenguas que aquí se hablan.

Cuando en el Paraguay se habla de bilingüismo se promociona, con buena voluntad y mejores intenciones, una política de dos o más lenguas.

Gracias a la teoría de la diglosia ya sabemos que estas dos lenguas nunca están en pleno pie de igualdad, pero las ventajas del bilingüismo pueden hacer olvidar esta pequeñez. Ahora bien, lo que ocurre, y esto sí se ha dicho y probado hasta la saciedad, es que el conocimiento de dos y hasta más lenguas por un individuo es perfectamente posible y ventajoso, pero la argumentación pierde mucha fuerza cuando se trata de sociedades. Y aquí habría que recordar que no es lo mismo el bilingüismo de lenguas que pertenecen al mismo sistema – intrasistemático.

Max Aub y sus editores en francés. Estrategias editoriales aubianas allende las fronteras del español

Federico Gerhardt¹

Resumen: La biografía de Max Aub se encuentra determinada por los movimientos migratorios ligados a sucesos traumáticos del siglo XX, principalmente la Primera y Segunda Guerra Mundial, y la Guerra Civil española. Esta trayectoria vital incide en la producción literaria de Max Aub, no solo en el plano temático, donde el exilio ocupa un lugar destacado en vastas zonas de su extensa obra, sino también en otro aspecto fundamental al que el propio autor daba un lugar destacado: la edición de sus textos.

El presente artículo analiza la relación entre Max Aub y sus editores en francés, y reconstruye la historia de la edición de sus libros traducidos a ese idioma, en el contexto más amplio de la trayectoria editorial del autor. El abordaje se realiza a partir de la lectura del epistolario del autor con agentes del campo editorial francés, conservados en el archivo de la Fundación Max Aub.

Palabras clave: Max Aub; exilio; edición; traducción; editores en francés.

Abstract: Max Aub's biography is determined by the migratory movements linked to traumatic events of the twentieth century, mainly the First and Second World Wars and the Spanish Civil War. This vital path affects Max Aub's literary production, not only thematically, being exile prominent in large parts of his extensive work, but also another essential aspect that the author gave great importance to: the publication of his texts. This article analyzes the relationship

1 Profesor en Letras. Centro de Estudios de Teoría y Crítica Literaria – Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (Universidad Nacional de La Plata-Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas), Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata (Argentina). E-mail: federicogerhardt@gmail.com.

between Max Aub and his publishers in French, and traces his books publication history translated into that language, in the broader context of the author's publishing history. The approach is based on reading the author's correspondence with agents of the French publishing field, preserved in the archives of the "Fundación Max Aub".

Keywords: Max Aub; exile; edition; translation; French publishers.

Exilio, edición y traducción en Max Aub

Como es repetido en los pasajes introductorios de gran parte de los abordajes críticos de la obra de Max Aub que tocan en mayor o menor medida su biografía, ésta se encuentra determinada por los movimientos migratorios ligados a sucesos traumáticos del siglo XX, principalmente la Primera y Segunda Guerra Mundial, y la Guerra Civil española: en la infancia abandona su Francia natal con su familia en 1914 por su origen alemán, luego debe marcharse de España en 1939 por su militancia republicana, es recluido en campos franceses por su supuesto comunismo y su ascendencia judía, y en 1942 logra escapar para establecerse en México hasta su muerte². Esta trayectoria vital repercute en la producción literaria de Max Aub, no solo en el plano temático, donde el exilio ocupa un lugar destacado en vastas zonas de su extensa obra, sino también en otro aspecto fundamental al que el propio autor daba un lugar destacado, a saber: la edición de sus textos.³

En 1925, Max Aub publicó su primer libro, *Los poemas cotidianos*, en los que recogía su producción poética de los años 1921 y 1922, precedida por el prólogo del prestigioso crítico Enrique Díez-Canedo, figura decisiva en la inserción de Aub en la red de relaciones entre agentes del campo literario

2 Si bien por el momento no parece haber una investigación exhaustiva y documentada sobre la vida de Max Aub, lo que podría considerarse una biografía de tipo anglosajón, puede encontrarse información importante en trabajos abocados a un empeño de este tipo, como los de PRATS RIVELLES (1978), GONZÁLEZ SANCHÍS (1998) y SOLDEVILA DURANTE (2003: 11-72), así como por los trabajos de Gérard Malgat, Juan Rodríguez y Manuel Aznar Soler, incluidos en el libro *Max Aub en el laberinto del siglo XX*, editado por Juan María Calles (2001). Además de los textos autobiográficos escritos por Max Aub en 1943 (AUB, 1998a: solapa delantera) y en 1953 (AUB, 2001: 273-280).

3 El siguiente repaso de la trayectoria editorial de Max Aub constituye un breve resumen de aspectos abordados con mayor profundidad en *Las estrategias editoriales de Max Aub. Ediciones y editores de la obra aubiana (1925-1972)*, texto resultante del proyecto homónimo becado por la Fundación Max Aub (v. nota 1).

español de la época y, más específicamente, en los circuitos de publicación. La tirada, de cincuenta ejemplares, fue solventada por el propio Aub, quien de este modo se inicia en el mundo de la edición, o, más precisamente, de la autoedición en tiradas pequeñas, una práctica corriente entre los escritores de la vanguardia española de la época, que más que el éxito popular –valorado incluso negativamente–, ansiaban la aceptación y el reconocimiento de los círculos intelectuales y minorías cultas a que se hallaban ligados. Esa práctica autoeditorial se extenderá en el tiempo, con contadas excepciones, hasta que la Guerra Civil española, y luego el exilio, marquen un corte en la edición de libros de Max Aub, cuya pluma se aboca a la defensa de la causa republicana y su producción se vuelca en las publicaciones periódicas.

La Guerra Civil española y sus consecuencias inmediatas suponen un paréntesis marcado en la historia de la edición de libros de Max Aub. El 1º de febrero de 1939, Aub cruza la frontera entre España y Francia junto con el equipo de filmación de *Sierra de Teruel*, adaptación cinematográfica escrita por Max Aub a partir de la novela *L'Espoir* de André Malraux, con el fin de captar la atención internacional y conseguir el apoyo de las potencias democráticas occidentales a la causa republicana. Tras el cruce de la frontera, Max Aub se convierte en una más de las víctimas de las políticas represivas del Estado francés, pasando por prisiones y campos de concentración en Francia y el norte de África, odisea que culmina, gracias a gestiones de la diplomacia mexicana, el 1º de octubre de 1942, cuando desembarca en Veracruz y se establece en México. Al año siguiente, la historia de la edición de libros aubianos retoma su curso.

En México, Max Aub reincide en la autoedición de su obra, por medio de, fundamentalmente, dos sellos editoriales, Tezontle y, luego, Joaquín Mortiz, con los cuales se vincula a través de su relación personal con diferentes agentes del campo cultural mexicano, incluyendo a los españoles en el exilio. En este caso, sin embargo, la práctica autoeditorial se encuentra determinada por otras circunstancias, que cabría cifrar en los efectos de la interrupción de las relaciones con la institución literaria, es decir, la medida en que la exclusión del escritor exiliado no es meramente territorial sino que también atañe a sus vínculos con la crítica, las publicaciones especializadas, la academia, las historias de la literatura y el público, todo un entramado en el que la edición de textos desempeña un papel fundamental. En el caso de Aub, ya no se trata del desdén artenovista por el favor del público, sino más bien del divorcio entre el autor y sus lectores a causa del exilio, ya que la censura franquista impedía el encuentro de las obras aubianas con los lectores españoles⁴, circunstancia que empieza a modificarse con dos hechos que coinciden en el mismo año.

4 Al respecto, v. Lluch (2008).

En 1964 se producen dos episodios significativos en la trayectoria editorial de Max Aub. Por una parte, se lleva a cabo la primera edición de un libro suyo en España tras la Guerra Civil. En julio de 1964 se publica *El zopilote y otros cuentos mexicanos*, en el marco de la colección El Puente de la editorial Edhasa, de Barcelona, a partir del diálogo epistolar mantenido entre Max Aub y Guillermo de Torre, director de la colección, exiliado español en Buenos Aires.⁵

Por otra parte, se establece el contacto con la agente literaria Carmen Balcells. El 13 de octubre de 1964, Max Aub envía una carta a Balcells, incitado, según dice, por comentarios de allegados entre los que menciona importantes nombres de la edición en español como Carlos Barral, Jaime Salinas y Joaquín Díez-Canedo. Los dos párrafos centrales, que constituyen el grueso de la misiva, los dedica Aub a los dos objetivos para cuya consecución considera que la agente puede serle útil: edición en España y traducción en el exterior⁶ (2/3/1, 13-X-1964)⁷. El hecho de que Aub pretendiera que Carmen Balcells comenzara a representar sus intereses en estos dos aspectos puede explicarse teniendo en cuenta que al momento de recibir la propuesta del escritor, y en los pocos años que llevaba establecida en solitario en su tarea, Balcells ya había logrado hacerse un nombre en el mundo de la edición en español, y, a partir de su anterior vínculo con Seix-Barral y su estrecha conexión con el editor Carlos Barral, desempeñaba un papel destacado en la entrada de ediciones españolas en el mercado europeo de los derechos de traducción (MORET 2002: 179-233).

Aceptada la propuesta de Aub y convertida Balcells en su agente literaria, la tarea de ésta fue fundamental en la inclusión de obras aubianas en los catálogos de editoriales como, por ejemplo, Lumen y Seix Barral, en los años siguientes. En cambio, y contra lo que podría suponerse, la incidencia de la agente no habría sido tan decisiva en la suerte corrida por el autor en el mercado de los derechos de traducción, la incursión de cuya obra en lenguas como el inglés,

5 La historia de la colección El Puente de Edhasa ha sido abordada en Gerhardt (2012). Particularmente, la historia de la edición de *El zopilote y otros cuentos mexicanos* de Max Aub ha sido analizada con mayor detenimiento en Gerhardt (2009).

6 La carta se halla reproducida en Gerhardt (2009: 42).

7 El código abreviado con que nos referimos al epistolario de Max Aub se corresponde con su "caja/carpeta/epístola". Así, "2/3/1": caja 2/carpeta 3/epístola 1. En cuanto a los contratos de Max Aub (caja 37), se corresponde con su caja/contrato. Cuando la fecha resulta relevante y no se refiere en otra parte del texto, se incluye dentro del paréntesis. En todos los casos, los datos remiten al inventario de fondos del Archivo Max Aub, de la Fundación Max Aub (Segorbe).

el italiano y el alemán, es previa al contacto con Carmen Balcells⁸. Lo mismo cabe afirmar con respecto a la relación de Max Aub con los editores de sus obras en francés, lengua en la que vio la luz su primer libro traducido, de acuerdo con lo que puede observarse en los documentos conservados al respecto.

Max Aub y los editores franceses

Aunque había logrado publicar en 1937 la traducción al francés de *Fábula verde* en Bélgica⁹, Aub tuvo que esperar casi un cuarto de siglo para que se pudieran editar libros suyos en Francia. Tras los más de quince años en que tuvo prohibida la estancia en su país natal –aunque no la visita temporaria –, Max Aub vuelve a Francia en enero de 1959¹⁰ y el 28 de ese mismo mes firma un contrato con la editorial Gallimard para la edición en francés de *Jusep Torres Campalans* (37/3), la biografía de un ficticio pintor cubista publicada el año anterior en México por el sello Tezontle.

En los meses siguientes, acaso como consecuencia de esta misma visita y con el probable objetivo de acercar su obra al lector francés, antes de la edición francesa del *Jusep Torres Campalans*, algunos textos aubianos comenzaron a aparecer en diversas revistas parisinas. En marzo, Aub ve publicados algunos de sus *Crímenes ejemplares* en la *Nouvelle Revue Française*; en abril, su obra teatral *De un tiempo a esta parte* es traducida por André Camp para su aparición en la revista *Europe*; y en mayo, *Les Lettres Françaises* incluye la traducción del artículo “Cervantes el gran inventor”.¹¹

8 La historia de las ediciones españolas de Max Aub, así como la de sus traducciones a las lenguas mencionadas, son analizadas en *Las estrategias editoriales de Max Aub. Ediciones y editores de la obra aubiana (1925-1972)* (v. nota 3).

9 Valencia: Tipografía Moderna, 1932. Traducción al francés: *Fable verte*. Edmond Vandercammen (Trad.). Prefacio de L. P. Thomas. *Les Cahiers du Journal des Poètes*, Bruxelles, 3 abril, 1937.

10 Para un análisis completo de la relación de Max Aub con Francia, y del contexto amplio en que se desarrollan las estrategias editoriales referidas en este apartado, v. Malgat (2007).

11 AUB, Max. Crimes exemplaires. Nora Mitrani (Trad.). *Nouvelle Revue Française*, n. 75, p. 561-563, 1 de marzo de 1959; _____. Il fut un temps. André Camp (Trad.). *Europe*, n. 360, Paris, abril de 1959; y _____. Cervantes le grand inventeur. Alice Arhweiler (Trad.). *Les Lettres Françaises*, pp. 1-6, Paris, 12 de mayo de 1959.

Si bien Max Aub ya tenía relación con el personal de la editorial¹², en el proceso que desemboca en la firma del contrato con Gallimard para la edición del *Jusep Torres Campalans* resultan relevantes, en diferentes medida y forma, dos nombres: Pierre Gascar y André Malraux, con quien Aub mantenía una relación de amistad desde tiempos de la Guerra Civil española. El 6 de agosto de 1958, tras leer la biografía del pintor catalán, Pierre Gascar le pide permiso a Aub para traducirlo al francés y buscar un editor (6/38/4), lo que el autor acepta a vuelta de correo. El 11 del mismo mes, André Malraux acusa recibo de la edición mexicana del *Jusep Torres Campalans* (9/8/28), y a comienzos de octubre ya se comunica con Claude Gallimard, informándole de ello por carta a Aub (9/8/29, 4-X-1958)¹³. A principios del mes siguiente, el proyecto de edición ya se ha presentado a la editorial, según palabras de Pierre Gascar, quien además le comenta al autor que el propio Claude Gallimard se mostró interesado y está esperando las pruebas de la traducción (6/38/6, 6-XI-1958).

Precisamente, las demoras en el trabajo de traducción habrían causado un retraso en la salida del libro, de acuerdo con la respuesta de Gallimard que le llega a Aub a través de Malraux (9/8/35, 6-II-1960). Sin embargo, las dificultades técnicas que implica la edición de una obra que incluye un gran número de ilustraciones constituyeron otro factor determinante. De ahí que, aunque la traducción es entregada en junio de 1959 a la editorial (6/38/11, 11-VI-1959)¹⁴, Monique Grall, de Gallimard, responda a la impaciencia de Aub anunciándole la

12 Hacia fines de 1957, Aub se dirige al escritor Juan Goytisolo para establecer un contacto entre ambos y, además, decirle que le ha gustado su *Juego de manos* (Barcelona: Destino, 1954) y ofrecerse a enviarle los títulos aubianos que quisiera leer (7/4/1, 19-IX-1957). En su respuesta, Goytisolo le comenta que en Gallimard se encarga de una serie de jóvenes novelistas españoles como Cela, Sánchez Ferlosio, Matute, Delibes, etc. Y con respecto a las obras de Aub, dice: “En España recibí y leí con gran interés su trilogía de la guerra. Asimismo, un volumen de cuentos. No conozco lo que ha publicado Ud. después” (7/4/2, 25-XI-1957). Por entonces, Max Aub sólo había publicado, en México, sus primeras tres novelas de *El laberinto mágico*, en Tezontle: *Campo cerrado* (1943), *Campo de sangre* (1945) y *Campo abierto* (1951); y los volúmenes de relatos *No son cuentos* (Tezontle, 1944), *Cuentos ciertos* y *Ciertos cuentos* (Antigua Librería Robredo, 1955).

13 Tal como supone Malgat (2007: 147) e incluso antes, la intervención de Malraux habría sido decisiva en la firma del acuerdo entre Aub y Gallimard.

14 Días después, el 15 de junio de 1959, Pierre Gascar y Alice Arhweiler, su esposa, le avisan a Aub que todo está preparado para la edición francesa del libro. Al mismo tiempo, le sugieren buscar un título más expresivo, que explique mejor la obra (6/38/13). En respuesta a lo cual el autor se limita a proponer “La vie et les ouvres de Jusep Torres Campalans”, alternativa finalmente desechada (6/38/14).

salida del libro hacia mediados de noviembre de 1960 (6/21/5), un retraso algo mayor al informado por Goytisolo: “tu libro saldrá el 1º de octubre en una edición especial reservada a los escritores de honor. Esperamos que obtendrá el éxito que merece” (7/4/8, VI-1960). Concedor de las reglas del juego editorial, Max Aub responde: “hay que preparar la espontaneidad de los éxitos aunque sólo sea de salida, y el editor dispone y el impresor, el encuadernador, el de la solapa son poseedores de la verdad...” (7/4/9, 27-VII-1960).

Finalmente, *Jusep Torres Campalans* ve la luz pública en febrero de 1961, con una tirada inicial de 2000 ejemplares, que lejos estuvieron de agotarse o, si quiera, venderse de acuerdo con las expectativas, a pesar de la buena acogida de la prensa y las operaciones publicitarias llevadas a cabo por el propio autor y los editores¹⁵. Paralelamente, ya apenas firmado el contrato y luego durante el proceso de edición de *Jusep Torres Campalans*, en el diálogo entre Max Aub y representantes de Gallimard pero también de otras editoriales francesas, surgen diversos proyectos de edición, generalmente por iniciativa del escritor.

A comienzos de 1959, en medio de un clima que se le muestra propicio, con la ya referida aparición de textos suyos en las revistas francesas, Aub va a procurar – valiéndose de la mediación de traductores y amigos – la edición de otros tres libros suyos por dos editoriales parisinas, recogiendo sendas negativas. Por un lado, el 14 de febrero, Robert Marrast informa a Aub acerca de las gestiones que se encuentra llevando adelante con el objetivo de que la editorial Del Duca publique la novela *Las buenas intenciones* y un tomo de cuentos, que, por las fechas, podría ser *Cuentos mexicanos (con pilón)* editado en México por la Imprenta Universitaria en 1959 (9/23/11). Sin embargo, poco después, el 20 de mayo, el propio Marrast le comunica que Pierre de Lescure ha renunciado a su puesto en Del Duca (9/23/13), decisión que repercute en las posibilidades de edición de los textos aubianos. De este modo, la inestable situación interna de la editorial, en el marco de la cual se produce la dimisión de Lescure, de cuya evaluación dependía la edición de los dos volúmenes de Aub, determina el estancamiento y la posterior frustración de ambos proyectos.

Por otro lado, casi al mismo tiempo, *Campo de sangre* es presentado al comité de lectura de Éditions Julliard por Claude Couffon, quien luego informa a Aub de la presentación (4/44/42, 8-III-1959). En mayo de 1959, la novela sigue en estudio en la editorial (4/44/4), situación que se prolonga en el tiempo hasta abortarse definitivamente el proyecto de edición.¹⁶

15 Al respecto, v. Fernández Martínez (1996) y Malgat (2007: 149-152).

16 De acuerdo con unas “Notas acerca del estado de publicación de obras de Max Aub”, que se conservan junto con algunos de sus contratos (37/71), entre fines de 1963 y mediados de 1965 existió la posibilidad de editar *Campo abierto* en Julliard, anotación en la que se

También a comienzos de 1959, Aub reflota un viejo proyecto editorial: la creación de una serie, la Plèiade Espagnole, en el sello Gallimard¹⁷. Esta vez lo acompañan en la empresa Alfonso Reyes y Roger Callois. A este último envía Aub, el 10 de febrero de 1959, un esbozo que incluye la lista de los primeros volúmenes de la colección, con el detalle de los respectivos responsables de cada uno, para someterlo a la consideración de Claude Gallimard (3/29/1). Meses después, Caillois le escribe a Aub para comunicarle que el editor se ha mostrado “bastante dilatorio, por no decir evasivo” con respecto a la propuesta, la cual finalmente no prosperará (3/29/4, 6-V-1959).

En lo que respecta específicamente a las obras escritas por Aub, una vez editado el *Jusep Torres Campalans*, el autor ofrece a Gallimard, en 1961, su novela *La calle de Valverde*, editada en español ese mismo año en México, por la Universidad Veracruzana. El 30 de agosto, Juan Goytisolo le comunica a Aub que al hacer el “calibrage” de la novela la encontraron demasiado larga, es decir, costosa, y que prefieren editar obras más breves (7/4/12). Ante el problema que le plantea Goytisolo, Aub propone una solución que pone en evidencia su afán por lograr que la novela sea editada en Francia, aun cuando ello implique su modificación, lo que también puede advertirse en varias de sus ediciones españolas, en las que acepta las mutilaciones impuestas por la censura franquista con tal de poner sus obras al alcance de sus lectores de la Península¹⁸. Es así que en su respuesta a Goytisolo, Aub le dice que, en caso de que el traductor sea Jean Cassou, Roger Callois o Pierre Gaspar, cualquiera de ellos suprima, de acuerdo con su criterio, cincuenta páginas con lo que no se considere del interés del público francés (7/4/13, 7-IX-1961). Esta solución es desestimada por la editorial, que propone, en cambio, reemplazar *La calle de Valverde* con *Las buenas*

acota: “Hablar con Pierre Javet [del comité editorial]”. Si bien el documento no está fechado, cabe ubicarlo en el periodo señalado, de acuerdo con los datos que en él se incluyen: figura el contrato con Mondadori para la edición en italiano del primer tomo de la *Historia de la literatura española*, firmado el 3 de diciembre de 1963 (37/22), pero no el de *Nouvelles de la Guerre d’Espagne*, firmado con Gallimard el 30 de abril de 1965 (37/28). Con respecto a este último título, el documento consigna que la obra está en examen, todavía “sin noticias”.

17 El 5 de abril de 1940, Aub registra en sus diarios un allanamiento de las fuerzas de seguridad francesas en su domicilio en París: “Los papeles: abren la cómoda: el cajón de arriba, el cajón de abajo; no tocan el de enmedio, que es el que contenía mis originales. Recogen una carta de [Juan] Negrín referente a la publicación de ‘Los Clásicos Españoles’ por Gallimard [...] Oigo: – ¿Qué hacemos con el español ese? –¿Qué han encontrado? – Una carta de Negrín. – Guárdenlo” (AUB, 1998b: 45).

18 Sobre este particular, v. Lluch (2002 y 2008).

intenciones. Esta otra novela, sin embargo, se encontraba por entonces ya comprometida con Stock, y Robert Marrast ya había emprendido su traducción.

El 24 de marzo de 1961, André Bay, director de la colección Les liens du Monde de la editorial Stock, se pone en contacto con Aub para manifestarle su interés en publicar *Las buenas intenciones* (14/13/2), propuesta aceptada por el autor aproximadamente un mes después (14/13/3, 30-VI-1961). Al mes siguiente, el 11 de julio ambas partes firman el contrato para la edición en francés de la novela (37/14). Hacia fines de 1961, Robert Marrast ya tiene lista la traducción de *Las buenas intenciones*, según le informa por carta del 4 de noviembre (9/23/26). Finalmente, *Les bonnes intentions* es publicada al año siguiente, en 1962.

Un año después, por sugerencia de André Camp, surge en el diálogo epistolar entre Bay y Aub la posibilidad de editar, en lugar de *La calle de Valverde* – como había propuesto el autor –, la novela *Campo del moro* (14/13/10, 14-XI-1963). Pero el 11 de marzo de 1964, ambos títulos son descartados. A su vez, ese mismo año surge otra tentativa de traducción para el penúltimo *Campo* aubiano, cuando Juan Goytisolo lo recomienda a Gallimard (7/4/20, 23-VI-1964), donde se encuentra “en estudio” hasta al menos fin de ese año, sin resultados satisfactorios. En cambio, al año siguiente comienza a concretarse la edición del último libro que Max Aub verá editado en Francia, titulado, precisamente, *Dernières nouvelles de la Guerre d’Espagne*.

El contrato entre Max Aub y Gallimard para la edición de este volumen de relatos fue suscripto el 30 de abril de 1965 (37/28). Sin embargo, las tratativas de Aub para lograr la publicación del libro comienzan mucho antes. En 1961, Max Aub le propone a Goytisolo un libro titulado *La guerra de España* que, luego le aclara, está compuesto por *No son cuentos* más *Cuentos ciertos*, a los que se suman dos relatos más extensos: “La verdadera historia de la muerte de Francisco Franco” y “El remate” (7/4/15, 10-X-1961). Se trata, como el propio Aub le aclara, de una recopilación organizada a partir de un pedido de la editorial Mondadori de Milán¹⁹. Las conversaciones con Gallimard, en principio, parecen estancarse en este punto, lo que lleva a Max Aub a ofrecer el mismo título el 30 de septiembre de 1963 a Stock (14/13/9). Ante la negativa de esta editorial, Aub vuelve sobre Gallimard, a través de consultas a Benoit Massin y Dionys Mascolo (9/34/15, 2-XII-1964). La insistencia logra finalmente reactivar

¹⁹ El 10 de julio de 1961, el editor Arnoldo Mondadori escribe a Max Aub para comunicarle que están estudiando la posibilidad de editar un volumen de cuentos sobre la Guerra Civil bajo el título de *La guerra de España* (10/12/8). Tras acordar las piezas que incluiría el libro, el 3 de noviembre del mismo año, Aub y Mondadori firman el contrato para la edición en italiano de *La guerra de España* y *Manuscrito cuervo* (37/15), texto este último incluido en el conjunto por insistencia del editor. No obstante, la edición nunca llegó a llevarse a cabo.

las tratativas, que ahora sí derivan en la firma del citado contrato. La traducción es encargada nuevamente a Robert Marrast, quien en enero de 1966 le avisa a Max Aub que ha terminado con su tarea (9/23/54). Finalmente, en 1967, es editado el libro bajo el título de *Dernières nouvelles de la Guerre d'Espagne*, el cual no habría sido del agrado de Max Aub²⁰, pero al que se resignó acaso por no demorar más la salida.²¹

Tanto o más dilatadas pero, en cambio, infructuosas resultan las tentativas de Max Aub para lograr llevar a cabo la edición en francés de *La verdadera historia de la muerte de Francisco Franco y otros relatos*, editado en 1960 por Libro Mex editores de México. Ya en 1960, con Couffon de intermediario, el autor había presentado un libro de relatos que incluía el que da título al conjunto, para su consideración por Maurice Nadeau, de Éditions Julliard; en 1961, ante el silencio del editor, Aub presume que el libro yace enterrado en el depósito de Nadeau, tal como le escribe a Couffon por entonces (4/44/7, 9-XI-1961).

Vislumbrando el negativo resultado del silencio de Nadeau, ya el mismo año ofrece *La verdadera historia de la muerte de Francisco Franco y otros relatos* a Dionys Mascolo de Gallimard. Las conversaciones en este caso se extienden hasta mediados de año (9/34/4), tras lo cual se estancan para retomarse recién en 1967. Finalmente, el 12 de abril de 1968, Mascolo le comunica que la decisión al respecto es negativa (9/34/10), a partir de lo cual Aub resuelve intentar publicar el libro en Éditions du Seuil, valiéndose de la mediación del escritor cubano Severo Sarduy, por entonces lector de la editorial francesa. Esta maniobra sobre la que Max Aub informa a su agente Carmen Balcells apenas conocida la negativa de Gallimard (2/3/46, 16-IV-1968), también fracasará en su propósito.²²

20 En carta a Dionys Mascolo, Aub manifiesta su disconformidad con el título, en cuyo lugar preferiría "*La guerre d'Espagne*" o "*Histoire de la guerre d'Espagne*" (9/34/7, 14-III-1965).

21 El volumen compilatorio será reeditado dos años más tarde, en idioma original, es decir, español, por la editorial Monte Ávila de Caracas, bajo el título *Últimos cuentos de la guerra de España*, por contrato firmado el 27 de marzo de 1969.

22 A la lista de textos rechazados y ediciones frustradas cabría agregar la negativa de Flammarion a editar *Campo francés* en 1966, presentada en 1965 por Ruedo Ibérico, de París, que había publicado ese mismo año el original en español, según informe de Balcells a Aub (2/3/16 y 27). De acuerdo con las citadas "Notas acerca del estado de publicación de las obras de Max Aub" otras posibilidades no concretadas habrían sido la *Historia de la literatura española* en Hachette y los *Campos* en Les Editeurs Françaises Reunis (37/71).

Max Aub, agente de sí mismo

La breve reconstrucción de la historia de las ediciones de los libros de Max Aub traducidos al francés, llevada a cabo en las líneas precedentes a partir de la lectura del intercambio epistolar con editores y otros agentes del campo literario y editorial como traductores y críticos, deja ver una activa participación del autor del *Jusep Torres Campalans* en la promoción de sus ediciones en francés, aun en el periodo en que ya cuenta con los servicios de la agencia literaria de Carmen Balcells, cuyo trabajo en este sentido parece desarrollarse más bien en una etapa posterior del proceso como es la liquidación de los derechos de autor, de acuerdo con lo que se desprende de la correspondencia entre el escritor y su agente.

Asimismo, el repaso de estas gestiones de Max Aub en torno a sus obras traducidas o por traducir al francés, revela coincidencias significativas con las estrategias editoriales de Max Aub en España y, fundamentalmente, más tarde, en México, en la medida en que, con pocas excepciones, su vínculo con las editoriales francesas, tanto las que editan sus obras traducidas como las que se resuelven negativamente, se establece a través de su relación personal con diferentes agentes del campo cultural francés, incluyendo también a españoles e hispanoamericanos como Juan Goytisolo o Severo Sarduy.

En 1972, año de su muerte, en un efímero viaje a Madrid, durante la celebración de un homenaje a su figura por parte de las editoriales de la capital española, Max Aub repasaba su trayectoria editorial, desde sus comienzos en 1925. Como resultado, se declaraba sorprendido ante una situación que tilda de “irracional” y que resume del siguiente modo: “los editores madrileños agasajando al editor de sí mismo” (AUB SOLER, 1999: 15). Parafraseando al propio autor, en el ámbito más acotado de sus traducciones y en el más específico aún de las ediciones en francés, podría afirmarse también que, visto lo visto, Max Aub fue el agente de sí mismo.

Referencias bibliográficas

AUB, Max. *Cuerpos presentes*. José Carlos Mainer (Ed.). Segorbe: Fundación Max Aub, 2001.

_____. *Diarios (1939-1972)*. Manuel Aznar Soler (Ed.). Barcelona: Alba Editorial, 1998b.

_____. *San Juan*. Manuel Aznar Soler (Ed.). Valencia: Pretextos, 1998a.

_____ ; SOLER, Amparo. *Homenaje de los editores a Max Aub*. Segorbe: Fundación Max Aub, 1999.

CALLES, Juan María (Ed.). *Max Aub en el laberinto del siglo XX*. Valencia: Biblioteca Valenciana, 2001.

FERNANDEZ MARTÍNEZ, Dolores. In: ALONSO, C (Ed.). *Max Aub y el laberinto español*. Valencia: Ayuntamiento de Valencia, 1996, p. 825-858.

GERHARDT, Federico. Acerca de la edición de *El zopilote y otros cuentos mexicanos* de Max Aub. *El Correo de Euclides. Anuario Científico de la Fundación Max Aub*. n. 4, p. 30-47, 2009.

_____. Todos los puentes El Puente. Una colección en tres épocas. *Olivar. Revista de Literatura y Cultura Españolas*. n. 16, 2012.

GONZÁLEZ SANCHÍS, Miguel. In: AUB, Max. *San Juan*. Manuel Aznar Soler (Ed.). Valencia: Pretextos, 1998a, p. 227-265.

LLUCH PRATS, Javier. Coacciones censorias. Max Aub y los lectores del régimen franquista. *El Correo de Euclides. Anuario Científico de la Fundación Max Aub*. n. 3, p. 34-53, 2008.

_____. Propuesta para una reautorización de Max Aub: *Campo del Moro y Las buenas intenciones*. *Laberintos*. n. 1, p. 33-51, 2002.

MALGAT, Gérard. *Max Aub y Francia o la esperanza traicionada*. Sevilla: Renacimiento, 2007.

MORET, Xavier. *Tiempo de editores. Historia de la edición en España, 1939-1975*. Barcelona: Destino, 2002.

PRATS RIVELLES, Rafael. *Max Aub*. Madrid: Epesa, 1978.

SOLDEVILA DURANTE, Ignacio. *El compromiso de la imaginación. Vida y obra de Max Aub*. Valencia: Biblioteca Valenciana, 2003.

Fondos archivísticos

Fondos documentales del Archivo Max Aub – Fundación Max Aub – Segorbe:

Contratos de Max Aub (Citación: caja/contrato)

Max Aub y Gallimard. *Jusep Torres Campalans*. 37/3.

Max Aub y Libraire Stock. *Las buenas intenciones*. 37/14.

Max Aub y Arnoldo Mondadori Editore. *La guerra de España y Manuscrito cuervo*. 37/15.

Max Aub y Arnoldo Mondadori Editore. *Manual de Historia de la Literatura española*. 37/22.

Max Aub y Gallimard. *Nouvelles de la Guerre d'Espagne*. 37/28.

Notas acerca del estado de publicación de obras de Max Aub. 37/71.

Epistolario de Max Aub (Citación: caja/carpeta)

Max Aub y Carmen Balcells. 2/3.

Max Aub y Claude Gallimard. 3/29.

Max Aub y Claude Couffon. 4/44.

Max Aub y Éditions Gallimard. 6/21.

Max Aub y Pierre Gaspar. 6/38.

Max Aub y Juan Goytisolo. 7/4.

Max Aub y Robert Marrast. 9/23.

Max Aub y Dionys Mascolo. 9/34.

Max Aub y André Malraux. 9/8.

Max Aub y Arnoldo Mondadori. 10/12.

Max Aub y André Bay. 14/13.



La renovación de la literatura de frontera en *Calafate*, de Enrique Valdés

Raquel Arias Careaga¹

Resumen: La literatura de frontera es un género interrelacionado con las circunstancias históricas que se producen en Chile y Argentina tras la independencia. ¿Tiene sentido hablar de este tipo de literatura en pleno siglo XXI? Y si es así, ¿qué fronteras son las que hoy justifican la necesidad de seguir luchando contra ellas? La obra del escritor chileno Enrique Valdés propone una alternativa a la postura característica de la literatura de frontera clásica frente al indígena, abogando por mantener el carácter fronterizo de la Patagonia, preservando así un rincón de libertad frente a la explotación.

Palabras clave: literatura de frontera; Patagonia; pueblos indígenas; explotación.

Abstract: The frontier literature is a text genre about the historic circumstances in Chile and Argentina after Independence. Can we talk about this kind of literature in the 21st XXI century? And then, what are the new frontiers to fight with? The Chilean writer Enrique Valdés and his books offer a new point of view about frontier literature. He defends Patagonia as a frontier where it's still possible to find some freedom in the middle of exploitation.

Keywords: frontier literature; Patagonia; native people; exploitation.

Toda frontera es un horizonte, y todo
horizonte presupone una perspectiva
Abril Trigo

1 Profesora en el Departamento de Filología Española de la Universidad Autónoma de Madrid. Dirección de contacto: raquel.arias@uam.es. Este trabajo se inscribe dentro del proyecto de investigación Cultura y fronteras: la literatura y sus aportaciones a la configuración imaginaria de la Araucanía y la Patagonia (FFI2008-05029 Ministerio de Ciencia e Innovación), a cargo del investigador principal Teodosio Fernández.

La llamada literatura de frontera es un subgénero fundamental en la segunda mitad del siglo XIX, en especial en Argentina y Chile. Se trata de un conjunto de textos cuya función principal es dar cobertura ideológica a una serie de decisiones políticas y militares encaminadas a unificar el territorio tras la independencia. Ejemplos varios de esta literatura los podemos encontrar en el estudio y antología de David Viñas (1982) o en la investigación de Álvaro Fernández Bravo (1999); ya Luis Durand (1933) había aportado varios nombres de compatriotas chilenos que podían incluirse en este grupo. Tanto en Argentina como en Chile, en su calidad de nuevos Estados Nacionales, el objetivo es empujar hacia el sur unas fronteras mal dibujadas, inestables, que dejan al otro lado terrenos inexplorados y gentes desconocidas. O quizá no tanto, porque los contactos con los grupos indígenas en Argentina y en Chile permiten hablar de una verdadera relación fronteriza, relación comercial, humana y una amplia gama de pactos que en ambos casos fueron constantes.

Una vez lograda la supuesta desaparición de la conocida como frontera interior, allá por los años 80 del siglo XIX, al más puro estilo bélico, se mantuvo el problema de la delimitación entre las dos nuevas repúblicas. Pero esto no fue el tema principal de aquellos textos que se pueden englobar bajo el rótulo de literatura de frontera, porque dicha literatura se ocupaba especialmente de la frontera que se establecía entre la civilización y la barbarie, y, prácticamente sin excepciones, se tomaba partido por la primera, que no era otra cosa que la cultura a la que pertenecían los autores.

En este contexto, pensar hoy en la existencia de una literatura de frontera parece un anacronismo. Hasta la mitad del siglo XX, existen novelas que se dedican con detalle a narrar ese mundo fronterizo, como es el caso de un autor como Luis Durand y su novela titulada *Frontera*, escrita a finales de la década de los 40. El análisis que allí se plantea se apoya en la decadencia y desestructuración de las sociedades indígenas a partir de su propia idiosincrasia:

La sed del indio no se podía aplacar sino con torrentes de aguardiente, de vino y de cerveza. Los fieros hijos de Arauco, que habían cruzado todo el Valle Central corriendo con los pies desnudos, cubierto el cuerpo con una piel de huanaco y con la lanza en la mano para derrotar a los capitanes españoles primero, y a los chilenos después, eran ahora vencidos para siempre por el alcohol (DURAND, 1951: 59).

Algunos ejemplos actuales no pasan de ser novelas históricas ambientadas en un pasado más o menos idealizado en las que se recrea el enfrentamiento entre indígenas y españoles, como es el caso de la novela póstuma de Isidora

Aguirre, *Guerreros del Sur*, publicada en 2011². En este trabajo se intenta demostrar, sin embargo, que existe una revitalización del género y una actualización de los problemas que plantea el concepto de frontera en un mundo cada vez más globalizado. En palabras de la poeta Graciela Cros:

la Patagonia connotada fuertemente con la idea de Utopía, de no-lugar, de ausencia, opera en el imaginario global como tal, y hasta como 'quimera', cuando para nosotros es la experiencia de la periferia, el margen, la frontera, el desierto extendiéndose mucho más allá (GARCÍA, 2006: 13).

El escritor chileno Enrique Valdés es, en ese sentido, un ejemplo fundamental para repensar la literatura de frontera en su versión más actual. Nos proponemos analizar el acercamiento que desde su literatura se hace al conflicto de los límites y su origen histórico, y mantener que la literatura de frontera sigue siendo un término productivo en pleno siglo XXI.

Primeras fronteras

En el caso chileno, la frontera era por antonomasia la que había quedado establecida por culpa de unos indios que a los españoles les habían resultado excesivamente celosos de sus territorios e independencia. La conquista del territorio chileno es un proceso largo y en buena medida inacabado para los conquistadores españoles que se acercan a uno de los territorios más desconocidos y alejados de la Metrópoli. Una historia que había comenzado en 1536 con la expedición del capitán Gómez de Alvarado, el primero que penetra en la zona. La existencia de un texto esencial como es el poema de Alonso de Ercilla, *La Araucana*, ha dotado de una mitología especial a dicho proceso y ha sentado las bases de análisis y perspectivas muy posteriores. Es de sobra

2 Mención aparte merecen textos poéticos que pueden englobarse bajo este título y que quedan fuera de este estudio. Algunos ejemplos son las obras de Bernardo Colipán y Jorge Velázquez (compiladores y editores). *Zonas de Emergencia. Poesía - Crítica*. Valdivia, Paginadura Ediciones, 1994; o la de Sergio Mansilla. *Buque de arte. Poesía reunida 1975-2005*. Valdivia, Ediciones Aumen Digital, 2010; Clemente Riedemann, *Gente en la carretera*. Valdivia, El Kultrún, 2006; de igual forma se pueden considerar los textos de Ariel Williams. *Los fronterantes*, Buenos Aires, El Suri Porfiado Ediciones, 2008, o de Liliana Ancalao. *Mujeres a la intemperie*, Buenos Aires, El Suri Porfiado Ediciones, 2009. Dentro también del universo poético es imprescindible consultar aquí el artículo de Ostría González (2004: 149) y sus referencias a los poetas de origen mapuche cuestionando la imagen construida de ellos desde el "otro" lado.

conocida la utilización que Andrés Bello lleva a cabo del texto de Ercilla para apoyar las luchas de independencia frente a España: “La *Araucana*, la *Eneida* de Chile, compuesta en Chile, es familiar a los chilenos, único hasta ahora de los pueblos modernos cuya fundación ha sido inmortalizada por un poema épico” (BELLO, 1981: 360). La idealizada visión de la nacionalidad chilena y sus orígenes planteada por estas palabras del gran erudito venezolano nacionalizado chileno en 1832 no será una opinión aislada, ni mucho menos. Un solo ejemplo que puede sintetizar el sentimiento provocado por el texto de Ercilla podrían ser estas palabras de Joaquín Blest Gana: “La *Araucana* no es solo para nosotros un modelo del arte; es el árbol genealógico del orgullo chileno” (BLEST GANA, 1969: 72). Es lo que FERNÁNDEZ BRAVO (1999: 13) denomina la “chilenidad” de *La Araucana*.

Resulta llamativo que el territorio ocupado por los indios araucanos, que con tanto ahínco se enfrentaron a los españoles, fuera considerado por estos como una auténtica frontera que, tras diversos intentos de conquista, queda establecida como tal y de la que los propios araucanos son en parte artífices: “En cierta medida, el mundo indígena acorraló al europeo, obligándolo [a] buscar una alianza que se tradujo en la convivencia pacífica que predomina desde mediados del siglo XVII” (PINTO RODRÍGUEZ, 2003: 30). El primer contacto entre los dos bandos enemigos para establecer unas ciertas normas de convivencia en el territorio es un claro ejemplo de dominación por parte de los españoles, que exigen a las parcialidades de Arauco y Tucapel la rendición de las armas y la aceptación de normas coercitivas para sentar las bases del sometimiento a los españoles. La reunión se celebró en Paicaví en 1605. Pero la evolución de la guerra permitiría que estas relaciones se distendieran un tanto.

Desde 1662 a 1882 se producen verdaderas relaciones fronterizas, es decir, tratos comerciales, intercambios culturales, mestizaje. Los enfrentamientos armados son poco frecuentes, como explica Sergio Villalobos (1995: 36) y todo ello apoyado en una actitud de la corona española hacia estos territorios de respeto, confirmado por la firma de tratados, los denominados parlamentos, que establecen unas relaciones de igualdad con el pueblo mapuche. El primero de ellos, el parlamento de Quillín, de 1641, sienta las bases de una relación que permita lograr un estado de convivencia, “una de cuyas condiciones básicas era reconocer la libertad de los indígenas e impedir la entrada de tropas en su territorio” (VILLALOBOS, 1995: 59-60; 188-190).

El impulso que se da desde el poder a la cristianización de los territorios en 1697 es un factor que facilita un estado de paz en la zona: “De acuerdo con las instrucciones de la corona, debían admitirse los usos y costumbres de los araucanos, respetar sus posesiones y no agraviarlos ni exigirles trabajo ni tributo” (VILLALOBOS, 1995: 156). A lo largo del todo el siglo XVIII se celebran trece parlamentos que confirman un estado de normalidad fronteriza. Sin embargo,

es cierto que pocas veces se cumplían las estipulaciones en ellos presentados y su recepción por parte de la población hispana no era demasiado favorable, ya que se veía en esas reuniones “lo desdorado que significaba tratar con unos indios arrogantes y la inutilidad de los acuerdos porque eran siempre quebrantados por unos y por otros” (VILLALOBOS, 1995: 195). Pero el simple hecho de que se celebrasen, de la organización que conllevaba, la solemnidad de la ceremonia en la que participaban los más altos representantes de la autoridad, como narra este mismo historiador, implica la aceptación de una convivencia, el reconocimiento de unas relaciones de pueblo a pueblo, casi podríamos decir, de Estado a Estado. Pinto Rodríguez (2003: 62), por su parte, opina que “el parlamento como mecanismo de entendimiento y distribución del poder funcionaba perfectamente. Las promesas de paz y amistad que se sellaban en ellos aseguraban la tranquilidad. Eran, sin duda, ceremonias rituales que mantenían el equilibrio en la Frontera”.

Últimas fronteras

Es bien conocido el final de este inestable equilibrio. La configuración de la moderna república chilena a partir de 1810 no permite la aceptación ni el respeto de viejos acuerdos firmados por el otrora ocupante del territorio. Al igual que sucede en el caso argentino, la frontera no puede ser respetada si se quiere homogeneizar el territorio, y los indígenas serán vistos como un obstáculo que resulta imprescindible superar, a pesar de que se recurra a ellos a la hora de configurar una identidad nacional, como estas afirmaciones de José de Lastarria (apud Fernández Bravo, 1999: 115):

Hemos de establecer como elementos influyentes en él [nuestro carácter nacional], tanto las costumbres, y con ellas las leyes y preocupaciones de los conquistadores, cuanto las del pueblo indígena, en la inteligencia de que la mayoría de nuestra Nación se compone de la casta mixta que deriva su existencia de la unión de aquellas dos fuentes originarias.

Es interesante contrastar las palabras del erudito chileno con las de su compañero argentino Domingo Faustino Sarmiento:

Como si estos hombres salvajes perteneciesen a nuestra historia americana, y como si Arauco, después de la revolución, como durante el coloniaje, no fuese un país fronterizo y una Nación extraña a Chile y su capital e implacable enemigo, a quien Chile ha de absorber, destruir, esclavizar, ni más ni menos que lo habrían hecho los españoles (SARMIENTO, 1948: 217).

La historia de la resistencia mapuche está lejos de tratarse de una situación superada perteneciente a los mitos fundacionales de Chile. Muy al contrario, el tratamiento que de la cuestión hicieron los sucesivos gobiernos, democráticos o no, permite mantener viva la reclamación sobre sus antiguos territorios. La intervención de los intereses de compañías extranjeras ha añadido nuevas facetas al conflicto y está en la base de unas protestas que incluyen a grupos de población no indígena en la defensa de la integridad de un territorio amenazado como es la Patagonia chilena. En este sentido, no está de más recordar que el 26 de septiembre de 1972 es promulgada por el gobierno de Salvador Allende la Ley nº 17.729 con la intención de “disponer la restitución de los terrenos usurpados a las comunidades indígenas y adquirir nuevas tierras con el fin de asignarlas a los indígenas” (VIVES, 2004: 119). El golpe de Estado del año siguiente puso fin a este proceso, como a tantos otros, y una nueva ley de 1978 del gobierno militar devuelve las tierras expropiadas por Allende a los empresarios agrícolas. Estos, sin embargo, en lugar de explotarlo, las vendieron a grandes consorcios forestales, lo que les permitía obtener con ellas un dinero rápido y sin esfuerzo. Tanto en Chile como en Argentina, las comunidades mapuches luchan en la actualidad por recuperar la propiedad de unas tierras que consideran propias. En el caso chileno, se trataría además de un conflicto que tendría que derogar leyes establecidas por la dictadura de Pinochet frente a las del gobierno democrático de Allende. Los sucesivos gobiernos democráticos no han sido capaces de enfrentarse a este problema, como denunciaba José Saramago ante la recién nombrada presidenta Michelle Bachelet:

Y si me permite, ahora, es una intromisión en los asuntos, en fin, del Estado, del Estado chileno. Hágame el favor de mirar a los mapuches. Hágame el favor. Expoliados de casi todo su territorio histórico, perseguidos todos los días por la policía. Son chilenos, son chilenos, y curiosamente, chilenos más antiguos que todos los otros chilenos. Ellos eran los dueños de la tierra y ahora, las multinacionales les saquean, los han reducido casi a parias (SARAMAGO, 2006. Transcripción del discurso).

Uno de los problemas básicos es la falta de reconocimiento de los derechos indígenas en la constitución chilena, cosa que sí ocurre, por ejemplo, en Ecuador, dejando a las comunidades mapuches o de otras etnias en una indefensión jurídica (MORALES URRRA, 2010: 11). Como afirma Ostria González (2004: 151):

El mapuche, héroe, bárbaro o víctima, sigue siendo un personaje desconocido, excluido, el otro silenciado que no queremos, o no sabemos descubrir, por-

que el derecho a la diferencia, la estimación de la pluralidad cultural como un bien social constituye todavía una deuda pendiente, claro, no sólo en el plano meramente literario, sino en el más amplio de la cultura chilena.

Pero detrás de los araucanos, mucho más al sur, existían otros pueblos y otros territorios desconocidos y que se mantuvieron así durante mucho más tiempo del que parece razonable cuando se habla de configurar una identidad nacional. Territorios donde se dieron cita grupos humanos de muy diversos orígenes pero marcados todos ellos por la marginación (PINTO RODRÍGUEZ, 1985). Esta situación apoya la idea de que “la historia de Latinoamérica ha sido en gran medida una historia fronteriza, y sigue siéndolo en muchos lugares” (VILLALOBOS, 1995: 11). De hecho, la imprecisión de algunas de dichas fronteras en el sur ha enfrentado a Chile y Argentina desde la independencia, e incluso mantiene abierto hoy en día el problema: “Queda por demarcar un tramo de la zona de los hielos continentales hasta tanto esté perfectamente determinada la divisoria de aguas en esa porción de la cordillera austral” (BANDIERI, 2005: 323). Esto permite la subsistencia o, sería mejor decir, la regeneración de una literatura de frontera que se acerca a lo que podríamos llamar literatura testimonial y, por qué no, histórica, pero en una perspectiva que imbrica la Historia con el presente como pedía Lukács (1966: 425):

La novela histórica de los humanistas de nuestro tiempo mantiene un vínculo ineludible con los grandes problemas de actualidad de nuestros días. Esta novela histórica, a diferencia de lo que sucede con la de tipo flaubertiano, está dispuesta a plasmar la *prehistoria del presente*.

La frontera sigue siendo una realidad; una realidad que ha cambiado de aspecto, que ya no cuenta con la existencia de *un otro* claramente separado para definirse, pero que mantiene la conciencia de una situación peculiar que diferencia el territorio del resto del país. En ese sentido resulta muy productivo el término *frontería* propuesto por Trigo (1997: 80), descrito como “un permanente desplazamiento, la inscripción de senderos, múltiples y cambiantes, por sobre la prescripción del territorio nacional; una encrucijada marginal”. Y esto sigue siendo válido para los dos países que más tiempo emplearon en empujar esas fronteras hasta lograr una conquista total de su territorio, es decir, Chile y Argentina.

En el caso chileno, la zona de la Patagonia, el sur del sur, resulta un territorio desconocido para los propios chilenos, incapaces de imaginarlo, según opina el historiador francés Philippe Grenier (2006: 58). La tardía incorporación de esta zona a la configuración de la nación, su escaso poblamiento, las

dificultades climáticas y de comunicación, dan un cierto carácter virgen a unas tierras cada vez más amenazadas por la codicia de las multinacionales. Pero también han logrado su incorporación a la literatura a través de autores como Enrique Valdés, quien en 2006 publica una novela fundamental por su contribución al conocimiento de esta zona que sigue siendo fronteriza.

Un escritor en un mundo fronterizo

Enrique Valdés Gajardo es un escritor originario de Aysén y a su región natal ha dedicado gran parte de su producción literaria. Nacido en 1943 en Río Baker, fue violonchelista de la Orquesta Sinfónica de Chile y profesor de literatura y música de cámara en la Universidad de Los Lagos en Osorno. Su labor como escritor, tanto de poesía como de narrativa, ha dejado una producción de varios libros publicados entre 1968 y 2006, así como artículos y ensayos. Esta obra ha conseguido diversas distinciones, como el galardón obtenido por la novela *Trapananda*, que fue Premio Municipal de Literatura y Premio de la Academia Chilena de la Lengua en 1983; el Premio Gabriela Mistral, conseguido por *Ventana al sur*, novela de 1975, o el Premio Nacional de la Crítica en 2002 por su novela *Solo de orquesta*.

Sus libros de poesía, *Permanencias* (1968), *Avisos luminosos* (1986) o *Materia en tránsito* (1998), ofrecen unos textos cargados de nostalgia por la tierra perdida, identificada claramente con la infancia; una intrínseca relación entre poesía y música; una melancolía por un pasado robado por las circunstancias políticas y por el devenir vital; la ausencia de uno mismo en un paisaje al que ya no se puede regresar.

Muchos de estos aspectos es fácil rastrearlos también en su obra narrativa. *Ventana al sur* (1975) es una novela que con una técnica fragmentaria retrata la vida de un conjunto de personajes en la región de Aysén, con una marcada presencia de recuerdos autobiográficos. En sucesivos cuadros narrativos va dando cuenta de unas vidas a las que la soledad y la dureza del paisaje y el clima no han conseguido doblegar. Entre sus obras narrativas, quizá la más conocida y valorada sea *Trapananda*, de 1986, que ya desde el título se instala en la región del sur chileno que le vio nacer. A través de tres historias simultáneas, en una técnica que recuerda mucho la novela anterior, relata la historia de unos personajes que desde diversos orígenes tanto geográficos como vitales se dan cita en la región de Aysén. Las pasiones de este grupo de personajes tienen una correspondencia casi romántica con el paisaje que les rodea y que explica en buena medida sus reacciones.

Enrique Valdés es autor también de un libro de cuentos titulado *Agua de nadie* (1996) y de la novela que centra la atención del presente estudio, *Calafate*, publicada en 2006, cuatro años antes de morir el autor. La elección de este

texto está en relación no solo con los temas que caracterizan su obra como hemos visto, es decir, la elección de un escenario siempre vinculado con el sur chileno, sino también porque en esta novela Valdés hace un repaso de los orígenes y principales conflictos históricos que conforman la identidad de una de las zonas más apartadas, en todos los sentidos, del territorio chileno. La naturaleza fronteriza de este territorio es otra de las claves de *Calafate*, una frontera con un mundo todavía virgen, pero también con una sociedad que, volcada hacia intereses en muchas ocasiones espurios, la desconoce y mantiene marginada de la construcción nacional.

Todos estos elementos hacen de esta narración un texto que sin duda es posible emparentar con lo que podríamos considerar novela histórica, pero no de una forma directa o no problematizada³. Son constantes las referencias geográficas que sitúan la acción, una acción dividida, fragmentada en los diferentes prismas que dan cuenta de una realidad que tampoco es una ni tiene un solo punto de vista desde el que ser analizada. Sin embargo, a medida que avanza el texto, poco a poco los distintos hilos de la trama se van anudando hasta construir un todo, una historia completa y total cuya principal conclusión es la marginación frente a la historia oficial, frente a una historia nacional a la que los personajes de *Calafate* ni pertenecen ni quieren pertenecer finalmente. Estos aspectos acercan la novela a un tratamiento del discurso histórico que tiene más que ver con la *microhistoria*, término que Ute Seydel (2007: 178) aplica a los textos caracterizados por centrarse en “una unidad social actuante”, cuyas relaciones son “concretas y únicas” y situadas en la “pequeña región nativa”. En relación con el tema de la frontera este es uno de los aspectos más importantes de la novela de Valdés, la reivindicación de ese espacio fronterizo como tal, sin renunciar a su naturaleza híbrida, inestable, ajena a formulaciones estatales u

3 La novela de Valdés es en sí misma un sugerente reto al encasillamiento como novela histórica o nueva novela histórica, en los términos que plantea Seymour Menton (1993). Participando de muchos de los rasgos que define Menton, el planteamiento de *Calafate* tiene más que ver con lo testimonial y con la denuncia, pero siempre desde los sucesos históricos documentados. En este sentido se aleja de los postulados borgianos de “la imposibilidad de conocer la verdad histórica o la realidad” (MENTON, 1993: 42), y el carácter cíclico de la historia, también de Borges, sólo se acepta en la capacidad de resistencia del indígena por sobrevivir; tampoco se da en *Calafate* una “distorsión consciente de la historia mediante omisiones, exageraciones y anacronismos” (MENTON, 1993: 43), ni estamos ante personalidades históricas destacadas más o menos desfiguradas en el juego novelesco. *Calafate* se acerca más al concepto de *intrahistoria* de Miguel de Unamuno o al de *microhistoria*. Es, sin embargo, un rasgo dominante de su construcción como novela el uso polifónico de la intertextualidad, o en palabras de Bajtín, la heteroglosia, “o sea la multiplicidad de discursos, es decir, el uso consciente de distintos niveles o tipos de lenguaje” (MENTON, 1993: 45).

oficiales que parten desde despachos que desconocen la realidad y los problemas del lugar. *Calafate* es un ejemplo de la apropiación

del pasado para rescatar las historias de las minorías, para replantear la constitución de la identidad nacional y para desmontar los discursos de la historiografía que se han puesto al servicio de la legitimación del Estado nacional y han funcionado, por lo tanto, como instrumento de los grupos de poder (SEYDEL, 2007: 133).

Para construir este mensaje el autor se sirve en primer lugar de la fragmentación como técnica principal. A lo largo de veinte capítulos se va componiendo una estructura definida que, en un primer momento, no es percibida con claridad por el lector, pero que obedece a un patrón lógico que es mantenido a lo largo de la historia narrada. El principal elemento diferenciador es que algunos de esos capítulos incluyen secciones que aparecen en cursiva alternándose con el resto de la narración. Esta marca tipográfica obliga al lector a detenerse ante unos contenidos en apariencia completamente ajenos a lo que se narra en los textos que no aparecen en itálica. El tono de la voz narrativa es también diferente y en muchas ocasiones nos encontramos ante reproducciones y citas tomadas de diferentes fuentes, como se indica al final de estos fragmentos. Un ejemplo, el primero con que nos encontramos en la novela, es el que está tomado de un libro de Álvaro Barros titulado, como se indica, *Aborígenes australes de Chile*, incluyendo la referencia de la página de la que ha sido tomada la cita.

La ruptura con la unidad textual es absoluta, se introduce una perspectiva distinta, una autoría también distinta y un contenido alejado de la narración principal. Pero el propósito es claro y su relación con el mensaje de la novela es de una coherencia asombrosa. El territorio fronterizo es por antonomasia un territorio de encuentros, de choques, de mezclas de elementos heterogéneos, exactamente igual que hace la novela al unir discursos diferentes y eliminar por tanto la autoridad de un narrador único. La historia de la frontera no la escribe un solo texto, de la misma forma que no la puede hacer un solo pueblo, ya que la naturaleza de la frontera es esencialmente doble, es la línea en que se unen y separan dos concepciones del mundo, dos culturas, dos destinos, y finalmente la destrucción de uno de ellos para que prevalezca el otro. La esperanza está en la eliminación de la frontera, pero no de lo que Trigo (1997: 81) denomina *frontería*:

La frontera define territorios, la frontería dibuja paisajes; la frontera fija identidades, la frontería abre relaciones; la frontera delimita espacios, la frontería

articula lugares. La frontera tiene estatuto jurídico, militar, penal, la frontera habilita prácticas; la frontera legisla la razón de Estado, la frontera es indiferente a la Nación; la frontera es marca de la Historia, la frontera habilita memorias fragmentarias.

Esta es la forma que Valdés ha dado a su novela para dar cuenta de una realidad compleja y múltiple, una realidad en que se dan cita los antiguos pobladores originales del territorio poco a poco desbancados, reducidos, destruidos, por una poderosa maquinaria que quiere absorberlos sin conseguirlo del todo. Pero el comienzo no es ni mucho menos cronológico, jugando el autor también con el tiempo, saltando de un momento histórico a otro, ayudado por esas citas antes mencionadas y por un personaje que solo al final podremos identificar.

*Calafate*⁴ abre su narración con una primera persona, un anciano de casi cien años, que está relatando su historia a uno de los personajes identificado con el nombre de Juan Segundo Vidal. Pero ese relato es algo más que sus experiencias personales, porque desde el principio lo que se está narrando es la historia de la cesión de las tierras del sur a las compañías extranjeras. El comienzo es directo y claro y sitúa el texto en un nivel de denuncia que no decae a todo lo largo de su discurso. Una denuncia que abarcará el abandono de un territorio considerado siempre una frontera con la nada, los conflictos constantes por los límites con el vecino argentino y el genocidio sufrido por los pobladores originales del lugar.

Es claro entonces que estamos ante una novela histórica, pero en ningún caso ante una novela tradicional en cuanto a su estilo. En este sentido, *Calafate* cumple con uno de los requisitos establecidos por Georg Lukács (1966: 419) para la novela histórica moderna: evitar que los protagonistas sean los grandes héroes de la Historia, sino aquellos que encarnan las fuerzas conflictivas del momento histórico. En esto Valdés es absolutamente riguroso, dejando al margen de su historia los nombres de unos políticos o presidentes que no están inmersos en la realidad del proceso. De esta manera consigue mostrarnos el conflicto desde los ojos de sus víctimas más directas, dando voz a unos

⁴ El título se refiere a la planta del mismo nombre, cuya denominación científica es *Berberis buxifolia*, muy común en el territorio y de la que cuenta la leyenda que una muchacha indígena así llamada fue convertida en dicha planta, cuyas flores tendrían el mismo color que sus ojos. Quien come su fruto (el corazón de la joven) se ve obligado a regresar al lugar. Esta será una de las líneas argumentales que mueven a los diversos personajes que se dan cita en el texto. La planta se utilizó para calafatear los primeros barcos que llegaron a la Patagonia, de donde proviene su denominación.

personajes ellos mismos fronterizos en la Historia del país. Esta actitud es una muestra de respeto por los verdaderos protagonistas y una reivindicación de lo que Beverley (2004) llamaría la voz de los subalternos.

El primer conflicto que se plantea en el texto es laboral. Gentes sin trabajo son tentadas para conseguir un puesto a condición de que estén dispuestas a trasladarse a la Trapananda, nombre con que se conoce la región en que se sitúa Aysén y denominación mítica en sí misma:

También hay aquel nombre de Trapananda, tan antiguo que se ha escrito bajo diez formas diferentes – Trapanande, Tiapadanda, Saltrapananda...–, y tan secreto que nunca se supo exactamente lo que designaba: unas tierras y mares hacia el sur, más allá de lo conocido, entre Chiloé y Magallanes; un nombre de cuento de hadas. Los hay quienes se esfuerzan, hoy día, por darle vida otra vez, porque sueñan con la Patagonia de antaño. Pero “la Patagonia de antaño” no es más para nosotros, ahora, que *la Patagonia de antes de las transnacionales* (GRENIER, 2006: 53).

Pero Trapananda es también Trapalanda, uno de los nombres que recibe la Ciudad de los Césares, “esplendorosa ciudad llena de tesoros” (BANDIERI, 2005: 53). Los mitos se funden con los mitos en esta novela, las creencias de unos y otros se superponen para dar cuenta de un mundo complejo, tan complejo como el estilo elegido para dar cuenta de él. Podemos establecer en la novela dos grandes guías narrativas que acaban confluyendo. La primera, situada en 1920, narra la huelga de los trabajadores de las estancias de Santa Cruz, en Argentina, y la masacre llevada a cabo por el Ejército para acabar con ella: “En diciembre de 1921, la mitad de la población masculina de Santa Cruz pereció en la represión de las huelgas” (GRENIER, 2006: 65). A esta primera línea argumental pertenecen los personajes que abren la historia, un grupo de chilenos que se ven obligados a emigrar al país vecino para intentar sobrevivir ante las dificultades insuperables en que se encuentran; robos, saqueos, etc. Se verán involucrados en toda esta conflictividad laboral y su única salida será escapar hacia territorios aún no explotados, es decir, hacia nuevas fronteras que los alejen de la organización social dependiente de uno u otro Estado. Ellos también están buscando de alguna forma su propia Trapalanda, pero el tesoro en este caso es la ausencia de leyes incomprensibles adoptadas contra el interés de los pobladores de las tierras australes.

La segunda línea argumental que aparece casi de inmediato en el texto, ya en el capítulo segundo, es la dedicada a narrar la historia de los indígenas, pero no los araucanos, sino estos otros grupos que se encontraban mucho más al sur, desde Chiloé hasta el final del continente: chonos, kawéskar o alacalufes,

como son denominados en la novela, caucahues, entre los que más peso tienen en la narración. Su historia aparece entrelazada con la de los jesuitas enviados a esas zonas en nombre de una misión evangelizadora, que contribuyó a la destrucción de las culturas nativas:

Si los huilliches de Chiloé lograron mantenerse mediante un mestizaje más o menos importante, los indígenas de los canales y de las estepas, por el contrario, fueron radicalmente eliminados, consecuencia de las actuaciones tanto de los ganaderos como de los misioneros —aunque fueron involuntarias en el caso de los últimos: bien se conocen las modalidades de aquel etnocidio. Pese a ello, los indios, desde los huilliches aún vivos que resisten como pueden a la occidentalización, hasta los yaganes de los canales de Tierra del Fuego, son los que hicieron el inventario de la mayoría de los lugares patagónicos y que les pusieron nombre: sus lenguas aun sobreviven en todos esos topónimos (GRENIER, 2005: 67).

La postura de Valdés es que los jesuitas no fueron capaces de comprender que la relación con la cultura occidental acabaría destruyendo estas comunidades, obsesionados como estaban con la expansión de la religión cristiana. Las palabras que Pinto Rodríguez (2003: 165) dedica al caso mapuche son válidas también para esta novela como ejemplo de la exclusión a que fue sometida la cultura nativa: “El misionero y la Iglesia defendieron al mapuche, se condolieron de su condición, pero se empeñaron en acosar su cultura, convencidos que era el único camino por el cual el indígena podría crecer humanamente”. Los indios recluidos en esas misiones, o mejor reducciones, sí parecen comprenderlo rápidamente en la novela, planteándose la libertad y la huida como único camino para recuperar la dignidad humana. Esta será una constante de estos personajes, que ocupan un lugar central en la perspectiva desde la que se narra la historia de *Calafate*. La visión subordinada de un pueblo condenado al exterminio se carga aquí de una calidad humana de la que carecen los personajes blancos, ya sean los primeros conquistadores españoles, ya los europeos llegados después. Nos encontramos entonces ante una reivindicación de los pueblos originarios de la zona patagónica. Esta segunda línea argumental ocupa un marco cronológico mucho más amplio que la primera, ya que la misión de Cailín, donde viven los protagonistas indígenas de *Calafate*, fue fundada en 1764.

La técnica que utiliza Valdés es presentar primero la narración ficcionalizada de los hechos para introducir después uno de esos fragmentos en cursiva en los que un narrador diferente se apoya en documentos para narrar lo mismo desde una perspectiva autorizada y científica. Un ejemplo es la escena de la ballena varada que convoca a varios grupos indígenas. Utilizando un fragmento de la obra de Joseph Empeaire, *Los nómadas del mar* (VALDÉS, 2006:

44), la novela justifica una escena narrada antes. De esta forma se va configurando un texto muy documentado, donde todo lo que se nos narra es histórico y por tanto tiene un valor testimonial muy concreto.

Algo muy similar sucede con las referencias a personajes reales, presentes de forma lateral en la narración, pero imprescindibles si se quiere dar con las causas de la situación en que se encuentra la Patagonia. Por el texto de Valdés se mueven científicos como Darwin, aventureros como Felipe Westhoff, militares como el comandante Gebbard, o anarquistas españoles como Antonio Soto Canalejo, sin olvidar a los Braun-Menéndez, cuya historia de alianzas matrimoniales da origen a una de las concentraciones de tierras más impresionantes de la Patagonia: “En el año 1931, según sus propias declaraciones, [Mauricio Braun] había llegado a reunir como propias más de 1.600.000 ha, ocupando de hecho otras 490.000 ha.” (BANDIERI, 2005: 254). Estos y otros personajes históricos conforman un entramado, pero no son en ningún momento los protagonistas del relato. Sin embargo, Enrique Valdés sabrá construir perfectamente la relación entre realidad y ficción. Un ejemplo es la presencia en el texto de Juan Yates, ayudante de Darwin en la expedición del *Beagle*, y que en la novela es uno de los hijos de la pareja indígena protagonista de lo que hemos denominado la segunda línea argumental: “Uno de los últimos hijos de Katwol y Alén fue bautizado en la fe de Cristo con el nombre de su abuelo: Se llamaría Juan Yuras, pero los mismos compañeros lo convirtieron en Juan Yates para evitar confusiones” (VALDÉS, 2006: 96). El muchacho es contratado como práctico en la navegación por los canales al servicio del capitán Roberto Fitz Roy, y añade más adelante que “el nombre de Juan Yates recorrió las universidades de Inglaterra y despertó la curiosidad de los viajeros” (VALDÉS, 2006: 97). Tan famoso se hizo su nombre que acabó siendo el del volcán Yate, situado al sur del estuario de Reloncaví, en el golfo de Ancud.

Este es un ejemplo mínimo que permite leer *Calafate* como un texto cuidadosamente documentado. Incluso la historia de Pedro Delco, indígena que ayuda a capturar a sus compañeros para ser vendidos como esclavos y que acaba siendo asesinado por su propia familia, aparece con su correspondiente respaldo bibliográfico en la obra de Renato Cárdenas, *Los chono y veliche de Chiloé*. De la misma manera, las actuaciones de las compañías extranjeras y la primacía de sus intereses comerciales ocupan una parte importante en la denuncia que plantea el texto. Una denuncia que se dirige también contra los diferentes gobiernos que han permitido esta explotación, en algunos casos claramente homicida:

La casa de los patrones estaba a luz apagada y no había a quién avisarle que la gente se estaba muriendo allí mismo, entre gritos de dolor y retortijones. (Se han muerto toditos, dijo William Norris en voz baja a Mac Feldt, ¿qué le habían

dado en la comida?) Nada más que un poquitín así de cianuro, don Augusto, desparramado entre la harina y los asados. Bien poquito para que sólo fuera un susto y se fueran sin esperar sus sueldos impagos, capataz (VALDÉS, 2006: 114).

El único superviviente, Millacura, otro de los hijos de Katwol y Alén, testigo que consigue escapar de la masacre, se convierte en voz y memoria privilegiada de la narración. Así, el lector va descubriendo que el hombre que habla con Vidal y le cuenta todas las historias de un pasado que se cierne sobre el futuro, es este indígena, último de su estirpe, solo y sin esperanza. Poco a poco las líneas argumentales confluyen y la historia de los indígenas aparece ligada a la de los emigrantes que abren el libro. Millacura se une a ellos porque en el fondo su destino es el mismo: resistir contra la explotación que los usa y los deshecha. Las mismas razones tiene Felisberto, amigo del anarquista español Antonio Soto Canalejo, quien también se une a la expedición de los chilenos hacia el sur en busca de unas tierras que les permitan sobrevivir ajenos a una persecución política y económica que les es ajena. Así descubrirá el lector que los fragmentos en cursiva forman parte de las clases de Felisberto, creador de una escuela para obreros analfabetos y que en realidad lo que hace es crear en ellos una conciencia histórica.

Alrededor del lago General Cabrera acaba este deambular de los personajes. Será allí donde se instalen felizmente, “un lago enorme que [...] los argentinos y los chilenos que no tenían ni carnet, ni papeles, ni patria segura, trataban de crear un país diferente y exclusivo para ellos” (VALDÉS, 2006: 160). El autor de la novela reivindica así el espacio fronterizo como un lugar de oportunidades para recomenzar una historia viciada por la explotación y la codicia foránea. Un espacio de acogida, de integración, en contra de su naturaleza de línea divisora. Si existe esa división en este final de la novela es una separación con la sociedad oficial, convirtiendo la frontera en un punto de arranque para una historia nueva, una segunda oportunidad para los marginados de la tierra en este rincón del mundo, como esos gringos naufragados en el archipiélago de Guayaneco y que cuando aparece un barco que podría rescatarlos optan por quedarse en un mundo realmente nuevo que les da una oportunidad de recomenzar una historia propia (VALDÉS, 2006: 83). Utilizando las palabras de Abril Trigo (1997: 81), “es un sitio *otro*, donde todos los *otros* se congregan”.

El final de *Calafate* no es un final feliz, como no podría ser de otra manera en una historia tan cercana a la realidad que narra. El poblado será destruido, muchos de los personajes muertos, pero esta vez será la naturaleza la causante de un ciclo siempre repetido, siempre recomenzado. Primero la nieve y después el fuego provocado por unos seres humanos apabullados por una naturaleza desmesurada, incapaces de controlar el arma que usan para dominarla. Tierras

vírgenes, frontera no conquistada, espacio de utopía donde encontrar la libertad para poder seguir luchando, “pura cesura, siempre desplazada, siempre en movimiento, siempre en transición. Y así como la frontera delimita el Ser, la frontera – puro evento puro, intensidad – produce y es producto del devenir del Ser” (TRIGO, 1997: 82).

Enrique Valdés reaviva la literatura de frontera porque consigue poner en contacto dos fronteras diferentes. Por un lado el límite físico con un espacio todavía hoy poco conocido, pero amenazado por las grandes multinacionales que esperan sacar beneficios de unas tierras que no interesan al gobierno chileno. Por otro lado, la división entre los explotadores y los explotados. Las diferencias de clase en un mundo globalizado del que es imposible escapar. La verdadera frontera está en todas partes, es la que separa a los subalternos de los que los explotan. Solo fuera de esas relaciones se puede recuperar la dignidad y la capacidad de lucha para seguir sobreviviendo como único mandato aceptable.

Referencias bibliográficas

BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

BELLO, Andrés. La Araucana por Don Alonso de Ercilla y Zúñiga. In: _____. *Temas de crítica literaria*. Caracas: La Casa de Bello, 1981, p. 349-362.

BEVERLEY, John. *Subalternidad y representación*. Madrid, Iberoamericana, 2004.

BLEST GANA, Joaquín. Causas de la poca originalidad de la literatura chilena. In: SILVA CASTRO, Raúl. *La literatura crítica de Chile*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1969, p. 69-79.

DÉLANO, Manuel. Un tribunal chileno suspende temporalmente la construcción de cinco presas en la Patagonia. *El País*. Madrid, 20/06/2011.

DURAND, Luis. La frontera y su interpretación en la literatura chilena. *Atenea*, n. 101, p. 513-532, 1933.

_____. *Frontera*. Santiago de Chile: Nascimento, 1951.

FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. *Literatura y frontera. Procesos de territorialización en las culturas argentina y chilena del siglo XIX*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.

GARCÍA, Concha. *Antología de la poesía de la Patagonia*. Málaga: CEDMA, 2006.

GRENIER, Philippe. *Los tiranosaurios en el paraíso. La embestida de las transnacionales en la Patagonia chilena*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

KLAHN, Norma. *La frontera imaginada, inventada o de la geopolítica de la literatura a la nada*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, Facultad de Humanidades y Ciencias

de la Educación, 2000.

LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. México: Era, 1966.

MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de América Latina, 1979-1992*. México: FCE, 1993.

MORALES URRRA, Roberto; Tamayo Quilodrán, Marco; Cox, Martín. Pueblos indígenas, recursos naturales y compañías multinacionales: hacia una convivencia responsable. *Avances de Investigación*, n. 40, mayo 2010, p. 1-126. Disponible en: <<http://www.fundacioncarolina.es/es-ES/publicaciones/avancesinvestigacion/Documents/AI40.pdf>>. Acceso el: 14 de octubre 2011.

OSTRIA GONZÁLEZ, Mauricio. Notas sobre la presencia mapuche en la literatura chilena. In: MÄCHLER TOBAR, Ernesto (coord.). *Autour de l'Indigénisme. Une approche littéraire de l'Amérique Latine*. París: Indigo, 2004, p. 141-154.

PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. El bandolerismo en la frontera, 1880-1920. Una aproximación al tema. In: VILLALOBOS, Sergio; PINTO RODRÍGUEZ, Jorge (comp.). *Araucanía. Temas de historia fronteriza*. Temuco: Ediciones de la Universidad de la Frontera, 1985, p. 101-122.

_____. *La formación del Estado y la nación, y el pueblo mapuche. De la inclusión a la exclusión*. Santiago: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2003.

SARAMAGO, José. Discurso pronunciado ante la presidenta Michelle Bachelet el 10 de mayo de 2006 en La Casa de América en Madrid. Disponible en: <<http://www.youtube.com/watch?v=5MhPKDU84fc>>. Acceso el: 14 de octubre 2011.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Artículos críticos y literarios. Obras completas*. Buenos Aires: Editorial Luz del Día, 1948. v. II.

SEYDEL, Ute. *Narrar historia(s). La ficcionalización de temas históricos por las escritoras mexicanas Elena Garro, Rosa Beltrán y Carmen Boullosa*. Vervuert: Iberoamericana, 2007.

SILVA CASTRO, Raúl. *La literatura crítica de Chile*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1969.

TRIGO, Abril. Fronteras de la epistemología: epistemologías de la frontera. *Papeles de Montevideo*, n. 1, p. 71-89, junio de 1997.

VALDÉS, Enrique. *Calafate*. Concepción: Ediciones Literatura Americana Reunida, 2006.

VILLALOBOS, Sergio. *Vida fronteriza en la Araucanía. El mito de la guerra de Arauco*, Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1995.

VIÑAS, David, *Indios, ejército y frontera*. México: Siglo XXI, 1982.

VIVES, Cristián. Historia de la legislación indígena en Chile. In: RICHARD, Nelly (ed.). *Revisar el pasado, criticar el presente, imaginar el futuro*. Santiago de Chile: Universidad Arcis, 2004, p. 116-125.



Una frontera lingüística en las lenguas románicas: La pérdida de f- latina en castellano

Francisco Javier Calvo del Olmo¹

Resumen: La pérdida de /f/ inicial es considerada entre los lingüistas hispánicos y románicos como uno de los fenómenos constitutivos del castellano (en contraste con otras lenguas neolatinas que lo conservaron). El presente trabajo tratará de exponer un estado de la cuestión actualizado de la pérdida de /f/ en castellano. Para este fin, nos apoyaremos en las principales teorías aportadas desde los trabajos de Menéndez Pidal hasta nuestros días. Estudiaremos cuál era la articulación de /f/ en latín y en las lenguas prerrománicas habladas en la meseta norte de la Península Ibérica y qué resultados ha dado /f/ en castellano según su posición. Igualmente, describiremos el fenómeno de aspiración de /f/ así como su posterior reintroducción en el sistema fonético y fonológico del castellano. Por último, se expondrán algunos fenómenos paralelos encontrados tanto en el ámbito románico como en otras familias lingüísticas. De este modo, completamos una descripción cabal de la pérdida de /f/.

Palabras clave: fonética histórica; labiodental fricativa sorda.

Abstract: The loss of initial /f/ is considered among Hispanic and Romance linguists as one of the events that shaped the Spanish language (in contrast with other Latin languages that retained it). This paper aims to present a report on the loss of /f/ in Spanish. For this purpose, we rely on the main theories adduced from the works of Menéndez Pidal until today. We will study the pronunciation of /f/ in Latin and the pre-Roman languages spoken in the North of the Iberian Peninsula and what results /f/ had in Spanish according to its position. We will also describe the phenomenon of the aspiration of /f/ and its subsequent reintroduction in the Spanish phonetic and phonological system. Finally, we will

1 Licenciado en Filología Románica por la Universidad Complutense de Madrid y Máster Oficial de investigación en lengua española también por la Universidad Complutense de Madrid. Lector en la Universidad de Brasilia durante el curso 2011/2012. El presente trabajo fue parcialmente financiado con una beca general de posgrado del Ministerio de Educación de España, curso 2009/2010. franciscoctl.ctl@gmail.com

present some parallel phenomena found both in Roman languages and in other language families. Thus, we complete a thorough description of the loss of /f/.

Keywords: historical phonetics; voiceless labiodental fricative.

1. La teoría del sustrato de Menéndez Pidal.

La pérdida de /f/ inicial es uno de los rasgos que caracterizan al castellano en el conjunto de las lenguas románicas y, de hecho, este fenómeno ya llamó la atención de los primeros lingüistas y filólogos románicos: Luchaire, Meyer-Lübke, Meillet, Bertoldi etc. Menéndez Pidal (1904 y 1926) desarrolló una teoría basada en la acción del sustrato vasco para explicar este cambio que se produjo en la época de los orígenes del castellano y cuyos primeros ejemplos el propio Menéndez Pidal (1904) localizó en la toponimia del Norte de Burgos. Según la teoría pidaliana cabalmente desarrollada, los cántabros – al igual que los vascones – hablaban en tiempos prerromanos una lengua cuya fonética desconocía /f/ inicial. Este trazo habría pasado de la lengua nativa a la lengua aprendida (latín vulgar o protorroance). Así, las clases populares sustituían /f/ por /h/, sonido familiar a su lengua indígena. Todavía existían poblaciones de lengua vasca en la Rioja durante los siglos de formación del romance debido a la tardía y superficial romanización de la meseta Norte. Por esta causa, el contacto geográfico vascorromance habría afectado un territorio más extenso que el que sería de suponer teniendo en consideración los límites lingüísticos actuales. Para Menéndez Pidal, la aspiración de /f/ no es un proceso evolutivo sino una equivalencia acústica, pues sucede en castellano, cántabro, alto aragonés y gascón; lenguas contiguas geográficamente y desarrolladas sobre un fondo étnico común: ibérico hispánico e ibérico aquitano, enlazadas entre sí a través del euskera. Meyer-Lübke (1935) no coincidía con la tesis pidaliana y dividió el grupo hispano-vasco-gascón en tres al indicar que el vasco sustituía f- por b-, el gascón por h- desde tiempos primitivos y el castellano por h- tardíamente. Como veremos más adelante, el gascón conoce este fenómeno en contextos que “repugnan” al castellano (gascón *huéc*, *hruto* contra cast. *fuego*, *fruto*); este hecho resta credibilidad al bloque hispano-vasco-gascón. No obstante, Menéndez Pidal justifica la mayor regularidad del fenómeno en gascón como debida a un mayor aislamiento de esta lengua frente a la presión cultista y la convivencia con otros romances favorables a /f/ que el castellano tuvo desde época temprana.

Por otro lado, Menéndez Pidal situó la isoglosa primitiva entre la aspiración de f y su conservación en las fuentes del río Sella. Esta ribera marca un límite antiquísimo y prácticamente estacionario. El topónimo Cofiñal (<*Confiniale*) señalaría un confín entre tribus primitivas: al Occidente los Astures,

que pronunciaban *f* latina; al Oriente los cántabros, que la aspiraban. Para estos fines también examinó el topónimo *Ecclesia sancti Felicis* que aparece en varios lugares de España. La forma más conservadora estaría representada por el San Fiz de Galicia o el San Felices de Burgos o de Santander. El mismo topónimo originó otra forma que perdía la *f*- en época muy antigua, pues todavía conservó –e final de *sancte*. Esta forma, actual Santelices, aparece sólo en Vizcaya y en el Norte de Burgos. No obstante, Naro (1972a) considera que en los nombres compuestos pueden producirse cambios fonéticos que no se dan en los simples.

Generaciones posteriores de lingüistas han reconsiderado las teorías pidalianas y han propuesto nuevos enfoques a la luz de los descubrimientos que iban surgiendo en el campo de la lingüística. Para comprender mejor el cambio de /f/ > /h/, vamos a repasar cual era el origen y la articulación de dicho fonema en protorrromance, qué etapas pueden ser reconstruidas en el desarrollo de este proceso fonético y fonológico, así como qué resultados dio /f/ en castellano según su posición.

2. Origen y articulación de *f* en el Norte de Castilla.

Frente al influjo del sustrato alegado por Menéndez Pidal, otras hipótesis apuntan a que la evolución pudo ser motivada por tendencias internas y latentes en latín o como reajuste del sistema de las labiales. De este modo, consideramos necesario conocer cuál era el origen de /f/ en latín clásico, en latín vulgar y en las lenguas prerromanas del norte de la Península Ibérica.

Los trabajos de Corominas (1976) sobre inscripciones prerromanas, consideran que la *f* hispánica procedía mayoritariamente del ensordecimiento y fricativización del fonema bilabial aspirado indoeuropeo /bh/. La articulación bilabial /ϕ/ pudo haberse conservado en zonas aisladas del norte de Castilla, de romanización tardía, y haber sido utilizada para reproducir la /f/ latina frente a la Hispania celtíbera, donde /ϕ/ habría pasado a /f/ a causa de la romanización más intensa y temprana, y, posteriormente, a la influencia germánica. Para Tovar (1955), los cántabros, que según la tesis de Menéndez Pidal aspiraban /f/, serían el resultado de la fusión de poblaciones pre indoeuropeas emparentadas con el vasco y, de invasores indoeuropeos preceltas, paraceltas o protoceltas llegados hacia el año mil a. de C. Cabe decir que los cántabros nunca fueron subyugados totalmente por Roma, ni tampoco por los visigodos y tuvieron una cristianización tardía. Salvador (1987) rebate la incapacidad que tradicionalmente se achacaba a los cántabros para producir /f/ (o en su caso /ϕ/) al considerar que /f/ es un fonema de fácil adquisición ya que no solo se oye sino que su realización, el modo en el que los labios son colocados, también se puede observar visualmente. En todo caso, los materiales disponibles sobre lenguas prerromanas son

escasos y fragmentarios, por lo que resulta complicado presentar evidencias a partir de ellos.

En cuanto a /f/ en latín, resulta complicado conocer si su realización era bilabial o labiodental. La existencia de casos dialectales de f>h en época latina podrían indicar una /ϕ/; sin embargo, la mayoría de las lenguas románicas que han conservado /f/ la realizan labiodental, por lo que resulta antieconómico reconstruir una /ϕ/ bilabial para el latín. Por otro lado, la distribución de /f/ en latín ocurría sólo en posición inicial de palabra y procedía del ensordecimiento y fricativización de los fonemas indoeuropeos aspirados sonoros /bh/ y /dh/. En época clásica, /f/ estaba dejando de ser un fonema defectivo como resultado de la prefijación (*defensa*), de la composición (*cannaferula*) y de los préstamos (*rufu*, *orphanu*). De ese modo, aparecía en posición intervocálica y postconsonántica, pero hasta el período propiamente romance no aparecería en posición final de palabra o de sílaba.

En cuanto al euskera, es posible que esta lengua careciese de /f/ en sus estadios más antiguos, pero la mayoría de los dialectos modernos cuentan con /f/ en el inventario fonológico, no sólo en los préstamos románicos sino en palabras propiamente vascas². Parece que el fonema latino /f/ fue substituido por /p/ y más tarde se sonorizó. Actualmente encontramos en euskera los siguientes resultados; a saber FILU > *biru*, *firu*, *p(h)iru*, *iru* e *hirun* según los dialectos

Si la lengua que recibe el préstamo [f] posee, entre sus fonemas, una oclusiva labial aspirada, será ésta, generalmente, la elegida para la substitución; si no posee una oclusiva labial aspirada, servirá una simple sorda bilabial para el mismo fin. Pero no hallamos ninguna lengua que, poseyendo /p/ y /h/, prefiera servirse de esta última (MERTINET 1955: 434).

Así pues resulta difícil imaginar por qué razón los hablantes de vasco hubieron de substituir /f/ labiodental, firmemente articulada, por una débil aspiración glotal. Por otro lado, existen evidencias de que el vasco riojano tenía ya su propia /f/ en posición interior de palabra desde mediados del siglo X, como indica Torreblanca (1984). El mismo autor, expone casos de equivalencia entre /f/ vasca y /b/ romance como eusk. *fau* lat. *vanu* o eusk. *tafarna* rom. *taverna*. Estos datos prueban que los vascos asociaron el fonema romance /β/ con su propia /f/ que, en principio, debió ser también bilabial. No obstante, en vasco moderno existen ejemplos de aspiración o pérdida de f: al altonavarro

2 /f/ vasca procede principalmente del ensordecimiento de /β/ intervocálica. Cf. Michelena (1961).

obe ‘cama’ corresponde el bajonavarro *ofe* y el batúa *ohe*. Y se documentan casos en que la /f/ vasca, procedente de /b/ latina, se ha aspirado: *trahola* y *kohail*. En conclusión: la evolución –b→ –f– ha tenido lugar en todos los dialectos vascos con la única excepción del guipuzcoano. Es posible que este cambio no haya ocurrido en todos al mismo tiempo, sino que se fuese propagando de forma progresiva. Asimismo, la /f/ vasca nacida de /b/ romance se mantiene en posición inicial: *ferde*, *faun*, *fara* etc. Por lo que parece bastante probable que la aspiración de /f/ en vasco histórico haya ocurrido únicamente en la posición más débil, es decir, la intervocálica en interior de palabra.

3. Descripción del cambio /f/ > /h/: posiciones y resultados.

Como hemos indicado en el punto anterior, en latín el fonema /f/ podía aparecer en posición inicial y, debido a la prefijación, la composición y los préstamos, en posición intervocálica o postconsonántica, pero nunca en posición final de sílaba o de palabra. Tradicionalmente, solo se ha estudiado el cambio /f/ > /h/ en posición inicial cuando debería considerarse /f/ en todas las posiciones pues, para que la tesis del sustrato fuese admisible, sería necesario que los cántabros lo sustituyeran en todos los contextos. Rivarola (1972) recuerda la diferencia metodológica entre diacronía explicativa y diacronía descriptiva. La primera busca factores externos (substratos, adstratos y superestratos) que sean responsables de un cambio, mientras que a la segunda le corresponde la descripción formal de un cambio y de sus posibles repercusiones dentro del sistema. En este punto, trataremos de centrar nuestra atención en la descripción del propio cambio, esto es, del paso de f > h. Meyer-Lübke (1935), fue uno de los primeros en postular /ϕ/ como paso intermedio entre /f/ y /h/; esa realización bilabial era más débil y podía relajar la articulación labial convirtiéndose en una mera aspiración.

Siguiendo la teoría de la variación que asevera que todo cambio fonológico va acompañado en las primeras etapas de variaciones fonéticas presentes en el sistema interno, Salvador (1987) asevera que la bilabial /ϕ/ debió ser obligada variante combinatoria, constante y generalizada, más que un alófono potestativo de /f/. La evolución de /f/ > /ϕ/ puede ser entendida como un reajuste en la serie de las labiales que contaba, en el protorromance ibérico, con tres fonemas bilabiales: /p/, /b/ y /β/; frente a uno solo labiodental /f/. El reajuste permitiría una oposición de sonoras~sordas (/p/, /ϕ/~/b/, /β/) y oclusivas~fricativas (/p/, /b/~/ϕ/, /β/) todas ellas bilabiales. Penny (1972) se apoya en los datos del ALPI para delimitar una extensa área primitiva (Cantabria, el País Vasco, Asturias, Galicia, Aragón y Aquitania) que contaba con una /ϕ/ bilabial y no con una /f/ labiodental.

Por su parte, Malmberg (1971) enumeró algunos de los rasgos que caracterizan a las lenguas románicas occidentales y propuso una serie de oposiciones fonológicas en el sistema consonántico: oclusiva ~ fricativa, fricativa ~ africada, africada ~ oclusiva, sorda ~ sonora, oral ~ nasal etc. Completó el cuadro añadiendo una serie labio-velar (formada por /kw/, /gw/, /w/), las líquidas y una /f/ con realización labial o labiodental. Esta /f/ quedaba aislada dentro del cuadro consonántico propuesto, en otras palabras, la oposición entre este fonema y el grupo de espirantes sordas fricativas mantendría las oposiciones sin necesidad de que /f/ conservase su componente labial. Así pues, el punto de articulación era redundante pues el hecho de ser una fricativa sorda labial ya la diferenciaba suficientemente. Por tanto, lo más natural fue que el trazo redundante desapareciese convirtiéndose en una aspiración neutra que se mantuvo como fonema hasta el final de la Edad Media. Una posible objeción a este planteamiento es que se esperaría una evolución paralela en otros dialectos del romance occidental que presentaban la misma asimetría, pero es cierto que un mismo punto de partida no suele tener los mismos resultados en lenguas diversas. La existencia de una tendencia evolutiva puede ser frenada por fuerzas contrarias que en un momento y en una región terminan por imponerse. En todo caso, a partir de estos trabajos, parece que había causas internas en el castellano primitivo que explican el cambio /f/ > /φ/, como una reestructuración en la serie labial, y el cambio /φ/ > /h/, como la pérdida de un trazo redundante. Faltaría así por explicar los casos en los que dicha evolución no se ha producido.

En posición intervocálica /f/ se sonorizó en época temprana siguiendo los procesos de lenición comunes a los dialectos románicos occidentales. Así *Stephanu* > *Estevan* (con ortografía moderna Esteban), *raphanu* > *rávano* (actual rábano), *profectu* > *provecho* etc. En textos medievales se atestigua la sonorización incluso en palabras que después mantendrían el fonema sordo por influjo culto (*Luciuer*, *ortograuia* etc.). Podemos preguntarnos si esta fricativa sonora era bilabial /β/ o labiodental /v/. Según Ariza (1989), existe un betacismo (o confusión de /b/ y /v/ intervocálicas) extendido por todo el norte peninsular desde Galicia y el Norte de Portugal hasta más allá de los Pirineos, extendiéndose por el dominio occitano. Algunos autores como Martinet (1955) atribuyeron este fenómeno al influjo vasco, que no distinguía /b/ y /v/ ni en posición inicial ni en posición intervocálica. Si consideramos que la evolución /f/ > /h/ es posterior –como así parece– a la sonorización de las oclusivas intervocálicas, no podría ser considerado como un fenómeno de sustrato, pues la cronología lo impide. Además, existen casos de –ff– geminada que pasan también a –h–, lo que demuestra que la aspiración también se producía como resultado de la reducción de /f/ secundaria y prueba el carácter tardío del cambio. No obstante, para Menéndez Pidal /f/ intervocálica recibió el tratamiento de la inicial en aquellas voces cuyos componentes fueron interpretados como tales en romance; *dehesa* < *defensa*, *sahumar* > *salfumare* etc. Pensado (1993) estudió las adaptaciones que

el castellano hizo de los préstamos árabes que contenían fricativas glotales, faringales y velares; sonidos que eran sustituidos por una *f* que puede conservarse o pasar a *h* en los resultados modernos. El análisis de tales palabras es interesante pues compensa la falta de /f/ en final de palabra o sílaba en el léxico patrimonial. Para *f* árabe, la consonante más fuerte, el único tratamiento posible parece ser la introducción de una vocal de apoyo. Se mantiene en posición postconsonántica y cuando es geminada. En posición intervocálica puede reducirse a *h*. Este hecho probaría que la evolución *f*>*h* no dependía de la posición inicial tampoco en época tardía. Pensado concluye que el resultado de *h* en los arabismos está claramente ligado a las posiciones más débiles. Sin embargo, hay que relativizar los datos que los arabismos nos aportan, ya que pudieron haber entrado en castellano a través del filtro mozárabe y haber sufrido procesos de adaptación bastante complejos.

Por otro lado, /f/ inicial se ha mantenido en español en los grupos *fr-*, *fl-*, *fj-* y *fw-*. La relajación de /f/ > /h/ resultaba más complicada en secuencias /fʀ/, /fʎ/ y /fj/. Así podemos postular tres alófonos en distribución complementaria [f] ante /r/, /l/ y /j/; [h] ante vocales /a/, /e/, /i/, /o/, /u/; y [fʰ] ante /w/. Si bien es cierto que /fj/ alterna la conservación con la pérdida: *fidele*>*fiel*, *felle*>*hiel*, *febre*>*fiebre*, *ferru*>*hierro* (en algunos dialectos *fierro*), Naro (1972a) justifica tales variaciones por la confusión entre *íe/ié*. El grupo inicial *fl-* presenta ciertas particularidades en su evolución. De seis palabras latinas que sobrevivieron en la lengua vernácula durante la alta Edad Media, cuatro lo han conservado: *flaco*<*flaccum*, *fleco*<*floccum*, *flojo*<*fluxum*, *flor*<*florem*; en otra se ha reducido a /l/ *lacio*<*flaccidum*, mientras que se ha palatalizado en *llama* <*flammam*. Penny (1972) manifiesta que palabras como *lacio* (<*flaccidu*) y *Lambra* (<*flammula*) habrían pasado por estadios con [hl] antes de perder definitivamente *f*. Sin embargo, Corominas (1984-1991) documenta la forma *llacio* en Berceo y dice que la variante *lacio* sería de procedencia dialectal, quizá leonesa. En todo caso, el examen de estos datos muestra que la solución regular de las formas vernáculas es conservar el grupo *fl-* mientras que la reducción y la palatalización requerirían explicaciones *ad hoc*. Sin embargo, la solución propia del castellano de los grupos consonánticos iniciales formados por sorda más lateral es la pérdida de la sorda y la palatalización de la líquida (así: *llave*<*clavem*, *llanto*<*plantum*, *lleno*<*plenum* etc.). Por tanto, *flor*, *flaco*, *fleco* y *flojo* son regulares dentro de las palabras con *fl-* e irregulares dentro de los grupos sorda más lateral³. Lo cual indica, en última instancia, que al elegir un objetivo diferente y un campo diferente de operaciones se produce una pauta diferente de regularidad, tal y como dice Wright (1989), que un segundo análisis de los datos puede atribuir tanto la regularidad como la irregularidad de una voz.

3 Cf. Corominas (1984-1991).

Por último, existen algunas palabras que actualmente se escriben con h en castellano y que tuvieron una aspirada antietimológica; *hinchar*, *hinojo*, *henchir* etc. Suelen considerarse ultracorrecciones o cruces de palabras que, habitualmente, necesitan explicaciones *ad hoc*.

Aunque la mayoría de los autores reconstruyen una evolución fonética de /f/ > /φ/ > /h/, existen también voces discordantes. Una de las teorías alternativas más interesantes es la que expuso Naro (1972a) al aportar una descripción fonética diferente para la articulación de /f/. Este autor criticó la teoría sustratística por no ser capaz de explicar el cambio fonológico en todos los casos sin que fueran necesarias explicaciones *ad hoc*. Apoyándose en las teorías de fonología generativa desarrolladas por Chomsky y Halle y por Kiparsky, enunció su tesis teniendo en cuenta dos principios empíricos: que fuera capaz de explicar la totalidad del fenómeno sin necesidad de introducir excepciones y que pudiera ser aplicada a otras lenguas y dialectos próximos que presentasen cambios paralelos. Ya se había constatado que, en el Este de Asturias, la actual realización de /x/ es idéntica tanto para el sonido procedente de / ʃ/ como para el procedente de /f/. Esto podría indicar que *f* labiodental pasó por una realización no coronal palatal continua /ç/, llamada *ich-Laut*. Naro encuentra otros dialectos románicos en los que se ha producido un cambio semejante, como en una variedad de occitano hablado en el departamento de Puy-de Dôme. Tales dialectos muestran series de palatalizaciones condicionadas por la presencia de yod. En ellos, la palatalización de la serie dental se ha generalizado a la serie labial y, así, aparece [fj] > [çj]. Dicha palatalización es paralela a /n/ > /ɲ/ y /l/ > /λ/. Otro punto importante de su teoría es que la palatalización está en distribución geográfica complementaria con la palatalización de /l/ inicial, ya que ambos fenómenos no podrían suceder en una misma lengua. Es decir, en Asturias se produce la palatalización de /l/ y en Castilla la palatalización de /f/, en catalán se palataliza /l/ y en gascón /f/. Lo mismo sucedería en los dialectos vénetos, pues en Venecia se da el fenómeno /l/ > /λ/ > /j/ y en Padua /f/ > /h/. Quedaría por preguntarse si la palatalización ocurre en los otros dialectos que tiene *f* > *h* como el sardo y el calabrés. Según Naro, en estas hablas se están produciendo palatalizaciones y velarizaciones. Ambos son procesos similares y la única diferencia es que la velarización retrotrae más aún el punto de articulación. Para el autor, la palatalización de /f/ > /ç/ estuvo en un primer momento condicionada a posiciones intervocálicas dentro de la cadencia del habla, como ocurre actualmente en Calabria y en Cerdeña. Cuando el fenómeno se generalizó, sólo pudieron ser arrastradas aquellas palabras que respondían al condicionamiento primitivo; es decir, aquellas en las que *f*- era seguida por una vocal. Este hecho explica la conservación de /f/ ante las semivocales y ante /r/ y /l/.

Rivarola (1972) cuestionó la tesis de Naro, destacando algunos hechos que esta no explicaba. En primer lugar, la reconstrucción como /ç/ de la antigua /f/ no está exenta de dificultades, pues en las zonas que se ha conservado hasta

hoy la aspiración tiene la misma realización que la jota local *y*, por tanto, posee características fonéticas diferentes de /ç/. Los testimonios de los primeros gramáticos como Nebrija tampoco describen el sonido con trazos que pudieran ser atribuibles a /ç/. Además Rivarola pone en duda la complementariedad geográfica de ambos fenómenos, pues /λ/ y /h/ conviven en el oriente asturiano y en algunos rincones de Gascuña. Por otro lado, los cambios del euskera /f/ > /p/, /b/ se explican mejor a partir de una fricativa bilabial sorda /ϕ/. Y concluye diciendo que “tan absurdo como defender que cambios similares en lenguas emparentadas son fenómenos sin relación es negar que evoluciones semejantes en diversas áreas puedan estar motivadas por factores diversos.” (RIVAROLA 1972, 457). El propio Naro (1972b) escribió una réplica a estas críticas argumentando en su defensa que insistir en causas no uniformes para explicar el fenómeno cuando se conoce una causa uniforme es puro oscurantismo intelectual. En todo caso, consideramos que sería necesario conocer mejor el fenómeno de palatalización en lenguas como el asturiano, el catalán, el calabrés, el véneto o el sardo para relacionarlo con la hipótesis de este autor.

Otra teoría bastante particular para justificar que el paso de /f/ > /ϕ/ > /h/ es la que Salvador (1987) aportó basándose en causas geológicas: la carencia de flúor en las aguas de las tierras donde comenzó a producirse el fenómeno. La falta de flúor provoca la pérdida de la dentadura en edades tempranas, por ello /f/ tenía una articulación bilabial y así sería aprendida por las nuevas generaciones. Con esta propuesta, el autor aporta nuevos datos al debate, al exponer una teoría general según la cual los historiadores de la lengua deberían considerar las condiciones ecológicas de cualquier comunidad que presente evoluciones fonéticas que alteren la articulación de las consonantes dentales. Podemos objetar a Salvador el no resolver si el agua era igual en Gascuña o si era diferente en otras regiones que sí conservaron /f/. De hecho, el examen de las aguas de otras zonas parece jugar contra esta hipótesis. Además, según su teoría general, siendo /t/, /d/, /s/ y /z/ fonemas con realizaciones dentoalveolares, parece probable que todos ellos deberían haberse visto afectados también.

4. La refonologización de /f/ y la pérdida de la aspiración.

Frente a la situación descrita para el castellano medieval, el español contemporáneo cuenta con /f/ en su inventario fonético, por lo que podemos preguntarnos sobre cómo fue reintroducido este fonema. Penny (1972) apunta que la tendencia de substituir /f/ por /h/ se detuvo en un cierto momento por influencia del superestrato; entre los siglos XI y XII, la introducción masiva de préstamos latinos y franceses produjo una reestructuración en la lengua de las clases cultas. Durante esta época, hablantes nativos de francés y de occitano

penetraron en la sociedad castellana y, muchas veces, ocuparon puestos relevantes dentro de la administración de la cancillería y de la Iglesia. De este modo, introdujeron en el habla culta y urbana nuevos hábitos fonéticos como la /f/ labiodental o la pérdida de –e final (en palabras como *puent, noch, muert* etc.). Martinet (1955), por su parte, señaló la importancia de los préstamos franceses que contenían /h/ y /f/ iniciales en la diferenciación de ambos sonidos en el seno de las comunidades castellanas; las cuales habrían mantenido dicha distinción hasta el momento en que este último sonido desapareció, para seguir así el destino de una fricativa glotal en una lengua en la que la aspiración no aparece en ningún otro punto del sistema fonético como rasgo distintivo. En cuanto el sistema contaba con [ϕ] [h] [ϕh], los tres alófonos formaban un macro fonema en posiciones complementarias. Este no es el caso de [f] y [h] que poseen trazos fonéticos suficientes para diferenciarse el uno del otro. Así, [f] pasó a usarse ante /r/, /l/, /j/ y /w/ mientras que [h] aparecía ante vocal silábica. Palabras como *familia, forma, fortuna*, etc. introducidas por el latín eclesiástico pudieron articularse con [ϕ] durante siglos y solo el castellano de las clases más elevadas pasó a pronunciar [f] durante el periodo de influencia galorrománica. De esta manera se crearon dobles como *forma ~ horma*. Cabe añadir que este fenómeno de restitución de f- por influencia culta está documentado actualmente en gascón, donde ha afectado, primeramente, a los grupos que presentan una articulación cerrada [hr] y [hl]. Si consideramos correcta esta teoría, podemos preguntarnos por qué no ocurrió lo mismo con las correspondientes fricativa bilabiales y labiodentales sonoras. La respuesta es que [β] era un mero alófono de /b/ que alternaba según la posición.

Los avatares históricos de los reinos peninsulares medievales y la progresiva hegemonía del Reino de Castilla acabó por imponer la aspiración de /f/, innovación originalmente periférica y estigmatizada, confinada en la montaña cántabra. La aspiración de /f/ penetró como una cuña en los territorios mozárabes, pese a la resistencia de los enclaves reconquistados por leoneses y aragoneses. No obstante, la consolidación del cambio no estuvo exenta de vicisitudes y fueron necesarios cuatro siglos para que /h/ alcanzara todos los registros de la norma culta. En 1330, el Arcipreste de Hita alternaba /h/ (en casos como *herrén, hogaça* etc.) con los predominantes *fablar, fasta* etc. En la edición de *la Celestina* de 1499, publicada en Burgos, predomina *f* mientras que en la de Sevilla de 1501 *h* ya es mayoritaria. En el siglo XVI el traslado de la corte desde Toledo, ciudad que mantenía la pronunciación de /h/ al menos en habla oficial y literaria, a Madrid, ciudad que había perdido completamente la aspiración, impuso los usos de la nueva capital. La aspiración fue desapareciendo a lo largo del siglo XVI y autores como Quevedo o Calderón apenas la tienen en cuenta en la métrica. Únicamente en algunas zonas periféricas (como el occidente andaluz) perduró /h/ y llegó a confundirse con el nuevo sonido /x/. Posteriormente, la lengua literaria incorporó algunos de estos vocablos como

juerga (al lado de *huelga*), *jamelgo*, *joder* o *jaleo*. Por otro lado, Martinet (1955) apuntó a la influencia del superestrato castellano como causante de la pérdida de /h/ en el euskera hablado al sur de los Pirineos, sonido que actualmente sólo se conserva en los dialectos vascofranceses.

Volviendo al siglo XV, Nebrija describió una neta diferencia entre *h* latina y castellana⁴. Para él, como para otros gramáticos latinos, la *h* latina no era letra sino señal de espíritu o soplo. En los manuscritos medievales, la *h* tenía poco peso fonético y no era considerada letra por el escriba, sino una mera modificación diacrítica accesoria. Por el contrario, la *h* castellana “suena y tiene fuerza de letra”. Nebrija reconoce una fonologización que exige un reajuste del sistema ortográfico. Debido a esta fonologización los sonidos /f/ y /h/, requieren a partir de este momento dos figuras distintas. En cuanto el sistema contaba con [ϕ] [h] [ϕh], los tres alófonos podían representarse con una única grafía *f*. Y así aparece en la mayor parte de los textos de la época alfonsí. Blake (1988) coteja cerca de mil manuscritos originales fechados entre los siglos XII y XV procedentes de León, Castilla la Vieja, Aragón y Castilla la Nueva. En estos aparecen grafías *f*, *h* y *ff*. Abunda el uso de una *h* inorgánica o antihiática, general en la escritura medieval, al lado de *h* procedente de una *f* latina o árabe. ¿Qué valor fonético tendría esta última? Hay que recordar que la relación entre la ortografía y la fonética en estos textos es asimétrica ya que “ortografía nueva representa fonética evolucionada, pero ortografía tradicional no es que represente necesariamente fonética atrasada” (BLAKE 1988: 73). La asociación de la aspiración con la grafía *h*, muda en la escritura latina medieval, puede deberse a que estas se pronunciaran con una variante nula ya en las zonas centrales. En los documentos de esta época, encontramos grafías de dobles consonantes; como la doble -nn- palatal, la doble -ss- sorda etc. En los mismos manuscritos aparece -ff-, cuyo uso, aparentemente caótico, puede llevar a la conclusión de que fuese un mero capricho ortográfico. Blake (1988) critica el trato que la paleografía tradicionalmente dio a *ff*, como un resultado secundario de la redacción mediante letra cursiva, y defiende que los escribas de época alfonsí dispondrían de un cuadro con dos fonemas relativamente claros *ff* (verdadera señal de labialidad: /f/ o /ϕ/) y *h* (que representa [h] o [0]) y otro totalmente ambiguo *f*, pues resumía ambas posibilidades dependiendo de la historia filológica de cada palabra. El doble grafema *ff* habría servido, en todo caso, para aclarar la pronunciación en el caso de una palabra foránea o potencialmente confusa⁵. Frente a tantas alternativas ortográficas y debido a un cambio fonológico en progreso no debe

4 Cf. Lapesa (1984).

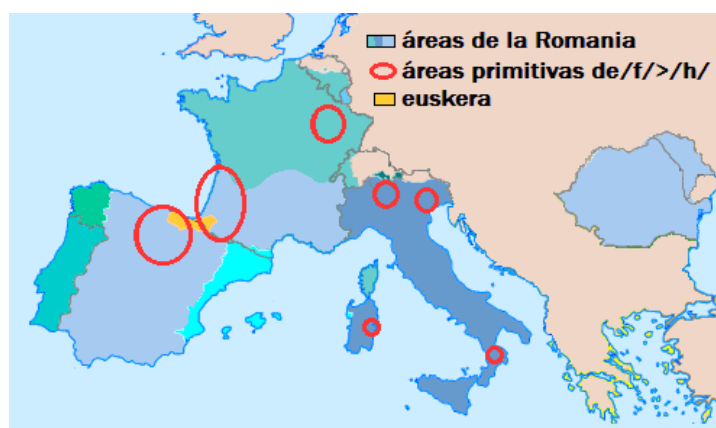
5 Cabe recordar que, después de la reforma de la ortografía carolingia, toda notación gráfica representaba algún rasgo de la lengua hablada o alguna otra preocupación normativa.

sorprendernos la inconsistencia de las anotaciones que se encuentran en los manuscritos. A finales del siglo XIV se pierde la práctica de anotar *ff* pues, según Blake, toda persona letrada ya sabía la diferenciar *falta*, pronunciada con /f/, de *hasta* que se pronunciaba con /h/ o /θ/. En definitiva, se admite la existencia de una pugna (y una convivencia) plurisecular entre formas varias ([f], [ϕ], [ϕh], [h], [θ]) ligadas a los acontecimientos y circunstancias políticas, históricas y sociales de las poblaciones que las generaron y que después las propagaron.

5. Pérdida de *f* en otras lenguas y dialectos

La isoglosa de la aspiración o conservación de /f/ no es una frontera exclusiva del castellano dentro de la Romania sino que también caracteriza el gascón frente a otros dialectos occitanos; asimismo se registra en regiones del Norte y Este de Francia y en áreas del Norte de Italia (región de Bérgamo) del Sur (en Calabria, región de Catanzaro) y en Cerdeña (región de Nuoro) como ya apuntó Menéndez Pidal (1926). Pensado (1993) analiza fenómenos paralelos tanto en el seno de la familia románica como en otros idiomas no emparentados y llega a la conclusión de que la posición de /f/ es trivial en la mayor parte de los casos. Como vimos más arriba, la posición inicial es la más frecuente en el mundo romance para el fonema /f/ y por eso fue /f/ inicial la que mayoritariamente aspiró el castellano. El mapa 1 ayuda a visualizar como la aspiración de /f/ es una isoglosa que permea todo el espacio romance apareciendo aquí y allá en áreas discontinuas.

Mapa 1: aspiración de /f/ en las lenguas románicas.



A continuación presentaremos cómo se produce esta evolución en cada lengua según los datos aportados por Pensado (1993). El gascón aspira /f/ inicial en todos los contextos (/f/+vocal> /h/+vocal, /fr/>/hr/, /fl/>/hl/, /fj/-/hj/, /fw/>/hw/). Asimismo, es frecuente la aparición de /h/ intervocálica en evidente relación con la conservación de las sordas intervocálicas, especialmente en zona bearnesa (*boho, bruhi* etc). Otras veces se sonoriza como ocurre en castellano (*caven<cophinu, debés<defensu*). En cuanto a /f/ postconsonántica, parece haberse conservado mejor (*orfan, dalfí* etc); aunque puede vocalizarse como sucede en catalán (*agréu<acrifoliu, tréu< trifoliu*).

En sardo, un proceso previo de sonorización hizo desaparecer la /f/ intervocálica, y no ha llegado a aparecer otra /f/ secundaria a tiempo para pasar a /h/. Por tanto, este fenómeno únicamente se produce en posición inicial. La /f/ geminada y la postconsonántica se mantienen intactas (*offu, buff* etc). En la zona centro-oriental, en el límite entre el nuorés y el campinadés se produce el cambio /f/>/h/ en *sandhi* tras palabra terminada por vocal. En el resto del dominio sardo /f/ precedido de vocal se sonoriza en /β/ y puede perderse, dentro de un sistema en el que las oclusivas alternan con fricativas sonoras. En posición interior puede sonorizarse en una fricativa bilabial /β/ pero en gran parte del dominio hay una pérdida total.

La misma evolución aparece esporádicamente en la península itálica y afecta a /f/ intervocálica o en posición inicial de palabra en fonética sintáctica pero no a la /f/ geminada. En la Toscana, la fricativa bilabial procedente de /p/ por la “gorgia” puede llegar a convertirse en /h/ en Florencia en posición intervocálica, en interior de palabra y en *sandhi*. Este fenómeno también aparece en Lombardía y en el Véneto afectando a la /f/ inicial e intervocálica. En bergamasco, el fenómeno se produce en final de palabra, en posición intervocálica y en inicial tras palabra terminada en vocal. En algunos casos la /f/ intervocálica se sonorizó y se ha perdido (*stüa> stufa*). La Calabria también registra la aspiración /h/. Esto podría llevar a pensar que el sustrato sur itálico es el responsable del cambio en castellano⁶ pero no existen testimonios antiguos de tal aspiración. En definitiva:

Los hechos italianos son sustancialmente iguales a los españoles. Las diferencias entre los dos fenómenos se derivan de las circunstancias históricas más que de la naturaleza fonológica del proceso f>h. El propio trabajo de reconstrucción histórica de Menéndez Pidal dejó claro que el panorama en la

6 El propio Menéndez Pidal (1904) ya indicó, basándose en la toponimia, que el Norte del a Península Ibérica habría sido romanizado por poblaciones procedentes del Sur de Italia mayoritariamente oscas.

Península Ibérica hubiera sido muy parecido al italiano –una variante sin prestigio, limitada a zonas aisladas y con tendencia a la regresión- de no haber sido porque la hegemonía política y militar de Castilla acabó por generalizar la variante *h*, inicialmente estigmatizada. (PENSADO 1993: 158)

Cabe añadir que algunas lenguas itálicas antiguas, como el falisco o el sabino, tenían /h/ allí donde el latín tenía /f/ y viceversa. Pensado (1993) considera el paso de /f/ > /h/ dentro de los universales fonológicos; este fenómeno puede ser descrito como un proceso de debilitamiento de una fricativa que supone la progresiva relajación y pérdida de la constricción oral con mantenimiento del gesto glotal. Así, documenta fenómenos paralelos en bantú, creek, céltico, armenio, dravídico, japonés, evenki, mongol y en las lenguas uto-aztecas. Las evoluciones romances responden a estos procesos universales de debilitamiento.

6. Consideraciones finales

Cualquier cambio fonético es natural y puede producirse en cualquier comunidad, en cualquier lengua y en cualquier época aunque, en cada caso, esté motivado por causas históricas específicas y determinantes. El paso de /f/ a /h/ es un proceso de debilitamiento progresivo de /f/ que se convirtió en una aspiración neutra, conservándose como fonema del castellano hasta el final de la Edad Media. Fenómenos semejantes afectan a otras fricativas sordas (/s/, /θ/, /ʃ/, /x/) y, de hecho, en algunos dialectos españoles actuales se documenta la aspiración /s/. Consideramos necesario abordar el desarrollo sincrónico y diacrónico de nuestra lengua en un contexto peninsular e, incluso, románico, pues solo así podrá valorarse con justicia qué es exclusivo y qué no lo es. Como hemos visto, el cambio /f/ > /h/ aparece en áreas discontinuas de la Rumania y ha triunfado a ambos lados de los Pirineos, en castellano y en gascón. Ello probaría una tendencia interna en varios dialectos neolatinos hacia la alteración de /f/, aunque fuerzas contrarias, como la gran tradición lingüística de este sonido, lo han mantenido en las áreas centrales y mejor comunicadas del territorio romance. Como hemos visto, en el solar castellano –tierra bilingüe y poco romanizada-, el trazo bilabial, desprovisto de valor informativo, desapareció y /f/ solo fue reintroducido siglos más tardes a través de los masivos préstamos franceses y latinos. Posteriormente, la ascensión del poder político y militar del Reino de Castilla en el ámbito hispánico terminó por imponer esta variante, originalmente estigmatizada, en el área central de la Península Ibérica y, posteriormente, fue trasplantada a territorio americano.

En el presente artículo hemos repasado algunos de los principales estudios realizados sobre el cambio /f/ > /h/, agrupándolos según que aspecto

tratasen (teoría del substrato, origen y articulación de /f/ en la Península Ibérica, descripción diacrónica del cambio, teoría geológica, teoría de la palatalización, refonologización de /f/, etc.). Así pues, este fenómeno ha sido un vector que nos ha permitido trazar fronteras diatópicas en el territorio de las lenguas romances, fronteras diacrónicas en la evolución del castellano a través de los siglos. Al mismo tiempo, ha concentrado varias perspectivas y enfoques teóricos que van desde la gramática histórica, a la descripción de los universales fonéticos, la historia de los reinos peninsulares o la paleografía. Esperamos haber dado una descripción cabal del fenómeno y haber esbozado el desarrollo histórico de una teoría a través de más de un siglo de investigación científica. Por último creemos que aún quedan aspectos de este fenómeno que pueden ser abordados y otros que quizá necesiten ser reformulados a la luz de futuras investigaciones.

Referencias bibliográficas

- ARIZA, Manuel. *Manual de fonología histórica*. Madrid: Síntesis, 1989.
- BLAKE, Robert J. Aproximaciones nuevas al fenómeno f>h>0. In: ARIZA, Manuel; SALVADOR, Antonio (eds.). *Actas del I Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Madrid: Arco; Libros, 1988, p. 71-82.
- COROMINAS, Joan. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1984-1991.
- _____. Acerca de algunas inscripciones del Noroeste. *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la península ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1976, p. 363-385.
- LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*. Madrid: Gredos, 1984.
- MALMBERG, Bertil. Le passage castillien f>h perte d'un trait redondant? _____. *Phonétique générale et romane*. The Hague; Paris: Mouton, 1971, p. 459-462.
- MARTINET, André. *Economía de los cambios fonéticos "Estructuras en contacto: el ensordecimiento de las silbantes en español"*. Madrid: Gredos, 1955.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Manual de gramática histórica*. Madrid: Espasa Calpe, 1904.
- _____. *Orígenes del español*. Madrid: Espasa Calpe, 1926.
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm. *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg: Carl Winters, 1935.
- NARO, Anthony J. On f>h in Castilian and Western Romance. *Zeitschrift für Romanische Philologie*, n. 88, p. 435-447, 1972a.

_____. A Reply. *Zeitschrift für Romanische Philologie*, n. 88, p. 459-462, 1972b.

PENNY, Ralph J. The re-emergence of /f/ as a phoneme of Castilian". *Zeitschrift für Romanische Philologie*, n. 88, p. 463-482, 1972.

PENSADO, Carmen. Sobre el contexto del cambio f>h en castellano. *Romance philologie*, n. 37 (3), p. 147-176, 1993.

RAE. *Diccionario de la RAE*. Disponible en: <www.buscon.rae.es>. Accedido el: 20 oct. 2011.

RIVAROLA, José Luis. Sobre f> h en español. *Zeitschrift für Romanische Philologie*, n. 88, p. 448-458, 1972.

SALVADOR, Gregorio. *Estudios dialectológicos*. Madrid: Paraninfo, 1987.

TORREBLANCA, Máximo. La f prerromana y la vasca en su relación con el español antiguo. *Romance Philologie*, n. 37(3), p. 273-281, 1984.

TOVAR, Antonio. *Cantabria prerromana: o lo que la lingüística nos enseña sobre los antiguos cántabros*. Madrid: Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1955.

WRIGHT, Roger. *Latín tardío y romance temprano*. Madrid: Gredos, 1989.

Fronteras de ninguna parte: el *portunhol selvagem* de Douglas Diegues

María Eugenia Bancescu¹

Resumen: La poética de Douglas Diegues surge como uno de los casos más radicales en relación con la invención de una lengua poética a partir de la amalgama entre portugués y español con interferencias del guaraní: el *portunhol selvagem*. El trabajo indaga acerca del posicionamiento de esta poética en el marco de la tradicional oposición entre centro y periferia. En este sentido, su escritura constituye una redefinición perturbadora de las categorías de nación y literaturas nacionales a partir de la corrosión de las nociones de lengua, identidad y territorio. Asimismo, el *portunhol selvagem* se impone como un fenómeno de resistencia cultural ante la absorción del mercado, a la vez que como una estrategia poética, política y lingüística para situarse en el centro del debate intelectual.

Palabras clave: centro; periferia; Douglas Diegues; portunhol selvagem.

Abstract: Douglas Diegues's poetics arises as one of the most radical invention cases of a poetic language from a mix between Portuguese and Spanish with interference of Guaraní: the "Portunhol selvagem" (wild Portuñol). This work asks about the positioning of this poetics in the frame of the traditional opposition between center and periphery. In this sense, the corrosion of language, identity and territory notions in his writing is a disturbing redefinition of the nation and national literature categories. Also, "Wild Portuñol" imposes itself as a cultural resistance phenomenon on the market absorption, at the same time that it is placed as a poetic, political and linguistic strategy in the centre of the intellectual debate.

Keywords: center; periphery; Douglas Diegues; portunhol selvagem (wild Portuñol)

En *Planetas sin boca*, Hugo Achugar revisa la heterogeneidad latinoamericana a la luz del llamado proceso de homogenización/globalización en relación con tema de los lugares, los paisajes y los territorios. Ante los desafíos

1 Profesora en Letras. Doctoranda en Humanidades y Artes con mención en Letras de la Universidad Nacional de Rosario (UNR). Becaria de Conicet.

a los que parecen estar sometidos los Estados nacionales, fundamentalmente, en torno a las exigencias del actual flujo económico y financiero del neoliberalismo, los diferentes procesos de integración nacional o de regiones de libre comercio, y de los discursos no homogéneos de la llamada sociedad “telemática”, el autor dice:

Babel (...) parece ser la imagen que rige el presente espectáculo de nuestras sociedades. ¿Babel como imagen de la confusión y de la entropía o Babel como divisa libertadora del multiculturalismo? ¿Babel como estrategia de una economía global neoliberal, o babel como resultado de la resistencia cultural de los individuos? La decisión depende de quién habla, y sobre todo, a partir de dónde se habla. (2006:85)²

La interpelación acerca de la(s) Babel(es) del presente resulta un buen punto de partida para pensar el lugar de enunciación fronterizo que postula la poética de Douglas Diegues, poeta brasiguayo-carioca, (nacido en Río de Janeiro, hijo de madre hispano-guaraní hablante y padre brasileño), radicado en la frontera de la ciudad del sur matogrossense de Ponta Porã con la paraguaya de Pedro Juan Caballero. Lugar de enunciación periférico, entonces, no sólo desde el dato (bio) geográfico o desde la situación plurilingüe de la frontera en que habita, sino también desde la configuración de una lengua poética que ha inventado para su literatura, principalmente, entre el portugués y el español con interferencias del guaraní: el *portunhol selvagem*.³

En los albores de un nuevo orden mundial que ha tornado obsoleto el imperialismo cultural unidireccional junto con su contradiscurso contestatario del antiimperialismo, la idea de la cultura como un recurso tal como la define George Yúdice se permea, entre otros aspectos, en el rol de los artistas que, en el marco del libre comercio, operan una “intermediación cultural transnacional” (YÚDICE 2002: 289), es decir, una serie de complejas colaboraciones tales como flujos de influencia que no se mueven del centro a la periferia, sino que circulan multidireccionalmente por entre las ciudades globales del mundo.

2 La traducción me pertenece.

3 Denominado por el autor de este modo en contraposición al portuñol convencional: *El portunhol convencional es meio papai-mamãe. El portunhol selvagem es mais ou menos kama-sutra. El portunhol convencional es meio bissexual. El portunhol selvagem es mais polissexual. Atenti: la palabra selvagem significando origem própria em meio a las selvas primitivas de la tríplice-fronteira y non a la violênzia, a la ferocidade, a la cobardia muitas vezes taxados como atos selvagens y non como atitudes de gente civilizada*. (DIEGUES 2008).

¿Cómo pensar, entonces, el lugar del *portunhol selvagem* en este contexto y en relación con el resto de las prácticas artísticas del presente?

Joaquín Barriendos (2009) ha señalado que las lecturas posmodernizadoras han querido ver en la actualidad la disolución de las estructuras civilizatorias modernas en relación con el uso coercitivo del pensamiento geográfico, de la construcción territorial de las identidades y de los canales a través de los cuales fluctúan los saberes, los signos y los individuos. Sin embargo, esta jerarquía pervive a través de la gestión transcultural de las poéticas de subjetivación, dado que las fronteras han pasado a “recentrarse” y lo periférico se tornó altamente significativo y productivo en nombre de la estetización de lo fronterizo y la defensa neopaternalista de lo marginal. Un “activo periferia” susceptible de ser consumido y absorbido por su rentabilidad estética en términos de austeridad y de carencia.

Por el contrario, Nelly Richard (1994: 1015), si bien no descarta esta hipótesis, señala que la revalorización posmodernista de una cierta centromarginalidad estetizante es ambigua, en tanto el gesto que la ordena sigue procediendo de la red que detenta un monopolio simbólico-discursivo.

Pensar las literaturas de frontera desde esta perspectiva, entraña la cristalización de la tradicional oposición centro/periferia, de modo tal que toda producción, circulación y recepción implique necesariamente y *a priori* la cooptación por parte de la lógica institucional y el poder metropolitano. Al mismo tiempo, oculta la compleja articulación entre los artistas, los diferentes agenciamientos dentro del circuito institucional, sus posicionamientos múltiples y simultáneos que obligan a replantear no sólo los ordenamientos conceptuales sino también las posibilidades críticas y políticas de dichas prácticas en la actualidad.

Sería conveniente tomar en consideración lo que Ana Longoni (2009) ha llamado “posición descentrada”, entendiendo por esto “no sólo aquella posición desplazada del centro sino también a un centro que ya no se reconoce como tal, extrañado, turbado, que está fuera de su eje, que ha perdido sus certezas”. Esta posición permitiría quebrar los parámetros y escalafones que constituyen su legalidad y administran sus relatos.

Desde esta perspectiva, es posible pensar a la poética de Diegues como un desplazamiento de las cartografías desde las cuales se han definido el centro y la periferia desde la modernidad. Sus escrituras pueden leerse como una redefinición perturbadora de las categorías de nación y de literaturas nacionales, a partir de la corrosión de las nociones de lengua, identidad y territorio.

Por otra parte, la difusión de su obra a través de blogs y editoriales cartoneras constituyen un margen desde donde se cuestiona “la función-cen-

tro⁴” relativa a la consagración legitimadora del mercado y de las instituciones, contexto en el cual el *portunhol selvagem* se impone como un fenómeno literario de resistencia cultural frente a la absorción del mercado y a la vez como una estrategia política-poética-lingüística para situarse en el centro del debate intelectual.

La des-integración de las fronteras

La pregunta acerca de la oposición centro/periferia presupone el problema del territorio en relación con la redefinición del mapa poscolonial y transnacional que devendría de los procesos de regionalización y globalización. La firma del Tratado de Asunción, el 26 de marzo de 1991, produciría un cambio sustancial respecto del imaginario espacial de esta zona, en la cual parecerían tornarse obsoletas, o al menos cuestionarse, las distinciones de nación y de territorio (ACHUGAR 2006: 299).

Pero esta voluntad de construir un avance con relación a la integración de América Latina, planeta paradójicamente la vigencia de la idea de nación trazada por el mismo acontecimiento del Tratado. Para Achugar, el Mercosur representa la instalación de un imaginario espacial que da cuenta de un momento de transición de los antiguos Estados-nación para un sistema futuro todavía sin forma sedimentada, en el cual el territorio continua teniendo una función (2006: 302), de modo tal que la misma firma del Tratado instituye a la vez que niega las categorías fuertes de la territorialidad.

Durante la misma década, específicamente en 1992, se publica la obra *Mar Paraguayo*, de Wilson Bueno, considerada una de las precursoras del *portunhol selvagem*. Se trata de una *nouvelle* cuyo acontecimiento, según Perlongher (1992), consiste en la deliberada creación de una (cuarta) lengua o más bien mezcla aberrante y errática de portugués, guaraní y español, una “sopa paraguaya” que transgrede los límites de la literatura brasileña para insertarse

4 En términos de Nelly Richard, “la jerarquía del Centro no sólo depende de que concentra las riquezas económicas y regula su distribución. Depende también de ciertas investiduras de autoridad que lo convierten en un polo de acumulación de la información y de transmutación de sentido, según pautas fijadas unilateralmente. (...) El ‘centro’ se recrea como función-centro en cualquiera de las instancias que producen conocimiento-reconocimiento según parámetros legitimados por un predominio de autoridad” (1994: 1015/1016).

en las tradiciones macarrónicas de cualquier literatura “nacional” hispanoamericana.⁵

En el caso de Douglas Diegues, este laboratorio del carácter inventivo del portuñol al que había apelado el texto precursor, funcionó como “*un experimento selvagem que brota como flor da bosta misma de las lenguas que moram dentro du meu pensamentu, u português, o espanhol, algo do guarani y do guaranhól, mesclados*” (DIEGUES, 2005). Sin embargo, a diferencia del portuñol convencional que el autor se encarga de desestimar para ampliar las posibilidades de expresión⁶, puede incluir en su devenir macarrónico

uma antropófagica liberdade de linguagem aberta ao mundo y puede incorporar el portunhol, el guarani, el guarañól, las 16 lenguas (ou mais) de las 16 culturas ancestraes vivas em território paraguayensis y palabras del árabe, chinês, latim, alemán, spanglish, francês, coreano etc. (DIEGUES 2007a).

Más allá de la incorporación de las lenguas que configuran la materialidad significante de la frontera y de la situación de diglosia vigente en Paraguay, el carácter hiperbólico en relación con las lenguas potencialmente susceptibles de ser incorporadas a la mixtura, representa la situación territorial propia de la constitución de la zona de la Triple Frontera.

Cuando la Revista “Horizonte geográfico” convoca a Diegues para el número dedicado a la Triple Frontera, el autor ensaya el contorno de una cartografía deconstructiva de los estereotipos identitarios que han definido históricamente a los habitantes de los diversos lados de las aduanas. Este mapeo bosqueja a esta zona como un

5 PERLONGHER subraya el valor poético del portuñol a la luz de sus propias postulaciones sobre la poética del neobarroco, como una suerte de *modus operandi* común. Respecto del neobarroco, dice que “no procede sólo a una sustitución de un significante por otro, sino que multiplica como un juego de dobles espejos invertidos (...) los rayos múltiples de una polifonía polisémicas que un logos anacrónico imaginara en su miopía como pasibles de ser reducidos a un sentido único, desdoblándolos, en su red asociativa y fónica, de una manera rizomática, aparentemente desordenada, disimétrica, turbulenta” (1991: 96).

6 Según Celada: “A verdade é que o termo ‘portunhol’, pelo fato de funcionar como uma espécie de ‘curinga’ que circula e se desloca por diferentes espaços, refere-se a diversos objetos, dentre eles designa a língua de mistura entre espanhol e português nas diversas fronteiras do Brasil com os países hispano-americanos. Por isso, ‘portunhol’, pode designar tanto a língua dos hispano-falantes que moram neste país (à qual alguns dão o nome de ‘espagués’) quanto aquela produzida pela relativa audácia dos veranistas argentinos

territorio lleno de kontradicciones salvajes y dicciones kalientes, koreanos y árabes, chinos y paraguayos, brasilenhos y gente de todas las partes del mundo (...) Yirando diariamente por el puente de la amizade van y vienen sakoleiros, terroristas, pastores evangélicos, indios, musulmanes, travestis, modelos, traficantes, operários, prostis, turistas nipónikos, comerciantes católicos, empresarios libaneses, tranbiqueros, espías, contrabandistas, pyragues, dólar falso, sicarios, periodistas, akadémicos, poetas, expertos y otários, pero ninguem es mejor do que ninguem. (2010:36)

El recurso de la enumeración caótica deniega la versión conciliadora de una multiculturalidad armónica e integrada, a la vez que subraya deliberadamente los imaginarios de terrorismo y contrabando con que los países centrales justifican las intervenciones militares y económicas desde hace algunos años.⁷

De esta forma, el *portunhol selvagem* puede considerarse como lengua de contacto y “arte relacional”, tal como lo plantea Waltrick do Amarante, aunque al mismo tiempo, ¿no sería también acertado vincularlo a la elaboración de una serie de tácticas locales de posicionamiento crítico que juega con los *bordes* y

nas praias brasileiras ou, ainda, pela boa disposição dos anfitriões que aí os recebem. Pode designar também a modalidade com a qual os brasileiros ‘dão um jeito’ de comunicar-se com os hispano-falantes dentro ou fora do Brasil. Com frequência, o termo é utilizado ainda pelo próprio aprendiz para referir-se à língua que vai produzindo ao longo de seu processo de aprendizado”. (2002:44) La reprobación de Diegues está orientada hacia a estas nociones cuando aparecen absorbidas por la industria cultural, (por ejemplo, en la publicidad de Telefónica o algunas telenovelas recientes de la Rede Globo), o por el mercado del turismo en relación con los estereotipos identitarios a unos y otros lados de las fronteras.

- 7 Es interesante señalar al respecto, si bien excede los límites de este trabajo, la satirización operada a través de los glosarios que coloca al final de sus producciones. La misma función del glosario, orientada desde las poéticas del siglo XIX a la traducción de la palabra del otro, aparece desarticulada. Las definiciones forman parte del cuerpo poético de la obra misma, y se acercan más la tradición de los diccionarios lúdicos de Bierce y Laplantine y Nous, por ejemplo. Con referencia a lo anterior, cabe citar la entrada del término **terroristas**: *Sectores del gobierno yankee por ejemplo alegam que la triple frontera serve de área de refúgio para agentes del terrorismo internacional y sede de los fondos de financiación de las actividades de terroristas en diversas partes del mundo. Dicen también que Bin Laden pode estar eskondido bajo las cataratas del Yguazú. Pero até este momento, non se ha encontrado por aki nem Bin Laden nim sequer um miserable terrorista anónimo kurtiendo la piscina dum hotel cassino. (2010:37)*

en el *entremedio* de las culturas? Construcciones de la identidad cultural que nos dicen que la alteridad es cuestión de poder y de retórica más que de esencia. Y eso porque la alteridad es, primero, cuestión de representación (RICHARD 1994:1015) O bien, como afirma el crítico Julio Ramos, se trataría de un tipo de escritura cuyo modo de concebir la identidad se escabulle de las redes topográficas y las categorías duras de la territorialidad y de su metaforización telúrica. (1994:60).

Y esto es, para Douglas Diegues, la postulación de una posición ubicua diseñada estratégicamente en ninguna parte.

Poética del mal salvaje

La lengua es un animal salvaje, y si la norma tiende a domesticar, la poesía intenta liberarla de su cárcel, volver a los poderes creativos de la lengua, y por momentos desorganizarla, romper sus estratos, sus jerarquías, no hay creación dentro de la regla, la creación destruye la regla.

Nicolás ROSA (2006)

En el año 2001, durante el encuentro Poetas en la bahía, en Asunción, Diegues lee un ensayo titulado “A poesia de nenhuma parte”, en donde describe —aún desde la lengua portuguesa-brasileña⁸—desde y sobre su lugar de “descentrado”:

8 En la entrevista que dio a Marcelino Freyre, dice al respecto: *Alguns anos depois eu había escrito unos 300 mil poemas, que destruí com fogo, porque u meu português literário era muito impostado, parecia la cosa más falsa del mundo, porque en aquel tiempo solo mi silêncio no era impostado, solo mi silêncio era berdadeiro.* (DIEGUES 2005)

9 Hal Foster propone el retorno de algunas prácticas vanguardistas en el posmodernismo a partir de la noción de trauma freudiano. Un acontecimiento se registra como traumático únicamente cuando otro posterior lo recodifica. La recodificación de los acontecimientos de vanguardia se manifiesta de modo análogo, mediante una alternancia entre anticipación y reconstrucción (2001: 31). De este modo, no sería solo válida la lectura de la neovanguardia sino también la de la vanguardia histórica habilitada desde las lecturas del presente histórico. Tomando en consideración este retorno, no consideramos la producción de Douglas Diegues como un *revival* de una baja antropofagia oswaldiana (ROLNIK 2005), sino de aquellas actitudes que desde las prácticas contemporáneas están consideradas dentro de nuestro “know how” antropofágico.

sempre me senti como se estivesse em lugar nenhum, um estrangeiro, um ser de passagem, um exilado, um ser sem país próprio, sem língua própria, que tem que usar sempre uma língua emprestada, que é sua e não é sua, e que às vezes é traiçoeira, e faz você dizer o que não quer.

Este lugar situado en ninguna parte podría ser vinculado al concepto de “extraterritorialidad” de Steiner (1971) según el cual los escritores, arrojados de la lengua materna, debieron refugiarse en lenguas extranjeras. En este caso, puede pensarse más bien la postulación de una poética que vive la orfandad de la lengua como la de un mal salvaje, en un gesto irreverente donde puede interpretarse una “acción diferida” (Foster 2001): la apropiación antropofágica de las lenguas⁹ para elaborar una lengua anómala¹⁰ que rechaza la normativización de toda gramática en favor de una radical desterritorialización:

La gramatificacione servirá para matar los deslmites de la liberdade di lenguaje. Lo mais importante es non fixar nim museificar, mas deixá-lo errante caubói rollingstones, epifania sem nome 3 kilômetros por segundo al redor del sol entre Sampi y Paraguay y el resto de la Gluebolândia. (...) Qualquer kabrón, qualquer princesa, qualquer vagabundo pode fazer literatura em portunhol selvagem, porque cada um tiene ya um portunhol selvagem seu, aún non lo sabiendo, y que jamais será igual al mio. Incalculáveis portunholitos selbagens existem y non existem y existem, mas nunca se repetem, como las capas de los libros de Eloísa Cartonera. (DIEGUES 2007b)

Esta poética del *errar* entre las lenguas —entendida desde las lecturas civilizadas de las academias y de las lenguas oficiales más bien como error—, se radicaliza aún más en cuanto el *portuñol selvagem* se utiliza a los fines de la “traducción transcreativa”, para usar una expresión de Haroldo de Campos, tanto de obras de artistas afines a la propuesta estética como de las manifestaciones de la alta cultura, por ejemplo, la antología de la poesía de Malcolm Lowry, algunos poemas de *Las flores del mal* o “El cuervo” de Edgar Allan Poe. Diegues parece pulverizar la encrucijada fidelidad versus traición que comportan los debates acerca de la traducción en la medida en que la lengua de destino es

10 Lo anómalo no es lo que se opone a la norma, como lo explicaron Deleuze y Guattari (1980), sino lo que difiere, lo múltiple: “a-normal, adjetivo latino sin sustantivo, califica lo que no tiene regla o que contradice la regla, mientras que ‘anomalía’, sustantivo griego que ha perdido su adjetivo, designa lo desigual, lo rugoso, la aspereza, el máximo de desterritorialización”.

una escritura cuya misma materialidad es una invención, y dado que funcionan como interrupciones (anti) fetichistas dentro de las obras señaladas.

La libertad antropofágica que impulsa la constitución de esta escritura y del proceso de traducción, opera también en la desobediencia de las divisiones genéricas: sus dos libros de “sonetos salvajes” – *Da gosto andar desnudo por estas selvas* (2002) y *Uma Flor na solapa da miseria* (2005) –, identificados por Glauco Mattoso como “shakespereanos”, respetan la forma de tales versos (tres cuartetos y un dístico), pero a través de una apropiación ilegal de los patrones de rima y métrica.

La producción de tentativas de “proto-nouvellecitas” en verso, como *El astronauta paraguayo* (2007), descoloca, además, la situación misma del concepto de obra como universo acabado, ya que el autor no cesa de re-escribirlas en las diversas ediciones. Esta estética del *work in progress* aparece además en las lecturas auto-paródicas que realiza en los algunos festivales de poesía.¹¹

Resistencia cultural y estrategias de inclusión

Ítalo Moriconi (2008) ha incluido a la obra de Diegues dentro de la novísima poesía brasileña, cuyo valor común parece residir en la desestabilización de la lengua portuguesa. Esta caracterización que lo incluye dentro de la llamada generación 00 y en algunas antologías de editoriales menores, parece ser la misma que lo excluye de la publicación de sus libros por parte de las grandes editoriales, dado que el purismo de la lengua oficial parece ser no sólo una marca de legitimación de las Academias de Letras¹².

En este sentido, la red de vinculación entre el autor y el público se opera a través de la apelación a elementos provenientes de la tecnología multimedia, como la utilización de blogs y redes sociales y la creación de la editorial cartonera Yiyi Jambo, en Asunción durante el 2007.

11 Durante el XVIII Festival de Poesía de Rosario, realizado en septiembre de 2010, parodia un soneto de *Uma flor na solapa da miseria* que versa “animales que dan lucro/ animales que no dan lucro/animales que dan flores/ animales que no dan flores” sustituyendo la palabra que produce la anáfora por la de “alemanes”, poniendo en juego, a través de una analogía de los significantes, la irrisión y corrosión del sentido.

12 Esta es la situación concreta del autor con la editorial Planeta, se le ha ofrecido publicar su obra a condición de que lo hiciera en portugués (comunicación personal con Diegues, marzo de 2011).

La utilización de estos medios de difusión, paralelos a los mecanismos tradicionales de consagración, desafía desde el margen a la industria tradicional del libro y pone de manifiesto, además, el hecho de que es el autor, y no las instituciones, el que sirve como activista de esta nueva geografía, operando como “agente doble” (MEDINA 2009) al servicio de las aventuras de sus propias obras y como productor de la red de discursos, movilizaciones y agencias con que lo periférico busca materializarse.

En el caso de Douglas Diegues, la coexistencia de las figuras de autor/editor/curador¹³ lo coloca en la posición de gestionar una “autovalorización”¹⁴ de su obra, al margen del marco de valoración postulado por la categoría de “calidad”, proveniente de la alta cultura.

Es con relación a esta ubicación descentrada que puede pensarse su producción artística en el marco de las posibilidades del arte político del presente, no concebido como representación de un sujeto de clase sino como crítica de los sistemas oficiales de representación social.

En este sentido, su posición actual podría definirse dentro de un proceso de “articulación diferencial” (FOSTER 2001:97), a través de un intento de transformación radical de la noción de mercancía y valor, a la vez que como una táctica de provocación de la cultura dominante que le posibilitaría, desde el margen, posicionarse en el centro de los debates intelectuales.

Sin embargo, esta práctica de resistencia cultural conlleva sus riesgos. Cabría preguntarse hasta dónde esta propuesta estética podría llegar a

13 El Sesc San Pablo convocó a Douglas Diegues para realizar la curaduría de la Instalación “Portunhol Selvagem”. La muestra fue desarrollada por el dicha institución, Douglas Diegues y el equipo de diseñadores del Studio R2, con sede en la ciudad de Oporto, Portugal, que trabaja en proyectos para una amplia gama de organizaciones culturales, artistas, arquitectos contemporáneos, actuando en áreas como la identidad visual, carteles, libros, sistema de signos, instalación gráfica y diseño de exposiciones. La instalación consistió en fijar fragmentos de versos de algunos poetas contemporáneos que han escrito obras en portugués, en letras gigantes de fiberglass pintadas con una tinta capaz de absorber la luz solar e irradiar luminosidad verde fosforescente durante la noche. La instalación fue colocada en las paredes externas del Sesc Vila Mariana y Pinheiros, (llamativamente, en la frontera del museo y de la calle) durante el mes de noviembre de 2010.

14 Marcelo ESPÓSITO hace uso del concepto obrerista de *autovalorización* aplicado a las prácticas de arte. Serviría para pensar aquellas manifestaciones que, partiendo de un rechazo a su inserción institucional, se plantearon poner en marcha por cuenta propia o de manera colaborativa o cooperativa procesos de producción estética, simbólica, política, que no eran directamente reducibles a la dialéctica de la valorización institucional y/o liberal.

convertirse en el futuro en una rareza de colección, en un fetiche domesticado en nombre de una pretensión experimental, o en una efeméride mediática del “Día del portuñol”.

Mientras tanto, se puede llegar a pensar en la posibilidad o no de un poder crítico que produzca dinámicas que sean renovadoras de los sistemas de poder. Descentrar el centro, no para centralizar la periferia, sino para ver en las fronteras de ambos lados la posibilidad de postular formas de institucionalidad alternativas (dentro y fuera de las actuales estructuras institucionales) que habiliten espacios donde inéditas formas poético-políticas de producción creativa puedan ser imaginadas y efectuadas.

Referencias bibliográficas

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BARRIENDOS, Joaquín. Desconquistas (políticas) y redescubrimientos (estéticos). Geopolítica del arte periférico en la víspera de los bicentenarios de América Latina. In: *Des-Bordes*, n. 0, 2009. Disponible en: <http://des-bordes.net/des-bordes/joaquin_barriendos.php>. Accedido el: 12 ene. 2011.

BUENO, Wilson. *Mar paraguayo*. Buenos Aires: Tsé-tsé, 2005.

CELADA, María Teresa. *O espanhol para o brasileiro. Uma língua singularmente estrangeira*. Tese de doutorado Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil mesetas. Capitalismo y esquizofrenia*. Valencia: Editorial Pretextos, 1980.

DIEGUES, Douglas. A poesia de nenhuma parte, 2001, (mimeo).

_____. *El astronauta Paraguayo*. Asunción: Yiyi Yambo, 2007.

_____. *Da gosto andar desnudo por estas selvas*. Curitiba: Travessa dos editores, 2002.

_____. *Uma Flor na solapa da miséria*. Buenos Aires: Eloísa Cartonera, 2005.

_____. De olho neles. Entrevista realizada por Marcelino Freyre. In: *Revista Portal Literar*, Rio de Janeiro, 2005. Disponible en: <<http://portalliterar.terra.com.br/artigos/de-olho-neles-douglas-diegues>>. Accedido el: 20 abr. 2011.

_____. Dom Douglas Diegues decreta: el portunhol selvagem es free. Entrevista realizada por Alvaro Costa e Silva. In: *Jornal Do Brasil online*, 8/12/2007 (a). Disponible en <http://quest1.jb.com.br/editorias/_20080829_ideias/papel/2007/12/08/ideias20071208006.html>. Accedido el: 17 mar. 2010.

_____. "Movimento literário" aborda linguagem oral da fronteira entre o Brasil e o Paraguai". Entrevista realizada por Sylvia Colombo. In: Folha de S. Paulo, 28/11/2007b. Disponible en: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u349292.shtml>>. Accedido el: 20 abr. 2011.

_____. Que diablos vien a ser isso? In: *Portal Cronópios. Literatura contemporânea Brasileira*, septiembre de 2008. Disponible en: <<http://www.cronopios.com.br/site/artigos.asp?id=3505>>. Accedido el: 8 ago. 2009.

_____. Triple frontera selvagem. In: *Revista Horizonte Geográfico*, Año 23, n. 132, p. 36-37, 2010.

ESPÓSITO, Marcelo. Correspondencia. In: *Des-Bordes*, n. 0, 2009. Disponible en: <http://des-bordes.net/des-bordes/marcelo_exposito.php>. Accedido el: 12 ene. 2011.

FOSTER, Hal. ¿Quién le teme a la neovanguardia? In: _____. *El retorno de lo real. La vanguardia a finales de siglo*. Madrid, Akal, 2001, 3-37.

_____. Recodificaciones: hacia una noción de lo político en el arte contemporáneo. In: BLANCO, P. / Carrillo, J. et. Al. (eds.). *Modos de hacer. Arte crítico, esfera pública y acción directa*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2001, 95-124.

LONGONI, Ana. Artista mendigo/ artista turista: itinerarios descentrados. Ponencia presentada en el Coloquio "Sur, sur, sur, sur", México, SITAC, enero de 2009 (mimeo).

MEDINA, Cuautémoc. Programa SITAC VII 2009 *SUR, SUR, SUR, SUR*, 2009. Disponible en: <<http://www.pac.org.mx/sitac/sitac-vii-sur-sur-sur-sur/>>. Accedido el: 18 abr. 2011.

MORICONI, Ítalo. **Poesía 00: nota de apresentação e mini antologia**. In: *Revista Margens/Margenes*, n. 9-10, Belo Horizonte, 2008. **Derechos de publicación cedidos a Z cultural**. Disponible en: <<http://www.pacc.ufrj.br/z/ano5/2/moriconi.php>>. Accedido el: 20 abr. 2010.

PERLONGHER, Néstor. Caribe transplatino. Poesía neobarroca cubana y rioplatense. In: _____. *Prosa Plebeya. Ensayos (1980-1992)*. Buenos Aires: Colihue, 1991.

_____. Sopa paraguaya. In: BUENO, Wilson. *Mar Paraguayo*. Buenos Aires: Tsé-Tsé, 2005, p. 7-10.

RAMOS, Julio. Migratorias. In: LUDMER, Josefina (comp.) *Las culturas de fin de siglo en América Latina*. Buenos Aires: Beatriz Viterbo, 1994.

RICHARD, Nelly. La puesta en escena internacional del arte latinoamericano: montaje, representación. In: _____. AAVV. *Arte, historia e identidad en América Latina: Visiones comparativas*. México DF: Instituto de Investigaciones Estéticas – UNAM, 1994, p. 1011-1016.

ROLNIK, Suely. Geopolítica del rufián. Disponible en: <<http://linkillodraftversion.blogspot.com.ar/2006/07/geopoltica-del-rufin.html>>. Accedido el: 13 mar. 2011.

ROSA, Nicolás. Una lengua díscola. In: _____ . *Relatos críticos. Cosas animales discursos*. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2006, p. 65-75.

STEINER, George. *Extraterritorial. Ensayos sobre literatura y la revolución del lenguaje*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 1971.

WALTRICK DO AMARANTE, Dirce. *Portunhol selvagem: uma língua-movimiento*. In: *Revista Sibila. Poesia e cultura*. Disponible en: <<http://www.sibila.com.br/index.php/mapa-da-lingua/844-portunhol-selvagem-uma-lingua-movimento>> Accedido el: 12 feb. 2011.

YÚDICE, George. *El recurso de La cultura*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2002.





Entrevistas



“Corregirlo sería matarlo”

Entrevista a Douglas Diegues, poeta em “portunhol selvagem miri michi”.

Pablo Gasparini, Ana Cecilia Olmos, Maite Celada (USP)

Criado em Ponta Porã, fronteira do Brasil com o Paraguai, Douglas Diegues (Rio de Janeiro, 1965) desdobra uma língua poética que combina erraticamente os imaginários do portunhol e do guarani numa escrita que se pretende libertadora das instituições literário-linguísticas. Alguns de seus livros são *Dá Gusto Andar Desnudo por Estas Selvas* (Travessa dos Editores; Curitiba, PR, 2003); *Uma Flor na Solapa da Miséria* (Eloisa Cartonera, Buenos Aires, 2005); *Rocio* (Jakembo Editores, Asunción, Paraguay, 2007) e *DD Erotikon & Salvaje*, (Felicit Cartonera, Asunción, 2009). Convidado para o número sobre “fronteiras” de nossa revista, Douglas aceitou responder as perguntas via correio eletrônico e em seu “portunhol selvagem”. O espírito libertário da proposta de Douglas invadiu, discretamente, a formulação das perguntas que oscilaram entre o português e o espanhol. Decidimos apresentar o prazeroso diálogo sem nenhum tipo de intervenção. Encerra a entrevista um poema inédito, que o poeta, em consonância com a generosidade com que se posicionou nesta troca, nos enviou.

Em qual língua você gostaria de responder para a nossa revista: em português, espanhol, portunhol ou “portunhol malhado de guarani”?

Prefiro responder vostras perguntas em mio portunhol selvagem michi miri. Me expresso mejor em portuñol selvagem miri michi. Y me expresso mejor por escrito. Avanti.

O que é que o portunhol selvagem michi mirim tem? Em que consiste, para você, a potência de dizer nessa língua e, mais precisamente, de nela dizer poesia?

El portunhol michi miri tem uma gracia que impacta: es bizarro, feo, bello, contudente, desprendido, menor que menor, dibertido, alucinógeno, anacronico, selvagem, civilizadíssimo, delirante, en fin... Non se trata dum portunhol encebado desde um gabinete, pero sim ouvido primeiramente en las calles de la

frontera de Punta Porã (Brasil) y Pedro Juan Caballero (Paraguay), y em ñande roga mi (nossa pequena casa), onde el portunhol era la lengua mais falada por mio abuelo, la xe sy (mi madre), la empregada, los parientes que venían a comer alli los domingos kuê. La primeira lengua en la kual me he expressado quando aprendi a falar non fue el portugues nim el español nim lo guarani, mas sim el portunhol de indole selvática. Por que selvagem? Porque que brota de las selvas de mio corazon y de los corazones de los habitantes de las selvas desconocidas de la frontera del Brasil com el Paraguay. Quanto a lo de la potencia, es muy original el portunhol selvagem, es uma lengua neoantigua, que existe como habla y escritura, pero non como idioma y me permite dizer coisas antiguas de forma nueva, además de permitirme hacer poesia ou prosa com um power bem mais amplo de expressões que se escribiera limitado al português brasileiro ou al castellano paraguayo apenas, una potencia que consiste, obviamente, en selvagem y hermosíssima liberdade de linguagem.

Borges declarou em alguma oportunidade que, assim como Goethe sentia que devia lutar com o alemão para escrever poesia, ele sentia que estava condenado a escrever poesia em espanhol e que teria gostado de escrever poesia em inglês. Nesse sentido, Barthes diz que, para o escritor, a língua é da ordem do dado, uma natureza, algo que ele não pode escolher. Poderia ser pensado nesse sentido o seu portunhol selvagem, levando em conta que foi a primeira língua na qual você se expressou, ou há algo da ordem da escolha e da invenção deliberada nela?

Yo poderia hacer um par de poses, non? Y dizer esto y aquello. Pero para mi escribir en portunhol selvagem es muy dibertido. Escribir em portunhol selvagem nunca foi algo massante, dificultoso, aburrido. Poco importa se el portunhol selvagem me escolheu ou si yo lo he escogido. Antes de escrever em portunhol selvagem, escribía em português brasileiro, pero he quemado uma pequena montaña de textos escritos em português brasileiro. Por qué? Porque mio português brasileiro ou fronterizo ou paraguaio, como sea, sempre me ha parecido um negócio muito falso. Entón empezei a escrever em portunhol selvagem. Y me senti muy bien. Escribir em portunhol selvagem era muito mais vuelo y dibertido. Mandei mio primeiro libro ao Manoel de Barros, que é mio amigo y mio abuelo selvagem, y ele me mandou uma carta dizendo que de hecho había yo encontrado mio verdadeiro modo de ser, mio teko ete, mia escritura propia com leche personal e intransferibelle. Puedo agregar que, em materia de portunhol selvagem, non existen verdades absolutas. El portunhol selvagem es algo que segue inacabado, digamos, abierto, indomabelle. Además, pienso, non existe portunhol selvagem único. Cada um tem suo propio portunhol selvagem. Mio portunhol selvagem pode incorporar palabras de todos los idiomas que existen, indigenas, aliens, civilizados. El portunhol selvagem non tem limites!

Isso que você chama de “pose” poderia ser entendido como uma determinada “política da literatura”? No seu entendimento o portunhol selvagem permitiria “zafar” dos discursos por demais “acadêmicos” ou “teóricos”?

Podería fazer uma pose nuebamente! Y justificar assim el portunhol selvagem com alguma respuesta que seja conbincente y pueda engatusar a los teóricos profesionales ou non... Pero que hermoso va a ser kuando empiezen a escribir ensayos akademikos ou teóricos em portunhol selvagem! Diría que el portunhol selvagem es como água. Se ubika siempre en lugares bajos. Y sirve a todos sin distincion: teoricos, lectores comuns, profesionales, amateurs, doctorandas, articulistas, periodistas, etc. Politicamente, es um negócio incorrecto. Sua naturaleza escurridiza non se deixa domesticar por uma hegemonia absoluta sobre el resto de los domínios teóricos ou akademicos. Es una disfunción literaria incorrigíbellle. Corregírlo sería matarlo. Gramatificarlo equivale a suicidarlo. No es competitivo, non quiere ser, simplemente lo es, com su mambo irracional, su libertad sem limites. Es local, es internacional, es transnacional, es literario, es post literario. Es uma neo lengua, a falta de um termino mejor o peor, desregulada y desregularizante. Tiene una gracia que molesta y encanta a la vez. Es menos literario y mais literario. Y non cuenta com apoyo financeiro estatal, editorial, midiatico, para gozar de una situacione pibilegiada respecto a los otros modos de entender, hacer, vivir la literatura de manera transgressora e insurrecta... Cada estado tiene sua literatura ofiziale. Y el portunhol selvagem es uma literatura non-oficial que pode ser situada, temporariamente, nesse lugar ninguno, entre ambos lados de las fronteras. ¿Me desexplico?

O portunhol de Perlongher faria parte desse “portunhol selvagem”? Ou acha que o portunhol no caso do Perlongher está “explicado” ou “pretextado” demais, isto é, que o encontro do portunhol com a poesia neobarrosa seria uma dessas “poses” das quais você diz querer escapar?

Nestor Perlongher fue uno de los primeiros a valorar el portunhol como lenguaje literário possible entre los lenguajes oficiales, ofizialistas, hegemonicos, nacionales. Perlongher percebeu las virtudes y las misérias del portunhol. Me encanta el modo como Perlongher lee el portunhol, aclarando que la lengua es importante, pero non lo es todo, pues que un boludo es un boludo, como también lo diría titia Gertrude, escribir en portunhol non es garantia de puerra ninguma... Non saberia dizer si el encuentro del portunhol com la poesia neobarrosa es uma pose ou non, sinceramente conozco poco lo neobarroco y lo neobarroso, he leído um par de antologias, he leído un poco a Lezama Lima em suo fabuloso talento verbal, he hablado con uma hermosa Bomboncita sobre el tema, me encantan Osvaldo Lamborghini com sus frases y su ritmo impecabelles, el proceso mais que el producto, pero nunca he llegado a ninguma conclusiones definitiva... Myriam Ávlia, que me leu y escreveu sobre los sonetos salvajes,

dijo que mio portunhol non era uma encenacione, mas uma coisa visceral... Particularmente, siempre he preferido eso: ser visceral em vez de hacer pose, ser mais yo que eu mismo...

E como descreveria o portunhol de Wilson Bueno em Mar Paraguayo?

Descubrir Mar Paraguayo (antes de que apareciera en libro) en las páginas del glorioso Nicolau, la premiada revista literária que el propio Bueno dirigía, fue como descubrir um papyro raro del futuro, non escrito aun, pero ya publicado... Hermoso fue el impacto, em San Pablo, en la biblioteca dum centro cultural, quando he leído por primeira vez algunos fragmentos del Mar Paraguayo. Y me empecé a perguntar: ¿cómo hacer literatura em portunhol después de Mar Paraguayo? Essa idea me anduvo pensando por mais de 10 años. Enton empecé a hacer mios sonetos selvagens shakespeariensis, que son sonetos y non lo son a un solo tempo. Y creo haber logrado hacer literatura em portunhol selvagem sem ser um emulo, sem ser um imitador vulgar del Mar Paraguayo... Porque el portunhol de Wilson Bueno me parece algo muy dele, muy selbajen, muy wilsonbueniensis, com su musica marafa, sus lágrimas de sangre de trabesti, su vibra própria, su guarani kontrabandeado, sus personajes di kontrabando, suo tono singular, imprevisible, elaborado, experimentale, transmarafonico, intransferible, bizarro, fantasmagoriko, elegiaco por vezes, com sus hermosos errores, que além de romper la frontera entre las lenguas de la triple frontera, se impone como literatura e post literatura a la vez, como transpoiesis de frontera com origem propia... Considero Wilson Bueno uno de los proto inbentores de lo que llamo portunhol selvagem. Te puedo decir también que Haroldo de Campos em muchos fragmentos de Galáxias inventa um portunhol selbagem diferente, que se nutre de las palabras que circulan en las selvas urbanas de las big citys del mundo, um portunhol selvagem kosmopolita sem una única coma, um mix de lenguas que incorpora el portunhol, el latim, el alemán, el ingles, el italiano, post literário a full. Puedo agregar que penso nel portunhol selvagem de Wilson Bueno, y nel mix de lengua de Haroldo de Campos, y nel portugues selvagem de Souzandrade del Inferno de Walt Street y nel portunhol primitibo de los trovadores galaiko portugueses como algunos de los precursores del movimiento del non-movimento del portunhol selvagem que puede ser considerado también el primer non movimiento post literario del mundo...

¿Hay algún momento, alguna práctica en la que usa otras lenguas que no sea el portuñol selvage michi miri? (me imagino que puedo escribirlo así, huyendo de cualquier padronización).

El portuñol sauvage es la base, la base antropofágica, neo antigua, que puede incorporar, además del guarani, palabras de otras lenguas, sean estas lenguas

selvagens, tipo amerindias; lenguas civilizadas, ouropéias and anglo-americanas; y lenguas asiáticas, como el chino ou el japos, ou palabras del árabe, enquanto registro fonético. Pero la liberdade de linguagem, repito, non tem limites. Es uma delícia y una dádiva la gracia de poder rechazar padronizaciones, ortografías fixas, ortodoxías fonicas, ortopedías petroglíficas, em beneficio de la liberdade selvagem... Liberdade de linguagem como teko eté (em guarani el modo de ser autentico, verdadero, original nel sentido que tiene una origem própria) de la experiencia de insistir fazer literatura usando lo portuguanhol como base, mezcla fértil de posibilidades, tercera infancia de la lengua irradiante, pero em mio caso antropofágico nel sentido oswaldreandadiensis. Esse es el portunhol selvagem que me interessa. Uma idea que tiene um power proprio. Que non le deve nada a nadie. Que es um fenomeno de la naturaleza. El portunhol selvagem que pode brotar de los corpos. El portunhol selvátiko que viene sendo inventado desde los trovadores galaiko portugueses como Martim Codax et alia, passando por Sousandrade, Oswald de Andrade, Haroldo de Campos y Wilson Bueno...

¿Cuál es esa lengua (o lenguas) y en qué espacios surge, con qué interlocutores?

Essa lengua es una non lengua neo antigua, podemos ubicar vestigios del portunhol selvagem entre los troubadores galaiko portugueses y en los kapos del macarronico medieval, surge entre las fronteras de las lenguas ofiziales, y tem como interlocutores los lectores cansados de la normalidade literaria, por um lado, y de las literaturas aburridas, por outro... Um de los negocios hermosos de mio portunhol selvagem es que ele pode ser feo, bizarro, bello, tuerto, ruprestre, diferente, dislexico, tarová (loco em guarani), etc, pero dificilmente será aburrido... Mesmo que voce non entenda muito claramente, se puede sentir algo que solamente el portunhol selvagem te lo puede dar...

Su relación con el portuñol parece estar marcada por el goce y por eso se justificaría. Y no parece estarlo por una postura política (aunque los efectos de ese goce lo sean) ni lingüística, ni literaria (como era el caso de Kafka quien, de acuerdo con la interpretación de Deleuze y Guattari, llevaba hasta sus extremos el alemán de Praga, como una lengua menor). ¿Cómo definiría su relación con esa o esas otras lenguas? ¿Está o están marcadas por otros rasgos?

Yo diria que puede estar marcada también por el goce como postura post politika. El goce como post literatura. El goce como liberdade de lenguaje. Todas las lenguas tienen su poesia. Non creo en la existencia de lenguas superiores ou inferiores. Nim creo em que existan lenguas maiores ou menores, mejores ou piores, altas ou baixas. Todas las lenguas del mundo son importantes para

mio portunhol selvagem, todas las lenguas podem ser amadas a la moda antigua. Diria que tengo um caso de amor com las lenguas de la triplefrontera. Um caso de amor libre, que non excluye a otras lenguas, nim deixa de lado a las lenguas que non circulan por la triplefrontera. Todas las lenguas podem ser aproveitadas para se escrever um poema-nouvelle ou um relato-poema ou uma proto-nouvelle en versos desde el portunhol selvagem. Hoy dia creo en que existen duas vertentes literárias que se imponem sobre cualidades y logros estéticos y exigencias y verdades inventadas y bersiones falsificadas: las literaturas aburridas y las non aburridas. Yo intento hacer del portunhol selvagem la base para fazer una literatura propia, non aburrida, que los lectores (que non sei que son nim quem serán) puedan ser disfrutar de este y de los outros lados de las fronteras. A la vez, esta experiencia, este goce como postura post politica, post nazionale, post real, es um riesgo que decidi correr, sacrificando todas las regalías que te rodean cuando escribis nel contexto de una lengua oficial, com apoyo estatal, sistema de premiaciones, promociones nacionales et alia...

Para finalizar, poderia nos comentar sua prática de tradução para o seu portunhol selvagem?

Desde que publiqué el primer libro, vengo teletransportunholizando textos que me interessam al portunhol selvagem, como fragmentos de Gombrowicz (Ferdidurke, a partir de la versión de Virgilio Piñera et alia y “Kontra los poetas”, a partir de uma versão ao portugues brasileiro de Marcelo Paiva)... Uso vários nombres para realizar esa operación de traducción inbentada, digamos: transdeliramientos, transinbenciones, transdidiversiones, teletransportunholizaciones... Me gusta la idea de teletransportunholizar, que implica em teletransportar textos de autores de todas las direcciones y épocas al portunhol selvagem del siglo XXI. Procuero traducir el espirito del texto, el quem de la poesia, el teko ete (o modo de ser de la energia del texto) em vez de traicionarlo fielmente ou simplemente traicionarlo ou traducir literalmente apenas el significado. Algunas vezes me parece que tengo exito, como en la teletransportunholización del Ayvu Rapyta, joya rara mbyá guarani de la literatura ameríndia. Considero también esas operaciones como ejercicios free-style, training para la própria escritura, y a la vez, ejercicios de teletransportunholizaciones... Pretendo también juntar em um bolumen intitulado Teletransportunhol Selvagem las transdeliraciones que fiz de Edgar Allan Poe, Malcom Lowry, Baudelaire, Rimbaud, Fernando Pessoa, Manoel de Barros, Ezar Pound, entre outros poetas que curto, teletransportando assim textos de distintas épocas y lenguas a esta língua neoantigua que es mio portunhol selvagem del siglo XXI...

Me muero
Me muero
Me muero por ver
tu sonrisa hermosa
a la hora de la llubia
La mudanza está suelta nel aire
La mudanza está escondida
dentro de las cosas y de los bichos
sean personas sean mbói chini egipcias
La mudanza está nel sol
La mudanza está en las estrellas
La mudanza está em mis bolas
La mudanza está en todas las partes
La mudanza está mudando sem parar
La mudanza está siempre feliz
La mundanza nunca se aburre de ir mudando
La mudanza está tan linda
La mudanza baila como aquella diosa hindú de ocho brazos que non recuerdo ahora
como se llama
Hasta en la concha del toro
la mudanza funciona lindamente
La mudanza es el forastero
que llega y te roba un par de besos salvajes en un taxi
y después te mirás al espejo y te sentis mais bella que antes
La mudanza quere verte feliz
La mudanza está siempre despierta
La mudanza está en tus siete lábios made in san bomba
La mudanza non pide permiso para mudar
La mudanza no se duerme nunca
La mudanza quere ver a todos felizes incluso los cara de culo!
La mudanza quere ver a todos felizes incluso los cara de culo!
Las cosas non van a parar de mudar never more amore
Todo tiene que seguir mudando
Nada puede parar de mudar

Non me preguntes por qué
Todo tiene que mudar
para mejor o para peor
Non entiendo por qué carajo las cosas tienen que mudar sin parar
para peor o para mejor
Mudanza
Mudanza
Mudanza
Mudanza
Oiko poran
Orekó kunu'ú puréte
Mamáme la poronga es el nombre
de la disco mais chururú del proximo verano paraguayensis
Ojalá todo mude para mejor!
Douglas Diegues, 2011

República Dominicana/Haití – Fronteras lingüísticas y políticas en el territorio de la Hispaniola

Entrevista a Juan Valdez

Maite Celada (USP), Xoán Lagares (UFF)

“Nació en un barrio de Santo Domingo y se crió en el sur del Bronx.” Con esa referencia tan expresiva comienza la nota biográfica, escrita por el propio Juan Valdez, con la cual cierra esta entrevista. El estudioso viene trabajando sobre la compleja y, podríamos decir, indómita frontera trazada sobre el territorio de la Isla Hispaniola, entre los estados nacionales de Haití y de República Dominicana. Su relato, imbuido de saberes de varios campos (historia, política, lingüística), por un lado, señala los varios procesos que trataron de delimitarla y, en ciertos momentos, sería mejor decir de imponerla; por otro, interpreta los efectos de tales procesos, que se materializan en un cierto (des)orden, o en un orden propio a lo real, que escapa a la (ir)racionalidad moderna, para dialogar con la observación que Camblong realiza en el texto incluido en el dossier de este número.

La entrevista nos acerca a la complejidad de hechos en los que la historia y lo político se han entrelazado para dar cuenta del trazado de la frontera que cruza el mapa de la isla, dejando rastros en la lengua, en las lenguas y – por leer desde Brasil – *nos entremeios dessas línguas*. Así, dejará en suspenso el efecto de naturalidad con el que muchas veces se nos presentan las fronteras de los estados nacionales.

En el espacio de América Latina, delimitado por ese vasto territorio que – como diría César Fernández Moreno – se extiende al sur del Río Bravo y presenta una cierta homogeneidad cultural, política, social, lingüística, religiosa, existen casos como este – el que tiene lugar en el territorio de la Hispaniola – que es preciso develar, para dar visibilidad a las modalidades específicas que toma la historia

en América Latina y que hace que esta se presente aún hoy con ciertos rasgos de homogeneidad. Para ello, capturamos la mirada del estudioso del lenguaje que no reproduce la posición de los intelectuales (filólogos y académicos) – tal como se observa en su análisis – que entraron en alianzas con el poder sin ofrecerle la resistencia que el saber (y la sensibilidad que este logra propiciar) puede llegar a suponer. En este sentido, la enunciación de Valdez ocupa no el mapa sino el territorio, y lo habita con una postura política que da cuerpo a su investigación y a la producción de conocimiento que la misma promueve.

La frontera entre República Dominicana y Haití parece estar marcada por una confrontación histórica compleja y de fuertes efectos sobre el territorio de la isla. Sería muy bueno que nos dijeras en qué consisten los aspectos lingüísticos que pueden considerarse como efectos de ese proceso histórico y que habitan tal frontera.

A José Núñez de Cáceres, primer gestor de la independencia dominicana (1821), se le atribuye la frase de que en la isla hoy conocida como Hispaniola la lengua constituía “un muro de separación tan natural como insuperable, como puede serlo la interposición material de los Alpes y de los Pirineos.” La idea de que la isla está naturalmente dividida por dos lenguas distintas que marcan los espacios políticos y zonas culturales que corresponden nítidamente a cada cual aparece temprano en los proyectos de construcción nacional de ambos estados. Lo podemos corroborar en varios de los relatos historiográficos relevantes. El estado haitiano liderado por Jean Pierre Boyer propuso una política lingüística que instauraba el francés, lengua que verdaderamente en la isla pocos hablaban, como la lengua de comunicación oficial. Los líderes haitianos pensaban que la unificación lingüística ayudaría a consolidar todo el territorio insular y zanjar las diferencias raciales y culturales. Ignorando la complejidad de las comunidades de kreyolparlantes e hispanoparlantes, dicha política lingüística fracasó. Por su parte, los caudillos y las elites dominicanas pudieron persuadir a muchos de que la lengua española era el arma y el escudo que les había permitido preservar sus características de pueblo hispano, católico y blanco. Así, en el territorio oriental, se fue desarrollando una comunidad basada primordialmente en la lengua y opuesta a la haitiana, basada en la raza. Si bien el kreyol haitiano dominaba en la región fronteriza y las respectivas comunidades de hablantes bilingües coexistían en diferentes grados, los gobiernos de turno de ambos lados alternaban entre indiferencia, menosprecio y desprecio hacia las realidades lingüísticas. Pero a partir de principios del siglo 20, con la intervención de filólogos y académicos, comienza a cristalizarse la ideología lingüística dominante dominicana que plantea que la lengua española constituye “una barrera

indestructible” a partir de la cual debe concebirse el territorio nacional dominicano en toda su extensión. En consecuencia, el estado dominicano ha hecho caso omiso a los derechos lingüísticos de los habitantes de las regiones fronterizas y de los haitianos que viven en la República Dominicana con o sin protección jurídica.

¿Cómo funciona en ese conjunto la hegemonía de la lengua española?

A partir de esa época de acelerados y violentos cambios históricos, se consolida el proyecto de construcción nacional dominicano tras la figura del dictador Rafael L Trujillo (1930-1961) en cuyo régimen sirvieron talentosos intelectuales. Entre ellos había un repertorio de filólogos y académicos quienes, en conjunto, trazaron las políticas educativas y lingüísticas del régimen. El plantel escolar, especialmente en la zona transfronteriza, se convirtió, como dijo el escritor Ramón Marrero Aristy, en un verdadero “laboratorio pedagógico” nacional, en el cual se llevó a cabo asiduamente la tarea de hispanizar y deshaitianizar el territorio oriental. Casi todos coincidieron que la mejor herramienta para representar el imaginario social dominicano de una nación blanca, católica y española era la lengua española. En 1934, Mario Fermín Cabral, líder del senado dominicano, declaró que la enseñanza obligatoria del español en las escuelas era lo más importante. Según él, “lo demás vendrá como secuela natural”. Y en efecto, la lengua española jugaría un papel central como instrumento normalizador de los patrones de comunicación en la zona y también como instrumento de socialización del nuevo ciudadano dominicano. La cristalización del poder estatal y la consolidación nacional se conseguiría por medio de mecanismos de socialización y demás procesos ideológicos propios del escenario pedagógico. La hegemonía del español garantizaba la lealtad del ciudadano, la seguridad nacional y la expansión del estado.

De acuerdo con algunos sentidos desplegados por Altagracia Espada en “El cuerpo de la patria: imaginación geográfica y paisaje fronterizo en la República Dominicana durante la Era de Trujillo”, algunos estudiosos consideran que esa frontera habría pasado de frontera a borde.¹ ¿Estás de acuerdo con mantener conceptualmente ese pasaje? ¿El mismo tiene alguna relevancia en tu forma de abordar el objeto?

Hasta cierto punto, Altagracia Espada, la historiadora estadounidense Lauren Derby y otros coincidimos en que el objeto de estudio que nos interesa es el

1 El texto al que hacemos referencia es el que lleva ese título, y su autor es Carlos Daniel Altagracia Espada. Ese libro fue editado en Colombia, por Nomos Impresores, en 2010, 235 pp.

espacio transformado a partir de las intervenciones directa del estado dominicano y la introducción de la economía global que comienzan a regularizar las vidas y la interacción de los habitantes de esta zona durante la primera mitad del siglo XX. Derby (1994) trabaja esta diferencia conceptual y el analista dominicano Odalís Pérez (2002) alude a ella.² Por mi parte, trato de entender el carácter político de los procesos de transculturación y desplazamiento lingüístico que disminuyeron la vitalidad de las comunidades bilingües y sus prácticas lingüísticas. Pero difiero de las aproximaciones que insisten en que hubo una transformación absoluta en la cual no quedan indicios de las prácticas biculturales antiguas ni deja rastro de estadios lingüísticos anteriores. Aún hoy en día, es posible encontrar zonas de intercambios culturales. Tenemos el ejemplo de algunos de mis informantes, rayanos (habitantes de la región fronteriza culturalmente haitianizados) que cruzan la frontera para asistir a fiestas y bailar al compás de ritmos haitianos. Y, naturalmente, en estas zonas es posible escuchar pronunciaciones del español dominicano con acento haitiano. Allí la r uvular característica del kreyol haitiano le pone sazón a la conversación diaria y al constante diálogo intercultural.

Tu lugar de investigación parece estar atravesado por la glotopolítica y separarse de perspectivas etnográficas, entre otras. ¿Cómo explicaría la necesidad de realizar ese desplazamiento teórico? ¿En qué consiste el diferencial que te aporta esa mirada y con qué aspectos de tu objeto de estudio tiene que ver?

Aunque mis investigaciones se centran en las intervenciones específicas de determinados agentes sobre la lengua en un contexto definido por conflictos políticos, no pierdo el interés por las implicaciones etnográficas o por cómo la elección de la lengua o la discriminación lingüística en esta zona han sido explícita e implícitamente acompañadas por consideraciones raciales. La idea aludida por Marrero Aristy en los años 40 de que “hablar creole es pensar en haitiano” tiene su correlación con las expectativas raciales (y racistas) que condicionan los espacios sociales en el contexto dominicano en general y en la región fronteriza en particular. Precisamente en las zonas de mayor contacto lingüístico, se sigue exigiendo que “el que sea prieto que hable claro”, como si el habla más cercana a la variedad lingüística dominicana de mayor prestigio, el dialecto capitaleño, fuese capaz de resolver cualquier duda respecto a la procedencia étnica y nacional de los interlocutores en cuestión. Aunque ya he analizado rigurosamente la racialización del español dominicano en los textos de Pedro Henríquez Ureña y sus contemporáneos, me interesa profundizar aún más en cómo las categorías étnicas entran en los procesos de representación lingüística. Sin embargo, dado mi entrenamiento como lingüista, quisiera poner a disposición de las partes interesadas los resultados de un estudio fundamentalmente centrado en abarcar los problemas sociológicos relacionados a la variación

lingüística. Lo cual no impide que pueda contribuir a la comprensión de la interacción entre lengua, raza e historia.

¿Hace mucho que trabajas con esa frontera? ¿En qué consiste tu programa de trabajo actual con la misma?

Mi inquietud por la frontera dominico-haitiana comienza a raíz de un trabajo de campo de corte etnográfico que realicé hace 5 años en la provincia de Samaná en el noroeste de la República Dominicana. Allí, junto a hablantes del español, conviven desde el siglo XIX hablantes nativos del inglés, descendientes de inmigrantes negros afro-americanos y de inmigrantes de las Antillas anglófonas y hablantes del kreyol haitiano, descendientes de cimarrones, soldados haitianos y de matrimonios mixtos de haitianos y dominicanos. Al conocer a algunos de estos últimos hablantes, visitar sus hogares y observar cómo han preservado sus prácticas lingüísticas pese a la agresiva política monoglósica del estado, sentí curiosidad por conocer otras zonas de contacto lingüístico vital en la isla. Después de diversos tanteos y breves entrevistas con unos pocos transfronterizos, comencé a estudiar sistemáticamente esta zona y su historia a través de un *corpus* de textos representativo del discurso metalingüístico y las relaciones dominico-haitianas.

Desde tu perspectiva de investigador de realidades multilingües, interesado en procesos de construcción histórica de identidades complejas, ¿cómo ves el desafío de la gestión política de esas realidades?

¡Si tan solo nos echaran una mano las agencias de relaciones públicas! No, en serio. Creo que la principal responsabilidad del investigador consiste en proveer la descripción más completa y la explicación más adecuada de estos fenómenos. Por supuesto, uno sueña con poder acercar a las partes interesadas en un diálo-

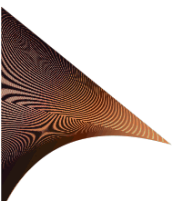
2 DERBY, Lauren. "Haitians, magic, and Money; raza and society in the Haitian-Dominican Borderlands, 1900 to 1937." *Comparative Studies in Society and History*, n. 36.3, p. 488-526, July 1994. Este artículo está disponible en Google Scholar, <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract;jsessionid=6838B735D2D06C58A4CD5A92951711FD.journals?fromPage=online&aid=4418600>. El breve capítulo de Pérez Odalís, G. "El discurso histórico de la frontera: un relato de identidades." Está disponible en Google Books en: http://books.google.com.br/books?id=E5UfZWbYuFOC&pg=PA110&dq=odal%C3%ADs+perez+el+discurso+hist%C3%B3rico+de+las+fronteras&hl=pt-BR&sa=X&ei=pd2JT4icB42k8QTO_bDiCQ&ved=0CDgQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false Y está incluido en su libro: *La Ideología rota: el derrumbe del pensamiento pseudonacionalista dominicano*. Santo Domingo: Editora Manatí: 2002, p. 110-121.

go que cree las condiciones óptimas para el desarrollo pleno de las realidades multilingües e identidades complejas que uno estudia. Pero la larga tradición monoglósica, los monopolios sobre los procesos de toma de decisión y los grupos que compiten por el control de las instituciones desde donde se legitiman las prácticas lingüísticas no comparten ni ceden espacios fácilmente. No obstante, por un lado, creo que estudios como los nuestros son imprescindibles para el desarrollo de las herramientas destinadas a los maestros a cuyas aulas llegan los miembros más vulnerables de estas comunidades multilingües y multiculturales. Por otro lado, será necesario avanzar con confianza las herejías que más problematizan las posiciones de los que se aferran al monopolio de los recursos y las representaciones de las realidades.

Sabemos que la educación es un aspecto fundamental en la gestión de situaciones plurilingües, con posibilidades de intervención reales, ¿cómo se da esa compleja realidad de la que hablas en la escuela o en las escuelas? En la actualidad, ¿hay algún tipo de iniciativa en ese sentido?

En cuanto a iniciativas dentro del terreno de la educación, existen algunos esfuerzos notables. Algunas ONGs y grupos comunitarios locales, por ejemplo, intentan facilitar la documentación civil de los habitantes fronterizos y fomentar el mayor acceso a los programas de educación básica. Por otro lado, la oferta del estado no va muy lejos. Diplomáticos y agentes dominicanos autorizados prometen crear proyectos masivos de educación de “naturaleza binacional,” pero, hasta el momento, no vemos resultados concretos. Unas pocas escuelas secundarias ofrecen cursos de francés en un contexto totalmente desligado de la situación de los kreyolparlantes bilingües quienes terminan adoptando las actitudes lingüísticas prevalentes. Hace poco, la prensa nacional dominicana le hacía publicidad a una propuesta del gobierno de desarrollar una especie de francofonía sin referencia al kreyol haitiano circundante. No obstante, emerge una conciencia de la necesidad de desarrollar programas de educación que tomen en cuenta la realidad bicultural y bilingüe de los habitantes de la zona. A nosotros, los que bregamos con políticas lingüísticas en contextos de educación intercultural, apoyándonos en los argumentos bien fundados de los investigadores en lingüística, antropología, historia, economía y sociología, nos toca desarrollar el *curriculum* necesario para la transformación de la enseñanza. A la misma vez, será fundamental poder explicar, discutir y apoyar con orden y amplitud todo lo relacionado a la preparación y las metodologías de los maestros responsables de la educación de los dominicanos, haitianos y dominico-haitianos en una sociedad multilingüe y multicultural. ¡No serán tareas fáciles!

Nacido en un barrio de Santo Domingo, Juan R. Valdez se crió en el Sur del Bronx. Se doctoró en Lingüística Hispánica en el Centro de Estudios Graduados de la Universidad de la Ciudad de Nueva York (CUNY). Es un sociolingüista comprometido con el estudio de la naturaleza política del lenguaje y la comunicación en zonas de contacto. Su libro *Tracing Dominican identity: the writings of Pedro Henríquez Ureña* (2011, Palgrave Macmillan), que muy pronto será editado en castellano, es un esfuerzo por trazar las implicaciones sociohistóricas de los textos lingüísticos de Pedro Henríquez Ureña, en los cuales emergen diversas visiones racializadas de las distintas variedades del español americano, especialmente en la que corresponde a la variedad dominicana. Sus investigaciones actuales se centran en los discursos metalingüísticos que emergen en el Caribe Hispánico en contextos de conflictos políticos. Ha enseñado español como segundo idioma y cursos de lingüística en diversas universidades de EE.UU. En la actualidad, es profesor de educación bilingüe en Queens College (CUNY).



La descolonización del saber

Entrevista a Bartomeu Melià, s.j.

Por Julio Ramos

Agradecemos la gentileza del Prof. Bartomeu Melià y del Prof. Julio Ramos en ceder esta notable entrevista a nuestra revista, en la cual, el lector tendrá oportunidad de acompañar un diálogo intelectual que indaga la realidad actual del mundo guaraní, un mundo que desborda y a la vez convoca las fronteras nacionales sobre las que se asienta. Aquí se presentan conceptos y situaciones centrales al tema de nuestro número, como por ejemplo el concepto guaraní de *tekohá* y de territorio, los dilemas de los procesos de inculturación y de identidad lingüísticas, entre otros. Con todo, la inquietud que mueve toda la entrevista quizás sea la que el título explicita, la de la circulación y reconocimiento de saberes mutuos, una búsqueda que encarna la figura de Melià y que desafía la conservadora y colonial delimitación de saberes en el ámbito académico tradicional.

J. Felicitaciones nuevamente por el Premio Bartolomé de las Casas.

B. Para ese Premio Bartolomé de las Casas uno no se presenta de candidato, o sea, uno no tiene que hacer nada, pero llega el momento en que quienes presentan la candidatura piden algunos datos, entonces yo les envié una nota autobiográfica, una especie de *curriculum* comentando un poco de mi vida en tres etapas: hasta la expulsión del Paraguay, mis trece años de exilio y la vuelta al Paraguay en el año 89.¹

J. Sí, la nota autobiográfica nos ayudaría mucho al presentar la entrevista. También le agradezco el mapa del mundo guaraní.

El mapa guaraní²

1 El lector puede encontrar estas notas al término de este entrevista bajo el título de "Experiencias del buen vivir indígena en tiempos de lucha y de nostalgia".

2 Este mapa puede encontrarse en http://www.cepag.org.py/archivos/2273mapa_guarani_final_100dpi%2024.11.08.pdf

B. Este es el que se podría llamar el mapa de los Guaraní en la región de fronteras de Brasil, Paraguay y Argentina. El mapa continental del guaraní, que debe incluir Bolivia y la costa atlántica, lo estamos emprendiendo ahora. Esta semana, el lunes pasado, día 14 de diciembre, tuvimos una reunión con especialistas de Brasil, de Bolivia, de Argentina y de Paraguay en vistas al mapa continental. El que está terminado y publicado es éste: el guaraní retã 2008, o sea la patria guaraní situada en las fronteras de Brasil, Paraguay y Argentina. Son 510 comunidades las que están marcadas en el mapa con sus nombres propios. Estas comunidades están marcadas sobre el mapa basado en fotos satelitales de la NASA. El conjunto muestra sobre todo la ecología de la región, donde están ahora esas comunidades.

J. ¿Cómo interpreta los efectos culturales del avance del área del cultivo de la soja que se registra en el mapa?

B. Curiosamente, esta mancha rosada que aparece en la parte brasileña del mapa no es para distinguir el Brasil como tal; lo que se registra mediante la foto satelital es la ocupación del territorio guaraní por el cultivo de la soja u otros cultivos, que como se ve es casi total. También se ve hasta qué punto las comunidades guaraní en Brasil son mayores por estar la población indígena más concentrada. Alguien habla del confinamiento de los Guaraní en esa área, que era territorio guaraní hace apenas 60 años; o sea, no estamos hablando de hace doscientos años, estamos hablando de un fenómeno de los últimos 60 años; en el caso del Paraguay está entrando el mismo fenómeno en los últimos 30 años. Es cierto, en el Paraguay hay todavía más selva, pero con un avance de la deforestación tremendo, muy tremendo. Y si el índice de deforestación es cada año menor, es porque ya no hay casi selvas para deforestar. Llegará el momento en que no habrá deforestación porque todo será desierto, claro, y en el desierto no hay deforestación. Bueno, mira en el mapa la provincia de Misiones de Argentina, ahí aparece un verde más intenso; son serranías y hay todavía más monte. Pero esto es en parte también engañoso; estas áreas verdes son sí de árboles, pero de árboles no nativos, o sea, eucaliptos y pinos. Es, pues, otra ecología, otro paisaje.

J. La cuestión de la tierra era clave en sus investigaciones anteriores.

B. Sí, pero yo no hablo de tierra, yo siempre hablo de territorio; procuro adaptarme a la terminología guaraní.

J. ¿Y cuál es la diferencia?

B. Bueno, el territorio es un concepto que yo diría histórico y cultural, más que la tierra. La tierra es ese suelo que puede ser comprado y vendido, que puede

tener un propietario, y que puede estar incluso destinada y demarcada para un pueblo indígena al que le dan mil hectáreas, ocho mil, o sólo quinientas o cien; de todas las que les han usurpado, le devuelven mil hectáreas, o quinientas, que a veces el gobierno o alguna institución ha tenido que comprar para entregarlas a sus antiguos dueños. El negocio es perfecto y perverso; robar mucho, y devolver una pequeña parte. A los Guaraní se les ha despojado de sus territorios, no hay en todo el Paraguay un territorio guaraní, ni en el Brasil ni en Argentina. En Bolivia, sí. El territorio no es solo tierra, aunque también es suelo que pisamos, donde plantamos, donde paseamos, mejor diría conjunto de espacios; el territorio es lo que los Guaraní llaman el *tekohá*, “el lugar donde somos lo que somos” y por lo tanto es contexto histórico, es la conciencia compartida de que aquello es territorio tradicional. Esos territorios son conjuntos de elementos, donde se combinan bastante bien el monte, hay a veces campos naturales, hay arroyos, hay... bueno... ecología y es el lugar donde ellos viven lo que viven; eso se llama *tekohá*.

J. *Tekohá*... ¿Nos explica la palabra?

B. El *tekohá* deriva de la palabra *tekó*, que significa el modo de ser, es el modo de ser, de estar, en realidad un sistema y sus elementos son sistémicos. El primer diccionario de la lengua guaraní, el del padre Antonio Ruiz de Montoya, Tesoro de la lengua guaraní, de 1639 – y que acabamos de reeditar en Asunción en 2011 –, traduce *tekó* como ser, estado de vida, condición, estar, costumbre, ley, hábito, vida. Bueno..., y el *ha* significa el lugar donde se da este modo de ser, este modo de estar, esta costumbre. Sin *tekohá* no hay *tekó*. Vienen a ser los casi los mismos elementos que da Edward Tylor, pero ya en 1871, para la definición de cultura; *tekó* es cultura en lenguaje occidental y esto se aprende, es histórico; corresponde perfectamente a la definición de cultura que tenemos ahora en antropología moderna.

J. Quisiera preguntarle un poco más sobre el fenómeno contemporáneo de la migración, pues el Paraguay, con más de la mitad de su población en el extranjero, es decir, en la Argentina, en España o más recientemente en los Estados Unidos, es un país diaspórico, como efecto, digamos, de la violencia histórica y de la economía nacional y global. Pareciera que la experiencia de la migración presiona a reconsiderar el concepto de territorio. Permítame entonces preguntarle sobre la relación entre el guaraní como una lengua que cruza estados nacionales, una lengua sin fronteras marcadas por la historia estatal.

B. Bueno...Hay una nación guaraní. En las últimas declaraciones del congreso que hubo en el mes de marzo aquí en Paraguay, en Jaguat), una aldea del

Amambay, los mismos guaraní dijeron: se terminó incluso la denominación que nos llama pueblos guaraní, somos la nación guaraní, la nación guaraní en la cual hay etnias cuyas diferenciaciones históricas son anteriores al tiempo de la primera colonia. O sea, los primeros conquistadores ya encontraron estos pueblos guaraní dentro un amplio territorio y formando parte de la nación guaraní, con sus diferencias dialectales, culturales, religiosas; bueno, al decir culturales, supone todo eso; lingüísticas también. Bien... pero que también les dan una especie de denominador común que es lo guaraní. Yo me atrevería a decir que lo guaraní es propiamente una lengua con sus diferencias dialectales, es una nación de migrantes, pero no de nómades –por desgracia se confunde migrantes con nómades–; las migraciones hacen parte de su historia –y las continúan teniendo hasta hoy–; son agricultores aldeanos, pero no se definen como cazadores recolectores; cazan y recolectan también, eso sí, pero no dependen principalmente de ello; son agricultores y buenos agricultores. De tal manera que la edad de oro de la agricultura en el Río de la Plata fue el tiempo guaraní con un cuadro enorme de plantas cultivadas que dan envidia a cualquier facultad de agronomía. Para tener una idea, yo no lo tengo todo en mi memoria, pero, diez, doce tipos de maíz, ocho o nueve de mandioca, otros tantos de batata, de porotos y alubias... en fin... y así una cantidad de cultígenos, son más de veinte con todas variedades ¿no?, algunas de esas especies hace tiempo que ya no se cultivan en Paraguay; algunas sí se cultivan; los campesinos los siguen cultivando en Brasil, por ejemplo, el cará, el cará blanco y el morado están incluso en los supermercados. Bien, entonces son aldeanos, agricultores. Al ser aldeanos agricultores, tienen una construcción política basada en el parentesco, en la familia extensa, estas familias extensas, a su vez, sin formar estados, sin embargo, tienen relaciones entre sí que se manifiestan en la asamblea, la institución política por excelencia de esas familias, en las cuales, bueno, hay casi siempre personas de prestigio, los *ñande ru*, nuestros padres, los ancianos, los sabios, por ejemplo, pero no hay que ser anciano para tener el papel de anciano, son los líderes, generalmente desdoblados en líderes políticos y religiosos, según las funciones que cumplen en distintas ocasiones, aunque a veces unos son más religiosos y otros son más políticos. Estamos hablando del sistema que políticamente se maneja mediante asambleas, cuyos cargos son temporales, si bien con tendencia a perpetuarse en ciertas familias. En la comunicación de bienes practican la llamada economía de la reciprocidad, o sea del don, de la dádiva, según lo describe para Nueva Guinea Bronislaw Malinowski y lo sistematiza Marcel Mauss, en su Ensayo sobre la dádiva. En lo religioso están dirigidos generalmente por chamanes, aunque todo el pueblo guaraní es chamánico; cada uno puede recibir su canto de Los de Arriba, puede tener su canto, aunque sea una pequeña estrofa inventada por él, tenida por inspirada.

J. ¿El chamán es una posición de discurso más que un puesto de poder?

B. Exactamente: el chamán es sobre todo el hombre de la palabra...

J. ¿Es una palabra dicha o cantada?

B. Cantada, generalmente. Pero también contada en los mitos de origen.

J. ...en relevo? ¿Muchos pueden ocupar el lugar del que la canta?

B. No, generalmente el chamán es que se recibe el don de las buenas palabras, de las palabras hermosas, de Los de Arriba, y entonces se puede ser chamán para toda la vida, pero lo que ocurre es que el chamán puede faltar a su vocación, diríamos, casi como el cura católico y entonces, bueno, sigue chamán, pero la gente ya lo trata de chamán falso o indigno, de burla, por ejemplo cuando un chamán se da mucho a la bebida, o es un chamán que ya no sabe curar, etcétera.

J. En una economía de la reciprocidad...

B. Sí.

J. En su libro *El Paraguay inventado*, cuando usted habla de la sociedad sin estado, tal vez en diálogo también con Clastres, relaciona aquellas sociedades sin estado con el anarquismo.

B. En realidad no es propiamente anarquismo en cuanto éste sería la negación del estado, pero tampoco pienso que sean sociedades contra el estado; no creo que se puede estar contra algo que no se conoce, aunque sí atenerse a modos de ser que impedirán la eclosión de lo que sería un estado.

J. Un aspecto antagónico.

B. Sí, antagónico. Yo creo que son sociedades sin estado, pero sin estado por lo mismo que son ágrafas, lo cual no quiere decir un grado previo de evolución. Tampoco soy evolucionista. Entonces son sin estado, como son ágrafas, pero las culturas ágrafas para mí tienen en la oratura mayor riqueza que en la literatura. El pueblo paraguayo hasta ahora, después de siglos, prácticamente no ha recibido gran cosa de la literatura, mientras que seguimos teniendo buenos rendidores del decir, según aquella frase que le gustaba mucho a Roa Bastos, ¿no? Roa Bastos filosofa sobre esto, sobre la excelencia de la literatura oral: esos pueblos a los cuales no se les puede plagiar, no se les puede robar, etcétera. Entonces, eh... cuando yo digo ágrafo es en ese sentido fuerte, hablo de esa palabra siempre viva; yo le temo mucho a la escritura, y la desgracia es que me

paso todo el día escribiendo. Le temo, porque la escritura fija demasiado el discurso ¿no? Eh... Bueno, yo creo que yo todavía no he llegado a este estadio en que uno se repite siempre; ahora en España tuve que dar unas quince conferencias, el título era casi el mismo, pero siempre eran todas ellas diferentes.

J. ¿Hay un elemento de improvisación intensa en las culturas orales? Generalmente se habla de sus marcos convencionales, pero menos de su capacidad a la variación y a la improvisación.

B. Sí. Yo por ejemplo no soy enemigo del power point, pero no trabajo nunca con él. Me gusta cuando veo un power point bien hecho, no tengo ningún problema, alguna vez he copiado un power point, al que le he aplicado otros contenidos, pero reconozco que el power point predispone a repetir siempre lo mismo –peor incluso cuando uno te ha salido bien–, y entonces, si supones que no vas a tener los mismos oyentes en un conferencia, sueltas de nuevo el enlatado ¿no? En cambio, entonces, esta oratura creo que tiene mucho sentido.

J. ¿Mantiene activa la oratura en su trabajo en el campo docente?

B. Esta semana, al final de esta semana, me voy a Florianópolis, a la Universidad Federal de Santa Catarina, donde hay una licenciatura para indígenas, y entre ellos indígenas guaraní. Son unos 40 (cuarenta), y bueno, es natural, hemos tenido varios laboratorios y talleres. En esta etapa el curso va a tratar sobre los fundamentos de la escritura y los voy a relacionar con otras expresiones de lenguaje, incluso con la pintura, aunque los Guaraní no son propiamente pintores en el sentido de producir obras de pintura externa, pero sí se pintan; eran indios pintados –*avá ikuatiáva*–, siendo la piel el soporte de su pintura; *kuatiá* vino a significar el papel escrito, dibujado, pintado con letras. Pero había también entre los Guaraní un arte plumario bastante relevante desde tiempos prehistóricos hasta los principios de la historia colonial. Todo eso era recurso para la comunicación de mensajes de índole muy diversa.

Licenciatura intercultural indígena do sul da Mata Atlântica

J. Permítame retomar el tema de la descolonización del saber y de las instituciones docentes, particularmente en el programa de ustedes en Florianópolis, ese diálogo con los intelectuales guaraní hacia la formación de intelectuales guaraní.

B. Sí, Ese... en Florianópolis yo solo estoy al tanto de lo que atañe a mi curso. Y ni siquiera lo tengo completo, o sea, yo he tenido con ellos tres sesiones en la parte presencial; es un curso para cuarenta Guaraní –ellas y ellos-, cuarenta Xoklém y cuarenta Kaingáng, que son indígenas que están más o menos entre en Santa Catarina, Paraná y Río Grande do Sul. Bueno, con los Kaingáng y los Xoklém solo tengo los contactos de convivir en un espacio, en el hotel, en el restaurante..., pero con los Guaraní ¿qué hemos hecho? Con los Guaraní hemos hecho un laboratorio de lengua guaraní que ha consistido en explicar –al final, claro, que desde mi punto de vista, que es exterior, pero que ellos en realidad no conocen suficientemente– entonces, la situación de la lengua guaraní en el complejo tupí guaraní de unas 23 lenguas; lo que es dialecto, estructuras fundamentales de la lengua... aunque la mayoría de ellos son docentes, maestros, pero no de un nivel universitario occidental muy avanzado, claro. Bueno... entonces se ha hecho un trabajo de este tipo: ciertas clases fundamentales de gramática en lo cual no hemos avanzado mucho, en gran parte porque están poco habituados a los análisis gramaticales, a pesar de que algunos han tenido en cursos anteriores diversos profesores muy eminentes ciertamente, como Ruth Monserrat, del Museo Nacional de Río de Janeiro, muy especializada en lenguas indígenas. Otros también han pasado por cursos de formación que le han dado misioneros lingüistas, por ejemplo, del Instituto Lingüístico de Verano. Procuro ir con calma, no decir esto está equivocado, esto no está equivocado, porque también se puede despertar ciertos fanatismos religiosos ¿verdad? Ahora el trabajo consistirá en un seminario de diez días sobre fundamentos de la escritura y una especie de historia de la escritura entre los Guaraní, o sea, textos literarios, para que se tenga una idea de lo que ya se ha escrito desde el siglo XVI, y que no ha sido exclusivamente literatura misionera, contra la idea que se tiene, sino más bien política.

J. En otras tradiciones, digamos, plurilingües, étnicas, por ejemplo en el caso de la Universidad Andina Simón Bolívar de Quito, las universidades han ido creando nuevos programas de formación o de diálogo con intelectuales indígenas. ¿Acá hay algo paralelo?

B. Aquí en Paraguay, me parece que no; en Florianópolis, sí, por lo menos es lo que se intenta. Lo de Florianópolis es una licenciatura, no es un master, es una licenciatura de educación intercultural bilingüe, que se propone precisamente la interculturalidad, en la cual yo no creo demasiado porque le falta todavía el necesario diálogo entre iguales, lo cual es esencial para la interculturalidad; lo mismo lo de bilingüe que para mí es una trampa, porque quien pasa habitualmente a hablar, sea portugués, sea castellano, difícilmente vuelve a su lengua, ni estará en condiciones de desarrollarla en sus saberes.

J. ¿Pero le parece que sería posible o necesario crear instituciones, digamos instituciones en el sentido más tradicional...?

B. Sí.

J. ... con el guaraní?

B. Sí, ellos lo hacen. Limitémonos a los indígenas. Ellos lo hacen.

J. ¿Tienen sus propias instituciones intelectuales?

B. Que yo sepa, no. Pero tienen sí redes en las cuales estos profesores discuten su problemática, si bien muchas veces dependiendo mucho del sistema nacional de educación. En el caso del Brasil, por lo menos teóricamente, es lo que se llama Educación Indígena Diferenciada; existe una serie de libros, algunos de ellos muy bien hechos, en los cuales se presenta la matemática indígena, la historia indígena, donde se proponen los principios de una etnohistoria, cómo se debería hacer historia indígena, como los indígenas pueden hacer y escribir sus historias. Creo que los Xoklém lo hacen bastante bien, gracias en parte a que son casi contemporáneos de las masacres del contacto inicial, precisamente en Santa Catarina.

J. Su propia historia.

B. Sí, su propia historia. Esto sí existe, y en alguna Universidad, como la de Don Bosco, de Campo Grande, tienen esa sed de saberes y esto sí funciona; en estos días ha habido un simposio sobre infancia y niñez indígena, o sea, el proceso está muy activo en diversas universidades. En la federal de Dourados hay también una especialidad que se centra en el *teko arandú*, “ciencia”, ciencia guaraní, más bien sabiduría, también una licenciatura de la cual hay unos treinta y tantos egresados.

J. ¿Y esa ciencia guaraní está basada en la medicina tradicional...?

B. No lo sé en detalle, por que yo no estoy actualmente en este curso.

J. Pero en general, muy interesante esta cuestión de los saberes llamados subyugados, y cómo se puede crear espacios nuevos para la elaboración y reproducción de estos saberes.

B. Bueno... Sí, yo creo que en Brasil... –perdona que te hable tanto de Brasil porque aquí no se ha podido desarrollar sistemáticamente, y lo que tenemos no ha tenido todavía demasiado éxito—... en Brasil empieza a haber bastantes,

bastantes, por lo menos media docena de buenos etnohistoriadores, personas que saben leer los documentos entre líneas, rescatando lo que está dicho desde el punto de vista del conquistador, de quienes escribían que eran los colonizadores, que llegan a decir lo que no quisieran que se sepa, pero muestran la realidad de la crueldad colonial y los sistemas que destruyeron, sustituyeron o transformaron. A través de ellos, diríamos, el colonizado se traiciona a sí mismo diciendo. “y el indio me contestó tal cosa”, o “el indio tenían tal o cual comportamiento”, para mostrar su barbarie, y resulta que hoy vemos decían grandes verdades o su comportamiento era muy justo, sabio y racional. Esto ya viene desde el tiempo de la primera conquista del Brasil, por ejemplo, aquel “coloquio con un salvaje, en que se muestra que no son tan tontos como se les creía” que registra Jean de Léry (1580), en tupínambá, donde se muestran dos concepciones de vida contrarias, las del europeo y del indígena, precisamente sobre los recursos de la tierra. El indio pregunta: “¿Por qué ustedes vienen de tan lejos a buscar leña, no la hay en su país para calentarse?; ¿tanta necesidad de madera tienen ustedes?”; el francés le dice que un solo comerciante es capaz de comprar toda la madera del Brasil, y quiere ser más rico. “Y ese hombre tan rico, ¿no muere? ¿A quien va todo lo que dejó?” retruca el indio. “A sus hijos y parientes” le contesta el europeo. Y el indio: “¡Trabajar tanto para amontonar riquezas para los hijos! Nosotros tenemos padres e hijos a los que amamos, pero estamos seguros de que, después de nuestra muerte, la tierra que nos alimentó los alimentará a ellos”.

J. Parece que hay ahí un saber del cuidado de la tierra, distinto del saber que presupone la propiedad.

B. Y se puede hacer una especie de lectura ecológica sustentable de este texto, ¿no?

J. Sí

B. ... y de otros, lo mismo, aunque de otro orden; por ejemplo, de entre los jesuitas, en que de repente, anotan algo como ingenua ignorancia de los Guaraní lo que hoy sentimos como expresión de gran sabiduría. Así cuando el jesuita recuerda que “los Guaraní desconfiaban de aquellos hombres que pasaban buen tiempo en leer sus breviarios y “sembraron por todo el Paraná —escribe el jesuita— que éramos espías y sacerdotes falsos y que en los libros traíamos la muerte” (hacia 1612). Es una frase extraordinaria, cuando después la comparas con lo que dice Lévi-Strauss acerca de la escritura, esa escritura que generalmente ha traído tanta muerte a los pueblos colonizados, muerte de lengua, de culturas, de sistemas de comunicación, pero también lo que estos pueblos dicen ahora: bueno, vamos ahora a apropiarnos la escritura, para que por la escritura no nos llegue más la muerte... Que no sé si podrá conseguir.

J. Y la creación de estos espacios, redes, nuevos cursos, nuevos horizontes del saber.

B. Pues sí; estos profesores indígenas tienen hoy un estudio, incluso teórico de lo que es etnohistoria, y que sobrepasa mi análisis; es otra cosa.....

J. Entonces parece que la etnohistoria es una de las zonas claves de “traducción” entre los saberes subyugados y las instituciones del discurso occidental.

B. Sí.

J. ... de reflexión sobre saberes subyugados...

B. Sí, sí, sí; después se dan estas cosas, los mapas, las historias locales, las historias de vida, ya hay muchos trabajos en ese sentido, investigaciones que ellos hacen sobre la situación lingüística de la aldea donde ellos están.

J. ¿Ellos mismos?

B. Ellos mismos.

El hombre pintado

J. Tal vez se podría pensar que en el arte plumario hay una especie de escritura, en el doble sentido que Góngora le da frecuentemente a la palabra pluma, una especie de escritura o grafismo sobre el cuerpo.

B. Sí, exactamente, o sea, así como las pictografías, que no son alfabetos, también el hombre pintado da un mensaje, eso yo lo he vivido, En el Brasil lo experimenté con los Enawené Nawé, que no son guaraní, sino de lengua arwak, bueno, cada día íbamos pintados, no siempre de manera diferente, a veces de manera muy simple; lo más común era con el rojo del *urukú*, dicho también achiote o bija.

J. ¿Usted se pintaba también?

B. Sí, sí, yo andaba pintado, me pintaba y me pintaban; desnudo también como ellos, como le parece a nuestra civilización, aunque no del todo pues siempre se traía el estuche peniano.

J. ¿Cuántos años vivió allá?

B. Bueno, con intermitencias, cinco años.

J. Y, ¿en qué periodo fue?

B. Desde principios del 78 hasta el 82.

J. ¿Fue el periodo de su exilio de la dictadura paraguaya?

B. Sí, bueno. Entonces, el arte plumario es también un mensaje, o sea, cuando ellos hacen una corona de plumas, la colocación de las plumas de un color o de otro, da un mensaje, mensajes a veces de que se pertenece a un clan, o que se forma parte de tal categoría de personas.

J. ¿Pintura sobre el cuerpo?

B. Exactamente, yo lo he dicho. El guaraní es un hombre pintado, hoy diríamos el hombre papel. Hay una ciudad incluso que se llama Curuzu Cuatiá, que no toma el nombre de una cruz de papel, aunque la gente del lugar lo suele interpretar así. No es pues cruz de papel, sino cruz pintada-

J. ¿El hombre papel viaja? ¿Tiene una constitución migratoria? ¿El mensaje se mueve y se lee...?

B. Claro.

J. ... en movimiento?

B. Exactamente , sí...

J. Los saberes occidentales se archivan en la escritura...

B. Exactamente.

J. ... en las bibliotecas...

B. Sí, sí. El hombre pintado trae consigo su mensaje, y lo dice donde está, vive y se mueve. Basta mirarlo. Ahora bien, hay varios tipos de pinturas; las más distintas son el blanco y negro por ejemplo, con caolín o con el jugo de la fruta del genipapo que después de aplicado se vuelve de un azul oscuro brillante casi negro; así, bueno, entonces hay pinturas de guerra, hay pinturas de agresión,

hay pinturas de fiesta, y esto yo lo experimenté precisamente en ese pueblo que por desgracia acababa de salir de la prehistoria.

J. ¿En qué sentido salía de la prehistoria?

B. Bueno, en el sentido de que se encontraba con otra sociedad, una sociedad de otros que nos decimos históricos, y que aunque tuvimos mucho cuidado en no introducir cosas de fuera, como dinero, por ejemplo, después de unos cuarenta años no se pudo evitar que su economía haya cambiado profundamente y sus recursos de pesca enteramente deteriorados por el agronegocio que ha introducido en la zona la deforestación y los pesticidas.

J. ¿Qué zona era esta?

B. En el río Juruena a la altura del Camararé, en Mato Grosso.

J. ¿Es donde vivió usted...?

B. Sí.

J. Háblenos por favor un poco más de su trabajo etnohistórico. ¿Implica una crítica del evolucionismo?

B. Sí.

J. ¿Una crítica de Hegel?

B. Hum... eso, bueno, eso no lo sabía... (risas).

J. Bueno, la idea del estado como destino o encarnación del espíritu. En cierto sentido uno puede leer sus etnohistorias a contrapelo de la idea del estado y de la idea del destino del espíritu encarnado en estado. Pero ahora al escucharle pareciera que también mantiene ciertas categorías de evolucionismo ¿o no? Al contarme, por ejemplo, sobre momentos prehistóricos y momentos históricos de la evolución humana.

B. Yo hablaría de momento de etnohistoria como una traducción –la auténtica etnohistoria sería cuando las sociedades nos contaran su historia desde sí mismas, aun usando documentos de otros–. Los pueblos indígenas entran plenamente en la historia, diríamos, cuando cambian su sistema de comunicación. El sistema de comunicación está hecho fundamentalmente por –esta es una categoría de Lévi-Strauss–, el sistema de comunicación de mujeres, es decir, el

parentesco, el sistema de comunicación de bienes –la economía–, y el sistema de comunicación de símbolos –en lo cual entra también la lengua y la religión, así, grosso modo, y el arte, también–; bueno, entonces el paso que dan los pueblos es cuando ellos dan este salto en que abandonan su sistema de parentesco, abandonan su sistema de intercambio y abandonan su sistema de comunicación, y esto incluso se puede dar cuando aparentemente mantienen ciertos elementos del sistema antiguo, pero ya cómo nichos folclóricos, como nichos tradicionales, etc.

J. ¿Y en el campo lingüístico también?

B. También. Por ejemplo, cuando yo digo que la lengua guaraní del Paraguay, es la lengua de una sociedad no indígena que habla una lengua indígena, es porque ahí sí ha habido una especie de deshuesamiento en el sentido de que a las palabras se les va dando otro sentido, o sea, en el Paraguay actual la palabra *mburuvichá*, jefe, está ya pensada como el jefe, el que manda, el rey, incluso; al rey se le llama *mburuvichá eté* el verdadero jefe en la literatura colonial. Bueno, entonces, el *mburuvichá* en el sistema guaraní es simplemente el delegado de la asamblea para cumplir una función. Terminada la función, o la gestión de esa función, deja de ser jefe; lo que sucede es que la prolongación de sucesivos encargos hace que ese jefe parezca vitalicio. O sea, si se salió bien cuando le encargaron organizar la limpieza de un camino, o coordinó los trabajos de construcción de una de esas casas grandes, entonces, ahí, cuando de nuevo se tiene que hacer un camino, o se tiene que construir una casa grande, o hacer un puente, lo vuelven a designar jefe, y a veces se vuelve tendencia que el hijo, que ha aprendido de su padre y se reviste de su autoridad, prolongue indefinidamente los mandatos; así se ha podido hablar de una nobleza hereditaria, que ciertamente se manifestó en las misiones guaraní-jesuíticas de los siglos XVII y XVIII. Y su burda versión, el caciquismo, en tiempos más recientes.

J. Pero entonces, ¿hay formas de poder que se imponen sobre la multiplicidad de las gentes, de la lengua, de los cuerpos en el mundo mismo guaraní?

B. Sí, pero es, yo diría que es un poder sin poder, es decir, es un poder que viene del prestigio, el prestigio que casi siempre está en la capacidad de comunicación, una comunicación de carácter gratuito, ese es su poder, ¿no?, no el poder que pueda tener por tener cosas, por ejemplo; él no tiene poder, el poder lo recibe y siempre en cuando se lo reconocen. En fin de cuentas ese poder, que no lo es, es la autoridad y prestigio que se da a través de su palabra, ratificada por el consenso de su comunidad. Por eso entre ellos es más frecuente que entre nosotros la destitución de cargos, que ocurre cuando esa persona, en vez de dar, quiere recibir solamente y acumular para sí y su familia; entonces se desacredita.

J. En libros como Mundo guaraní y El Paraguay inventado tu crítica del discurso moderno, ilustrado, como destino tecnológico de la humanidad, se basa en la importancia de la paradoja de lo que es tanto pasado como futuro, el aún, es decir, lo que todavía no es: un potencial que no está realizado, y que viene del pasado y del futuro a la vez.

Cristo Rey y Carlomagno

B. Sí, bueno, puede ser que estoy cayendo en mi propia trampa, es decir, pensar que sería posible, sobre todo durante las crisis que estamos viviendo actualmente, que se podría aprender mucho de los indígenas, de sociedades donde hay comunicación gratuita de todo, equitativa, etc., se podría aprender mucho de los indígenas, de la no acumulación, la no retención, la no acumulación, esto que se da todavía entre los indígenas; el no comprar y vender. Es muy raro, yo propiamente no conozco ningún pueblo indígena en el cual alguien sea el almacenero, y por una razón muy simple: he visto algunos que lo intentaron, pero entonces el almacenero si tiene cosas, especialmente alimentos, los tiene que dar, no se puede negar, y claro, un almacén en el que tú das cosas y no las cobras, tiene los días contados. Yo me acuerdo de un caso en una comunidad guaraní, Tajy en el Amambay. Un *Pa*), por otra parte muy una persona muy representativa, el escándalo que se produjo el día que inventó vender mandioca, ¡cómo! vender mandioca, era algo que rompía la reciprocidad más esencial; es cierto que el indígena tiene que comprar algo, una olla de hierro o de aluminio, bueno, esto es más o menos, pero que se te venda mandioca, en tu misma comunidad... Porque ese indígena tampoco tendría que tener mandioca que le sobre, y, si le sobra, lo cual a veces ocurre, pues en la economía indígena se producen excedentes pero esa excedencia está destinada a la distribución gratuita, lo que eventualmente le dará un prestigio, pero que no es poder para mandar a otro. Sabe, ayer yo celebré la misa, en un barrio pobre a donde voy los sábados siempre...

J. ¿Tienen una comunidad ahí?

B. No.

J. ¿O va a dar misa?

B. ... Sí, son gente pobrísima...

J. ¿Cómo se llama?

B. La capilla del Espíritu Santo. Era la casa de una familia, la mitad de esta pieza. Ahí tengo que hacer verdaderos equilibrios para moverme dentro. Pues, ayer... fíjate, hoy es la fiesta de Cristo Rey. Y uno se pregunta por qué Cristo Rey; para los católicos conservadores venía a ser una respuesta a las repúblicas que se aplicó en tiempos de monarquía deseada, una monarquía con apoyo eclesiástico. La institución de la fiesta fue en 1925. Ahora bien, según las lecturas bíblicas de la misa del día, todas ellas contradicen el mando, todas ellas están diciendo: “es un rey que sirve”, “que no se sirve de nadie”, su reino no es de este mundo, un rey que está en una cruz Y sin embargo, se levantaron monumentos y se fue presentando como verdadero soberano con atuendos de realeza, una especie de Carlomagno del siglo XX.

J. Es muy interesante todo el tema de la interpretación y de la traducción en sus prácticas. Pareciera que el acto de la interpretación y de la traducción en su caso son muy cercanas, ¿no?...

B. Sí.

Escuchar y traducir

J. Si pudiera hablarnos un poco sobre la política de la traducción, como modo también de descolonizar los saberes, según lo ha planteado Boaventura Sousa Santos.

B. Exactamente. Hay un ejercicio que a veces le atribuimos al antropólogo -yo no soy antropólogo, no-, que se convierta en el antropologizado: en algún momento me dije, yo seré guaraní, pero ya se me quitó esa idea de que pueda yo ser guaraní, no soy guaraní, no lo seré nunca.

J. ¿Es isleño?

B. Exactamente, exactamente, o sea que mi lengua, a pesar de que soy académico de número de la lengua española en Paraguay, y correspondiente de la de Madrid, y muy amigo precisamente del director de la Real Academia de la Lengua, mi lengua es el mallorquín. Bueno... El Príncipe de Asturias, don Felipe, después de entregarme el premio Bartolomé de las Casas, ya en privado y en conversación muy amable, me dice: “Padre, su mallorquín no se le ha despegado” (risas), y bueno, sí, muy bien, no soy castellano, como no soy guaraní; estoy en una perpetua función de traducción, traducirme a mi mismo y traducir lo que veo a quien me quiera escuchar y leer. Ahora bien, en esa función de traducción, como cualquier traductor, uno tiene que escuchar primero, encontrar los momentos fuertes de la escucha, es decir, usted no va a escuchar guaraní si no ha dormido en su casa, sino se ha levantado a las cuatro de la mañana, si no ha pasado una noche cantando y danzando con ellos, si no se ha ido por el monte a pasear, bueno a caminar o a revisar las trampas, porque esos son los momentos en que el guaraní te dice cosas importantes, no cuando te responde como informante: cuando estás solo con él, caminando por el monte, y ahí, en ese momento se te dicen ciertas cosas que no te dirán nunca en presencia de otros, en su casa por ejemplo.

J. La tarea y la ética del traductor pone el cuerpo del traductor en la línea de lo que usted ha llamado la “inculturación” en tu lectura de los misioneros jesuitas y la colonización del mundo guaraní. El proceso de inculturación que tal vez comienza por la comida.

B. ...de la comida, sí, de la comida y de la lengua. Yo, hoy sería incapaz comer aquellos gusanos, gusanos de tacuara, gusanos de la palmera pindó, de los que el arcediano-conquistador Barco Centenera, ¿te suena?, en un mal verso de su poema La Argentina de 1602, dice “a manteca fresca me sabía, mas sabe Dios el hambre que tenía”. Entonces, esto hace que entres en un verdadero proceso de escuchar, que no es fácil pero tampoco tan difícil.

J. Es escuchar con el corazón, la labor del intérprete o del buen traductor. Es una labor de amor, pero muy peligrosa, de doble filo, en los textos coloniales.

B. Escuchar, escuchar. Ahora los mismos indígenas nos piden cursos de castellano y yo arrugo la nariz, no me convence –y a la institución que hace esto les parezco muy teórico y por eso ya no me consultan– (risas); les digo, bueno, pero ¿estamos en disposición de escuchar, no solamente de enseñar? Mentalmente, ¿nos consideramos superiores?, ¿o hablamos de igual a igual? Cuando estoy con un guaraní me siento un ignorante, y sé que lo soy, entonces yo estoy ávido por saber un montón de cosas, y tengo placer en escucharlas por escucharlas, y no

para almacenarlas, y almacena, almacena, como quien se quiere llevar el tesoro de la reina a su casa y mostrarlo. No.

J. ¿Para qué se usa lo que se escucha?

B. Bueno, lo primero se escucha para ser, para uno ser algo más y ese algo más que yo considero que está en el indígena, en esa economía que yo soy incapaz ya de hacer mía, esa de la reciprocidad.

J. Esa dimensión de su trabajo cuando escucha se relaciona con la posición paradójica de un “maestro ignorante”, me recuerda, bueno, en los textos coloniales, a la figura del náufrago, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, por ejemplo.

B. Es uno de los primeros que estuvo aquí.

J. Pero también otros relatos de “inculturaciones” que están en los textos de Bernal Díaz del Castillo o del Inca Garcilaso, relatos muy hermosos, sobre la figura del colonizador que pasa al otro lado de una frontera y convive con los colonizados. Ahí comienza un proceso de descolonización de las relaciones de poder.

B. Es lo que uno intenta, y entonces hay que escuchar, por eso es tan importante. Desde San Ignacio, el fundador de los jesuitas, insistimos en que tenemos que aprender las lenguas, porque la lengua..., es en la lengua, cuando la aprendes, te vuelves un niño, y peor para ti si no te volvés niño.

J. ¿Por qué es peor?

B. No aprendes nada, cuando lo sabes todo, cuando piensas que lo sabes todo. Tienes que volverte niño, eres un ignorante, un adulto niño, eres un infante dentro de ellos y se te riñe (risas) si pronuncias mal una palabra, o te la hacen repetir, o te recuerdan que ya te dijeron la misma palabra ayer. Bueno, me acuerdo de un guaraní que al que preguntaba: ¿y cómo se llama ese árbol?; y él me dice: ¡ya te lo dije ayer!. Pues bien, entonces, bueno, yo soy un ignorante que me lo dijo ayer y ya no me acuerdo. Porque si él le dice a su hijo el nombre de ese árbol, ese es su hijo, al día siguiente se acuerda.

J. La ignorancia de un filósofo, de un gran estudioso como usted, lo lleva a reconocer el saber teórico del otro.

B. Así es: también en eso del saber teórico yo considero que son verdaderos filósofos, sus saberes son también de carácter filosófico.

J. En algún momento usted habla del misticismo de los chamanes y del mundo guaraní. ¿Puedes explicarme un poco más eso?

B. Bueno, es decir: esto se expresa de dos maneras, se expresa de una manera ritual, o sea tú participas y, probablemente, tienes un sentimiento que no es el de los indígenas, los indígenas parece que la forma normal de su vida para mí es algo extraordinario ¿eh?, así como, de esta manera, me enriquece el asistir a un espectáculo, el ver una obra de arte, permanecer en un silencio prolongado, todo eso para mí es una especie de misterio. Esas cosas que ni siquiera entiendo, pues me impactan, quiero entenderlas, y a veces tengo que preguntar al chamán, etc. Bueno..., entonces está ese misticismo ritual, diríamos, que es para todos, en el que todos participan, y que uno lo vive asistiendo participando; pero después está las experiencias que uno puede tener, las personales y propias generalmente al contacto con algunos indígenas, que consisten en una cierta amistad con ellos; entonces te dicen cosas, por ejemplo, esto que decía antes, yendo por la selva; me acuerdo, una vez, de algo inesperado que al final redundó en mi provecho. Uno de los chamanes o dirigentes me invitó a ir a su casa, y me dice: “mira tenemos que atravesar el estero”; “bueno, ahí vamos, vamos”. Era un estero en el que uno se hundía hasta la ingle; claro para él no era nada, pero para mí... Dios mío, sacabas el pie y dabas otro paso y no sabías hasta dónde harías pie”. Bueno, están ese tipo de experiencias, que no son tan raras. Llegando a su casa, me dice : “nunca un *juru’a* – un blanco – había pasado por aquí”. Entonces se establece una relación personal que abre a nuevas y continuadas experiencias. Esta vez ni su mujer estaba cerca, en su casa, no sé adónde había ido, a lavar o qué sé yo..., es posible, Y entonces es ahí donde te hablan, de esto, de aquello, insistiendo en que no lo reveles a terceros...

Alfabetización y bilingüismo

J. ¿Ustedes se comunicaban en guaraní?

B. Sí, claro, en guaraní.

J. Perfectamente con...

B. Bueno, perfectamente, más o menos. Mi dominio del Guaraní-Mbyá es muy limitado, aunque he editado la obra escrita de León Cadogan, *Ayvu rapyta*; tex-

tos míticos de los Guaraní-Mbyá del Guairá. Otra experiencia fue con los Guaraní del Amambay: estábamos preparando dentro del Proyecto Pa)-Tavyterã unas cartillas para la alfabetización en su lengua particular. Bueno, no soy muy amigo de la alfabetización, pero, en fin, lo pedían y entramos en el juego... Los textos acerca de temas indicados por la comunidad me los dictaba un analfabeto, pero con tal sentido de precisión y extensión, que se daba perfecta cuenta de la proporción de su relato; alcanzaba el meollo de su tema cuando yo ya estaba a la mitad de la ficha de la que me servía, siempre del mismo tamaño, y en las últimas líneas de mi papel él cerraba su relato.

J. Y ¿por qué le parece que deseaba él escribir?

B. No, él no deseaba escribir, no. Él recibía el encargo de la comunidad que quería tener libros para la alfabetización de sus hijos.

J. ¿Por qué querían alfabetizarse?

B. Ah. Es muy complejo eso; hay una cierta magia en el papel que habla, y es cosa maravillosa la reproducción exacta de una serie de palabras, siempre la misma. ¿Por qué querían alfabetizarse? bueno, pues, primero les molesta ser tratados de analfabetos, les presiona que les digan que se tienen que alfabetizar, y no hay duda de que la escritura es una cierta magia que ciertamente se ha practicado con ellos y que quieren poseer también ellos; para todos, para nosotros también, es una magia la escritura.

J. Sí, la escritura, históricamente tiene un peso de fetiche.

B. Sí...

J. ... de hechizo.

B. La famosa "*Leçon de écriture*", de *Tristes tropiques*, de Claude Lévi-Strauss, que yo suelo usar en mis cursos. Pero también que "en los libros traíamos la muerte" como le decía un guaraní a un jesuita allá por los años de 1612.

J. Pero pareciera, digamos, que hoy, en el Paraguay, este año, que se ha celebrado...

B. ...el bicentenario...

J. ... el bicentenario, nada menos que con una ley de lenguas...

B. Sí, eso fue en el año pasado, en 2010, pero se está implementando en este 2011.

J. Parece que en la nueva ley hay algo distinto en el modo en que se entiende la relación entre la escritura normativa y las lenguas europeas y el guaraní ¿no?

B. Sí..., personalmente creo que esta ley será un nido de problemas, pero hay que encontrarle una salida. Colaboré en su proyecto y quedé bastante frustrado por la politiquería con que se actuaba, y Dios quiera haya terminado. El guaraní paraguayo es una lengua coloquial, pero ya estuvo muy bien normativizada en otras épocas y usada para la comunicación formal de ideas no solo religiosas sino también políticas. Hay pues modelos. Este hecho en parte se desconoce; ojalá no se piense que hay que comenzar de cero. El escollo está en la separación entre el guaraní hablado por sus usuarios ordinarios y comunes y el guaraní de escuela, que quiere ser normativo y carece de normas aceptables, sobre todo gramaticales.

J. Pero ¿cómo?, si se oficializa el guaraní en las escuelas.

B. En los últimos años poco se ha avanzado. Es decir, se ha avanzado algo folclóricamente: es verdad que ahora en actos oficiales, siempre hay algunos que “saben” guaraní. Yo también entro en esa comedia, y suelo comenzar mis discursos en guaraní. Pero yo sé que si lo prolongara, mi discurso en guaraní la gente se me iría, en primera por que no lo hablo con acento paraguayo, y en segunda porque la gente que viene a escuchar mi charla no sabe guaraní. En otros casos es una es una *captatio benevolentiae* captarse la benevolencia de la gente del pueblo pobre, y que encima les parece muy divertido que un sacerdote como yo hable guaraní, mal guaraní, pero guaraní al fin. Bueno... esa ley de lenguas, yo no sé por dónde va a ir. Parece que ahora lo primero que van a hacer es una Academia de la Lengua Guaraní, donde no me verán... El guaraní es oficial desde 1992... Se ha tardado 20 años para reglamentar esos artículos de la Constitución, y yo no veo que se haya dado un paso desde el punto de vista lingüístico en serio Y yo que pierdo el tiempo publicando textos guaraní del siglo XVII y XVIII, que es por donde se podría empezar; no quiero que todo el mundo sea especialista en siglo XVII - XVIII, pero... pero que por lo menos no inventen las gramáticas que inventan... Erasmo los pondría de nuevo en la piqueta, como hacía con los gramáticos de su tiempo.

J. ¿Por qué es un fracaso?

B. Porque los maestros no saben enseñar... y no quieren enseñar... y las familias en el fondo tampoco quieren esa enseñanza.

J. Acá la relación entre el guaraní y la gramática es muy compleja, usted lo ha estudiado con mucha precisión. También en la calle la cuestión de la mezcla de vocabularios y códigos no solo se limita al bilingüismo reconocido, sino a estas zonas muy creativas de mezclas lingüísticas.

B. Exactamente.

J. ...que me recuerdan la situación de los inmigrantes en Estados Unidos...

B. Sí.

J. .Del spanglish y de las nuevas lenguas del futuro que parecen ser las lenguas criollizadas.

B. Pero, ¿qué es una lengua criollizada?: el castellano a su manera es también un criollo, en cuanto colonizador colonizado; ¡cuántas palabras árabes no hay en ella!, ¡cuántas palabras de América, americanismos, no tiene! Incluso en el Diccionario de la Real Academia, entran palabras de otras lenguas. Y aquí se nos ha metido un purismo absurdo a través de esos malos profesores, en esas famosas escuelas de lenguas, aquí falta un mínimo de lingüística y sociolingüística. Los estudiosos se devanan los sesos para entender lo que es el jopará, esa mezcla de porotos y arroz, que se ha aplicado al fenómeno de la mezcla de lenguas, y que algunos rechazan de plano; pero de hecho se puede hablar guaraní con el 80 % de palabras castellanas y aún castellano con estructura guaraní. Es así como nos entendemos y nos comunicamos. Ya lo decía Marcos Morínigo: guaraní con palabras castellanas, castellano con palabras guaraní.

J. Y entonces pareciera, Bartomeu, que ahí hay una dimensión migratoria interna o transcultural interna al guaraní mismo, ¿no? O sea, el guaraní es una lengua global, o transnación, que viaja permanentemente (no quisiera citar a Kant en su ensayo sobre el cosmopolitismo y la paz perpetua).

B. Pero lo que sucede es que, ahora hace bastantes años, ha surgido una burguesía, una falsa burguesía, nuevos ricos muchos de ellos, o gente que llegó de otros países, etcétera, que en el fondo no hablan, ni quieren hablar, ni quieren que nadie hable guaraní, bueno, y estos se han hecho con el dominio de la televisión, de la prensa; incluso una parte de la Iglesia les está haciendo el juego. Las grandes parroquias de la ciudad, de Asunción, están en la práctica cerradas

al guaraní, y eso vale especialmente de la catedral. Ayer en la capillita tuve mi sermón en guaraní, pero no había preparado a tiempo las lecturas, concretamente del Antiguo Testamento, las hicieron en castellano. En realidad no tenía la biblia en guaraní ahí. En realidad no sé si habrá 3, 4 iglesias en Asunción donde hay misa en guaraní.

J. ¿Habrá en Buenos Aires?

B. Puede ser que haya alguna.

J. Me hace pensar la emigración a la Argentina, hoy día, y a España, bueno, tiene una obvia dimensión económica, que tiene que ver con las remesas...

B. Ajá...

J. ... y su importancia económica hoy día en el Paraguay, pero también me hace pensar que tal vez el espacio del guaraní es cada vez más complejo, ya no solo recorre internamente las fronteras nacionales, como en el mapa de la nación guaraní, va más allá, también incluye hoy a Europa y a otros países...

B. Pero...

J. ¿ Es una diáspora del guaraní?

B. Acabo de tener esa experiencia interesante, he hablado de la lengua guaraní en Barcelona, en Málaga, en Salamanca... Bueno, sobre todo Barcelona y en París... Quienes auspiciaban mis conferencias era la Embajada de Paraguay, por tanto invitaron especialmente a paraguayos y hubo bastantes. ¿Qué ocurre? Esos paraguayos que estaban allí, los que acudieron, eran funcionarios y gente allegada a la embajada, y que están más o menos bien. Bueno... ahí hay que ir con tacto, todos muy emocionados, bueno, entusiasmados al escuchar maravillas de la lengua guaraní, y yo mismo presentaba aspectos de la lengua y de su historia que despiertan el orgullo, tú sabes, pues hay que ir con mucho cuidado en hacer críticas, porque entonces ellos sienten que ese cristal, ese olla del guaraní es frágil y se les puede romper. No lo practican en su casa probablemente, menos en su oficina, pero tienen en el guaraní su imagen de cristal para mostrar. Bueno, la realidad es que en esos lugares de migración, incluido Buenos Aires, todo el mundo que es paraguayo dice que sí, que el guaraní contiene en sí gran valor, etcétera... pero ya no hablan con sus hijos.

J. Sí, es la historia de las emigraciones.

B. De las migraciones, sí, pero este fenómeno que es normal, que suceda en todas las migraciones, este fenómeno se da también ahora en Asunción, que en el Paraguay viene a ser una ciudad de migrantes, prácticamente se hace imposible oficializar la lengua guaraní en el sentido de ponerla en un discurso oficial normal, jurídico, o de ensayo literario, histórico, etcétera; a eso todavía no hemos llegado. Yo creo que se puede, si hubiera más posibilidades de que el guaraní en los medios de comunicación de masas, que se escriba, se imprima, sea más usado en las radios –que por lo menos las dirigidas al campo sí lo usan más– ... Fíjate que, incluso en Cataluña, el catalán tiene muchas dificultades en ser aceptado como escrito. Los periódicos en Cataluña, sólo desde hace poco ahora tienen edición en catalán, como la La Vanguardia; El Periódico desde sus comienzos; en Mallorca sólo el Diari de Balears. La lengua no puede estar fuera de la política de la comunicación.

J. ¿Usted creció hablando catalán?

B. Yo, por supuesto, curiosamente a medida que pasa el tiempo...

J. ¿Es su lengua materna?

B. Sí... a medida que pasa el tiempo me doy cuenta de que mi lengua es el catalán, en su variedad mallorquina. .

J. Ahora hablamos en una lengua extranjera...

B. Ahora, contigo, sí, exactamente.

J. ... aunque mi relación con el español es muy compleja...

B. Estoy muy consciente y la gente, la gente que me tiene confianza me lo dicen. Tu lengua es el mallorquín, no el castellano. Algunos no acaban de saber si soy un extranjero que hablo bien el español, si... de dónde he salido...

J. ¿Y que pasó al guaraní?

B. Sí, pero, pero yo no hablo castellano...

J. Bueno, creo que sí habla... (risas)

B. Más o menos, ¿no? Es decir, yo por ejemplo, si tuviera que escribir una novela, enseguida se notaría que es una novela escrita por un extranjero.

J. Y ahora al volver a la isla...

B. En la isla no hablo ya una palabra en castellano. Porque todo mi ambiente

J. ¿Mallorquín?

B. Mallorquín: todo, todo, todo.

J. ¿Y el sonido, el sonido del mar, no lo echa de menos acá en Asunción? El alboroto del mar...

B. Sí, me gusta muchísimo ir al mar. La semana pasada estuve en Río de Janeiro, solo ver el mar me anima, aunque el Atlántico siempre es un poco..., como diría, me impone mucho respeto, no veo aquellas pequeñas calas de Mallorca, aquellas en que los pinares llegan hasta pocos metros de la playa, no esas playas enormes que se ven por aquí. Pero tampoco creo ser tan nostálgico, no solamente porque llevo muchos años fuera, actualmente ya 62 años. Últimamente voy con frecuencia, una vez al año, más o menos. Pero también, uno ha internalizado eso de que somos de donde... del lugar a donde vamos, y esto es en sí una especie de idea central de nuestro modo de ser; nunca he pensado en volver, aunque, como el jesuita francés del Canadá del siglo XVII, uno puede sentir aquello de "Europa y sus delicias". Y puede ser que se viva mejor, si uno es llamado a sacrificarse se sacrifica en la riqueza, bueno, aquí nos sacrificamos en la necesidad. Pero no, yo no pienso volver a Mallorca, a no ser que tuviera cualquier trastorno de la cabeza, no pienso volver. Me siento muy identificado aquí, mi trabajo es bien aceptado, por lo menos ahora, me quieren mucho, eso es cierto, hay que reconocerlo.

J. Con razón lo quieren.

**Experiencias del buen vivir indígena en tiempos de lucha y de nostalgia
Bartomeu Melià, s.j.
Con motivo de recepción del
Premio Bartolomé de las Casas
Madrid, Casa de América, 6 de septiembre 2011**

I. Notas autobiográficas

1.1. De 1969 a 1976

¿Sería todavía posible en 1969, cuando volvía al Paraguay después de haber presentado una tesis de doctorado en la Universidad de Estrasburgo aproximarme a la religión de los Guaraníes que acababa de estudiar en los papeles de historia? Volvía con más preguntas que respuestas.

Los Guaraníes vivían en las selvas del Paraguay y algunos estudiosos se habían acercado a ellos y dado a conocer algunas noticias sobre su modo de ser. Vivía todavía don León Cadogan, el único no indígena que había sido aceptado como uno que se sienta “junto a nuestros fogones” y que por entonces había ya publicado el libro *Ayvú Rapytá*; textos míticos del los Mbyá-Guaraní del Guairá. Su nombre indígena guardado en secreto hasta su muerte fue Tupã Kuchuvi Veve “dios torbellino volador”. Con su recomendación me fue posible entrar en contacto con la más cercana de las aldeas mbyá, Mbarigúí, a 225 km de Asunción.

Un inicial interés por conocer a estas personas se convirtió en principio de aprendizaje, en el cual escuchar y practicar torpemente ese otro modo de vida fue mi principal tarea. Con ellos caminaba por el monte, y con ellos comencé a practicar su religión en largas noches de canto y danza.

Esa historia de convivencia, no solo con los Guaraní Mbyá, sino también después con los Avá Guaraní y los Pa)-Tavyterã, continuó de modo intermitente, pues no podía dejar de modo definitivo mis tareas en la universidad y dirección de varias publicaciones como *Acción*, *Suplemento Antropológico* y *Estudios Paraguayos*. Me encontraba con otro modo de buen vivir, de alegría, de moderación en el uso de los recursos de la selva, en el discreto cultivo de la tierra. De una comunidad pasaba a otra para volver de nuevo a las ya conocidas. El convivir se hizo tan natural en cierto modo que descuidé tomar notas sobre lo observado; el interés antropológico quedó relegado a segundo plano. Estaba más atento a vivir que a registrar, a la manera como se educan los niños.

Tuve el privilegio de poder compartir siempre habitación y comida con los Guaraníes, lo que me permitía seguir su vida y preocupaciones en todo el decorrer del día.

Participaba de modo especial en los rituales como uno más, si bien como aprendiz, incluso en varios ritos de iniciación y perforación del labio inferior de los adolescentes entre los Pa)-Tavyterã.

Formando parte del Proyecto Pãï Tavyterã, con el Dr. Georg Grünberg y su esposa Friedl, desde 1972, trabajé especialmente la lengua recogiendo un corpus de textos que pudieran servir en la alfabetización que las comunidades pedían. Esos textos figuran en dos cartillas (1975) y en el libro: Los Pa)-Tavyterã (1976 y 2008). El mayor éxito del Proyecto fue poder devolver y asegurar unas 30 áreas (llamadas colonias), que aunque no configuraban un territorio continuo, permitieron un desarrollo más tranquilo de la vida de ese pueblo.

Como secretario ejecutivo del Departamento de Misiones de la Conferencia Episcopal, visitaba en ese tiempo diversos puntos de misión dispersos por los lugares apartados del Paraguay, siguiendo de cerca los problemas y las cuestiones derivadas de métodos a veces poco adecuados en el trabajo de algunos misioneros. En diversas reuniones particulares o generales se procuraba facilitar el análisis crítico de la situación y proponer actuaciones más respetuosas y apropiadas según las necesidades y exigencia de los indígenas.

En la época se hizo más manifiesto el genocidio contra el pueblo Aché-Guayakí, crimen que fue denunciado por algunas personas de mayor conciencia al respecto y por la iglesia católica, ante la opinión nacional e internacional. La agonía de los Aché-Guayakí (1973) recoge documentos, fotos y crónicas al respecto. Hoy se sabe que la denuncia quedó por debajo de la realidad que de hecho fue más terrible, absurda y de mayor alcance.

En mayo de 1976 fue expulsado del país por la dictadura del Gral. Alfredo Stroessner, precisamente por causa de la defensa de las Aché (Guayakí).

1.2. De 1976 a 1989

Después de un año en Roma, donde ocupé mi tiempo en investigaciones sobre el Paraguay de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1970), en el Archivo Secreto Vaticano, pasé al Brasil en 1978, donde permanecí por 11 años.

Estuve en Mato Grosso, con los Enawené Nawé, pueblo indígena que acababa de ser contactado, y con el que viví tiempos de inculturación radical, intentando seguir la vida de ellos en todo lo posible: comida, largos rituales durante uno y dos meses y de más de diez horas por día, pintura corporal, aprendizaje de la lengua, trabajo en la pesca y cultivos de mandioca brava y maíz, recolección de miel en la selva. Estaba con el hermano Vicente Cañas, que años después, en 1987, fue asesinado – crimen nunca esclarecido, aunque se supone fue mandado por latifundistas que codiciaban las tierras de los indígenas. Gracias sobre todo al trabajo de Vicente y ese equipo – éramos sólo tres

personas de fuera –, ese pueblo consiguió evitar, mediante prevención y vacunas, las epidemias que suelen darse en esas situaciones de primer contacto con la sociedad envolvente, que por otra parte se evitaba al máximo. Mediante diligencias ante organismos estatales y, por desgracia, como consecuencia del asesinato del hermano Vicente, el pueblo Enawené Nawé pudo ver reconocido y asegurado su territorio – unas setecientas mil hectáreas. Ese pueblo ha pasado, en los últimos 25 años, de 140 personas a cerca de 400.

En 1982, en parte por motivos de salud, salí de la selva amazónica y pasé a Río Grande do Sul, para trabajar con los Kaingang, de lengua y cultura Gé [Yé], en un contexto muy diferente al dejado en Mato Grosso. Visitaba regularmente las “reservas” indígenas, pero me dediqué muy especialmente a revertir en lo posible el ambiente de discriminación que la población local brasileña, en gran parte de origen alemán, italiano y polaco, sentía y manifestaba contra ese pueblo originario. En este tiempo trabajé también en la URI, de Santo Ângelo, en diversos trabajos tocantes a la antropología e historia de los indígenas y jesuitas, que dieron como resultado dos libros: O Guaraní, uma bibliografia etnológica (1987) y Guaraníes y jesuitas en tiempos de las Misiones (1995).

Desde los años 1972 y en ese período hasta diciembre de 2006, acudía con frecuencia al trabajo con los Guaraní de Bolivia, Isoso de la región del Chaco boliviano y Ava de la zona de Charagua y Camiri. Mi contribución se dio especialmente en el campo de la lingüística – reflexión gramatical – y de la educación, así como en la reflexión sobre el sistema político guaraní, que desembocó en una mayor comprensión de la Asamblea Guaraní y el Teko Guaraní.

1.3. De 1989 a la actualidad

Por rara coincidencia llegué de vuelta al Paraguay en el primer avión que entró después de la caída del dictador Stroessner, el 3 de febrero de 1989. Fui de nuevo director de la revista Acción, y he estado trabajando en la reedición de la obra lingüística de Antonio Ruiz de Montoya, editada por primera vez en Madrid (1639-1640), reedición hoy completada con el Tesoro de la lengua guaraní, el Arte y Vocabulario de la lengua guaraní, y el Catecismo de la lengua guaraní bilingüe.

En la actualidad la compilación del corpus histórico de los siglos XVII y XVIII está transliterada a ortografía moderna y traducida al castellano. Esta forma parte del Centro de Investigación de Posgrado, de la Universidad Católica de Asunción.

En esta etapa, los trabajos en el campo indígena no son tan frecuentes, si bien acompaña diversas asambleas y grupos de trabajo que se relacionan con los pueblos indígenas.

He continuado ofreciendo aportes, con cursos y escritos en el tema de la educación indígena (grupo Ara Verá de Dourados en Brasil y Teko Guaraní en Bolivia).

Entré en la cuestión indígena del Chaco paraguayo, analizando las relaciones indígenas en el contexto de neo-colonización que se vive en la región. De manera puntual, entré en la defensa de las tierras de la comunidad Yakye Axá, de los Enxet, acompañándola en su denuncia llevada a la Corte Interamericana de Derechos Humanos de Costa Rica; la causa fue fallada a favor de la comunidad indígena contra el Estado paraguayo, aunque el Senado de la Nación se ha resistido hasta ahora a aceptar la condena.

Formo parte del grupo que trabaja junto a los Totobiegosode, grupo Ayoreo del Chaco, en defensa de su territorio usurpado en parte por supuestos nuevos propietarios.

Un trabajo reciente ha sido la colaboración en el Mapa Guaraní 2008 (100x80 cm) que enseña las más de quinientas comunidades guaraníes en las fronteras de Argentina, Brasil y Paraguay, como coordinador por el Paraguay y editor de los cuatro cuadernos – portugués, castellano, guaraní paraguayo y guaraní mbyá – que acompañan dicho Mapa.

Con frecuencia he participado en la presentación a los pueblos indígenas del Paraguay del Mapa Guaraní Retã 2008, que los Guaraníes asumen como su mapa para reivindicación de tierras y territorios y testimonio documental de su historia. El mismo Mapa ha sido presentado a la sociedad civil, con bastante éxito. Se pretende que esta realidad de la situación de los pueblos guaraníes entre también en la conciencia de toda la población, ya que no se trata sólo de un problema indígena.

En estos años de 2010 y 2011, aparte de la participación en Congresos y Simposios, ha podido colaborar con Guaraníes, mujeres y hombres, que estudian en universidades del Brasil, especialmente en Campo Grande y Dourados (Mato Grosso do Sul).

II. El buen vivir

La novedad de fray Bartolomé de las Casas es haber captado y sentido que la vida de los indios de América era buena, delicada, conforme con un ideal que no se alejaba demasiado del espíritu del evangelio. Y que la conquista y colonización vino a destruir estos modos de vida. De ahí la Brevísima historia de la destrucción de las Indias, que es la explicación con repetidos hechos históricos de esa destrucción. Colón había partido de la misma experiencia pero pronto la hizo derivar hacia otros supuestos, que son los que corren en Europa en el mismo tiempo, de los cuales no se puede decir que ninguna nación se

haya visto libre. Del dar tan propio de esos pueblos de las Indias se pasó rápidamente a la venganza, que es arrebatar y usurpar lo que no se ha dado espontánea y rápidamente. Los encubrimientos y perjuicios sobre la vida de los indios hicieron el resto.

La experiencia del buen vivir de los indígenas no deja de atraer en un primer momento a quienes se acercan a él sin intereses creados; pero esos mismos intereses encubren la realidad antes de ser conocida.

Llama la atención que lo que puede llamarse el espíritu de la colonialidad haya mudado tan poco en tantos siglos, aun en latitudes tan diversas y con pueblos tan diferentes; en efecto, los pueblos de América son sumamente diversos entre sí por lengua, religión, economía, desarrollo de tecnologías, formas de gobernarse, pero la colonialidad les ha dado reducido una sola idea genérica. Y ésta bien puede ser el buen modo de vivir que se opone las más de las veces callada y estupefactamente contra la agresión no comprendida, que de hecho es muy irracional.

La experiencia lascasiana es de hecho paradigmática porque el contraste se da en términos análogos.



The background features a dynamic composition of flowing, organic shapes in shades of orange, red, and yellow. A dark, textured, grid-like pattern is visible in the lower-left corner, contrasting with the smooth, fluid forms of the rest of the page.

Varia



Modelo y referencia en la enseñanza y aprendizaje de E/LE

María del Pilar Roca¹

Resumen: El presente artículo estudia el problema de enseñar español sin comunidad de hablantes cercana. La enseñanza de la lengua española como lengua viva significa entenderla como flujo que reelabora sus referentes, y con él, sus significados, en cada momento. Trataremos aquí sobre las diferencias entre modelo (que orienta los elementos formales) y referente (que rige los aspectos actitudinales) a través de la exploración de lo que denominamos metodología de la situación concreta.

Palabras clave: modelo; referente; Lingüística Aplicada; filosofía del lenguaje.

Abstract: The present work studies the problem of teaching Spanish without a close speaking community. Teaching Spanish as a live language means to recognize it as a flow which remakes its references and its meanings every moment. We will study the differences between model (which leads the formal elements) and reference (which leads the behavioral aspects) by analyzing what we call here the *concrete situation methodology*.

Keywords: model; reference; Applied Linguistics; philosophy of language.

Introducción

En el presente artículo queremos levantar una serie de cuestiones que parten de la dificultad de enseñar la lengua española según el uso debido a una falsa identificación por parte de alumnos, profesores y libros didácticos entre modelo y referente. Esta errónea identificación produce un forzamiento de los elementos actitudinales², que lleva a los alumnos a creer que los conocimientos

1 Profesora asociada de la Universidade Federal da Paraíba. Dirección electrónica: pilarocaes@hotmail.com

2 El mayor problema que se presenta en la dirección de las actitudes es que si están orientadas según el modelo producen en los alumnos la idea de acabamiento y de suficiencia durante todo el proceso de aprendizaje y anulan las posibilidades de reformulación constante que caracteriza toda buena regla y que los alumnos deben practicar. Sin embargo,

pueden ser adquiridos a partir de reglas cuya aplicación ciega y constante lleva al resultado adecuado, en vez de conducir a la clase hacia una apertura progresiva que sensibilice a los estudiantes/ a darse cuenta de la situación concreta para, a partir de esta, observar los nuevos sentidos que cada ocasión ofrece.

Una reflexión que diferencie entre lo que es referente y lo que es modelo, como la que aquí queremos presentar, puede ayudar a cambiar algunos aspectos del modo de pensar la enseñanza y aprendizaje de una lengua viva, y en concreto la del español, lo que se revela como una necesidad urgente, pues si los estudios lingüísticos cada vez más insisten en que la lengua es un flujo y no una estructura fija y que la norma la determina el uso, la realidad es que la mayor parte de los profesores acuden a las prácticas estructuralistas, sobre todo en los colegios y en las centrales de lenguas. Estos dos espacios de enseñanza imprimen en la formación de los alumnos conceptos y actitudes que operan como mamparas aislantes o refractarias ante los nuevos enfoques de enseñanza que la universidad les puede ofrecer. González (2006) resalta citando a Fiorin que:

el proceso informativo prevalece en la enseñanza brasileña, desde la escuela primaria hasta la secundaria, se consagra en los *cursinhos pré-vestibulares* y termina por reproducirse en la enseñanza superior, sobre todo en el periodo de graduación. El estudiante – dice Fiorin ([1998], p. 9) –, en vez de aprender a comprender los fenómenos, memoriza elementos cuyo alcance y significado dentro de un determinado dominio del conocimiento desconoce (p. 93).³

En el caso del español, además, existe el no poco conocido problema de los criterios con los que se comenzó su enseñanza y aprendizaje en Brasil, extensamente expuesto por Celada y González (2010: 71-96), porque el modelo formal para su aprendizaje es el propio portugués, dándose por sentado que estudiar español para un lusohablante se reduce a no dejarse llevar por los desvíos, considerados menores, que tienen lugar entre ambas lenguas. Además

incentivar en clase la comprensión del referente, situándolo en la comunidad de hablantes, ayuda a asumir la naturaleza histórica y de flujo de la lengua marcada por el uso. Esa cuestión fue tratada por ROCA (2009) al diferenciar actitudes derivadas de un planteamiento que promovía la necesidad de adecuación al método frente al respeto al principio de relación, que obedecía a un fuerte vínculo de pertenencia.

3 El texto al que se refiere González es: FIORIN, J. L. A contribuição dos Programas de Pós-graduação em Letras e Lingüística para a melhoria dos cursos de Graduação. *Boletim da ABRALIN*, n. 22, p. 7-19, jun. 1998.

de que su estudio en esos contextos de enseñanza (escuela y central de lenguas) estaba, y en muchos casos aún lo está, prácticamente centrado, si no congelado, diríamos, en el léxico.

En consonancia con lo dicho hasta ahora, las concepciones de lengua y de aprendizaje que los alumnos traen en su formación básica se reducen a importar modelos, pues la mayoría llega a la universidad desde la enseñanza fundamental y media con la concepción de lengua como estructura, a pesar de las protestas que ellos mismo hacen de que las clases que abordan la lengua como *gramática* son tediosas e, sobre todo, insisten, inoperantes para el aprendizaje. Por otra parte, viven en la paradoja de que si no tienen clases con ejercicios gramaticales ellos mismos se quejan de que ese día no aprendieron nada.

Lo que más llama la atención es que esas concepciones son fuertes porque están alimentadas por los instrumentos que se emplean en clase: el tipo de ejercicios estructuralistas y especialmente los libros didácticos, que suelen elegir el abordaje comunicativo, incluso cuando le dan una apariencia de prácticas sociales. Los caminos metodológicos de este tipo de libros se han disfrazado superficialmente sin modificar su concepción estructural de la lengua, sin llevar en consideración otros elementos, principalmente las condiciones del alumno en su experiencia cotidiana concreta, ni la importancia de las relaciones que este establece con la lengua, tanto la materna como la que está en proceso de incorporación. En la mayoría de los libros no hay textos auténticos, en el sentido de que no han sido progresivamente generados por los alumnos que van a usar dicho manual, y el contenido⁴, además, se presenta de manera separada y fragmentada (MARTORELLI, A.B.P: 176-177).

Bajo fórmulas llenas de colores e *interacción*, de diálogos que califican como *auténticos* por el simple hecho de no haber sido elaborados para el libro, los manuales no dejan de entender la lengua como estática, previsible y, por tanto, susceptible de ser incorporada a través de la aplicación de reglas, llevando su concepción estructural de la lengua hasta el extremo de afectar su dimensión pragmática y de uso.

4 Por "texto auténtico" entendemos aquí aquel en cuya elaboración han participado los sujetos de una situación concreta, siempre que hayan querido realizarlo a partir de un propósito, es decir, que dicho texto sea portador de un sentido consciente y específico en un momento dado. Esta concepción nuestra de texto auténtico recibe influencia de Martin Buber cuando aborda la realización del significado: "El hecho de que el significado sea algo abierto y resulte accesible en lo concreto vivido no significa que ha de ser conquistado y poseído mediante un tipo de investigación analítica e sintética, o mediante algún tipo de reflexión sobre lo concreto vivido. El significado ha de expresarse en la acción viviente y en el sufrimiento mismo. En la contigüidad irreductible del momento" (1995: 63).

En la enseñanza de nivel superior, por su parte, los profesores nos depa-ramos con un problema añadido al de los colegios u otras instancias de enseñanza que no tienen un compromiso educativo, como son las centrales de lenguas, porque al mismo tiempo que se enseña la lengua debe ser trabajada también la formación de profesores, lo que supone tener en cuenta tanto los aspectos actitudinales⁵ como los intelectuales que actúan en clase como vectores a veces contrapuestos y que pueden ser determinantes en la asimilación de conocimientos. Por ello, poco puede importar entrar con libro o sin libro en clase si las actividades dirigidas al estudio no remiten a lo que llamamos la situación concreta, es decir, si no se permite que el alumno haga reflexiones constantes sobre la relación que establece con la lengua y las va manifestando en la elaboración de su propio discurso.

Este artículo se desarrolla simultáneamente a partir de una investigación bibliográfica e histórica que explica la selección de pensadores que dan fundamento a nuestra argumentación, y de cortas menciones a partes del banco de datos derivado de la aplicación del proyecto Pesquisa-ação para a elaboração de uma proposta de ensino E/LE dentro de um enfoque pragmático. Este fue elaborado y aplicado con la intención de localizar problemas de la enseñanza de la lengua española en el contexto formal, y desarrollado dentro del programa académico Programas de pesquisa na licenciatura – PROLICEN. Sus conclusiones parciales sirvieron para elaborar otro proyecto que fue aplicado en la graduación dentro del Programa Institucional de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação – PIBITI – y del Programa Institucional de iniciação de voluntariado em desenvolvimento tecnológico e inovação – PIVITI – de la UFPB.

1.- El problema del modelo y del referente en clase

De la misma manera que se hace necesario abordar los elementos descriptivos, que en los métodos de enseñanza se aprenden a través de un modelo y que, no obstante, deben incluir en el proceso de enseñanza la

5 En otro estudio distinguimos dos tipos de aspectos actitudinales, a partir de concepciones diferentes sobre el aprendizaje de lengua. Una incluye un propósito educativo, que se ocupa de reforzar el necesario vínculo de pertenencia y de inclusión desarrollado por y en la lengua. La otra tiene un propósito de enseñanza, que refuerza una actitud de adecuación al método acompañada de valores de competencia y exclusión (ROCA, 2009 y 2010). Allí observamos que “Na primeira concepção (...) se focaliza a aprendizagem em contato direto com o objeto de estudo, ao passo que na segunda concepção (...) se incentiva a presença de intermediários” (2009: 144).

consideración de un alto número de excepciones, hay que tratar también el problema de cómo se produce el significado, lo que supone permitir que en el estrecho contexto de la clase el alumno pueda tener acceso directo – no por intermediarios – al referente.

Partimos de la base de que en el proceso de aprendizaje se mezclan, no sabemos en qué medida, dos tipos de micro acciones inversas entre sí. En unas se levantan paradigmas y en otras se rompen esos mismos paradigmas para seguir camino en una constante adaptación a cada caso. Por tanto, más que aprender con modelos lo que se observa es que se aprende a través de ellos en una suerte de negación que es fruto de una flexibilidad adquirida para ignorarlos cuando la situación concreta así lo hace necesario. Es el desarrollo consciente de nuestra experiencia como usuarios de la lengua lo que nos lleva necesariamente a la ruptura constante o, si se prefiere, a la reconsideración perpetua de los viejos modelos de partida. Es por eso, entre otras causas, por lo que las lenguas pueden cambiar y al mismo tiempo seguir siendo comprensibles.

El problema que se plantea aquí es cómo puede ocurrir eso cuando el alumno no tiene contacto con una comunidad de hablantes. Es decir, cuando los manuales asumen el referente como si fuera un modelo y basan su metodología en actividades que simulan acciones referenciales, es decir, auténticas, dejando fuera al principal sujeto de toda acción lingüística. Con esta filosofía, en vez de tener por base la experiencia de los alumnos como usuarios de la lengua, estamos desviando el curso natural de la adquisición de la lengua y sustituyendo lo que es naturalmente un flujo por la creencia de lengua como estructura, como la filosofía de la aplicación de un método transmite.

Con estas prácticas no sólo se está confundiendo el objeto con la metodología sino que se está obligando a los alumnos a adecuarse a criterios de aprendizaje que no coinciden con su experiencia de convivencia comunitaria o de usuario de la lengua. En el caso de Brasil es aun más problemático porque para estudiar portugués se hace la exigencia implícita de que olviden mucha de su experiencia de uso, pues esta les conduce a una forma incorrecta de la lengua considerada patrón. En Brasil la enseñanza del portugués trata frecuentemente a la lengua como extranjera inclusive para los brasileños. Debido a esa práctica de enseñanza de su propia lengua, los alumnos de español que llegan a clase esperan recibir un modelo y si se les habla de referencia lo entienden como un tipo de modelo especial, o de nueva metodología, pero modelo al fin y al cabo, lo que significa recibirlo pasivamente, sin incorporar lo que es esencial para que se produzca una relación auténtica con la lengua, es decir, una autoconciencia de la relación con la lengua madre y una percepción de las relaciones que se están estableciendo con aquella en proceso de aprendizaje. Una alumna de PIVITI – proyecto al que hicimos referencia en el apartado anterior – recogía así las divergencias entre la propuesta de la profesora y las expectativas de los alumnos de graduación.

(...)

L5 - Entonces, no, mas... pregunta, ¿para la señora no es tan importante aprender las reglas?

P- Lo que es importante para mi es que aprendáis la lengua.

L5- La lengua, ¿las reglas de la lengua?

P- A mí lo que me importa es que sepas cuando escribir g y cuando escribir j, en la práctica, solamente, en la práctica de las palabras que se trataron hasta ahora. Nunca te voy a preguntar cuál es la regla para que escribas “e” o “y”.

L5- ¿Mas... no es necesario haber, haber?

C4- ¿No es más fácil aprender las reglas logo? Porque...

(...)

P- Pero, las reglas no las estamos aprendiendo (...) estamos aprendiendo mientras hablamos y mientras escribimos, y no todas de golpe, sino paulatinamente.

(...)

(BANCO DE DATOS, 2009, “Espanhol Nível Básico II”, UFPB, 21/11/08).⁶

Estamos así llegando a un punto esencial para la comprensión de un aprendizaje según el uso. Nuestra propuesta considera que al hablar de *comunidad de hablantes* no estamos necesariamente refiriéndonos a una comunidad nativa sino a una que sea *consciente del valor de uso de su lengua*. Esta comprensión supone que el sujeto lleve en cuenta realidades como la comprensión por el límite, el ejercicio de la memoria y la observación del caso, de la situación concreta.

El referente, a diferencia del modelo, se extrae de una situación dada, nunca de una abstracción o como fruto de una acción mental previa, que apela una uniformidad que se revela siempre imposible y que quiere encerrarse en actividades cuando se trata de llevarlo al campo de la enseñanza. El empleo de modelos en el enfoque actual del estudio de lenguas es consecuencia de una visión y una práctica filosófica que entiende la lengua como un constructo capaz de ser adoptado e incorporado según su concepción abstracta y universal del mundo. No obstante, la observación en clase pone de manifiesto que este sistema falla en casi todas las ocasiones comunicativas auténticas, aquellas que no son simples simulacros o actividades controladas, como las que se pueden encontrar en los llamados *drills* o los *information gaps*.

6 En la cita que realizamos, las designaciones “L5” y “C4” se refieren a los alumnos y “P” a la docente del curso correspondiente. Mantenemos las marcas que aparecieron en la enunciación de esos aprendices.

Lo que queremos evidenciar aquí es que la diferencia que hay entre adoptar un modelo y llevar en cuenta el referente es la que hay entre un *decir algo* y un *referirse*. El primero remite a una concepción de lengua como estructura mientras que el segundo lo hace a un momento dado que trajo el flujo de los acontecimientos, ya sean cotidianos o excepcionales, pero siempre auténticos porque provienen de la intención de quien habla o se refiere. Auténtico quiere decir que quien se refiere participa de lo referido. Y lo referido es más una llamada de atención al momento que a la anecdótica narración de los hechos. Observar el uso significa entender para donde van las intenciones del hablante en ese preciso momento. La anécdota que cuenta la escritora Marina Colasanti sobre su primera clase de portugués en su libro de memorias *Minha guerra alheia* es muy significativa. Su abuela, partiendo de una probable experiencia personal en Río, avisa a la nieta que está a punto de irse a vivir a Brasil,

Quando você estiver no Brasil, certamente vai querer tomar um suco de laranja. Eles vão te perguntar: 'Com casca ou sem casca?', você responda, 'Sem casca', porque senão, com a casca fica amargo (...) Decorei a lição aplicadamente, já não seria tão estrangeira. Mas o cuidadoso preparo foi inútil; por mais que eu a esperasse, ninguém no Brasil me fez a única pergunta para a qual eu tinha resposta. (COLASANTI: 281-282)

Este fiasco divertido con el que Colasanti cuenta su primer contacto con la emigración lingüística, es frecuente entre quienes parten a un país cuya lengua suponen conocer por clases llenas de ejercicios controlados. Pero esta anécdota alude a algo diferente, la abuela de Marina quiere pasarle un momento que fue significativo para ella, pero la nieta lo entiende, en su mentalidad de niña, como una primera lección de portugués que podrá aplicar automáticamente cuando llegue a la nueva lengua. Estas situaciones de desencuentro no solo ocurren por su condición de extranjeros no nativos. También nativos emigrantes a otras comunidades de uso acostumbran a tener problemas de adecuación cuando el que llega o el que recibe están bloqueados en comprensión de que el lenguaje admite y realiza constantemente reformulaciones de sus paradigmas.

2.- El referente y la disposición a ignorar las reglas

Por todo ello, estudiar el referente como una realidad diferente de un modelo y su posible aportación a las metodologías más frecuentes que encontramos en las clases nos permitirá de igual modo partir de la comprensión de que la norma la decide el *uso* consensuado de una comunidad culta, en el sentido de aquel conjunto de personas que habita la lengua, y que debe ser

estudiada por sí misma y no en relación a otras. Esta fue la afirmación con la que Juan de Valdés (2003) da inicio a su *Dialogo de la lengua* y que retomó Andrés Bello en su *Gramática para el uso de los americanos*. Ambos consideraban que la lengua castellana no debería acudir al latín para justificarse o para explicar su estructura, sino al uso de una comunidad culta. El pensador español establece el punto de referencia en la comunidad culta de Toledo y el venezolano también parte del uso como criterio fundamental, siempre que lo patrocine “la costumbre uniforme y auténtica de la gente educada” (BELLO: 34). De la misma opinión sería su mayor discípulo, el filólogo colombiano Rufino José Cuervo, en las anotaciones que haría a la gramática del maestro. Cuervo apostilla la recomendación de su maestro para estudiar cada lengua como un caso concreto cuando subraya la inutilidad de aplicar la lógica al estudio de las lenguas: “si Aristóteles hubiera nacido azteca (es decir, si su lengua fuera polisintética) habría dado á su lógica una forma completamente diferente de la que le dio siendo griego” (CUERVO, 1925:7, *ipsis litteris*). Y el autor agrega en nota de pie de página que no puede sustraerse a recoger las palabras de Heinrich Winkler que ya en su libro *Zur Sprachgeschichte: Nomen, Verb und Satz*, publicado en Berlín en 1887, ponen en duda la necesidad de seguir contando con categorías como sujeto, objeto y predicado cuando a cada paso se encuentran “fenómenos lingüísticos que están en indisoluble contradicción con tal idea” (apud CUERVO, 1925: 7)

Pero las reflexiones teóricas no resuelven mucho si no hay una reflexión práctica que las lleve al contexto de la clase, lugar donde se puede ocasionar el cambio a través de una acción educativa que trate las actitudes. Por ello tendremos aquí en cuenta la observación que ya hicimos (ROCA, 2009) sobre la metodología de enseñanza, imperante sobre todo en las escuelas y en los centros de lenguas, que da una mayor atención al método, provocando en el alumno una dependencia respecto a los elementos lógico-formales a través de lo que llamamos una inoculación de *necesidad de adecuación* al método, dejando de lado lo que denominamos *principio de relación*.

La actitud que estimula la adecuación al método vehicula el implícito de que la lengua puede ser reducida a un conjunto de conocimientos previsibles mediante reglas y pone el énfasis en la adquisición de una perfección formal que se pretende alcanzar a través del recorrido de niveles organizados de menor a mayor, establecidos según conceptos lógicos, no de uso, recorrido este que entiende la lengua como compuesta de elementos simples que forman estructuras complejas siguiendo criterios atomistas (unidades mínimas de significado). Años de observación indican que una práctica de enseñanza basada en tal adecuación provoca fuerzas en competencia que crean corrientes de exclusión en el contexto de la clase. Frente a ese principio, el de *relación* entiende la lengua como un flujo en el que nos constituimos como seres históricos, como seres que realizan la consciencia en y por la lengua y que se forma en torno a un

sentimiento de pertenencia entre el sujeto y una comunidad concreta de hablantes. A nuestro juicio, mientras que el primero crea movimientos excluyentes, el segundo genera fuerzas integradoras.

La propuesta que aquí hacemos, la de seguir el *principio de relación*, tiene un ritmo de realización considerablemente más lento, sobre todo en los primeros momentos porque es cuando se instauran las resistencias al cambio de paradigma. Durante esos momentos críticos, parecidos a los de un síndrome de abstinencia que siguen a la retirada de alguna sustancia tóxica, lo normal es que el profesor reciba agresiones en diferentes grados a través de quejas (“el profesor no responde a mis preguntas”; “el profesor no pasa ejercicios”; “no entiendo lo que el profesor quiere, etc.”); de discursos manipuladores (frecuentemente un alumno se presenta como representante del grupo para comunicarle al profesor que los alumnos no hablan porque tienen miedo) o de intelectualizaciones a partir de una visión metodológica que casi siempre parte de una concepción de lenguas muertas o preocupadas exclusivamente en la comprensión y desarrollado de la escritura (este suele ser el caso de alumnos que ya son profesores en colegios desde hace algún tiempo). Si se sobrevive en clase a esta muralla de oposición, entonces es cuando se puede dar inicio al proceso por medio del cual establecer los principios que permitan al sujeto-alumno sumergirse en una reflexión según el uso que, como indicaba Valdés, le lleve a saber qué quiere decir como paso previo para después encontrar la forma.

3.- Lengua en uso y uso de la lengua

Partir de una diferencia entre lengua muerta y lengua viva es un criterio que supone considerar una lengua como comunidad de hablantes activa, como un flujo que va encontrando su camino en el propio proceso de referirse. No hay duda de que la parte descriptiva o formal exige constancia en sus formas para poder ser aprendida con rapidez, pero también es verdad que, en el caso de las latinas, hay una alta irregularidad morfológica si las comparamos con el inglés, que es la lengua que ha liderado el mercado de enseñanza de idiomas, de la elaboración de diccionarios y del libro didáctico desde mediados de siglo pasado hasta nuestros días, es decir, dos de los tres instrumentos del proceso de tecnificación de las lenguas que se inicia a finales del siglo XV en Europa⁷.

⁷ Sylvain Auroux cita dos instrumentos, a saber la gramática y el diccionario (AUROUX: 65). Al mencionar aquí tres solo hacemos explícito un instrumento que solía estar incluido en las primeras y que hoy ocupa un espacio por sí mismo, nos referimos a la ortografía, que inclusive se viene publicando de manera independiente y que está desarrollando algunos criterios propios. También entendemos que el libro didáctico es una adaptación de la gramática que ya tiene su antecedente en la castellana de Nebrija, cuyos objetivos eran que

Para la concepción metodológica de este abordaje, parece que la lengua es un conjunto de formas irregulares que debe ser aprendida de memoria y por repetición en el mayor número de ocasiones posibles, asumiendo que su significado será constante por lo menos en determinado nivel comunicativo. De modo que, por la bibliografía existente, cuando se habla de *uso* observamos que en el fondo lo que ocurre es una transposición del término inglés *practice & use*. En ese contexto anglosajón, el *uso* se entiende como una práctica repetitiva de las estructuras lingüísticas que presentan mayor frecuencia en la vida cotidiana. Para facilitar el encuentro con esas estructuras en un contexto que no tiene ocasiones reales ni auténticas de que eso ocurra, como es la clase, la metodología se elabora con el objetivo de simular ocasiones (actividades) que hagan al alumno repetir las estructuras y el vocabulario previamente elegido por el libro o el profesor para fijarlas en la memoria. Claro que en estos casos no media ni una experiencia de uso ni una observación de referencia, es decir, sin una comunidad de hablantes a la que recurrir, desde la cual reflexionar y ejercer la memoria. En las actividades, el alumno no está preocupado con decir algo sino con practicar un vocabulario y estructuras que se le dan en el cuerpo de la actividad, por lo que el *principio de relación*, que lleva primero a pensar lo que se quiere decir para después encontrar la forma, queda bloqueado. Por otro lado, la memoria que se activa en el alumno a través de actividades dirigidas y controladas es una memoria a corto plazo y no surge como consecuencia de una necesidad de expresarse según lo que tiene sentido para él o lo que quiere decir. Esto produce que lo aprendido se olvide con mucha más velocidad que el tiempo empleado en el esfuerzo por aprender el contenido de la unidad.

En estas prácticas simuladas, por tanto, Bajtín (BAKHTIN, 2004) acierta cuando afirma que el objetivo es fijar la forma de una lengua que tiene criterios estructurales característicos de una lengua muerta, desvinculada de toda intención de referirse a nada que no sea un antecedente sujeto u objeto, es decir, algún elemento formal referido a la escritura. Ello explicaba en parte las incomprendiones que tuvieron lugar en clase, cuando en el proyecto ya mencionado, aplicado dentro del programa académico de licenciatura, PROLICEN, la profesora comentase la falta de confianza de los alumnos frente a la propuesta de tratar de observar el uso para encontrar la referencias en vez de incorporar modelos mediante actividades,

Creo que las causas de esa desconfianza tuvieron que ver también con cómo yo les hice llegar la propuesta de trabajo, por explicaciones y no por la actividad

los nativos resolviesen sus dudas sobre el correcto empleo de la lengua, que los niños la aprendiesen desde la escuela y que el extranjero pudiera entenderla.

misma...lógico, porque yo estaba más perdida que un pulpo en un garaje en cuanto a la práctica...llenaba ese vacío con palabras que posiblemente ellos intentaban captar como enunciados de ejercicios, eso también es interesante: cómo buscaban en lo que yo decía comandos de actividades y paquetes de contenidos, si no los había los inventaban...y cómo yo intentaba dar con nuevas formas de hablar en clase...Tom y Jerry!!! (BANCO DE DATOS, 2006-2007)

Los estudiantes entendían las actividades como prácticas vacías o de rellenos para ejercitar una memoria conductista, a eso nos referimos cuando tratamos el término *modelo*. Tal vez por ello, en los primeros momentos de la aplicación del proyecto respondían a estímulos a través de ejercicios llegando a dar el caso de que alguno, frente a la pregunta de la profesora de “¿a qué te refieres con eso?”, llegase a verbalizar “nada, pensé que era para practicar”. Pero no era una excepción, la mayoría consideraba que practicar la lengua era hablar de cualquier cosa sin necesidad de referirse a nada.

También se observó que, a diferencia de la práctica del habla constante por lo general adoptadas en la enseñanza de lenguas, el silencio podría ser, a juicio de Cañas, un buen compañero en la nueva propuesta:

Con el tiempo, el seguimiento de los momentos de silencio en la clase nos llevó a percibir la actividad lingüística como una unidad en la que se conjugaba de una forma dinámica lo que se decía en el habla y en la escritura (el uso) y también lo que ocurría interna o externamente cuando se dice algo (la vivencia). Ambas confirmarían la unidad que denominamos experiencia de uso dentro del proyecto de investigación-acción (...) el silencio se nos reveló esencial como un valor educativo en el aprendizaje de una lengua, una vez que le devolvía organicidad al uso de la lengua y dirigía el aprendizaje lingüístico al campo de la experiencia de uso. Los silencios que surgían naturalmente reconstituían la individualidad y las relaciones del grupo en un movimiento de repliegue e interiorización del uso de la lengua (CAÑAS, 2010: 218-219).

Si en un primer momento y según la filosofía de la práctica por modelos, el silencio era indeseable a no ser que formase parte de un plan de acción previamente elaborado, ahora la intención de decir algo, de referirse a alguna cosa, hacía del silencio un aliado en el aprendizaje. El sentido de uso no sólo tiene una dimensión sincrónica en la revisión de las prácticas reeducativas de la lengua, sino que tiene un profundo sentido histórico. Para explicar qué queremos decir con *uso* deberemos hacer un breve recorrido por autores españoles del XVI y engarzar con la modernidad centroeuropea de inicios del siglo XX.

4.- La acción de referirse a la situación concreta

La acción de *referirse* no es lo mismo que decir algo. La primera requiere un referente que acude a experiencia de memoria y que, para manifestarse, necesita un contexto de confianza y de escucha, además de una situación concreta y común que es básicamente vivencial, en la que lo intelectual tiene una función organizativa posterior a esa vivencia.

Con este planteamiento inicial vamos a intentar desarrollar la comprensión de *uso* que desarrollamos en nuestra propuesta metodológica y que no debe ser confundida con un método o con pistas traducibles a un manual o libro didáctico que busca una adecuación de la lengua y del comportamiento social como si fuera una *gramática* cultural.

La propuesta de reflexión que aquí hacemos se refiere a una actitud de *presencia* en clase y no a un modelo de comportamiento de orden moral o social porque los movimientos de referencia deben partir del alumno y volver a él, siempre que se acuda a su experiencia como usuario de la lengua. De modo que debe primero tener una experiencia de uso para después organizarla. Nuestra opinión es que cualquier intento de alterar el orden propuesto puede tener resultados rápidos con carácter inmediato, pero a medio y largo plazo el mecanismo metodológico se bloquea y se compromete la evolución del aprendizaje hasta no tener más salidas dentro del contexto de clase.

Entre los autores españoles de los siglos XV y XVI, así como de algunos autores centro europeos del siglo XX, para hablar de lengua hay una fuerte tendencia a emplear palabras con una enorme valor de lo concreto. En algunos casos, como es el de Juan de Valdés y Martin Buber, este cuidado tiene su origen en los trabajos hermenéuticos dirigidos a rescatar el sentido de los textos escritos que constituyen parte de la tradición esencial de Occidente. Ambos remiten a la necesaria experiencia comunitaria y, por tanto, de uso para su correcta comprensión (ROCA, 2011). En los autores que seguidamente citamos, los caminos para evitar cualquier tipo de abstracción del término son constantes. Figuras como Fray Luis de León, Santa Teresa de Jesús, y Juan de Valdés. Valdés emplea la palabra *ánimo* como lugar o sede de un proceso de reformulación personal que es de índole lingüístico. El *ánimo* es (el libro) “en el qual se ymprime aquellos conceptos y aquellas opiniones de Dios que allí están escritas” (RINCÓN, 2010: 55-59, *ipsis litteris*). En la misma época, Francisco de Osuna, en su *Tercer Alfabeto Espiritual* (1527), citando a Salomón, identifica *uso* como *vientre* y *memoria* en los que se establece un vínculo de pertenencia “La memoria en los Proverbios se llama vientre, donde Salomón dice (Prov. 22,17- 19): Junta tu corazón a mi doctrina, la cual te será hermosa si la guardares en tu vientre y redundará en tus labios para que tengas en Dios confianza” (OSUNA, 23/03/2012).

Definiciones de comunidad como *lugar* (Buber, Valdés), *casa* (Fray Luis de León), *morada* (Santa Teresa de Jesús), *libro* (Valdés), *uso* (Wittgenstein), *vientre* (Francisco de Osuna) aluden a *un fuerte poder deíctico* al mismo tiempo que íntimo y concreto, que neutraliza cualquier intento de llevar la naturaleza de la lengua al terreno de lo abstracto.⁸ Así, la lengua no pertenece, según estos autores, al terreno de la filosofía sino que es una realidad teológica que no se deja someter a juicios de valor.

Todos ellos coinciden en afirmar que es en el *uso constante* como se forma la razón. Esta afirmación trae giros muy relevantes para la concepción de la lengua que aquí proponemos y para la comprensión de cómo ocurre la donación de significados. Para ellos, el signo debe contar con el sentido para significar algo, y este movimiento no proviene de una ley arbitraria, ni reside en la palabra, como afirmaría Locke, ni en la frase, como afirmaría Frege, ni en los actos de habla, como sugeriría Austin. Para los autores mencionados, que cubren el XVI hispánico y también el primer tercio del siglo XX centro-europeo, el sentido y el significado proviene de una experiencia comunitaria y la norma viene de la observación de una actitud de coherencia entre lo que se dice y la referencia a la que se alude. El significado surge de una experiencia de límite que viene determinada por la situación concreta, es decir, por el *uso* que hace camino a través de la realización continuada de la comunidad.

Decir *límite* y decir *experiencia*, así como la acción de referirse a un momento concreto es un planteamiento muy diferente de la abstracción que considera el conocimiento como un universal, según propone la filosofía. De acuerdo con Buber (1995: 55-57), la filosofía tiene tendencia a pensar los hechos de manera aislada. Contrariamente a ella, la dimensión teológica de la lengua defendida por estos autores desde diferentes ángulos entiende que la actividad intelectual individual organiza la experiencia, pero aquella siempre irá en segundo lugar, porque necesita de una experiencia comunitaria que es la que funda y dirige la memoria.

Wittgenstein llamó la atención sobre el hecho de que, por ejemplo, *ladrillo* podría significar cosas muy diferente dependiendo del uso que se le esté dando. Y él iba mucho más allá del simple contexto, hablaba de la relación que se estaba estableciendo entre los que hablaban en una situación concreta como fundamento del significado. Para el filósofo, una lengua viva remite al uso, es decir, a la comunidad y al caso concreto, que se resume en un *referirse* y no tanto en un *enseñarse*:

⁸ La mayoría de las definiciones se encuentran en Rincón (2010). Para las que no están en esa obra, véase Osuna (2012) y la de Wittgenstein está en Hacking (1997: 173).

¿Se enseñan también “allí” y “esto” ostensiblemente? – ¡imagínate cómo podría acaso enseñarse su uso! Se señala con ellos a lugares y cosas – pero aquí señalar ocurre también en el uso de las palabras y no sólo en el aprendizaje del uso – (WITTGENSTEIN, 2004: 26-27).

Por su parte Martin Buber hace críticas a la filosofía por pensar la realidad en términos aislados y abstractos en vez de observar la situación concreta o, literalmente, *lo concreto vivido* (1995: 65).

La importancia de los autores del siglo XVI español y de los centroeuropeos del siglo XX en la argumentación que aquí hacemos de lo que es *uso* conduce sorprendentemente a que el conocimiento se adquiere por una experiencia que crece a partir de la vivencia del límite y se forma en el ejercicio de la memoria, lo que invierte las suposiciones tradicionalmente sustentadas por la filosofía, que cultiva el pensamiento intelectual, el universalismo y el aislamiento de la realidad en fragmentos unidos por una razón que no lleva en cuenta las marcas culturales.

Estas cuestiones ya han sido detectadas y denunciadas por las nuevas fases de la lingüística, especialmente por las reflexiones vertidas desde el Análisis del Discurso. Pero la realidad es que en clase difícilmente se practica lo que se dice en el campo de la lingüística y eso debido a varias razones, entre ellas la principal es que sin comunidad de hablantes como referente, lo que impera es una filosofía que entiende la lengua como susceptible de ser aprendida a partir de modelos formales que se encuentran en los instrumentos de tecnificación de la lengua (gramáticas, diccionarios y ortografías), omnipresentes desde que la enseñanza de la lengua se hizo necesaria en el sistema educativo. En esa comprensión el *uso* en realidad se refiere en primer lugar a la práctica interiorizada a través de todo el proceso educativo formal, y no tanto a una experiencia de escucha dentro de la comunidad de referencia.

5. - La acción concreta en clase

Las sucesivas fases del proyecto aplicado en el curso de extensión de la UFPB llevaron a comprobar cómo las resistencias por percibir la relevancia de lo *concreto vivido* se traducían en actitudes de contestación como las enumeradas arriba. Más tarde, cuando aplicamos esta experiencia en una clase de graduación de letras/español, intentando una metodología que permitiese reconocerlo e incorporarlo, las consecuencias fueron aun más violentas. Los alumnos se negaban a reconocer como respuestas las explicaciones implícitas que había en las observaciones de la profesora con el objetivo de remitirlos a la percepción del presente, a pesar de la evolución perceptible en el campo formal de muchos de los alumnos. El hecho de que no estuvieran aprendiendo

según un método previsible no les permitía entender que estaban avanzando por el cauce de la lengua, es decir estaban circulando por el flujo en vez de estar instalados en una estructura modélica, y creando una experiencia que más tarde podrían explicar y organizar ellos mismos, algo que curiosamente sí habían conseguido entender algunos alumnos de graduación de otras carreras no humanísticas de la misma universidad.

La lengua entendida como flujo y remitida a una vivencia concreta provoca una mayor conciencia de cómo se está en clase y de lo que se hace. Algunos alumnos iniciaron una polémica cuando al final del semestre hicieron balance sobre la necesidad de escribir todos los días sobre lo que se había hecho/dicho/tratado o de lo que había ocurrido en clase. Algunos de ellos manifestaron su insatisfacción porque en clase se decían *muchas tonterías*, mientras que otros lo negaban vehementemente u optaban por callarse. El enfado inicial de algunos de ellos terminó en un reconocimiento final de que su comportamiento hacia la lengua era frívolo y banal y que eso había repercutido en su aprendizaje de una manera que no sabían aún cómo definir. Eran vagos e imprecisos en sus intentos por expresarse y hacer una autoevaluación, pero lo que más se sentía en el ambiente era frustración, como quien se va dando cuenta en celajes de una oportunidad perdida. En todo momento nos referimos, claro está, a la relación que se establecía con la lengua, no a la disciplina que debe ser observada en clase, por lo demás apropiada. Este estado anímico se manifestó como una manera de reconocer que en clase no se entraba con la intención de considerarla un espacio de vivencia de lo concreto sino como un lugar inevitable para escuchar estructuras gramaticales que se perderían en los vericuetos de una carpeta llena de papeles a los que jamás se volvería.

Considerar el hecho concreto, *o lo concreto vivido*, supone entender que los acostumbrados niveles que se organizan desde lo más simple a lo más complicado y que son con los que se suele trabajar en las instituciones, en el contexto de la clase no deberían referirse única y ostentosamente a las partes formales, porque eso implica un concepto de lengua susceptible de adoptarse a través de unidades mínimas de significado, lo que ya fue contestado por el Wittgenstein de las *Investigaciones filosóficas*.

A diferencia de la propuesta lógico-formal, la propuesta según *el uso* debería permitir que los llamados primeros niveles de aprendizaje sirviesen para que los alumnos recabasen una experiencia a partir de la observación de la situación concreta que les sirviese de base en los siguientes semestres para organizar la información mientras siguen observando *lo concreto vivido* como una oportunidad de seguir incrementando un conocimiento cuya fuerza es que encuentra su sentido en ser particular y relativo.

Consideraciones finales

La clase en la enseñanza de lenguas debe ser un espacio en el cual vivir la experiencia del sentido. Partir de la referencia comunitaria permite repensar los criterios para la actuación educativa que considere la experiencia de *uso*, asumida como conocimiento que tiene en cuenta el límite y la memoria como orientadores del significado y que invita a observar el caso específico en el cual el hablante o los hablantes están inmersos como una oportunidad para reflexionar sobre las relaciones con la lengua. Esto posibilita observar los vínculos que cada alumno establece con ella y cómo operan en la elaboración de discursos. En esa dinámica, las cuestiones taxonómicas o clasificatorias que ponen el énfasis en las categorías deben ir al final de cada proceso y ser elaboradas por el propio alumno como un modo de organizar su experiencia a la luz de lo que quiere decir, es decir, a partir de ser consciente de a qué se refiere cuando habla y de ser capaz de escuchar a qué se refieren los participantes de una situación concreta.

Referencias bibliográficas

a. libros

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramaticalização*. Campinas: Unicamp, 1992.
- BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BELLO, A. *Gramática de la lengua castellana*. Madrid: Edaf, 1984.
- BUBER, M. *Eu e Tu*. Newton Aquiles Von Zuben (Trad.). São Paulo: Editora Moraes, 1977.
- _____. *Do Diálogo e do dialógico*. Marta Ekstein de Souza Queiroz e Regina Weinberg (Trad.). São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *Sobre Comunidade*. Newton Aquiles Von Zuben (Trad.). São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. *Eclipse de Dios. Estudios sobre las relaciones entre religión y filosofía*. Luis Fabricat (Trad.). México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- CAÑAS, R.S. Un estudio de casos sobre la clase de E/LE. *Letr@ Viv@*, v. 10, n. 1, p. 204-234, 2010.
- CELADA, M.T.; GONZÁLEZ, N. M. El español en Brasil: un intento de captar el orden de la experiencia. In: SEDYCIAS, J. *O ensino do espanhol no Brasil. Passado, presente e futuro*. São Paulo: Parábola editorial, 2005, p. 71-96.

- COLASANTI, M. *Minha guerra alheia*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- CUERVO, J.R. *Notas á la gramática de la lengua castellana de D. Andrés Bellos e índice alfabético de la misma obra*. Paris: Andrés Blot Editor, 1925.
- GONZÁLEZ, N. M. La reflexión acerca del proceso de adquisición/aprendizaje en la formación del profesor de lengua extranjera. In: SEMINÁRIO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, VI, 2006, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2006, p. 92-97.
- HACKING, I. *Por que a linguagem interessa à filosofia?* São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1997.
- MARTORELLI, A.B.P. El libro E/LE y los alumnos brasileños. *Letr@ Viv@*, v.10, n. 1, p. 169-188, 2010.
- OSUNA, F. *Tercer alfabeto Espiritual*. Disponible en: <http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/1492-1541,_Osuna._de._Francisco,__Tercer_Abecedario_Espiritual,_ES.pdf>. Accedido el: 23 mar. 2012.
- RINCÓN, M.D. (Org.) *Conocimiento, educación y espiritualidad durante los S. XVI-XVII. Breve selección de textos*. Jaén: Universidad de Jaén, 2010.
- ROCA, P. Uso e comunidade: a continuidade da tradição em Juan de Valdés e Martin Buber. *Arquivo Maaravi*, v. 5; n. 9. 2011. Disponible en: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/668>>. Accedido el: 31 ene. 2012.
- _____. El contexto educativo en el *Diálogo de la lengua*, de Juan de Valdés. *Letr@ Viv@*, v. 10, n. 1, p.235-263, 2010.
- _____. Relações de simulação e relações de autenticidade no ensino de Línguas vivas. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. (Org.). *Linguística Aplicada, um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 143-171.
- VALDÉS, J. *Diálogo de la lengua*. Madrid: Cátedra, 2003.
- _____. *Obras Completas, I. Diálogos. Escritos espirituales. Cartas*. Madrid: Biblioteca Castro, 1997.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigaciones filosóficas*. Alfonso García Suárez y Ulises Moulines (Trad.). Barcelona: Crítica, 2004.

b. Banco de datos

PROJETO pesquisa ação para a elaboração de uma proposta de ensino E/LE dentro de um enfoque pragmático: banco de dados. Informe 2006-2007.

PROJETO PIVITI inovação à pesquisa 2009: banco de dados. Banco compuesto por (i) clases grabadas y (ii) tres trabajos individuales presentados al programa PIBITI en coautoría con la autora de este artículo el 2/10/2009: (a) RIBEIRO, Monya Karoline de

Medeiros. Alunos brasileiros e a língua espanhola: resistências, estereótipos e preconceitos; (b) HERNÁNDEZ, Aline Kelly Vieira. Aquisição de espanhol língua estrangeira (E/LE) em sala de aula. O ensino de espanhol e gramática explícita; (c) DAVID DE LIMA, Josivania. A influência do ensino tradicional, em uma nova perspectiva no ensino de E/LE. A aquisição de espanhol língua estrangeira (E/LE) em sala de aula.

A língua espanhola e a linguística aplicada no Brasil

Marcia Paraquett¹

Resumo:

A Linguística Aplicada (LA), como a entendo, é uma disciplina que convive de forma fronteira com outras disciplinas apropriadas a pesquisas na grande área de Estudos Linguísticos. Partindo desse pressuposto, este artigo apresentará o percurso pelo qual passou a LA no Brasil, mostrando-a como disciplina interdisciplinar e tentando compreender a ausência de pesquisadores de nossa área específica (Espanhol). Procuro explicar essa ausência a partir de aspectos políticos que caracterizam as áreas de produção científica em Estudos de Linguagem em nosso país e apresento um pequeno levantamento de pesquisas realizadas em nossa área específica, para tentar associá-las ao que propõe a LA interdisciplinar.

Palavras-chave: Espanhol, Linguística Aplicada, ensino e pesquisa.

Abstract: Applied Linguistics, as I understand it, is a discipline which stands within limits of other disciplines related to research in the larger area of Linguistic Studies. Starting from this idea, the article will present the path Applied Linguistics in Brazil has gone through, depicting it as an interdisciplinary discipline and trying to comprehend the absence of researchers in our specific area (Spanish language). I also seek to explain this absence based on political aspects which characterize the areas of scientific production in Language Studies in our country. Finally, I present an overview of researches conducted in our specific area in order to associate them with the interdisciplinary Applied Linguistics.

Keywords: Spanish, Applied Linguistics, teaching and research.

Conforme aponte em artigo, publicado no *Caderno de Letras da UFF*, (PARAQUETT 2009b), há pouquíssimos pesquisadores da área de espanhol, que

1 UFBA.

participam de eventos ou publicam artigos em coletâneas que se dedicam à Linguística Aplicada (LA). Na ocasião fiz um levantamento dos artigos publicados na Revista Brasileira de Linguística Aplicada (RBLA), por entender que uma revista que é subsidiada pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), poderia ajudar-me a verificar a frequência e a proporcionalidade de artigos sobre as diversas línguas que se estudam no Brasil. E o que verifiquei foi surpreendente: dos 130 artigos publicados nos 14 números até 2008, apenas 3 foram dedicados ao espanhol (ELE), correspondendo a 2,3%, contra 60% para o inglês (ILE) e 46,2% para português (PLE), sempre como línguas estrangeiras. Os números mais atuais, 2009 e 2010, estão caracterizados pela pulverização de temas, sem que haja uma preocupação com línguas estrangeiras, o que, no meu ponto de vista, confirma amadurecimento da publicação.

Além da pequena contribuição nos artigos, há apenas dois hispanistas que participam do conselho editorial da RBLA, o que pode levar-nos a pensar que não temos prestígio nesta área. Para tentar entender essa ausência, trago uma discussão do que se entende por LA no Brasil.

1. A LA no Brasil

Francisco Gomes de Matos publicou dois artigos que historicam a LA a partir de seu aparecimento em nosso país. São eles: *Dez anos de Linguística Aplicada no Brasil*, em 1976, e *Mais dez anos de Linguística Aplicada no Brasil*, em 1986. O autor tomou como referência a Universidade Católica de São Paulo, que desde 1970 desenvolve pesquisas na área, embora naquele momento a LA fosse entendida como aplicação de teoria linguística ao ensino de línguas. Em 1991, José Carlos Paes de Almeida Filho publicou um artigo que questiona a compreensão de Gomes de Matos, afirmando que, segundo seus critérios, em 1990, a LA teria completado 25 anos de vida em nosso país. Mas como os dois autores compreendem a LA de maneira diferenciada, para Almeida Filho, ela começa apenas em 1978, o que lhe conferiria apenas 12 anos de existência em nosso país.

Percebe-se, então, que em 1990 já se questionava o que era a LA, compreendida de duas maneiras diferentes: seu objetivo seria “a aplicação de princípios, técnicas e resultados das investigações teóricas sobre as línguas para a solução de problemas educacionais e socioculturais”? Ou deveria ser entendida como “ciência aplicada (interdisciplinar, em muitos casos), cujo objeto é o problema real de uso de linguagem colocado na prática dentro ou fora do contexto escolar”? Para Almeida Filho, “a LA no sentido de ciência aplicada autoconsciente, preocupada em encaminhar soluções sistemáticas para questões reais de uso de linguagem, tem uma história bem mais recente no Brasil” (ALMEIDA FILHO 1991: 7).

Em 2001, em outro artigo, o autor argumenta que a LA teria iniciado em 1978, com a realização de um congresso na Universidade Federal de Santa Catarina, organizado por Carmen Rosa Caldas Coulthard, que acabara de concluir seu doutorado na Inglaterra. A principal conferência daquele congresso, proferida por um dos autores da primeira série didática funcional a ser introduzida no Brasil (Brian Abbs), confirma que a ideia era importar o que se produzia na Inglaterra sobre as funções comunicativas para a aprendizagem de inglês.

Outro dado bastante interessante, ocorrido no mesmo ano do congresso (1978), é a publicação do livro de Henry Widdowson, traduzido anos mais tarde por Almeida Filho, com o título *O ensino de línguas para a comunicação*. Não fica difícil concluir que há uma estreita relação entre o início da LA no Brasil, o Comunicativismo e o ensino de ILE. Em palavras de Almeida Filho (2001: 16), “essa abordagem (comunicativa) que se opunha à gramatical ou formalista seria reconhecida como um verdadeiro paradigma alternativo (...) para o ensino das línguas nas escolas”.

Talvez isso já explique a ausência de pesquisadores da área de espanhol, porque o Comunicativismo nos pegou apenas nos anos 1990, já que precisou primeiro assentar-se em terras espanholas para, depois, ser exportado ao Brasil. Afinal, se a Inglaterra alimentou os modelos de aprendizagem para o ensino de ILE no Brasil, era a Espanha que poderia estabelecer essa relação com os professores de espanhol, embora isso viesse a ser bastante discutido e questionado no Brasil. Mas antes de me fechar em conclusões, preciso tentar esclarecer o que é a LA e como está sendo seu percurso no Brasil.

Como vimos, faz muitos anos que se discute se a LA seria uma ciência aplicada ou uma aplicação de ciência linguística. Hoje, entre os linguistas aplicados, não há nenhuma dúvida quanto a seu caráter de ciência aplicada, mas para que chegássemos a esse consenso, foi necessário produzir muita discussão, materializada em diferentes artigos². No entanto, no início dos anos 1990, predominava uma concepção de LA muito associada à aquisição, ensino e apren-

2 Segundo levantamento feito por Denise Maria Guarino De Felice, Lisiani Ferraço de Paula e Maria Luciene de Freitas Gondim, os artigos que colaboraram para a consolidação da LA como ciência são: *A propósito da Lingüística Aplicada*, de Marilda C. Cavalcanti (1986); *Maneiras de compreender a Lingüística Aplicada*, de José Carlos Paes de Almeida Filho (1991); *Afinal, o que é Lingüística Aplicada*, de Maria Antonieta Alba Celani (1992); *Afinal, o que é Lingüística Aplicada*, de Luiz Paulo da Moita Lopes (1996); e *Lingüística Aplicada, aplicação de lingüística e ensino de línguas*, de José Carlos Paes de Almeida Filho (1987). Disponível em: <<http://www.sala.org.br/textos-em-la/a-instalacao-da-la-no-brasil-o-periodo-de-1965-a-2006>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

dizagem de línguas, sobretudo, estrangeiras, o que levou Almeida Filho, em 1991, a sugerir algumas perguntas que seriam adequadas em pesquisas sobre o uso de linguagem:

- Como se aprende, adquire e ensina o uso das línguas em diferentes situações?
- Quais as manifestações de transferência de língua materna para a língua-alvo?
- Como são feitas e mantidas as relações entre as pessoas através da linguagem?
- Por que nem todos os adultos aprendem uma segunda língua que tentam aprender?

Como vimos anteriormente, Almeida Filho entende a LA como uma ciência que é interdisciplinar, embora não o seja em todos os casos, tendo o seu foco na aprendizagem, na aquisição e no ensino de línguas. Esta perspectiva parece bastante redutora para os dias de hoje, mas é preciso ressaltar que, em 2001, o autor avança em suas perspectivas, discutindo, por exemplo, as diferenças que via entre “metodologia” e “abordagem”. Sua contribuição é bastante significativa, conforme se vê na seguinte afirmação:

a abordagem é mais ampla e abstrata do que a metodologia por se endereçar não só ao método, mas às outras três dimensões de materialidade do ensino, a saber, a do planejamento após a determinação dos objetivos, a dos materiais (que se escolhem ou se produzem) e a do controle do processo mediante avaliações (ALMEIDA FILHO 2001: 19).

E define abordagem “como filosofia ou concepções integradas de ensinar e aprender línguas para compreender e analisar o processo (interpretando aulas, avaliando materiais, investigando aprendizes em seus esforços de aprender, etc.)” (ALMEIDA FILHO 2001: 22). Apesar de manter-se preso à aprendizagem de línguas, Almeida Filho a vê numa perspectiva ampla, levando-nos a compreender a abordagem como uma ação integrada, ou global, que inclui desde o planejamento até a avaliação da aprendizagem.

Um pouco antes, em 1996, Luiz Paulo da Moita Lopes publicou *Oficina de Lingüística Aplicada*, entendendo a LA

como uma área de investigação aplicada, mediadora, interdisciplinar, centrada na resolução de problemas de uso da linguagem, que tem um foco na linguagem de natureza processual, que colabora com o avanço do conhecimento teórico, e que utiliza métodos de investigação de natureza positivista e interpretativista (MOITA LOPES 1996: 23).

No entanto, ao justificar a natureza aplicada às Ciências Sociais, o autor cita como um exemplo de pesquisa que estaria tratando de problemas de uso da linguagem, a “dificuldade de compreensão oral de filmes por usuários-aprendizes de inglês como língua estrangeira” (1996: 20). Note-se, portanto, que para Moita Lopes, a LA ainda estava muito relacionada ao ILE.

É também curioso perceber que o autor destaca o aspecto mediador e interdisciplinar da LA, sugerindo que no percurso de uma investigação, sua tarefa seria “mediar entre o conhecimento teórico advindo de várias disciplinas” (1996: 21). E cita como exemplos, a psicologia, a educação e a linguística. Mais curioso, no entanto, é que Moita Lopes ressalta os valores de pesquisas de cunho positivista, embora chamasse a atenção para o crescimento de pesquisas interpretativistas por serem mais adequadas à natureza subjetiva do objetivo das Ciências Sociais. E nos explica que a produção de conhecimento deveria dar-se “sob o controle de variáveis específicas que garantiriam a validade interna e externa da investigação, de modo a se poder demonstrar relações de causa e efeito através da aplicação de testes de significância estatística” (1996: 22). Veja-se, portanto, que em 1996, Moita Lopes ainda discute a possibilidade de pesquisas quantitativas e se prende à aprendizagem de uma língua estrangeira: o inglês. Admite o caráter interdisciplinar da LA, mas se limita a três disciplinas afins, esperando que seu papel seja mediar entre o conhecimento teórico advindo dessas disciplinas e o problema de uso da linguagem que se pretende investigar.

Estou chamando a atenção sobre esses fatos, porque em 2006, o mesmo autor publicou outra obra, na qual apresentou um discurso bem mais vanguardista, embora valha ressaltar que na publicação de 1996, já se preocupava com a natureza social e educacional dos processos de ensino-aprendizagem de línguas. Assim como, entendia a LA como uma área de investigação que poderia colaborar para o engajamento e o amadurecimento de professores e alunos de ILE em nosso país, que mantinham uma atitude “exageradamente positiva e de quase adoração” (1996: 37), sobretudo, pela cultura dos Estados Unidos. Refiro-me aos seus célebres artigos *Yes, nós temos banana* e *Paraíba não é Chicago não*.

Nesse mesmo contexto, mais exatamente em 1998, circulou fartamente na área da LA, uma obra na qual se encontrava um artigo de Alastair Pennycook, linguista aplicado canadense e autor de uma proposta que ficou conhecida como

Linguística Aplicada Crítica (LAC)³. No meu ponto de vista, começávamos uma nova corrente sobre a LA no Brasil, pois o autor chama a atenção para o papel que deveríamos cumprir:

como linguistas aplicados, precisamos não só nos perceber como intelectuais situados em lugares sociais, culturais e históricos bem específicos, mas também precisamos compreender que o conhecimento que produzimos é sempre vinculado a interesses (PENNYCOOK 1998: 46).

Portanto, estaria propondo que as investigações na área da LA deveriam assumir seu caráter social, político e histórico, ideia repetida por outros autores, como Maria Antonieta Celani que, em 2000, publicou um artigo em um livro organizado para homenagear o também conhecido linguista aplicado, Hilário Inácio Bohn, da Universidade Católica de Pelotas. Além de Celani, participaram da coletânea, especialistas bastante conhecidos na LA ou em áreas afins, como Almeida Filho, Moita Lopes, Vilson Leffa, José Luiz Meurer, Desirée Motta-Roth e outros, mas nenhum que se dedicasse ao espanhol, o que era natural, considerando-se as particularidades das pesquisas realizadas pelo homenageado. No entanto, vale esse registro, pois se lê na Introdução que aquele livro “além de ser uma homenagem ao professor, pesquisador, colega e amigo Hilário, é também um retrato da pesquisa em linguística aplicada no Brasil no momento atual” (FORTKAMP e TOMITCH, 2000: 9). Mas nenhum de nós saiu naquela foto.

Os artigos discutiram questões de políticas de ensino, de aquisição de língua materna, de gênero textual e de discurso. Afinal, estávamos exatamente no momento em que vinham a público os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, que passaram a entender que “a aprendizagem de Língua Estrangeira no ensino fundamental (...) amplia as possibilidades de se agir discursivamente no mundo” (BRASIL 1998: 38). E entre os autores que elaboraram o documento, estavam Maria Antonieta Celani e Luiz Paulo da Moita Lopes. Como consultores participaram, entre outros, o próprio Hilário Bohn e Maria Aurora Consuelo Alfaro Lagorio, a única representante da área de espanhol, embora ainda se encontrem os nomes de Maria del Carmen Daher e Vera Lúcia Sant’Anna, que prestaram assessoria para a execução do documento.

3 Embora seja australiano, Pennycook participa das discussões sobre LA no Brasil, tendo publicado em duas coletâneas de grande circulação: SIGNORINI e CAVALCANTI (1998) e MOITA LOPES (2006).

Isso explica o tom do texto de Celani (2000), que abre a coletânea em homenagem a Hilário Bohn com um artigo cujo título é: *A Relevância da Linguística Aplicada na Formação de uma Política Educacional Brasileira*. Ela falava, portanto, como uma linguista aplicada que assumia seu papel na interferência das políticas públicas brasileiras. Talvez tenha sido esse o momento mais importante para a LA, pois representou o papel de ser uma disciplina com prestígio e poder na resolução de questões políticas, relativas à educação em nosso país. E, na medida em que assumia seu caráter político, social e histórico, afastava-se de uma postura redutora, que se caracterizara por discussões sobre aprendizagem, aquisição ou ensino, mas vinculados a modelos estrangeiros, sobretudo o Comunicativismo. Celani está tão envolvida, naquele momento, com o que faz, que encerra seu artigo, sugerindo que os resultados das pesquisas em LA “sejam postos a serviço da humanidade”, já que essa é “a vocação desta área fascinante do saber” (CELANI 2000: 32).

Em 2006, surge uma nova obra que vai mexer com a comunidade de pesquisadores da LA. Refiro-me a *Por uma linguística aplicada indisciplinar*, organizada por Luiz Paulo da Moita Lopes, que além da Introdução, escreve um capítulo, onde propõe uma nova agenda para a LA, que consistiria em “renarrar a vida social” (MOITA LOPES 2006: 90). Propõe uma LA, a que chama ‘contemporânea’, e que teria como base: “a imprescindibilidade de uma LA híbrida ou mestiça”; “a LA como uma área que explode a relação entre teoria e prática”; “a necessidade de um outro sujeito para a LA: as vozes do Sul”; e uma LA cujos “novos pilares” sejam “ética e poder” (2006: 96). O autor se desvencilha da preocupação de entender os limites dessa área de investigação e prefere “tentar operar dentro de uma visão de construção de conhecimento que tente compreender a questão de pesquisa na perspectiva de várias áreas do conhecimento, com a finalidade de integrá-las” (2006: 98).

Comparado à obra de 1996, *Oficina de Linguística Aplicada*, em dez anos Moita Lopes radicalizou seu discurso, pois aquela LA, modestamente ‘interdisciplinar’, em 2006 se transforma em ‘indisciplinar’, no sentido da ‘não-disciplina’ ou da ‘antidisciplina’. Essa mesma visão será seguida por Pennycook, autor de um dos artigos mais inquietos da referida obra: *Uma Linguística Aplicada transgressiva*. O linguista aplicado canadense retoma a discussão sobre a LAC, de 1998, reafirmando que a vê “como uma abordagem mutável e dinâmica para as questões da linguagem em contextos múltiplos, em vez de como um método, uma série de técnicas, ou um corpo fixo de conhecimento”. Ressalta que em lugar de vê-la “como uma nova forma de conhecimento interdisciplinar”, prefere “compreendê-la como uma forma de antidisciplina ou conhecimento transgressivo, como um modo de pensar e fazer sempre problematizador” (PENNYCOOK 2006: 67).

Esse artigo é bastante revelador dos conflitos teóricos que havia entre as duas diferentes correntes, pois Pennycook retoma as acusações que recebeu

de dois linguistas aplicados, conhecidos no cenário internacional, Davies e Widdowson. O primeiro teria afirmado que “críticas pós-modernistas (tais como a LAC) da LA são (...) sedutoras (...), mas não se pode permitir que predominem de modo irresponsável” (DAVIES 1999: 142, *apud* PENNYCOOK 2006: 68)⁴; enquanto o segundo teria dito que necessitamos de “uma LA crítica, e não de uma LA hipócrita, para nos guiar em direção ao futuro” (WIDDOWSON 2001: 16, *apud* PENNYCOOK 2006: 68)⁵. É claro que Pennycook ‘virou a mesa’, para valer-me de suas palavras, acusando a LA “tradicional” de ser “hipócrita por sua inabilidade ou má vontade de dar conta de questões significativas atuais” (PENNYCOOK 2006: 68).

Como se vê, em trinta anos, a LA no Brasil viveu mudanças bastante visíveis, das quais não participamos diretamente, pois as pesquisas em língua espanhola tiveram outro percurso, mais focado na Linguística e na Análise do Discurso. Não são fartas as pesquisas em Ensino e Aprendizagem e só muito recentemente começamos a nos ocupar da formação de professores. E é o que veremos adiante.

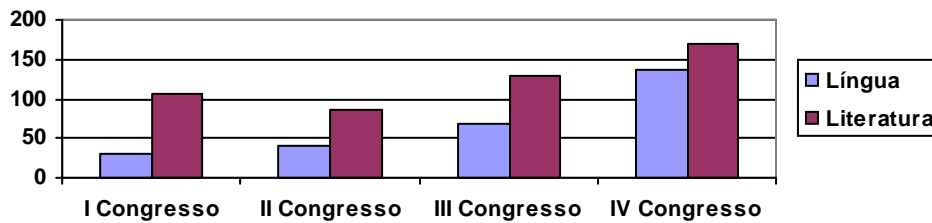
2. Pesquisas em Língua Espanhola

Um estudo realizado por Soto, em 2004, sobre a investigação em língua espanhola produzida em Programas de Pós-graduação no Brasil revelou um quadro, até então desequilibrado, entre as duas grandes áreas de pesquisa: estudos linguísticos e estudos literários. Segundo a autora, a primeira tese produzida no Brasil no campo linguístico é de 1967, e seu autor, Manoel Dias Martins, trabalhou com aspectos fonético-fonológicos no sistema vocálico do espanhol em contraste com o português. Entre 1967 e 2003, ano limite da pesquisa realizada pela autora, apenas nos anos 1990 cresce o número de teses em língua espanhola, graças à criação do MERCOSUL.

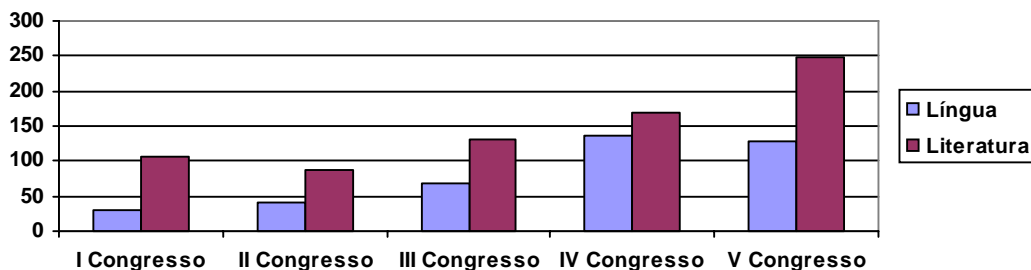
E é por isso que a primeira tese importante na área de língua espanhola, defendida no Brasil, é de 1994, e sua autora é a conhecidíssima, Neide Therezinha Maia González, da Universidade de São Paulo, intitulada: “*Cadê o pronome? O gato comeu*” *Os pronomes pessoais na aquisição/aprendizagem do espanhol por brasileiros adultos*. No entanto, como comprovou a tese de doutorado de Maria Paz Pizarro (2010), já se pode visualizar que a distância entre as pesquisas no âmbito da literatura e da língua é cada vez menor, como se vê no seguinte quadro:

4 Refere a: DAVIES, A. (1999). *Na Introduction to Applied Linguistics: from Theory to Practice*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

5 Refere-se a: WIDDOWSON, H.G. (2001). *Coming to Terms With Reality: Applied Linguistics in Perspective*, in: Graddol, D. (Org.). *Applied Linguistic for the 21st Century*. *AILA Review*, 14, 2-17.



A autora tomou como referência as publicações das Atas dos Congressos da Associação Brasileira de Hispanistas (ABH), realizados em 2000, 2002, 2004 e 2006, já que o congresso de 2008 ainda não havia divulgado sua publicação. Em 2000, das 106 comunicações, 103 eram de literatura e 30 de língua, correspondendo a 78% e 22%; em 2002, das 128 comunicações, 87 eram de literatura e 41 de língua, correspondendo a 68% e 32%; em 2004, das 198 comunicações, 130 eram de literatura e 68 de língua, correspondendo a 66% e 34%; em 2006, das 306 comunicações, 170 eram de literatura e 136 de língua, correspondendo a 56% e 44%.



Agora já se sabe que o Congresso, de 2008, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), publicou 376 comunicações, sendo 248 de literatura e 128 de língua, correspondendo a 66% e 34%, respectivamente. A perspectiva otimista de Maria Paz Pizarro, e também a minha, não se concretizou, mas quero crer que isso se deva ao perfil da UFMG, onde não há professores de língua espanhola no Programa de Pós-graduação, produzindo-se, portanto, dissertações e teses, apenas, em literaturas. Além disso, dos sete professores de espanhol daquela universidade, cinco são de literatura e dois de língua. Estará aí, possivelmente, uma explicação para o retrocesso no equilíbrio das duas áreas. Observe-se que o congresso, de 2006, realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e organizado por duas pesquisadoras da área de estudos linguísticos, e numa universidade onde os estudos literários ainda não ganharam visibilidade na pós-graduação, foi o que mais se aproximou quanto ao equilíbrio entre as áreas.

Por fim, o congresso realizado, em 2010, na Universidade Federal de Mato Grosso, não servirá como parâmetro, lamentavelmente, porque sabemos que a ABH passou por problemas de ordem administrativa, o que prejudicou a realização de seu congresso, desmotivando a participação de muitos pesquisadores hispanistas.

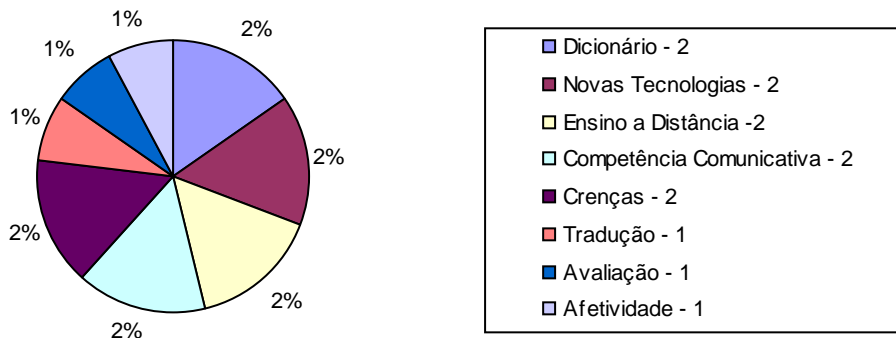
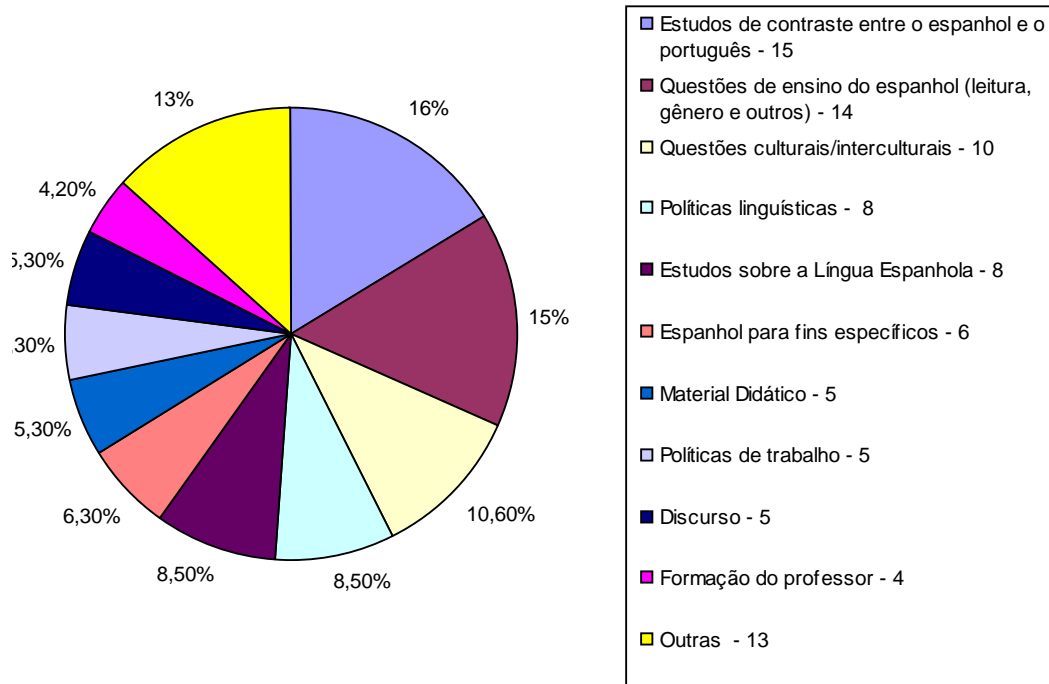
No intuito de atualizar nossa pesquisa na área dos estudos de linguagem, incluindo-se a linguística aplicada relativa ao ensino-aprendizagem de espanhol e à formação de professores, fiz um levantamento das últimas dissertações e teses defendidas no Brasil, sem ter a pretensão de esgotá-las. É bem verdade que adoraria ter tido acesso a toda produção, pois venho falando, insistentemente, que permitir acesso à pesquisa realizada no Brasil pode ser a arma mais poderosa na incansável luta contra os que procuram desmerecer nosso trabalho e enaltecer as propostas ‘estrangeiras’. E esse levantamento que fiz confirmou que os rumos estão mudando, e para melhor.

O trabalho de Soto (2004) nos mostrou que até 2003, entre as pesquisas de estudos de linguagem, predominaram as de descrição linguística, mas hoje são frequentes os trabalhos que procuram compreender a “singular”⁶ diferença que há entre o espanhol e o português, seja em estudos linguísticos, discursivos ou culturais. Afinal, ainda persiste a falsa crença da língua ‘fácil’, determinando que este seja um tema sempre urgente em nossas investigações. No meu ponto de vista, a descrição da língua espanhola, fora do contraste com o português, ou fora do contexto de aprendizagem, não é a forma como mais podemos colaborar como pesquisadores brasileiros. Contribuímos mais, quando emprestamos nossos olhares para ver essa língua em contraste ou em processo de aprendizagem por brasileiros, ressaltando as muitas interferências, as dificuldades e as particularidades que resultam da ‘singular proximidade’ entre as duas línguas. Afinal, se somos especialistas em espanhol como língua estrangeira, podemos contribuir com pesquisas que a expliquem como sendo outra língua, que não é a materna e nem é uma segunda língua.

Através de um levantamento informal, mas apoiada pelos dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)⁷, recuperei 94 pesquisas realizadas entre 2004 e início de 2011, valendo-me da palavra ‘espanhol’. Entre essas, procurei verificar a frequência de temas, considerando algumas categorias que me interessam para estas reflexões. E o resultado foi o seguinte:

6 Valho-me do adjetivo utilizado por Maria Teresa Celada, na sua tese de doutorado, defendida na UNICAMP, em 2002.

7 Dados recolhidos em <http://bdtd.ibict.br/pt/pesquisa-avana-mainmenu-39.html>, acessado em junho de 2011.



| | | | |
|-----|--|----|---------|
| 1. | Estudos de contraste entre o espanhol e o português: | 15 | (16.0%) |
| 2. | Questões de ensino do espanhol (leitura, gênero e outros): | 14 | (15.0%) |
| 3. | Questões culturais ou interculturais: | 10 | (10.6%) |
| 4. | Políticas linguísticas: | 08 | (08.5%) |
| 5. | Estudos sobre a Língua Espanhola: | 08 | (08.5%) |
| 6. | Espanhol para fins específicos: | 06 | (06.3%) |
| 7. | Material Didático: | 05 | (05.3%) |
| 8. | Políticas de trabalho: | 05 | (05.3%) |
| 9. | Discurso: | 05 | (05.3%) |
| 10. | Formação do professor: | 04 | (04.2%) |

| | | |
|-----------------------------|-----|--------|
| 11. Outras: | | |
| a. Dicionário | (2) | (2.0%) |
| b. Novas Tecnologias | (2) | (2.0%) |
| c. Ensino a Distância | (2) | (2.0%) |
| d. Competência Comunicativa | (2) | (2.0%) |
| e. Crenças | (2) | (2.0%) |
| f. Tradução | (1) | (1.0%) |
| g. Avaliação | (1) | (1.0%) |
| h. Afetividade | (1) | (1.0%) |

Confirma-se, portanto, que nossos principais interesses estão respaldados pelas pesquisas que estamos produzindo em diferentes Programas de Pós-graduação de nosso país. A maior frequência está na produção de pesquisas que põem em contraste a língua portuguesa e a espanhola, trabalhando-se com particularidades de ordem gramatical, discursiva, fonética ou lexical. A segunda preocupação está no ensino, com trabalhos que procuram entender o lugar da leitura ou dos gêneros textuais em contexto de aprendizagem. E se quiséssemos considerar que as questões culturais ou interculturais, além da produção ou análise de material didático, se constituem em pesquisas relativas ao ensino de espanhol no Brasil, então o índice dessa categoria crescerá bastante. Mas mesmo pulverizado, esse quadro revela que estamos produzindo muitas pesquisas que se voltam para as questões do ensino/aprendizagem de espanhol como língua estrangeira no Brasil. E como falava anteriormente, entendo que esta é a maneira como melhor podemos contribuir, pois temos competências e experiências suficientes para produzir discursos que revelem as particularidades, resultantes do confronto entre nossas línguas e culturas.

A origem dessas 94 dissertações e teses é bastante variada, pois são oriundas de Programas de Pós-graduação consolidados na área de espanhol, conforme é o caso da Universidade de São Paulo (USP); da Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); da Federal Fluminense (UFF); da Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade de Brasília (UnB), responsáveis pela maioria das pesquisas a que tive acesso. Mas encontrei, também, pesquisas realizadas nas Universidades Católica de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Pelotas; nas Estaduais de Campinas; de Londrina e de São Paulo; e nas Federais de Uberlândia; do Ceará; da Bahia; de Goiás; de São Carlos; de Mato Grosso do Sul e de Sergipe. Se compararmos este cenário com o que se tinha nos anos 1980 ou mesmo em 1990, precisamos reconhecer que crescemos bastante e cresceremos muito mais. Meu levantamento está longe de ser o real retrato do que se faz, hoje, em pesquisas na área de espanhol no Brasil, mas espero, confiantemente, que a partir de 2012, quando acontecerá o VII Congresso da Associação Brasileira de Hispanistas na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, possamos conhecer melhor nossa produção crítica.

Mas, voltando às temáticas das pesquisas que tomei como base, muitas delas poderiam estar associadas à LA, pois como vimos, esta disciplina científica atinge um espectro variado de objetos que são de sua competência. Lembremo-nos que para os linguistas aplicados, como Almeida Filho, o objeto da LA “é o problema real de uso de linguagem colocado na prática dentro ou fora do contexto escolar” (ALMEIDA FILHO 1991: 7). Portanto, segundo essa compreensão, todas as pesquisas que colaboram para o ensino de espanhol, no que tange a procedimentos adequados, seja na seleção ou produção de materiais didáticos; na interação entre alunos e professores; na definição de estratégias para a compreensão e produção de textos; na vinculação com as políticas públicas da educação básica; na efetivação de um ensino que tenha fins específicos; ou na formação de professores, todas são pesquisas próprias à LA.

Mas se ainda quisermos expandir esse conceito, desenvolvendo pesquisas com elementos, que levem em consideração “o gênero, a raça e outras relações de poder, bem como a concepção de sujeito como sendo múltiplo e formado dentro de diferentes discursos”, conforme sugere Pennycook (1998: 47), então o espectro da LA será ainda maior. Esta proposta implica na realização de pesquisas que procurem entender as variadíssimas identidades sociais e culturais que constituem os múltiplos sujeitos que falam a língua espanhola. E se somarmos a isso, as muitas manifestações discursivas e culturais, expressadas por esses sujeitos e que, ao mesmo tempo, os expressam, o leque de possibilidades será infinito.

Hoje, estou apostando em pesquisas que partem da concepção de uma LA crítica, conforme acabamos de ver, mas que se ocupem, mais particularmente, das relações interculturais entre nossas línguas-culturas. E como exemplo de autores que estão trabalhando com esta linha, no Brasil, trago as propostas de Kátia Mota, da Universidade Estadual da Bahia, adepta à Pedagogia Crítica, que tem bases em Paulo Freire. A autora ressalta a importância de práticas e discursos que redimensionem o papel da escola, onde professores se aproximem “de um comprometimento com a transformação social, tornando-se um educador intelectual, um agente de mudança, engajado na desconstrução de estereótipos e na promoção da tolerância das diferenças” (MOTA 2004: 49). Como se percebe, Mota desenvolve sua pesquisa na formação de professores, sobretudo o de línguas, colocando seu foco na escola.

Outra autora, que está contribuindo, significativamente, para essa discussão é Edleise Mendes, da Universidade Federal da Bahia, que está atenta à inclusão da cultura na aprendizagem de línguas, mas na perspectiva intercultural. Para a autora,

Somente a partir de uma postura que promova o verdadeiro diálogo, a troca entre sujeitos-mundos diferentes, entre línguas-culturas diferentes, é possí-

vel derrubar muitas barreiras que, por vezes, se interpõem nos processos de ensinar e aprender línguas (MENDES 2007: 138).

E, é claro, que estou de acordo com essa concepção da LA, pois entendo que, como professores ou formadores de professores, devemos trabalhar em prol da compreensão das linguagens. Se, em última instância, ser uma linguista aplicada implica no meu envolvimento com as linguagens em uso, preciso compreender o que dizem e o que se diz dos usuários dessas duas línguas que são o meu foco de atenção, o português e o espanhol. Mas, sobretudo, preciso levar meu aluno e, por extensão, o aluno de meu aluno, a valer-se das linguagens, em espanhol, para propiciar a compreensão entre as pessoas.

Esta é a LA na qual acredito: uma disciplina que compreende as linguagens em uso e que está atenta às diferenças e às semelhanças que nos constituem como sujeitos complexos e contraditórios, mas, suficientemente, mutantes para trabalhar por um mundo melhor, onde haja mais equilíbrio no uso e na compreensão das linguagens, seja dentro ou fora do contexto escolar. Convido os que ainda não se definiram por uma área de pesquisa a juntar-se a mim.

Referências bibliográficas

ALMEIDA FILHO, J.C.P. de. Maneiras de Compreender Lingüística Aplicada. *Revista Letras*, n. 2, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, p. 7-14, 1991.

ALMEIDA FILHO, J.C.P. O ensino de línguas no Brasil de 1978. E agora? *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, v. 1, n. 1, Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, p. 15-29, 2001.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília, MEC, 1998.

CELANI, M.A.A. A Relevância da Lingüística Aplicada na Formulação de uma Política Educacional Brasileira. In: FORTKAMP; TOMITCH (Orgs.). *Aspectos da Lingüística Aplicada*. Estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn. Florianópolis: Insular, 2000, p. 17-32.

FORTKAMP, M.B.C.; TOMITCH, L.M.B. (Orgs.). *Aspectos da Lingüística Aplicada*. Estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn. Florianópolis: Insular, 2000.

MENDES, E. A perspectiva intercultural no ensino de línguas: uma relação “entre-culturas”. In: ALVAREZ, M.L.O.; SILVA, K.A. da (Orgs.). *Lingüística Aplicada: múltiplos olhares*. Campinas: Pontes, 2007, p. 119-139.

MOITA LOPES, L.P. da (Org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, L.P. da *Oficina de lingüística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MOTA, K.M.S. Incluindo diferenças, resgatando o coletivo – novas perspectivas multiculturais no ensino de línguas estrangeiras. In: MOTA, K.; SCHEYERL, D. (Orgs.). *Recortes Interculturais na Sala de Aula de Línguas Estrangeiras*. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 35-60.

PARAQUETT, M. Lingüística Aplicada, inclusión social y aprendizaje de español en contexto latinoamericano. *Revista Nebrija de Lingüística Aplicada*, n. 6 (3), p. 1-23, 2009a. Disponível em: <<http://www.nebrija.com/revista-linguistica/>>.

_____. O papel que cumprimos os professores de espanhol como língua estrangeira (E/LE) no Brasil. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê – Diálogos Interamericanos. Instituto de Letras da UFF, n. 38, p. 123-138, Niterói/RJ, 2009b.

PENNYCOOK, A. A lingüística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (Orgs.). *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado das Letras, 1998, p. 23-49.

_____. Uma lingüística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L.P. da (Org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 67-84.

SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (Orgs.). *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.



Um Estudo de Política de Língua no Ciberespaço: Abordagens para significar e ensinar línguas

Julio Cesar Machado¹

Resumo: É inegável que o ciberespaço é quase que uma dimensão obrigatória para a prática e ensino de qualquer língua na modernidade. Propomos uma investigação do funcionamento das línguas na fronteira entre o real e o virtual (dimensão biológica e dimensão ciberespacial). Compõem nossa pesquisa as indagações no interior da tensão: normatividade (própria das línguas “orais”) e anormatividade (própria das línguas “digitais”), tais como: como as línguas são distribuídas nesses dois espaços? E como se forma um falante ciberespacial, enquanto enunciação desses dois espaços inseparáveis em que convive (nossa proposta é de um enunciador-flutuante, advindo de dois lugares de dizer simultâneos)? Pelo modo de raciocínio aqui proposto, queremos propor e sustentar a hipótese incontornável de uma predisposição de dupla distribuição linguística na modernidade: a linguagem oral e a linguagem manual.

Palavras-chave: ciberespaço, política de língua, ensino de línguas, enunciação.

Abstract: Abstract: It is undeniable that cyberspace is an almost obligatory dimension to the practice and teaching of any language in modern times. We propose an investigation of the languages functioning on the border between reality and virtuality (the biological dimension and cyberspace dimension). Our research questions are composed within the tension: normativeness (belonging to “oral” language) and non-normativeness (belonging to “digital” language), such as: how are languages distributed in these two spaces? And how is a cyberspace speaker formed, as the voice of these two inseparable areas in which they live? (our proposal is for a floating-enunciator, coming from two places of

1 Mestre em Linguística, Doutorando do programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – PPGL/UFSCar e professor da FAFIPA/UEMG. Contato do autor: julio.semantica@gmail.com.

speaking simultaneously). By the way of reasoning proposed here, we propose and support the hypothesis of an unavoidable predisposition to dual language distribution in modernity: the oral language and the manual language.

Keywords: cyberspace, language politics, language teaching, enunciation.

Digito, logo existo

A relevância de uma pesquisa Linguística sobre o funcionamento enunciativo ciberespacial é de pertinência direta ou indireta para toda ciência, uma vez que a produção científica contemporânea desenvolve-se sobremaneira no espaço virtual, ou é afetada por ele. Impossível pensar o exercício da língua na atualidade isolado da virtualidade. Tomar a palavra na contemporaneidade é inscrever-se na configuração moderna da interação e subjetividade condicionada ao acontecimento virtual. De fato, pela enunciação “das mãos”, o sujeito: compra, vende, paga, vota, contrata, ensina, informa-se, entretém-se, gradua-se, forma-se, relaciona-se, documenta-se, enfim, *constitui-se nessa relação*. Uma máxima enunciativa consolida-se no mundo: “digito, logo existo”. A virtualidade passa a ser condição de existência do sujeito na modernidade, ou cada vez mais vigora a extinção empírica em detrimento de uma interação flutuante (entre o real e o virtual) como quesito basilar social. Esse quadro enunciativo virtual reclama e incita um estudo linguístico sólido sobre a linguagem da internet, ainda não oficializada, embora amplamente utilizada, conforme já constataram diversos estudos (LÉVY, 1996; DIAS, 2004; DEMO, 2010; MACHADO, 2010; dentre outros).

No entanto, é necessário que a Linguística teorize, por um estudo robusto de relação entre línguas², essa língua que funciona na internet. Esta, embora determinada por elementos das línguas orais e de tradição escrita, transtorna sua sintaxe, morfologia, fonologia e suas normatividades, ao privilegiar uma configuração digital ou virtual, com suas peculiaridades, que sincretiza e reconfigura a dicotomia verbal/não verbal ao constituir-se de desenhos convencionais, abreviações, sinais sonoros, fotos, animações, recortes animados, combinações, transtorno da leitura esquerda-direita, enunciações sem letra alguma, etc.; além disso, esses vários aspectos da linguagem manual são regulados por certa abertura ao caótico, que é proibido no espaço não virtual. Urgem pesquisas digitais com cientificidade suficiente e eficiente (DEMO, 2010).

2 Para este conceito, cf. Orlandi (1998).

Transgressão e Linguística: problemas teóricos

Traçada a pertinência e urgência em se estudar satisfatoriamente a língua que funciona na internet, propomos neste artigo um estudo da linguagem ciberespacial, a partir de um prisma teórico da *transgressão* (do diferente³) e de um lugar que – ultrapassando tratados geográficos, étnicos, institucionais – aborda a relação entre línguas, e procedendo a uma metodologia que acentue a observação da relação entre a linguagem oral, perpetuante, e a linguagem do ciberespaço, transgressora.

Para cumprir nosso objetivo, é indispensável refletir sobre um raciocínio que prevê a enunciação agenciada por duas regularidades: a) a normatividade, própria do espaço não virtual, que proíbe certos enunciadores (é proibido transgredir a normatividade, e é essa convenção que determina muitas línguas). A normatividade faz funcionar línguas gramaticalmente; e b) A transgressão, própria do ciberespaço, que possibilita qualquer enunciador (é lícito transgredir a normatividade, e é essa transgressão que determina a linguagem informal da internet). A transgressão faz funcionar línguas agramaticalmente.

Ademais, como consequência (e até sustentáculo desse objetivo), refletiremos sobre uma atualização teórica dos estudos enunciativos no Brasil, que urge devido ao formato complexo da configuração social moderna, em flutuância de certa forma não prevista nos dispositivos teóricos tradicionais ou disponíveis.⁴ Nossa atenção teórica afasta-se de mecanismos absolutos para melhor apreender funcionamentos de permeio, que produzem efeitos de sentidos⁵ somente passíveis de serem percebidos se acessados com ferramentas plausíveis, capazes de abordar espessuras atípicas da linguagem.

3 É bom que se diga que não nos aproximamos dos procedimentos de Orlandi (2007) sobre o mesmo-parafrástico e diferente-polissêmico (o que não procederia, pois, por esse prisma, poderia coexistir paráfrase e polissemia tanto no real quanto no virtual). Para nós, “mesmo” (real) e “diferente” (virtual) distinguem apenas dois espaços enunciativos, marcados respectivamente pela gramaticidade (por isso repetitivo) e agramaticidade (por isso diferente).

4 Como temos dito (MACHADO 2010), entendemos por flutuância o fenômeno semântico no qual se percebe duas orientações de sentido contrárias ao mesmo tempo. Teoricamente o tratamos por “enunciador flutuante” (já que, os outros enunciadores aqui adotados, não preveem essa especificidade). Aqui em nosso caso, dizemos que a linguagem manual pertence a esse fenômeno uma vez que se constitui pela gramaticidade e agramaticidade intrínsecas, como veremos adiante.

5 Na Análise do Discurso de linha pecheutiana (ORLANDI, 2007), o discurso é definido como efeitos de sentido entre interlocutores; trata-se de uma importante noção para essa teo-

Por exemplo, o “sujeito ciberespacial”, enquanto objeto de análise, dificilmente pode ser processado pelas diversas vias linguísticas atuais, de cientificidade insatisfatória para objetos limítrofes como a “enunciação digital”, justamente porque essa enunciação recorta uma origem indefinida teoricamente: seria essa enunciação digital uma relação com qual mundo? (viés enunciativo-filosófico); seria essa enunciação a relação com qual palavra: mecânica ou humana? (viés estrutural); seria essa enunciação relacionada à qual verdade, se o virtual não é classe veritativa, mas simulacro? (viés enunciativo-referencialista); seria essa enunciação significada pelo uso de qual estrutura, se essa “nova” estrutura agramatical não tem existência? (viés estrutural-enunciativo); seria essa enunciação a intenção de qual sujeito, se se considera o sujeito como um engendramento empírico, muito embora o virtual seja abstração, e não empiricidade? (viés enunciativo-pragmático); teria essa enunciação estacionamento em qual língua tradicional, uma vez que o simbólico audiovisual caótico e não-alfabético não é previsto no arrolamento documental histórico e cultural literário? (viés filológico); essa enunciação manual recortaria qual memorável⁶ (GUIMARÃES, 2002), se a agramaticalidade não tinha existência na organização linguística mundial até a manifestação da internet? (viés semântico-histórico da enunciação)?

Como se vê, nenhum desses estudos parece dar conta de processar, com satisfatoriedade científica, os dados do que chamamos “voz manual” e seu sujeito metálico⁷ – por satisfatoriedade entendemos um rigor científico que responda aos novos funcionamentos linguísticos, mesmo que sem trazer soluções.

Tal objetivo geral de forjar o aparato teórico plausível nos remete a um objetivo específico, o de dar uma atenção especial aos pressupostos de um

ria, aqui tomada para a Semântica Histórica da Enunciação (GUIMARÃES, 2002). Por ela, certo enunciado não se esgota no “conteúdo”, mas, determinado pela irrepetibilidade de seu acontecimento e por elementos inerentes à estrutura (como a historicidade), explicita efeitos de sentidos únicos, previstos ou não.

- 6 “Memorável”: um “passado recortado”. Noção básica para que se produza qualquer sentido, conforme Guimarães (2002, p. 12): “presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro que, no acontecimento projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável”.
- 7 É bom que se diga que não afirmamos que essas linhas linguísticas são impotentes diante desse tipo de *corpus*, senão que, pela nossa definição de satisfatoriedade exigente, elas fariam suas inferências com certa dificuldade ao abordar questões como essa por uma postura enunciativa.

enunciador flutuante, outrora sugerido por nós (MACHADO, 2010). Ele será apoio para lançar-nos em discussões meta-teóricas e poder vislumbrar a agitação entre línguas no limite dos espaços não virtual/virtual que se reclamam mas também se estranham.

Discussões teóricas

Eis a “sina” linguística: diferentes teorias aplicadas a um mesmo objeto resultam em diferentes conclusões (porque essas várias teorias fazem desse suposto único objeto, distintos objetos). Teríamos então diferentes análises. Diferentes resultados. Porque teríamos diferentes indagações. Muitas perguntas, poucas respostas, e grande ocorrência de aparato teórico insatisfatório em certos momentos. É o postulado do nunca-fechamento analítico. Além disso, há objetos que requerem apuração mais clara, como é o caso da linguagem do ciberespaço.

Operar teoricamente esse objeto escorregadio da língua ciberespacial é colocar-se em um lugar que dispensa uma disposição teórica fechada. A teoria, embora predisposta, é engendrada por uma especificidade própria que a particularidade do *corpus* reclama. Para mobilizar um instrumento teórico (que pensamos ser) satisfatório, do ponto de vista enunciativo, defendemos que a relação palavra-objeto se dá de modo irregular, por atravessamentos político, social e histórico intrínsecos ao ato de dizer.

Entendemos que o tratamento do sentido reclama um aparato teórico capaz de processar “o fora” que o constitui, o além-estrutura e o além-modo de raciocinar por vias elegantes da razão e da rigidez de um sistema. Assim privilegiamos uma postura de pesquisa que eleja o inexato e a não-razão no funcionamento da linguagem, bem como um *modus operandi* menos simplista e mais sofisticado, compatibilizado com a complexidade social, histórica e política da língua, que ponha em xeque os procedimentos analíticos que vislumbram uma sociedade matematicamente regular.

Desse modo, nosso construto teórico eleito filia-se à Semântica Histórica da Enunciação⁸ (que acessa o sentido pela historicidade inerente ao acontecimento enunciativo) enquanto teoria piloto deste trabalho, e à Semântica do Acontecimento enquanto dispositivo metodológico-procedimental analítico. A elas, acrescentaremos um *modus operandi*, que temos chamado Agitação Enunciativa⁹, por nós desenvolvido para investigação dos dados (perscrutando as espessuras de evidência e aparência nos acontecimentos virtuais).

8 Tal como desenvolvida, basilarmente, por Guimarães (2002).

9 Tal como temos sugerido e desenvolvido (MACHADO, 2010).

Sucintamente, uma análise apriorística do acontecimento enunciativo é percebê-lo enquanto atravessado por determinações históricas e sociais, que vislumbram a luta pela voz de falantes incluídos, excluídos e suas interpretações de pertencimento e despertencimento, dadas pela disparidade dos Locutores; ou seja, nessa perspectiva, o falante é díspar entre um Locutor (com maiúscula, que representa a origem do dizer, um nome próprio) e locutor (com minúscula, que representa o lugar social do dizer, uma “profissão”). Ambos, Locutor e locutor, funcionam simultaneamente pautando-se em um lugar de dizer que se pretende não social e não histórico, denominado enunciador. E esse enunciador merece uma atenção maior, devido à nossa proposta de atualização teórica.

Guimarães (2002, p. 26) propõe três enunciadores: universal (lugar de dizer submetido ao regime do verdadeiro ou falso), genérico (lugar de dizer da repetição do dito popular) e individual (lugar de dizer da circunstancialidade e da independência da história). Em nossos trabalhos anteriores, nós propomos um quarto enunciador: o lugar de dizer *flutuante*, pois como temos dito, há farto registro de acontecimentos que nos permite observar que a sociedade moderna não mais se dispõe em lugares de dizer X ou não-X, ou em lugares inteiriços X, Y, Z, etc., senão num feitio flutuante (RANCIÈRE, 1996) de lugares X/não-X simultâneos, ou nas posições mistas de X-Y, Y-Z, X-Z, etc.¹⁰

Ancorados na afirmação de Rancière (1996, p. 103) segundo a qual o povo “é uma unidade que não consiste em nenhum grupo social”, trata-se de “sujeitos *flutuantes* que transtornam toda a representação dos lugares e parcelas”. Queremos assumir efetivamente a possibilidade teórica de um *enunciador-flutuante*, lugar de dizer do acontecimento manual, que em recortes de chats e enunciados informais, explicita a inseparabilidade entre normatividade e anormatividade, evidência alfabética e aparência não-alfabética que, embora representem características distintas, mantém funcionamentos dialógicos e indissociáveis.

Assim poderemos ver na linguagem do ciberespaço esse funcionamento bissituacional onde o falante é determinado por dois espaços, real e virtual, que confunde/miscigena sua identidade. Passemos a ponderar nossa proposta teórica de Agitação Enunciativa. Ao propor esse dispositivo, estamos afirmando que, para nós, a constituição da enunciação, embora se paute sobre uma disjunção (evidência e aparência), funciona em conjunto. Em outras pala-

10 Como exemplos (MACHADO e SANTOS, 2010) temos os enunciadores-flutuantes: emo (enunciação do masculino e feminino simultâneos), samba-rock (enunciação da suavidade e da agressividade contrastivas), etc.

bras, o processo enunciativo, para nós, assume duas propriedades constitutivas: evidência e aparência, de forma que *tomar a palavra é estabelecer uma agitação entre o exato e o inexato*. Isso também quer dizer que, de certo modo, se pensadas em conjunto, as propriedades de evidência e aparência põem a língua em funcionamento, o não-acordo das duas espessuras, ao reportar-se ao objeto, perpetua a atividade de enunciação. Todo dizer é uma aparência e uma evidência, indissociáveis. O efeito de enunciação fará um ou outro prevalecer. Assim, a enunciação de evidência sempre terá uma orientação para a aparência, que a incomodará, da mesma forma, a aparência sempre terá uma orientação futura de evidência. E não se trata do olhar político (“X versus Y”, dado por enunciadores adversos) senão de um olhar de cumplicidade (“X mais Y”, dado por um único enunciador-flutuante).

Por sobre nossa discussão, no tocante ao espaço de enunciação, assumimos que as enunciações do ciberespaço significam uma aparência do espaço real (enquanto que o espaço real significa uma – suposta – evidência do mundo). Apenas esses pressupostos já fazem sopesar relações semânticas nos enunciados eleitos para análise. No tocante às relações entre as línguas, os liames do real/virtual são tais que põem a distribuição: se no espaço enunciativo real (não virtual) a sempre evidência normativa, repetitiva, reguladora do funcionamento gramatical, e de pudor social são o *apriori* das línguas orais, no ciberespaço enunciativo a aparência transgressiva, o diferente regulador do deslize, do avesso, do lapso, da caricatura, do exagero, da ousadia, da imprudência e da “não papas na língua” são o *apriori* da linguagem ciberespacial informal. E uma análise orientativa (real *ou* virtual) ou uma análise política (real *versus* virtual) seriam incompletas, uma vez que o funcionamento linguístico do ciberespaço é misto, e precisa ser acessado por aparato misto (real *mais* virtual), pois o real “[...] flutua num espaço branco, entre as margens do rio, nem lá nem aqui, mas lá e aqui, ao mesmo tempo (DIAS, 2004, p. 106).

No que tange ao acontecimento, enunciar no ciberespaço instaura um sujeito dividido entre a evidência do eu-normativo da realidade, repetitivo e polido pela linguagem oral, e da aparência do eu-transgressivo da virtualidade, inovador e despreocupado pela linguagem manual.

Linguagem manual e linguagem oral

Como nossa proposta é refletir enunciativamente sobre a linguagem do ciberespaço no interior de uma Semântica Histórica da Enunciação, olharemos para a concepção de língua por um prisma de relação entre línguas. Isto é, a língua sempre em relação a uma outra, no ato da enunciação (porque nossa postura é enunciativa). Nossa estratégia é focar o sentido para podermos refletir sobre alguns pontos da prática e o processo didático das línguas na atualida-

de. Observaremos o sentido enquanto efeito de uma anterioridade (um passado) e de atravessamentos sócio-históricos. Assim, especificamente, nossa discussão inscrever-se-á e desenvolver-se-á pelos questionamentos daquilo que é conhecido como política linguística¹¹ (um olhar administrativo-estabilizador para as línguas, que envolva convenções sociais e institucionais) e daquilo que Orlandi (1998) designa como política de língua¹² (um olhar de funcionamento-desestabilizador para as línguas, que desarmonize essas convenções sociais e institucionais), uma vez que a enunciação é sempre, como podemos observar a partir de formulações de Guimarães (2002), um acontecimento político¹³. No nosso caso, essa diferença será particularmente visível através da noção, desse mesmo autor, de espaço de enunciação¹⁴.

Aí nesse espaço de enunciação, especificamente o espaço de enunciação da internet, observaremos o que proporemos chamar de *linguagem manual*: nome que recorta bem a prática de “enunciar com as mãos”, utilizando recursos sonoros, imagéticos, alfabéticos e não alfabéticos – características que fazem essa linguagem distinguir-se das linguagens orais ou escritas tradicionais, justamente pela impossibilidade de oralizar ou simbolizar alfabeticamente esses novos formatos.

Desse modo, olhar para a noção de língua a partir dos estudos de relação entre línguas, como preferimos, é perceber que, em nosso caso, a linguagem manual, do espaço de enunciação ciberespacial, significa na sua relação com as línguas orais e alfabéticas, isto é, a linguagem do espaço ciber significa na sua relação com a linguagem do espaço do espaço de enunciação não ciber.

11 *Política linguística*: investigação da distribuição e significados das línguas em seus espaços, mediante agenciamentos “oficiais”: governamentais, culturais, geográficos, convencionais, escolares, dentre os principais (ORLANDI, 1998).

12 *Política de língua*: investigação da distribuição e significados das línguas nos seus espaços, mediante agenciamentos “extraoficiais”: próprios de sua forma de existência, regulados por efeitos não-normativos (ORLANDI, 1998).

13 *Político*: noção de Guimarães (2002) elaborada a partir das noções de Rancière (1996) de metapolítica, para-política e arquipolítica. Diferentemente do foco social-filosófico ranceriano, Guimarães (idem) traz a ideia de político para a linguística. Pelo político, caracteriza-se a enunciação enquanto acontecimento sempre sujeito à divisão (igual sempre desigual). Quando se afirma, sempre há a reclama do pertencimento dos não-incluídos.

14 *Espaço de enunciação*: “são espaços de funcionamento da língua que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (GUIMARÃES, 2002, p.18).

No que tange à política de língua (a investigação da língua a partir de agenciamentos diversos extraoficiais, e não de suas normas), propomos outra possibilidade ainda para pensar essa política de língua pela via de um deslocamento fundamental e pouco perscrutado: *a relação entre línguas pela perspectiva da transgressão, o avesso das reflexões linguísticas que se pautam na ética*. Vejamos então o que entendemos por ética para clarificar nossa proposta.

Foi Orlandi (1998) quem postulou a articulação entre política linguística e ética. Para a analista, os estudos de política de língua até então se desenvolvem sobre certa ética linguística, que sucintamente se resume em três particularidades: 1) a ética da *unidade* (língua una), utopicamente almejada por governos, administrações e documentos oficiais; 2) a ética da *dominação*, como por exemplo, o inglês enquanto língua *mor* da ciência, e o latim enquanto língua predominante em várias dimensões: língua *mor* da ritualística religiosa (catolicismo), língua *mor* da ficção (evocação de fórmulas oficiais, como em Harry Potter, por exemplo), língua *mor* da área jurídica (de aspecto organizacional); e um outro exemplo ainda seria a partitura enquanto língua *mor* dos registros sonoros; e 3) a ética da *diversidade*, isto é, o “respeito cultural”, enquanto elaboração ilusória de um espaço enunciativo mundial equitativamente distribuído e funcional, bem como uma predominância de enunciados que abafam as lutas e exclusões de línguas menos acessíveis (como o Guarani, que faz parte da tríade de línguas oficiais do Mercosul sem ter efetividade nas negociações, e outras gamas de línguas rejeitadas na funcionalidade, mas existentes na oficialidade).

Diante desses três modos de refletir sobre a política de língua, o que ora propomos – e que ainda não fora contemplado – seria a perspectiva da *transgressão*, própria do ciberespaço: dentre tantos agenciamentos, o funcionamento linguístico no espaço virtual (ou ciberespacial), independente do idioma, é determinado sobremaneira por uma velocidade enunciativa e uma economia de dígitos que configuram um modo de dizer agramatical e audiovisual não previstos em nenhuma arrolação dos engendramentos éticos. Há então uma regularidade anormativa (que prefere a transgressão às normas gramaticais) que funciona no espaço virtual, que chamaremos, como se viu, de linguagem manual.

Estudar a linguagem manual pelo prisma da transgressão é perceber que essa prática de enunciar com as mãos por agenciamentos anormativos não se filia aos estudos éticos de unificação (a linguagem manual não se pretende universalizante), de dominação (a linguagem manual não apresenta funcionamentos de sobreposição), nem de diversidade (a linguagem manual parece ter um lugar marginal – se tiver reconhecimento enquanto língua – no leque das línguas mundiais, documentos, livros didáticos, etc.). Com que parâmetros perscrutar tal funcionamento ciberespacial? Daí decorre a pertinência de uma via de transgressão, como veremos.

A constituição “transgressiva” da linguagem manual se deve ao fato de que o exercício da língua no interior do espaço virtual é fundamentalmente discrepante do exercício da língua no espaço não virtual. E essa discrepância revela uma dupla concepção de linguagem:

- Linguagem oral (própria do espaço enunciativo não virtual):
Regularidade: normatividade gramatical, organicidade sintática, distribuição morfológica e simbologia alfabética. Exemplo: português, inglês, francês, etc.
- Linguagem manual (própria do espaço enunciativo ciberespacial):
Regularidade: anormatividade e agramaticalidade (instigada por um funcionamento que reclama velocidade, e por um novo modo de enunciar, audiovisualmente). Opta-se por enunciações “animadas” e por simbologia não-alfabética – além da alfabética.

É bom que se diga que não estamos traçando uma dicotomia. Identificar dois espaços enunciativos em que a língua funciona atualmente não significa um limite intransponível. Muito pelo contrário, queremos pôr relevo justamente no fenômeno de que temos dois espaços distintos nas suas determinâncias, mas que, cada vez mais, funcionam inseparavelmente, tornando uma separação rigorosa entre real e virtual im procedente. Por isso inserimos a linguagem manual em um viés teórico de “relação” entre línguas.

Ademais, ainda é importante explicar uma noção que nos é cara, a do agenciamento enunciativo, segundo a qual toda língua funciona porque é agenciada por vários fatores, que a põe em funcionamento. Deste modo, ao pensar a linguagem manual a partir do agenciamento enunciativo, é necessário considerar vários fatores que fazem essa língua funcionar e significar. Temos que considerar que enunciar no virtual acarreta um modo de dizer surreal, diferente, antonímico à normatividade tradicional do espaço real, devido a sua deontologia, a seu modo, a sua distribuição e sua organização próprios. Ou seja, rigidez ortográfica ou posicionamentos sintáticos não são exigências para a enunciação virtual informal. Os agenciamentos da linguagem manual são outros, por exemplo, metaplasmos como supressões ou acréscimos, ou transposições como metátese (equívocos, por exemplo, de “feira” para “feria”, de “água” para “auga”), e hipértese (equívoco, por exemplo, de “grã-fina” para “grinfa”), demais transformações e o uso imagético constituem alguns desses agenciamentos que promoverão funcionamentos surreais, não tradicionais.

O ciberespaço, enquanto possibilidade de enunciação, efetiva um modo de dizer considerado anormativo pela disposição linguística gramatical, de forma a (des)(re)configurar o funcionamento linguístico da modernidade.

Uma língua bizarra?

Outras questões didáticas e descritivas se põem, ao abordar o ciberespaço informal linguisticamente: como tratar pedagogicamente, socialmente, ideologicamente e linguisticamente as particularidades avessas, bizarras, “erradas” e anárquicas da língua do ciberespaço? Neste tópico tentaremos clarificar parte dessas questões, uma vez que, não importa sua forma, temos uma língua que funciona como qualquer outra. Antes de uma análise estilístico-apreciativa (não científica), é fundamental uma descrição linguístico-enunciativa (científica).

Partimos do pressuposto que nosso objeto de estudo não está previamente dado, mas é construído a partir de nossos questionamentos. Desta forma, queremos observar a linguagem do ciberespaço asseverando que nosso foco para o atípico é relevante porque permite visualizar o jogo dos falantes ao rejeitarem/aceitarem as enunciações de transgressão das convencionalidades padrões sociais, explicitando que a diferença marca a relação entre línguas tanto na estrutura quanto nas regularidades do dizer.

De certa forma, não há como não dizer que criamos os lugares didático-gramaticais agenciados pela insuportabilidade da dispersão, do diferente e pela mania de organizar o mundo. Esta afirmação não põe de lado os bons trabalhos didático-linguísticos e gramaticais, e também não significa que não haja regularidade no ciberespaço; há, mas é uma regularidade não normativa, e a não normatividade identifica esse neofuncionamento. Um jogo linguístico entre *proibido* versus *lícito*, de certa forma agencia, predispõe e distribui as línguas nos subespaços gramaticais do espaço real, e agramaticais do espaço virtual. Calada na dimensão ética (no espaço real), a enunciação transgressiva efetivará seu eco na dimensão não-ética (no espaço virtual), no formato de uma predisposição simbólica um tanto bizarra, típica de sites informais, no tocante à estética e à regularidade.

O repúdio do espaço real é respeitável no ciberespaço. Portanto, considerar a argúcia da transgressão põe sempre uma divisão: a linguagem ciberespacial – aqui especificamente em chats informais – funciona sem repúdio, produz efeitos, disputa a voz com a normatividade erudita, e muitas vezes ganha essa disputa sem, contudo, ser censurada como o é no espaço não-virtual. O espaço virtual parece ser o lugar de primazia de enunciações do proibido e do diferente. A “sanidade” erudita, inclusive, é repudiada em mecanismos de interação virtuais.

No interior de nossa proposta, é interessante levar em conta também o modo de raciocínio científico sobre o qual se debruça o quadro epistemológico da Linguística. Sua forma de pensar revela que o homem não sabe lidar com o diferente, porque raciocina por dispositivos racionais – por isso, é difícil pensar a não-ética pela ética. Como é o homem que faz ciência, a

ciência nos moldes da razão (e da lógica) se dispôs, erradicando o estranho de si (GADET, PÊCHEUX, 2004). O diferente representa perigo para o mesmo. Erradicado do meio ético-linguístico, esse diferente, silenciado¹⁵, repercutiu nos moldes científicos. Dito de outro modo, temos uma “política do silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 73) onde, ao se dizer algo (de modo diferente), apagamos outros sentidos (de modo tradicional). Uma linguística que prime por uma cientificidade razoável e plausível deve relevar que o funcionamento das línguas é agenciado não apenas pela vigilância dos pressupostos racionais, mas pela transgressão dessa racionalidade. E para apreender um funcionamento que foge à razão, dever-se-á predispor de um aparato teórico que não tenha fundamento na lógica.

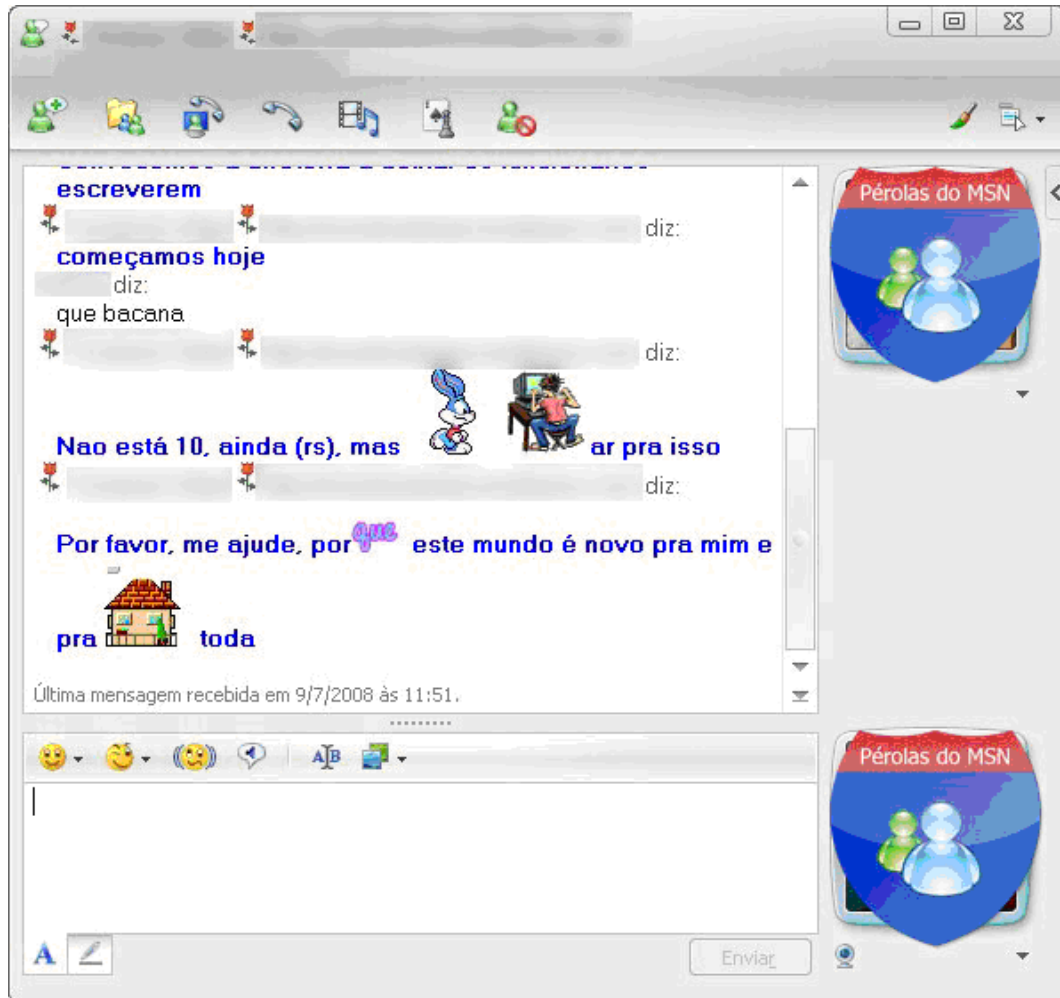
O que queremos marcar neste trabalho é que o modo dizer da dimensão ciberespacial, interdito no espaço enunciativo real, ganhou alforria notória no espaço enunciativo virtual. E ainda mais: nesse espaço *é necessário, funciona e materializa-se enquanto linguagem*.

Esse novo modo de exercício da língua assevera que o não-ético enquanto acontecimento enunciativo virtual significa que a subversividade escapa à domesticação e fascina o homem. O triunfo da informalidade na internet – especificamente nos chats – expõe que nossa época venera a desordem, e traz para o interior da análise a atualização da noção do diferente como determinante enunciativo. O ciberespaço configura-se enquanto espaço enunciativo regulado pelo avesso do espaço real. Enunciar “com as mãos”, em certa medida, é poder configurar nossa interação social numa dupla personalidade: pelo espaço real detemo-nos em lugares possíveis enquanto no espaço virtual é plausível assentar em lugares impossíveis (Como um médico, um advogado, um professor, um juiz, etc. diria tais coisas no espaço real? O que é proibido dizer no real, diz-se no virtual). A possibilidade do enunciadador-flutuante (real ético/virtual não-ético), como veremos, constitui uma válvula de escape: *precisa-se dizer sempre*. Interdito ou não, *a voz sai*. E se a enunciação é proibida pela razão, escapa pela loucura (GADET; PÊCHEUX, 2004). Esse funcionamento dá proeminência linguística e científica para o atípico.

15 A noção de *silêncio* foi desenvolvida por Orlandi (2007, p. 24). De acordo com sua formulação, um dizer sempre silencia outro dizer. Assim, um enunciado X sempre silencia outro enunciado Y. Aqui, os enunciados normativos e gramaticais silenciam os enunciados transgressivos e agramaticais, e vice-versa.

Discussão de um recorte

Elegemos um acontecimento virtual oriundo de uma interação enunciativa via programa de *Messenger* para efetivar uma reflexão no que tangue às particularidades da linguagem manual, sustentando algumas de nossas afirmações anteriores. Nesse recorte (PÉROLAS MSN), concentrar-nos-emos em quatro pontos¹⁶:



1) A constituição do sujeito moderno: A eleição desse instrumento comunicativo no Brasil, cada vez mais popular, é determinada por fatores econômicos (baixo custo, em detrimento ao telefone), pela privacidade (impossibilidade de áudio para terceiros), pela localização (acha-se cada vez mais fácil pessoas on-line

¹⁶ Figura 1 – Pérolas do MSN. Disponível em <<http://perolasdomsn.wordpress.com>>.

que em determinados lugares físicos), fatores profissionais e interacionais (exigências que agenciam o consumo e a sociabilidade). Tais determinâncias estendem-se para outros domínios diversos. O que corrobora a máxima enunciativa moderna de constituir-se como sujeito pela linguagem das mãos. Não é difícil averiguar esses agenciamentos no recorte acima.

2) A agitação entre real e virtual: Os enunciados



em um primeiro olhar, já significam “erro” por recortar um memorável (passado) de *gramaticidade* da língua portuguesa, proveniente do espaço real, por sobre o (presente) de *agramaticidade* da linguagem manual, proveniente do espaço virtual. A agitação mostra então a perspectiva (futuro) da indissociabilidade entre o gramatical e o agramatical: funcionamento da política de línguas moderna. Assim poderíamos propor uma das formas indissociáveis entre as duas dimensões: por uma intervenção sugestivo-interpretativa própria de leituras imagéticas, o elemento imagético animado¹⁷ agramatical “coelho em movimento” reescreve por elipse o sintagma gramatical “foi” (em elipse por não estar explícito o “foi”). Também há re-escrituras por elipse entre os elementos “homem digitando”, que reescreve “trabalh” (sugerido pela vogal temática e desinência “ar”, no final do sintagma verbal), e o elemento imagético-animado “casa”, que reescreve o sintagma nominal elipsado “casa”. Tal percurso inscreve-se no novo panorama da política de língua da atualidade: “[...] as figuras procedem de violações semânticas, visto que há, quase sempre, uma *violação de fronteira* entre animado e inanimado, humano e não-humano, material e não-material, etc.” (YAGUELLO, 1997, p. 147).

É inevitável que o primado da linguagem manual instaure ainda duas orientações simultâneas: o da “livre interação” – ao se pensar pela linguagem manual – e o da “correção” ou “tradução” – ao se pensar pela linguagem oral, aqui no caso o português.

17 Os elementos “coelho”, “homem no computador” e “casa”, estão dispostos em movimento, e não em imagem congelada, o que não foi possível flagrar no recorte acima.

No que tange ao aspecto educacional, somente o segundo tem sido levado em conta (DEMO, 2010). Em outras palavras, está inscrito na política de línguas que o efeito de “errado”, dado pelos deslizos morfossintáticos gramaticais no espaço real passam a ter um efeito de “normalidade” no espaço virtual. Portanto, não cabe aos professores aplicarem recursos de uma dimensão X em uma dimensão Y. O que tem havido na docência é um forjamento de adequação, do manual para o real.

Neste ponto, diríamos que esse acontecimento pauta-se em um enunciador-flutuante enquanto um lugar de normatividade (evidência alfabética) e transgressividade (aparência audiovisual) simultâneos. A flutuância desse Locutor é marcada por ele ser um falante do português, com se vê, e ao mesmo tempo transtornar essa convenção, pela sua formulação. O Locutor-errante (enquanto locutor-cidadão do espaço real), instaurado pelo acontecimento do desliz, no espaço real, passa a ser Locutor-coerente (enquanto locutor-internauta), autorizado pela deontologia do espaço virtual, amparado pelo enunciador-flutuante que prevê a indissociabilidade e simultaneidade entre o gramatical e o agramatical.

3) A consolidação da linguagem manual: vejamos uma (tentativa de)

descrição do enunciado :



The image shows a screenshot of a digital text editor. The text displayed is "Nao está 10. ainda (rs). mas ar pra isso". The word "Nao" is misspelled. There are two icons: a blue rabbit on the left and a person sitting at a desk typing on a computer on the right. The text is in a blue font.

“nao (sem acento) está (numero 10), ainda (imitação onomatopéica: rs), mas (coelho em movimento) (homem digitando em movimento) ar pra isso (falta de ponto final)”.

Duas questões nos instigam: que língua seria essa que aceita sinais visuais, não alfabéticos, no entremeio mesmo dos sinais alfabéticos (como em “homem digitando”+“ar”)? Qual sistema nos levaria a associar “homem digitando” com “trabalh”? Como pensar a política de língua em enunciados como esse? O mais digno de nota é que tal funcionamento flutuante (normativo gramatical + transgressivo agramatical) funciona em concordância. Gera-se um efeito de concordância entre X e não-X. Tais indagações, bem como essa regularidade de X não X, é em si argumento que nos permite asseverar esse tipo de enunciado enquanto linguagem manual: não o português escrito, por rejeitar as regularidades eruditas, tampouco uma forma oral, por ser impossível de oralizar de forma padrão um “coelho em movimento” ou um “homem digitando” – esses dizeres entre aspas são apenas duas de tantas interpretações para as duas imagens. A imagem não é enunciável via oral. Ela é apenas interpretável via oral. O acesso ao espaço virtual pela linguagem manual significa a redistribuição das línguas na era digital. A enunciação do audiovisual é argumento para a solidificação da linguagem manual, com regularidades atípicas.

4) O transtorno da leitura: É insuficiente aplicar a metodologia da linguagem oral à linguagem manual – como muitos professores fazem, comumente. Como ler então? E como ensinar a ler? Falar em unidade sóico-textual de materialidades verbais-não-verbais sincréticas abarcará um novo modo de leitura, prenunciado por Benveniste (2006, p. 18): os homens inventam línguas a cada instante, e cada vez de uma maneira nova. Complementaríamos dizendo que novas formas de línguas conclamam novas formas de leituras. A leitura de enunciados-imagens ainda encontra resistência na atualidade por encontrar convenções padronizadas¹⁸. Isso agencia o leitor a ser tomado pela noção de interpretação, que traz para a análise o fechamento de sentidos pela subjetividade da suposição (o que não significa introspecção de “achismo”).

Diante dessas quatro curtas reflexões, fica claro que a linguagem manual, nosso objeto, pode ser satisfatoriamente perscrutado pela arcabouço teórico aqui utilizado, onde visualiza-se a agitação entre a *evidência* de um modo de conceber a língua enquanto registro alfabético-simbólico completo e exato, que produz efeitos de sentido amparados nas articulações da estrutura, e a *aparência* de um modo de pensar as línguas enquanto registro semialfabético ou não-alfabético, sempre incompleto, vago e inexato, que produz efeitos de sentido pela interpretação. Pela agitação enunciativa vislumbra-se o agenciamento moderno que conjuga a simultaneidade entre o espaço real e virtual, instaurando um sujeito metalizado, constituído por um enunciator flutuante – mecânico e humano inseparáveis devido ao atravessamento sócio-histórico. Distintos enquanto dimensões são inseparáveis enquanto funcionamento.

Considerações finais

Este artigo explicitou a emergência e a urgência de olhares teórico-linguísticos para o ciberespaço, dimensão angular do funcionamento e ensino de línguas na modernidade. Seus resultados são mais descritivos-teóricos porque estes podem nos levar a tirar conclusões no plano didático, plano que não foi central neste texto. A partir da agitação enunciativa, os estudos semânticos são capazes de vislumbrar uma predisposição do dizer em que linguagem oral e linguagem manual instauram o Locutor moderno, concebido pelo entremeio de dois lugares: real e virtual, fundidos em uma única voz flutuante, pelo acontecimento enunciativo que os une. Afinal, “[...] ao se virtualizar o corpo se multiplica” (LÉVY, 1996, p. 33).

18 Tal como trabalham e procuram sistematizar, dentre outros, os grupos *LABOR/UFSCar* (Laboratório de Estudos do Discurso) e *GEADA/UNESP* (Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara).

Ler a linguagem manual significa inferir sobre elementos não alfabéticos, contramão das leituras e didáticas tradicionais difundidas em instituições escolares, aliadas da política linguística. Ainda é escasso no mercado pedagógico materiais de política de línguas. Perpetua-se um olhar obsoleto (DEMO, 2010). E o professor não tem culpa (se é que se pode falar em culpa), porque não há pesquisas suficientes sobre a língua manual que possa vir a tornar-se material de apoio pedagógico. Resta então a incompatibilidade entre uma língua nova e uma metodologia obsoleta. Ainda é claro uma prática enunciativa não legítima, mas tão forte quanto a oficial: a questão da escrita, leitura e ensino em espaços escolares sustenta-se em um enunciador de evidência alfabética, abafando politicamente um funcionamento de um enunciador que lê e escreve pela aparência não-alfabética (cabal no ciberespaço).

Essa averiguação ratifica nosso postulado de que existe uma dinâmica motriz na enunciação agenciada por memoráveis de línguas que chamamos orais, o que não significa que não possam ser escritas, mas são reguladas pela normatividade qualquer de sua sintaxe, morfologia e fonética (português, inglês, francês, etc.), e em correlação, por outro lado, pela linguagem manual, de impossibilidade oral parcial, que se constitui língua enquanto adequada pela efetivação de regularidades “mecânicas” e transgressoras de sintaxe (construções que agredem a sintaxe), morfologia (substituições e abreviações que transgridem a norma morfológica), fonética (fábricas sonoras significativas, como alertas, recortes de vozes famosas, despertadores, imitações, etc.) e visual (imagens congeladas, animadas, caóticas ou nítidas, etc.). A linguagem oral tem finalidade de ser oralizada ou transcrita, ancora-se num enunciador universal ético de sensatez; e a linguagem manual tem finalidade de ser digitada, e ancora-se em um enunciador flutuante não-ético (de linearidade/deslinearidade gramatical), que instiga a atualização da noção de língua e de leitura, e faz repensar o processo didático de línguas. E esse trabalho não é uma proposta persuasiva, senão uma exposição de um funcionamento indesviável, quer se aceite ou não. Por ele se ressignifica o primado dos estudos e ensino sobre línguas ancorados em convenções de normas.

Um trabalho linguístico com esses interesses não só provoca revisões nos estudos semânticos e enunciativos, como também incita revisões educacionais nos estudos tradicionais de línguas, gramaticais, lexicográficos, dicionarísticos e didático-escolares, principalmente, por atentar-se para um objeto subestimado na oficialidade, embora angular na funcionalidade: a linguagem manual.

Referências bibliográficas

- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral II*. Tradução de Eduardo R. J. Guimarães et al. Campinas: Pontes, 2006.
- DEMO, P. *O educador e a prática de pesquisa*. Ribeirão Preto: Alfabeto, 2010.
- DIAS, C. P. *A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV*. Tese de Doutorado, 176p. Defendida em 13 de setembro de 2004. IEL/UNICAMP – Campinas.
- GADET, F., PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- LÉVY, P. *O que é virtual?* Tradução: Paulo Neves. São Paulo: 34, 1996.
- MACHADO, J. C. *Um estudo designativo em fronteiras enunciativas: a corrupção pelo prisma da Semântica Histórica da Enunciação*. Dissertação de Mestrado, 219 p. Defendida em 27 de setembro de 2010. PPGL/UFSCar – São Carlos.
- _____ e SANTOS, J. R. O emo por uma perspectiva discursiva e enunciativa: enunciado, identidade e sujeito. In: MIOTELLO, V. (org.) *Pensares bakhtinianos: escritos impertinentes*. São Carlos: Pedro e João editores, 2010, p. 125-140.
- ORLANDI, E.P. *Ética e Política Linguística*. Campinas: Pontes, 1998.
- _____. *As formas do silêncio*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- PÉROLAS MSN. Disponível em: <<http://perolasdomsn.wordpress.com>>. Acesso em: 30 nov. 2010.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. Tradução de Ângela L. Lopes. São Paulo: 34, 1996.
- YAGUELLO, M. *Alice no país da linguagem*. Tradução: Maria J. Figueiredo. Lisboa: Estampa, 1997.

Amor e morte: a vida urgente de Soledad Rosas

Vera Maria Chalmers¹

O livro do jornalista e escritor, Martín Caparrós, *Amor y Anarquía, La vida urgente de Soledad Rosas- 1974-1998*, publicado em 2003, em Buenos Aires, pela editora Planeta, relata a breve e intensa vida juvenil da portenha Soledad Rosas. O livro, um relato jornalístico mesclado de aspectos ficcionais, fundamenta-se em depoimentos orais de diversas testemunhas da vivência nos limites da marginalidade da jovem Sol e em depoimentos e documentos colhidos pelo autor nos anais do processo judicial, bem como nos arquivos pessoais de Marc Ferrer. Ao dar a palavra, no discurso indireto livre, aos diversos testemunhos, como ao da família, os amigos de escola, os amigos da Praça Las Heras e os ocupantes da Casa do Asilo e de outros meios anarco-individualistas de Turim, a narrativa apresenta uma multiplicidade de vozes narrativas. A qual confere a verossimilhança ao relato biográfico. Além das intervenções do narrador, que às vezes relata na terceira pessoa e assume, assim, uma pretensa imparcialidade, a qual é desmentida pelas interferências dos comentários que pontuam a narrativa da ação, os quais traem a simpatia do autor pela biografada. A fragmentação do discurso, a qual desloca frequentemente o ponto de vista da narrativa, provoca certa indecisão e dispersão, notadamente na narrativa da adolescência de Soledad Rosas em Buenos Aires. Já a narrativa da experiência vivida por ela em Turim, no meio dos *okupas* é mais concisa e densa e apresenta mais unidade, fundamentada talvez nos arquivos de Marc Ferrer. À parte final, volta a Buenos Aires e retoma a construção descosturada e descontínua do início do livro. Ao final, a narrativa termina em suspenso, e os comentários do narrador não julgam a matéria tratada.

O livro de Caparrós ao compor a biografia de Soledad Rosas inscreve-se na tradição da narrativa de processo judiciário, o qual é um gênero recorrente e importante na literatura e na imprensa de cunho anarquista. Talvez, por esse

1 DTL-IEL-Unicamp

motivo, o relato da perseguição, da prisão e do processo em Turim seja a parte construída com mais cuidado pelo jornalista e escritor. A montagem dos fatos feita pela autoridade policial, a repercussão na cidade italiana da figura dos *Lobos Grises* e de sua atuação no Vale de Susa, e a argumentação da acusação, bem como a da defesa, constituem as sequências da narrativa do processo judicial. As manifestações dos *squatters* em apoio aos presos políticos, as ações de protesto dos anarco-punks, a resistência na prisão dos detidos e o suicídio logo depois de Edoardo e de Soledad, instituem o bloco narrativo da resistência anarco-individualista, que se soma à narrativa do processo e compõe um desdobramento da ação do processo judiciário, o qual é uma contribuição para o relato da tradição da literatura e da imprensa anarquistas. A descrição do meio dos ocupantes de casas vazias e de seu modo de vida, o relato do seu cotidiano, aumenta o interesse da biografia e acrescentam um episódio ao cânone tradicional. A vida comunitária da Casa Ocupada do Asilo, regida pela autogestão, é uma experiência libertária urbana original, ainda não retratada em livro, que se diferencia da experiência de comunidades rurais, tais como a da Colônia Cecília, no Brasil monárquico, narrada em livro. A experiência dos *okupas* europeus, que no final da década de noventa do século passado se disseminavam pela Europa, ainda não foi relatada pela ficção em livro. A história de Soledad Rosas traz a vivência anarquista individualista em comunidade de autogestão para o centro de interesse da reportagem de Caparrós. A história dos *okupas* anarco-individualistas e anarco-punks é parte de uma cultura não apenas política, mas de experiência de vida pessoal e comunitária, a qual abrange um âmbito muito mais amplo dos *mores* da juventude do século passado, que se expressava musicalmente através do *rock* e das festas abertas a um grande público irrestrito. Um dos temas fundamentais desta experiência é o *amor-livre* tal como concebido pelos libertários, a livre escolha dos parceiros e a união emancipada das convenções do casamento burguês. Soledad une-se a Andrea, vulgo *Tarzan* na Casa do Asilo. Outro tema da convivência dos *okupas* é o exercício da liberdade individual em sua expressão mais radical, a inexistência de hierarquia nas relações interpessoais e a inconstância da vida em grupo. A associação em grupo é transitória e elegida. Os *okupas* vivem à margem da sociedade de consumo, produzida pela sociedade industrial moderna globalizada e inscrevem-se no âmbito largo da contracultura juvenil.

A montagem do processo contra Soledad Rosas e seus dois companheiros envolvem-nos na trama política dos assim chamados ecoterroristas do grupo, jamais identificados, dos *Lobos Grises*, responsáveis pelos atentados no vale de Susa contra a construção da linha férrea de alta velocidade da TAV. Soledad, em âmbito privado, cuida da horta da casa ocupada, é naturalista e vegetariana, preocupa-se com a natureza, contra as agressões da ganância capitalista e cuida da defesa dos animais. A prática da *yoga* e a alimentação natural são parte da cultura marginal ao pensamento único do mundo globalizado e dizem

respeito ao âmbito largo da contracultura do final do século passado. Os *okupas* de Turim imprimem um conteúdo político-cultural e se interrogam sobre uma prática política a respeito do tema, do que chamamos hoje de defesa do meio ambiente, plataforma política burguesa. No final dos anos noventa, a ação direta é a resposta dos anarco-individualistas à sociedade turinense. A bomba de tinta rosa com um dispositivo detonador, jogada contra o prédio da Municipalidade de Turim, é a única prova concreta em todo o processo-crime contra Soledad Rosas e seus dois companheiros da Casa de Collegno, e rende a Silvano Pelissero, o único sobrevivente do grupo, uma pena de três anos de reclusão. Mas o processo de incriminação a que os submetem até o julgamento é enorme, pesado, condenados *a priori* pela imprensa italiana e pela opinião pública turinense, e acaba em tragédia, com a morte de Edoardo na prisão de La Valette, e de Soledad, na Casa de Sottoiponti, prisão domiciliar de Soledad.

A trama romanesca entre Soledad Rosas e Eduardo Massari, o Baleno, é tecida com os fios da malha da novela policial contemporânea, na qual se enreda o crime político. A atmosfera sufocante do *bas-fond* portenho da novela policial é substituído pela ruidosa alegria do ambiente anarquista dos *okupas*, que vivem à margem do *establishment* turinense. Muito embora, alguma coisa da atmosfera do *lunfardo*, que sombreia a relação adolescente de Soledad e Gabriel Zoppi se projete sobre o casal de Turim. Soledad viveu com Gabriel um romance no qual repercutia uma atmosfera de tango revisitado, do baixo mundo juvenil. Conheceram-se na praça Las Heras, onde se reuniam os jovens rebeldes, drogados e *drop outs*. A relação era tempestuosa e podia às vezes, chegar à agressão física. Soledad apanhava e culpava-se de sua origem pequeno-burguesa diante da inferioridade social de Gabriel, que era dependente químico. Soledad ganhava dinheiro passeando com cachorros, o que lhe rendia o sustento e o vício de Gabriel. A reconstrução do amor bandido de Soledad em Buenos Aires apresenta recursos de ficção e certa filiação à literatura anticanônica. A linguagem é atravessada pela gíria juvenil e por palavrões, o que produz o rebaixamento do coloquialismo portenho. A pretensão literária se percebe nos relatos dos personagens-testemunhas, como Sole Vieja que se permite ler a mente de Soledad Rosas adolescente na tentativa de compreender a relação entre Soledad e Gabriel. Na sua interpretação do comportamento de Soledad aparece o tema da baixa autoestima, que explicaria sua “caída” à margem: Soledad não reconhecia sua imagem de beleza e conformidade. Já aos dezoito anos ela era “outra” jovem, ainda não tinha ideias políticas, mas mergulhava na alteridade. Soledad porém não se vitimiza, o que diferencia a personagem juvenil, recriada pelos narradores-testemunhas e pelo narrador onisciente, da prostituta decaída da novela popular puxada ao ritmo do tango. Soledad não se prostitui e não se rende à sociedade de consumo de Buenos Aires. A novela policial do baixo mundo portenho muda de inflexão no relato híbrido de Caparrós.

Soledad Rosas conheceu Edoardo Massari, apelidado de Baleno, na casa ocupada da via Alesandria, chamada o Asilo, antigo prédio de uma escola infantil. Ela chegou à casa junto com Sole Vieja, sua companheira de viagem, logo no seu desembarque em Turim. Chegou a uma casa ocupada por acaso, não por escolha deliberada. Não tinha qualquer informação sobre o movimento dos *okupas* europeus. A porta estava aberta e elas entraram, sem apresentação alguma. Logo se explicaram e foram recebidas, lhes deram colchões e cobertas para dormir. Ali ficaram a esmo, reconhecendo o lugar e seus moradores. Sem qualquer iniciação política, Soledad foi se encantando com o modo de vida da casa. Não havia rotina nem comando, a individualidade de cada um era respeitada rigorosamente. As refeições improvisavam-se, assim como a limpeza e as atividades de caráter cultural, tais como concertos de *rock*, pichações de muros, redação de manifestos, reuniões de protesto frente à cadeia de Le Valette. Soledad foi se entrosando e conhecendo os moradores. A casa vivia em constante movimento de entra e sai de pessoas, as mais diferentes, entre anarcos, *punks*, *okupas* de outras casas, em festas que reuniam os jovens em estado de rebeldia, em constante instabilidade. Os três meses do visto de turista iam se esgotando, e Soledad não pretendia voltar à Argentina. Neste meio tempo conheceu e namorou Andrea, praticava pequenos furtos no mercado para alimentarem-se, pois a norma da casa era eliminar o dinheiro nas relações interpessoais, como forma de resistência à sociedade de consumo. O casal se dividia sobre a questão do roubo. “A propriedade é um roubo”, já dizia Proudhon, mas Andrea não gostava da ação direta de Soledad. A relação deteriorou-se, e o casal se separou. As discussões destes seguidores de Stirner aconteciam com frequência, debatiam suas ideias e bastava, na votação de alguma proposta, apenas um voto contra para invalidar um projeto de ação coletivo.

De acordo com Skizzo, apelido de Mario Frisetti, mentor dos *okupas* europeus anteriores aos “anos de chumbo” da repressão política na Itália, as palavras de ordem dos *squatters* eram liberdade e alegria. As ações dos grupos eram diversificadas e não massivas e tinham muito do irrisório dadaísta, publicavam uma revista intitulada *Selavi*, segundo o cognome *Rose Selavie* de Marcel Duchamp. A ironia estava sempre presente em suas manifestações de caráter político-cultural. As formas de combate não copiavam o anarco-sindicalismo, mas a violência podia estar presente em suas ações de rua. O movimento era essencialmente urbano e nem tão pacífico. Mas o cômico pode ter esta capacidade de inverter as relações de hierarquia e poder, como nos ensina Bakhtine. Ao retomar, nos anos noventa, o movimento dos *okupas*, os anarco-individualistas, os *punks* e os *squatters*, que se aproximavam dos remanescentes do movimento *hippie*, punham novamente em ação certa carnavalização da ação política. Mas no interior da cultura jovem, os anarco-*punks* afirmavam sua diferença quanto ao movimento *hippie* pelo comprometimento com ideias de caráter político individualista. Mas o surgimento de uma cultura jovem nos anos

sessenta resulta da luta contra a guerra do Vietnam. A origem do movimento dos *squatters* é, portanto, política. Mas a crítica que a eles faziam os anarco-individualistas era a de criarem para si uma utopia à parte, um “jardim fechado” imune à sociedade industrial moderna. Em Turim, apesar das desocupações feitas pela polícia, o governo de centro-esquerda tolerava, até certo ponto, a incômoda vizinhança dos *okupas*, numa sociedade fechada e tradicional. Porém, sede da Fiat, e afeita à luta sindical dos trabalhadores da indústria italiana, de longa tradição de combate. Os anarco-individualistas de Turim jamais abraçaram a causa dos sindicalistas comunistas ou anarquistas. Eles faziam ações frente às prisões a favor dos presos, mas não distinguiam entre os prisioneiros comuns e os políticos. Sua luta era pela liberdade do indivíduo contra o cerceamento da sua livre expressão pela sociedade de massa.

A “*Bella Vita*”, como a chamavam os *okupas* italianos, pregava a gratuidade como prática cotidiana de vida. A sua atividade opunha-se à concepção capitalista da acumulação do dinheiro, à qual contrapunham uma noção antropológica de cultura, da posse contra a propriedade. O ideário anarco-individualista admitia o prazer na vida cotidiana. Soledad busca o prazer na sua convivência com o grupo anarco do Asilo. Mas a eleição dos seus parceiros, na narrativa de Caparrós, parece guiar-se menos pelo prazer sexual que pela atração por tipos que se destacavam por sua singularidade. Como o taciturno Andrea, seu companheiro dos primeiros tempos, cujo recolhimento sobressaía em meio ao alvoreço do Asilo; ou, tempos depois, na Casa de Collegno a radicalidade de Baleno nas reuniões, nas quais se debatiam as questões da comunidade da Casa Ocupada ou da ação externa. Depois da ruptura com Andrea, Soledad aproxima-se cada vez mais de Edoardo, o Baleno, e vai “endurecendo” nas suas posições, de acordo com o testemunho de alguns antigos companheiros do Asilo, recolhido pelo narrador. Ao mesmo tempo em que sua relação com Baleno se estreita, o seu visto de turista vence e é preciso fazer alguma coisa a respeito. Decide-se então pelo casamento, para obter a residência, com um outro companheiro, Luca Bruno, em vez de Baleno, para não misturar interesse matrimonial à relação de amor livre. O casamento, em 26 de fevereiro, é uma farsa e é celebrado como uma comédia frente à autoridade do cartório civil. Os dois casais, Luca Bruno e sua companheira Ita, e Soledad e Baleno, divertem-se com a troca farsesca de casais.

Soledad mudara-se do Asilo, em princípios de outubro, para uma casa desocupada recentemente por um grupo anarco. Neste momento, já se esboçava uma crítica entre os anarquistas de Turim a respeito da ocupação como uma ação consentida e, portanto, de certo modo, desacreditada como forma de luta. Ao decidir permanecer na Itália, a mudança parece ser um novo começo de vida para Soledad. Ela deixa o Asilo para instalar-se na Casa de Collegno com uma amiga. A nova Casa, no entanto, prenuncia uma fatalidade para Soledad. A Casa Ocupada havia sido a morgue do manicômio de Collegno. A

sala dos mortos era uma câmara fria, onde se guardavam os corpos dos mortos. Soledad impunha-se a tarefa de transformar o lugar sinistro numa casa habitável. Apesar dos esforços, a casa não atraía outros ocupantes, tornou-se apenas um lugar de passagem, onde as pessoas não permaneciam. Havia uma atmosfera lúgubre no lugar, apesar das transformações que Soledad e depois Baleno e Silvano empreendiam: biblioteca, sala de concertos, sala de som e vídeo. A casa era muito vigiada pela polícia local, por ser afastada do centro de Turim. Em janeiro e fevereiro tratavam de viver o cotidiano de uma Casa Ocupada, abasteciam-se de graça no Mercado Porta Palazzo, local de reunião de desocupados, *drop outs*, *freaks*, anarcos e punks. Quando Soledad e Edoardo formaram um casal, a vida em comunidade se transformou. O casal seguia uma rigorosa dieta vegetariana e na sua busca de purificação faziam greve de silêncio entre si, para experimentar outras formas de comunicação, além da palavra. Neste meio tempo, Silvano começou a sentir que eram muito vigiados ou, pior, seguidos. Silvano e Edoardo eram mais velhos que Soledad e já tinham uma vida de militância, pela qual já tinham sido presos. Começa para Soledad uma expiação ainda não pressentida pela sua ânsia de liberdade anticonvencional.

Baleno promete a Soledad um presente pelo Dia dos Namorados, estourar um caixa automático. A partir desse momento esta passa a ser uma história policial, afirma o narrador. Estes dias de fevereiro, no carro de Edoardo, os planos mirabolantes faziam-se e se desfaziam, mas não chegavam a concretizar-se, era uma espécie de jogo amoroso entre o casal. Às vezes, Silvano contribuía com a fanfarronice, mas não sabiam que havia uma escuta instalada no Volkswagen de Edoardo. A investigação sobre o Vale de Susa já começara e montava-se uma implicação dos *okupas* de Collegno com as ações dos *Lobos Grises*. A parafernália de escuta e vigilância e o contingente mobilizado eram enormes para os indícios apresentados pelos *okupas* canastrões: os diálogos gravados e a vida cotidiana fora das normas convencionais. Os diálogos em discurso direto parecem ser, nas palavras do narrador, a reprodução da escuta dos arquivos policiais. Até que Edoardo se inspirou, teve a ideia de produzir um explosivo que espalhasse uma tinta vermelha, desde que não fizesse mal a ninguém completou Soledad. A transcrição da gravação continua, com interrupções, até que Soledad parece aplaudir a explosão. Os investigadores imediatamente rumam para a esquina de Cavalli com via Casalis e constataam uma mancha de tinta vermelha na parede do prédio ali situado, mas não efetuam prisão. Quatro noites depois, os três companheiros seguiam discutindo sobre seu artefato a cores. As discussões na Casa de Collegno continuam acaloradas e verborrágicas, apesar da suspeita de escuta. Mas nenhuma ação resulta dessa escuta, apesar da vigilância. O narrador se pergunta sobre a razão de tamanha mobilização policial, diante de tão pouca evidência. Talvez a constituição de provas num processo criminal.

Naquela manhã Soledad foi encaminhada para o parlatório da prisão, onde a esperava Luca Bruno para dar-lhe a notícia da morte de Baleno. A reação de Soledad foi de extremo desamparo e desespero, ela gritava pelo abandono de Edoardo, deixando-a sozinha e não compreendia seu gesto. Depois pediu para ver o corpo e acompanhar o funeral. Deixaram-na ver o corpo, mas foi impedida de acompanhar o funeral. Mas na saída do Instituto de Medicina Legal, escoltada por policiais, fez para a imprensa o gesto obsceno de *fuck you*, que repercutiu no mundo inteiro. Era um gesto de amor e enfrentamento, fê-lo pelo seu homem. A sua história de amor de apenas dois meses era intensa, e a correspondência entre o casal na prisão é o ponto de epifania dessa história de paixão; o ponto alto de onde se descortina toda a narrativa revelando toda sua significação. A correspondência amorosa entre os jovens anarco, enxertada na narrativa dos acontecimentos do Vale de Susa, ressignifica um gênero epistolário tradicional, do ponto de vista da modernidade. A paixão amorosa de Soledad envolve profundamente o comprometimento com a ideia da liberdade, exercida na sua plenitude, na relação entre o par amoroso encarcerado na mesma prisão, privados da liberdade de se verem, trancafiados em solitárias. Soledad passa a ser vigiada dia e noite para impedi-la de repetir o gesto extremo de Edoardo. Neste meio tempo a rádio Blackout convocava os anarco para uma passeata, que reunia anarquistas e comunistas de Turim. Através de toda a Itália houve manifestações. O comunicado da Federação Anarquista italiana dizia: “Edoardo foi vítima de uma das piores prepotências: foi privado da liberdade e preferiu a morte”. Mas pairava no meio anarquista a tese do assassinato na prisão, havia dúvidas quanto ao suicídio de Edoardo. No domingo, 29, Soledad e Silvano iniciaram a greve de fome. A fome era a forma de resistência possível, contra o sistema carcerário e por sua liberdade, ação que punha em risco suas vidas, em homenagem ao companheiro morto. O funeral em Brosso Canavese, povoado natal de Edoardo atraiu uma multidão de manifestantes de toda parte. Os jornalistas presentes foram rechaçados pelos manifestantes, por sua conivência com as autoridades turinenses.

A repercussão da morte de Edoardo preocupava as autoridades. Romano Prodi, Presidente do Conselho, se dizia muito preocupado com os incidentes de Turim. Afinal, diante de um morto, o advogado Zancan, contratado pela família, conseguiu o relaxamento da prisão preventiva de Soledad. Encaminharam-na, em abril, para a comunidade de Sottoiponti, em Benevaggena, criação de Enrico de Simone, um turinense amigo dos anarquistas e soropositivo. A comunidade funcionava com autogestão e abrigava viciados para reabilitação. No momento em que Soledad chegou à casa, havia apenas uma menina em reabilitação. Depois ficou só com de Simone. A notícia da liberação de Soledad correu pelo meio anarco-*punk* e, logo, a casa encheu-se de visitantes, que vinham prestar solidariedade. Soledad tornara-se uma figura pública, as cartas que escrevia e o que dizia nas discussões da casa tinham repercussão no meio

anarquista e *squatter* e fora dele. Soledad lia muito em seu exílio em Sottoiponti e, sobretudo, refletia muito. Tinha muita clareza a respeito do infundado da acusação e dos motivos políticos que a sustentavam. Tratava de não pensar que a morte de Edoardo tinha sido o preço de sua liberação, mas, acima de tudo, não queria martirizar-se como conduta política. A irmã, Gabriela, vem visitá-la, e as duas discutem a respeito da contratação de um advogado, Ugo Pruzzo, para propor sua extradição para a Argentina. Mas Soledad opõe-se a abandonar seus companheiros e mantém correspondência com Silvano, que procura animá-la. A vida na casa de campo é solitária e Soledad muitas vezes deprime-se com a ausência dos amigos. Porém a peregrinação a Sottoiponti torna-se mais frequente e mais numerosa, até estrangeiros vêm procurá-la. Muitas vezes ela pensou em fugir, mas a casa era vigiada, a fuga teria de ser bem planejada. Então ela procura buscar prazer na vida do campo, cuidar da horta e da criação. A irmã volta para Buenos Aires. Em fins de junho, Silvano mostra-se preocupado com seu isolamento e abatimento. O advogado Novaro percebe seu alheamento e pensa em voltar para conversar com ela sobre sua condição, mas não imaginava que a situação fosse tão dramática para ela, que sofria a perda de Edoardo. Assim, num dia de visita animado ela se retira para seu quarto e escreve em seu caderno, a Agenda Negra, que de Simone lhe havia presenteado na tentativa de recompor sua relação com Soledad. Em 10 de julho, uma sexta-feira, militantes anti-TAV vão visitar a ela e a outros amigos do Asilo. Foi uma visita animada, conversaram e ouviram música. Depois das duas da madrugada, ela declarou que estava muito cansada e que ia deitar-se. Os amigos ficaram embaixo conversando. Ibrahim foi ao banheiro e encontrou a porta aberta. Bateu na porta e esperou que alguém abrisse. Então viu uma sombra que não se movia. Encontrou o corpo de Soledad enforcado nos lençóis. Ela estava de joelhos e deve ter se esforçado para conseguir seu intento, sua morte foi lenta e deliberada. Ela deixou uma nota dizendo que esperou um momento em que estava bem com seus amigos para ir-se, de acordo com o depoimento de Ibrahim. Dizia ainda que não suportava a ausência de Baleno. Os amigos esconderam a carta, para que a polícia não a descobrisse e fizesse uso político dela.

Em Turim ao meio-dia, a rádio Blackout comunicou a morte de Soledad. Os companheiros chegaram a Sottoiponti para a despedida. Luca Bruno pode vê-la. A notícia repercutiu em Turim com um banho de medo, as autoridades temeram a reação dos *okupas*. O mercado de Balon, lugar de reunião dos *okupas*, *punks*, *squatters* e desocupados de todos os tipos, estava cheio e planejava-se uma reação: houve correrias, vidraças quebradas e uma barricada na Piazza Castello. No dia seguinte, os jornais publicavam as refregas dos anarcos com a polícia e noticiavam a morte da “pequena Passionara”. Estava criado o mito, que repercutiu na Argentina dos anos noventa, com componente unânime: Soledad fez-se anarquista por amor. A respeito da morte de Soledad também pairaram dúvidas sobre um possível assassinato. Mas a família acabou por acei-

tar a ideia do suicídio. A morte de Soledad deve ser tratada como um fato privado, mas o conteúdo político de seu suicídio não pode ser descartado. Para um individualista, a privação da liberdade é um fardo insuportável, do qual a morte pode ser uma libertação. A vida urgente de Soledad Rosas não podia esperar o tempo da burocracia do Estado, o resultado do julgamento, cujo desfecho não parecia favorável, e os anos de confinamento numa prisão. A paixão amorosa não podia sofrer a perda do companheiro amado. Ao morrer, Soledad tinha vinte e três anos, sua vida foi breve e intensa. A paixão política ensinou-a a compreender em profundidade o sentido da palavra liberdade. Foi cremada no Cemitério Monumental de Turim, escoltada pela polícia e cercada pelos companheiros. As cinzas foram espalhadas no sítio da família, em Villa Rosa, nas cercanias de Buenos Aires. No epílogo do livro, o narrador recolhe os depoimentos dos personagens desta história sobre o significado da morte de Soledad para o movimento anarco. As opiniões divergem, mas permanece o *pathos* da tragédia individual de Soledad e a memória de sua breve passagem pelo movimento anarco italiano, embora os companheiros não cultivassem a sua imortalização como adolescente, sua morte como martírio. Os depoimentos dos companheiros e da família sobre o suicídio de Soledad e sobre a carta-testamento são contraditórios e produzem na narrativa a caracterização de uma personalidade controvertida, para a qual o narrador não faz questão de dar uma explicação coerente. O livro deixa as questões em suspenso constituindo uma obra aberta à interpretação dos leitores.

Referências bibliográficas

CAPARRÓS, Martín. *Amor y Anarquía: La vida urgente de Soledad Rosas- 1974-1998*. Buenos Aires: Planeta, 2003.



Resenhas

The background features a dynamic composition of flowing, organic shapes in shades of orange, red, and yellow. A dark, textured, almost woven pattern is visible in the lower-left quadrant, contrasting with the smoother, more fluid colors elsewhere.



CORDIVIOLA, Alfredo. *O Império dos Antagonismos. Escrita e imagens no ocaso da dominação espanhola na América*. Recife: Ed. Universitária EDUFPE, 2010.

Laura Janina Hosiasson

Como já apontara Irving Leonard em 1959, os séculos XVII e XVIII permanecem numa espécie de descanso noturno entre duas extenuantes jornadas da história hispano-americana: o descobrimento e as independências. Há pouco mais de uma década, a situação de desinteresse e a falta de conhecimento mais profundo e minucioso sobre o período continuava sendo a tônica dos estudos coloniais. Brilhavam, solitárias e excêntricas, algumas estrelas como as de Carlos de Sigüenza y Góngora e da esplêndida Sor Juana Inés de la Cruz, mas ao redor deles se desenhava horizonte achatado e uniforme de uma civilização ainda em fase de construção que tramitava tentativas de uma emulação infrutuosa, sempre deficiente, da metrópole espanhola. Esse desconhecimento e desinteresse foram ainda mais graves com relação ao século XVIII, então definido como a preparação do espírito nacional e independentista, feito uma linha reta. É interessante lembrar trabalhos como o de Anthony Higgins na *Revista de Estudios Hispánicos*, n. 35 (2001) em que se refuta a tese de que o poder colonial se encontrava exclusivamente em mãos dos espanhóis. Na segunda metade do século XVIII havia ‘*criollos*’ (espanhóis nascidos na América), mestiços e indígenas, que ocupavam cargos de poder e ostentavam fortunas suficientes para promover e justificar as lutas de independência da metrópole. A equação dos movimentos independentistas fincados na luta de oprimidos contra opressores é um dos equívocos do desconhecimento a respeito dos fluxos e refluxos particulares que constituem as dinâmicas do período.

O império dos Antagonismos é um livro de referência obrigatória para todo aquele que se interessar por um novo olhar sobre esse século XVIII hispano-americano. Lançando mão de uma prosa inteligente, bem escrita e salpicada de ricas reflexões gerais, o texto vai relacionando argutamente os prolongamentos de passado e presente e apresenta uma estrutura geral que poderíamos pensar em forma de leque. Isto é, o século XVIII vai sendo “penetrado” através de textos de índole muito heterogênea que mostram, na perspectiva de seus diversos pontos de vista, a complexidade interna de cada sociedade hispano-americana

às vésperas da Independência. A partir de um vasto *corpus* de documentos jurídicos, jornalísticos, religiosos (destaca-se aí o belo ensaio de Catalina de Jesús Herrera, freira equatoriana que se contrapõe e dá continuidade ao discurso de Teresa de Ávila) escritos por espanhóis, *criollos*, jesuítas no exílio e indígenas, Alfredo Cordiviola articula uma leitura dialética das múltiplas vertentes ideológicas, sociais, raciais e religiosas que se interpenetravam ao longo desse que seria o século antecipador dos movimentos independentistas e das formações nacionais de começos do século XIX. Aqui, graças a uma chave de leitura que o autor define como o antagonismo, podemos começar a perceber que rios levaram a essas transformações, os quais longe de fluir em leitos unívocos, convergindo num mesmo oceano, eram formados por afluentes, correntezas, desníveis e desvios de rumo capazes de tornar evidentes as muitas e contraditórias formas que a emancipação adotou na região.

O estudo de Cordiviola trabalha o tempo todo com a ideia de que a história se movimenta por um sistema de avanços e recuos que desenham uma paisagem sempre conflitiva de “energias anacrônicas liberadas pela colisão de tempos”. Paisagem a partir da qual podemos entender melhor os processos que caracterizam o embate constante entre atraso e progresso na realidade hispano-americana.

Como já se anuncia no subtítulo, para além dos textos, a leitura se debruça sobre imagens e começa pela descrição de uma lâmina que o autor trabalha como emblema de suas hipóteses: dois guerreiros indígenas numa luta de lanças. A cristalização pictórica de suas forças em pugna permanecerá no horizonte de todo o trabalho como espinha dorsal de sentido. Num movimento circular, o livro irá se fechar também com outras duas imagens, acareadas e enfrentadas entre si para completar a ideia de conflito permanente que passa todas as páginas do ensaio.

O percurso da leitura é traçado a partir de eixos teóricos explicitamente assumidos que mostram uma evidente postura política diante das opções da historiografia colonial na atualidade. São mencionados alguns dos expoentes das chamadas teorias pós-coloniais, Mignolo, Quijano, Dussel e Castro-Gomez, “entre outros”. Mas o desenvolvimento das leituras assim como a argúcia com que Cordiviola vai tecendo suas análises não cai na simples confirmação de hipóteses teórico-políticas, o que nos parece mais um ponto importante a seu favor, já que sabemos como essas tendências vão se inscrevendo elas também num curso temporal inevitável que as torna eventualmente superadas. Na verdade, a biblioteca do autor é bem mais ampla e universal, o que, sem cair no eruditismo e lançando mão a cada passo de ferramentas heterogêneas, lhe permite realizar conexões originais e enriquecedoras entre múltiplas pistas e portas de entrada desse universo contraditório, repleto de “fraturas e incongruências” que foi o da ilustração da sociedade colonial setecentista.

Fica, à maneira de coda, uma pergunta no ar. Ela já foi formulada por Sara Castro-Klaren em um pequeno ensaio, “In dialogue: A conversation on Colonial Studies Today” publicado na *Revista de Estudios Hispánicos*, n. 36 (2002). Os estudos coloniais em sua fase renovadora, a partir dos anos noventa, aplaudiram e promoveram a multiplicidade de enfoques e de disciplinas envolvidas na mesma causa de desvendamento dos conflitos do passado. Alfredo Cordiviola faz um engenhoso uso dessa pluralidade de métodos e enfoques. Ora, a pergunta que surge nesta leitura é como pensar a interseção da metodologia literária dentro da historiográfica? Onde são elas compatíveis e onde seus pressupostos epistemológicos se afastam numa disjunção contraditória? Levantar essa questão pode servir para repensar e assumir mais produtivamente a prática cada dia mais corrente das duas disciplinas em trabalho conjunto.



MACCIUCI, Raquel; POCHAT, María Teresa (Dir.); ENNIS, Juan Antonio (Coord.). *Entre la memoria propia y la ajena. Tendencias y debates en la narrativa española actual*. 1. ed. La Plata: Ediciones del lado de acá, 2010 (ISBN 987-25714-1-2).

Silvia Cárcamo¹

Hace ya más de una década, el crítico alemán Andreas Huyssen advertía el interés creciente que hacia los años ochenta del siglo pasado había comenzado a suscitar el tema de la memoria. Si desde las primeras décadas del siglo XX, con los entusiasmos por vanguardias y utopías, había sido notable el privilegio concedido al tiempo futuro, en las últimas décadas de ese siglo, por el contrario, se produjo el desplazamiento por el cual el tiempo pasado y la memoria pasaron a ocupar un lugar central.

Entre la memoria propia y la ajena. Tendencias y debates en la narrativa española actual se hace cargo de esa centralidad de la memoria en la literatura española actual. Se hace cargo, igualmente, de la necesidad de interrogar a esa ficción por el prisma de la memoria desde las categorías del pensamiento crítico contemporáneo. La obra moviliza un actualizadísimo, bien asimilado y consistente aparato crítico, en el que figuran los nombres de Paul Ricoeur, Pierre Nora, Maurice Halbwachs y Jacques Derrida, entre otros. Ese aparato crítico permite incursionar en la narrativa de ficción que, dialogando con la historia y con otros discursos sociales, imbricando cuestiones estéticas y éticas, asumió el trauma de la Guerra Civil y del penoso y largo período franquista.

La publicación representa el resultado del trabajo emprendido a partir de proyectos de investigación en torno a la memoria. Bajo la dirección de Raquel Macciuci, actual catedrática de Literatura Española Contemporánea en la

1 Doctora en Letras Neolatinas. *Faculdade de Letras* (UFRJ). silviacarcamo@globob.com

Universidad Nacional de La Plata, y de María Teresa Pochat, profesora vinculada al Instituto de Literatura y Filología Hispánicas “Dr. Amado Alonso” de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, el proyecto titulado “Memoria histórica y representación del pasado reciente en la narrativa española contemporánea” congrega a un grupo de investigadores al que pertenecen Adriana Virginia Bonatto, María de los Ángeles Contreras, Natalia Corbellini, Juan A. Ennis, Federico Gerhardt, Lea Evelyn Hafter, Mónica Musci y Mariela P. Sánchez. Raquel Macciuci y Juan A. Ennis, profesor también de la Universidad Nacional de la Patagonia Austral, comparten la dirección de otro proyecto denominado “La irrupción de la memoria: la figura del aparecido y la elaboración del acontecimiento traumático en la narrativa española contemporánea”. La presencia en el libro de los nombres de Francisco Espinosa Maestre y Javier Lluch Prats debe ser interpretada como la evidencia del fructífero diálogo que el grupo de La Plata sostiene con investigadores españoles interesados en llevar a la academia las problemáticas de la memoria.

Los textos “La memoria traumática en la novela del siglo XXI. Esbozo de un itinerario” y “El concepto de generación en la construcción de la novela española contemporánea”, escritos respectivamente por Raquel Macciuci y Javier Lluch-Prats, plantean cuestiones que se sitúan en el ámbito de los dilemas de la historiografía literaria. Por un lado, Raquel propone una cronología que tiene en cuenta las modulaciones en el tratamiento de la memoria desde el período de la transición. La autora razona que solo a partir de la tímida abertura de fines de los sesenta se puede hablar propiamente de memoria en la literatura, puesto que hasta ese momento era concebible únicamente la crítica del presente. Es la democratización la que posibilita la distancia necesaria para que se instaure la voluntad de la memoria. “Crónica sentimental de España” de Manuel Vázquez Montalbán, y “San Camilo, 1936”, de Camilo José Cela, serían las obras fundamentales de 1969 para el desarrollo posterior de la literatura de los ochenta y noventa en lo que concierne a la memoria y las evaluaciones del pasado inmediato. Vázquez Montalbán apeló sin prejuicios a la memoria depositada en la cultura popular, mientras Cela, por su parte, inauguró la visión de la guerra como un hecho complejo en el que se mezclaron la culpa y la inocencia.

Javier Lluch-Prats discute la conveniencia de la noción de “generación”, remontándose al papel que ésta cumplió en la historiografía literaria española, desde las ya lejanas discusiones de José Ortega y Gasset y Julián Marías. Reconociendo la necesidad de actualizar el uso de la noción, recuerda que ésta continúa siendo indispensable si pensamos que la memoria, aunque sea de un individuo, trasciende siempre la experiencia individual y remite a experiencias colectivas vividas en un medio social, geográfica y temporalmente delimitado.

Los estudios de Adriana Bonatto (“El problema del género en la narrativa sobre la Guerra Civil y el franquismo. Un análisis de La Plaza de diamante”, de

Mercé Rodoreda, “La hora violeta”, de Montserrat Roig y “Luna lunera”, de Rosa Regás) y de María de los Ángeles Contreras (“Contar la vida. La construcción de una memoria posible en la trilogía de Josefina Aldecoa”) se orientan hacia la indagación de las mujeres que recuerdan desde sus subjetividades femeninas. Vale la pena resaltar que esos estudios toman distancia respecto a las visiones esencialistas y ahistóricas de la mujer. Cuando Adriana Bonatto postula coincidencias entre los abordajes de la “microhistoria” y el modo de narrar femenino, está reafirmando que la literatura de mujeres que inventan personajes femeninos no permaneció inmune a las nuevas visiones de narrar la Historia. La inclusión como objeto de análisis de la ficción de Josefina Aldecoa, una escritora que para cierta historiografía quedó congelada en la “generación del cincuenta”, indica la necesidad de superar las cronologías rígidas que impiden capturar los dinamismos de la obra de autores que entraron en sintonía con las nuevas sensibilidades.

En “Los modos de la memoria: las fotos en ‘El Jinete Polaco’ de Antonio Muñoz Molina”, Natalia Corbellini se detiene en el papel de la imagen como disparador de la “memoria imaginativa” de los personajes. Más allá de la ficción, pero gracias a ella, Muñoz Molina no elude su compromiso como intelectual, por lo que la investigadora le asigna el lugar del “*homo agens*”, aquel que tiene una voz influyente que resuena en la esfera pública.

Otro de los estudios que, como el que acabamos de referenciar, se concentra en una novela es el de Juan Antonio Ennis, titulado “El idioma de la herida: la lengua del vencido y la escena del perdón en ‘Los girasoles ciegos’, de Alberto Méndez”. Apoyándose en las reflexiones de Derrida, el autor del texto explica la razón de las dificultades de plantear el perdón en el horizonte de un sistema de absoluto autoritarismo como fue el que instauraron los vencedores de la Guerra Civil.

La investigación emprendida por Federico Gerhardt lo instala en el corazón de las polémicas generadas desde la publicación de “Soldados de Salamina” (2000), una de las novelas más controvertidas de las últimas décadas. Realizando un fino trabajo de rastreos intertextuales y bibliográficos, el investigador dialoga con la crítica de esa novela. Si dicha crítica había notado en “Soldados de Salamina”, por un lado, la sentimentalidad de la novela, y por otro, la atenuación de las diferencias éticas entre los lados encontrados de la Guerra Civil, Federico Gerhardt apuesta a ver el modo en que ambos aspectos se alimentan y terminan reforzando la distinción entre moral y política, algo que sería consustancial a la propuesta ideológica de Cercas.

Otro de los novelistas que merecen especial interés en *Entre la memoria propia y la ajena. Tendencias y debates en la narrativa española actual* es Isaac Rosa, cuya obra de ficción es objeto de análisis en “La literatura de Isaac Rosa: nuevas miradas, nuevas preguntas (sobre el pasado reciente)”, de Evelyn Hafter

y en “El pasado sin red. Poética y moral de la memoria en ‘El vano ayer’, de Isaac Rosa”, de Raquel Macciuci. En el estudio de Evelyn se plantea cómo la figura del lector que domina saberes académicos y que interfiere en “Otra maldita novela sobre la guerra civil!” (2007) trae al interior de la ficción la problemática de la saturación y del abuso de los discursos de la memoria, lo que nos acerca a una de las polémicas de la actualidad. Raquel Macciuci advierte en los juegos del lenguaje de la ficción de Rosa esa resistencia a la naturalización del discurso que lo aleja del realismo, lo que no significa que el escritor rechace sin más la comunicabilidad de la literatura. La figura del desaparecido es también objeto de análisis por parte de Raquel y abordarlo no nos parece un hecho casual cuando consideramos la intención que subyace en *Entre la memoria propia y la ajena. Tendencias y debates en la narrativa española actual*.

En la mayoría de los estudios que componen el libro se expresa la conciencia de que la novela es una de las narrativas posibles de nuestra época, en diálogo con otras cada vez más presentes en nuestra sociedad de los medios. Es por ello que el trabajo de “El urgente legado. Presencias de la historia oral en la narrativa y el cine documental de España”, de Néstor Bórquez y Juan Antonio Ennis se hace fundamental al detenerse en el documental como uno de los géneros decisivos que se han valido de la memoria.

Creemos que es significativo que el libro incluya como los últimos textos “Abrir las fosas para enterrar a los muertos. Las crónicas periodísticas sobre la apertura de las fosas comunes en España: de Priaranza a Alfacar”, de Mónica Musci, y “Sobre el concepto de desaparecido”, del historiador Francisco Espinosa Maestre. Salimos de la literatura, de la ficción pero continuamos en la memoria, ahora por territorios que son los de la justicia, la reparación, la ética y los derechos humanos. Sin duda tenemos en cuenta que el lugar de la enunciación no es nunca insignificante. No ignoramos la evidencia de que esas reflexiones sobre la memoria en la literatura española propuestas por *Entre la memoria propia y la ajena. Tendencias y debates en la narrativa española actual* fueron pensadas desde Argentina, donde en los últimos años se hicieron sentir los efectos de las acciones del Estado impulsando una política de la memoria.

Nos gustaría comentar, por último la decisión, acertada para nosotros, de no presentar la bibliografía de cada uno de los textos. Al proponer una única bibliografía subdividida en “Obras de ficción” (con la mención de más de noventa obras), “Obras fílmicas” (con el registro de más de veinte películas) y, por último, varias páginas de referencias críticas, se reafirma la unidad de la obra. Sin duda, la publicación de esta obra representa un aporte fundamental a los estudios de la narrativa española contemporánea.

**AGUILERA JIMÉNEZ, Domingo; RODRIGUES,
José María. Diccionario Trilingüe del Mercosur:
guaraní-español-portugués y español-guaraní-
portugués. Asunción: Colección Oro, 2011.
545 p. v. 1.**

Maria Luisa Ortiz Alvarez¹

A obra que resenhamos aqui passa a integrar a produção lexicográfica do nosso continente. Além de ser relevante para a área e para a sociedade, ela mostra a realidade sociocultural de nossas línguas – culturas; espanhola, portuguesa e guarani, que, aliás, são as línguas oficiais do Mercosul - Mercado Comum do Cone Sul, do qual participam quatro Estados partes; a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, junto com a Bolívia e o Chile que assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção com vistas a partilhar valores presentes em suas sociedades democráticas, pluralistas, defensoras das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, e, ainda, com o compromisso de consolidar a democracia, a segurança jurídica, o combate à pobreza e o desenvolvimento econômico e social com equidade.

É um dicionário trilingue que nos permite conhecer um pouco mais de uma das línguas autóctones das Américas, o guarani (na Constituição dos países membros do Mercosul, são reconhecidas como línguas oficiais o português para o Brasil, o espanhol para a Argentina e o Uruguai, e o espanhol e o guarani para o Paraguai. Entretanto, no artigo 17 do Protocolo de adesão ao Mercosul, apenas o português e o espanhol são consideradas línguas oficiais do Bloco. O guarani durante algum tempo foi marginalizado e discriminado e hoje está renascendo para se tornar, como aponta Bartomeu Melià, no prefácio da obra, “uma língua da rua, da praça, da casa, da oficina e do escritório, do jogo, da disputa, do comércio e da política (...)” (p.xiii).

1 Professora do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução e diretora do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Endereço eletrônico: marialuisa.ortiz@gmail.com

O *Diccionario Trilingüe del Mercosur* constitui um dos primeiros do gênero. Faz parte do projeto de *corpus* de referência informático do guarani, AVAKOTEPA, que foi desenvolvido na Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, Paraguai. A iniciativa foi de Domingo Aguilera Jiménez (licenciado em Língua Guarani e em Ciências da Comunicação pela Universidad Nacional de Asunción e doutorando em Filologia Hispânica pela Universidad de Valencia, Espanha) e José Maria Rodrigues (Doutor em Linguística pela Universidad de Valladolid), com o apoio da Embaixada do Brasil em Assunção e da Fundação Tapé Avirú Paraguay.

As páginas preliminares foram dedicadas ao prefácio, que ficou a cargo de Bartomeu Melià, nas três línguas de trabalho, e em seguida aparece a introdução (descrição e organização do dicionário) assinada pelos autores da obra.

Trata-se do primeiro dicionário intercultural do Mercosul que reconhece a língua guarani em igualdade de status com as outras duas línguas oficiais do bloco, o espanhol e o português. A obra está escrita em uma linguagem simples e apresentada em um formato de fácil manuseio.

Em suas 545 páginas encontram-se as informações necessárias a um dicionário, desde as suas abreviaturas aos significados das palavras na ordem do alfabeto guarani. Destaca-se a unificação das marcas das entradas nos três idiomas, respeitando as particularidades de cada um, como no caso do guarani que, segundo os autores, apresenta grupos de verbos (os chamados verbos próprios ou *areais* e *aireais*) que não coincidem com a nomenclatura dos outros dois idiomas. Os regimes verbais do guarani não são ressaltados. As variantes de certos vocábulos em guarani são identificadas com abreviatura *v.* ou com a forma registrada entre parênteses.

Os dicionários podem variar muito, tanto com relação ao número de entradas quanto à temática ou à maneira de descrever o léxico. Eles podem ser até verdadeiros tesouros lexicais (de 100 mil a 500 mil ou mais entradas). A obra lexicográfica em tela conta com 700 mil palavras selecionadas por meio de programas informáticos de análise lexical, das quais foram escolhidas as 1.500 vezes mais usadas no guarani atual, incluindo os empréstimos lexicais mais utilizados do espanhol na língua guarani popular, e trazem uma breve explicação em cada entrada, assim como propostas neológicas, contando com a valiosa consulta de lexicógrafos renomados dessa língua, a saber: o Padre Antonio Guasch, Jover Peralta e Tomás Osuna, e Antonio Ortiz Mayans. Assim, a escolha das entradas baseou-se na frequência de uso (repetição) desses vocábulos no *corpus* e não no arbítrio de especialistas da área.

As entradas estão por ordem alfabética e, por uma questão pedagógica, as palavras plenas em guarani aparecem separadas, incluindo as formadas por composição, exceto as monossílabas. O dicionário assume a forma popular e sugere a forma culta da língua guarani.

No âmbito microestrutural, o dicionário apresenta as seguintes informações: categoria gramatical (*s.m., s.f., adj., v.t., v.pr., etc.*); o significado dos vocábulos e suas acepções, com a entrada em guarani e a tradução para o espanhol e o português, respectivamente. Os casos que precisam de explicação mais detalhada para que o leitor - consulente possa entender melhor o significado da palavra ou da categoria gramatical, são explicitados pelos autores da obra de forma clara. Por exemplo, os predicativos chamados de *chendais* que são formados a partir de raízes nominais e adjetivais, recebem como prefixos números-pessoais os mesmos morfemas que indicam posse com relação aos substantivos (*ñande-ñade*).

A obra informa a respeito da função sintática dos verbos dicionarizados, isto é, se são transitivos ou intransitivos. Além disso, os organizadores alertam para o fato de que a formação recíproca, que foi marcada como verbo recíproco, só pode ser conjugada no plural, mas os regimes verbais do guarani não foram ressaltados. Outra questão que os autores esclarecem é que quando uma unidade lexical do espanhol é traduzida para o guarani por meio de uma construção morfológica ou expressão, a partícula que gera a ideia é ressaltada com um hífen (p. XXIV). Em muitos casos há contextualização do vocábulo, para ilustrar os contextos nos quais uma determinada palavra ocorre. Os contextos servem para abonar os significados, as construções e os usos registrados, são os que melhor explicitam o sentido, uso ou construção que se quer descrever, e os que documentam os diferentes registros linguísticos, os vários níveis de linguagem.

No entanto, ficam alguns pontos negativos a ser comentados, mas que não desmerecem o valor da obra; os autores não informam para que tipo de público-alvo está endereçada a obra, embora suponhamos que seja para aqueles que fazem uso dessas três línguas no seu fazer cotidiano, nomeadamente, jornalistas, tradutores, professores, estudantes, dentre outros, e também deve atrair curiosos em geral, assim como pessoas que queiram estudar a língua guarani; faltam as referências bibliográficas, que poderiam ser arroladas no final do livro, bem como uma descrição do projeto AVAKOTEPA, de onde foi extraído o *corpus*, para situar o leitor com relação à forma de seleção e apresentação dos verbetes e as fontes de onde foram extraídos, isto é, explicitar os critérios adotados e a criticidade almejada pela obra. Essas informações complementares são necessárias para os consulentes do dicionário em tela.

Por fim, podemos dizer que o *Diccionario Trilingüe del Mercosur* é uma ferramenta importante para aqueles que pretendam usá-la como fonte de consulta para sanar dúvidas com relação à língua guarani, especialmente para tradutores, professores e alunos que estudam esse idioma, assim como seus verbetes podem servir de material de pesquisa. De um dicionário esperamos três coisas: informações precisas e não facilmente acessíveis em outras fontes mais

convencionais; acesso fácil e intuitivo a tais informações; e ainda, clareza, exatidão e coerência nos textos explicativos. A obra em destaque é uma oportuna e valiosa contribuição, fruto do compromisso de dois pesquisadores com o guarani, língua ameríndia que volta a se tornar uma língua autóctone de referência para a nossa América, e que passa a integrar um plano que a faz emergir do ostracismo, legitimando a sua identidade social. Portanto, não há motivo para não fazer desse dicionário o nosso melhor amigo.

HOSIASSON, Laura Janina. *Nação e imaginação na Guerra do Pacífico*. São Paulo: Edusp, 2012.

Julio Pimentel¹

Juan é um homem sem sobrenome ou grandes predicados. Vivia perto do mar, trazia o rosto marcado e era atarracado. Cabo que se prepara para a guerra, ele não demora a transformar o horror que o aguarda numa história de amor: apaixonava-se por um canhão, objeto que o acompanharia durante o conflito. Devota-se a ele, trata-o como o ser amado deve ser tratado. Amor secreto, pois improvável. Os dias que antecedem a luta são de enlevo. Chega, porém, a hora da batalha. Nela, o canhão – “cachorro bravo” – mostra-se à altura da brutalidade que cerca homens e máquinas e age ferozmente. Mas, de repente, o monstro de ferro humanizado por seu parceiro é atingido e destruído por uma bala. A cena seguinte é descrita com as cores da vida e da morte: “*Oh que cuadro tan hermoso aquel del hombre abrazado al instrumento de muerte, en el medio de ese lúgubre hacinamiento de cadáveres, bajo el furor de las granadas, en aquella hora de desolación y de lágrimas!*” (apud HOSIASSON, 2011: 116-117)

Cadáveres e afeto, granadas e beleza, movimento e paralisia, epopeia e drama: contrastes e combinações – diálogos – de uma representação vertiginosa da Guerra do Pacífico, reunidos num conto tão breve quanto impressionante, publicado em 1898 pelo chileno Antonio Bórquez Solar. A narrativa é a base de um dos capítulos de *Nação e imaginação na Guerra do Pacífico*.

Laura Hosiasson, a autora, é professora de Literatura Hispano-americana no Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo, e o livro, versão atualizada de sua tese de doutorado, defendida em 1996. Composto por quatro capítulos, analisa e interpreta relatos heterogêneos da guerra que envolveu Bolívia, Chile e Peru entre 1879 e 1883. Os capítulos são antecidos por um preâmbulo, de 2010, que situa o leitor na dinâmica do conflito: apre-

1 Professor Doutor de História da América na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

senta suas origens remotas, resume o teatro das operações militares, calcula os efeitos imediatos e longínquos da vitória chilena e os esforços, inclusive atuais, de retomar questões pendentes e aplacar tensões que parecem se eternizar.

Cada capítulo explora um olhar distinto. O primeiro estuda uma crônica e um diário de campanha escritos por soldados chilenos e avalia a preparação para a guerra. O segundo elege o romance boliviano *Recuerdos de un Subteniente* (1919), do ex-combatente Daniel Ballivián, como exemplo agudo dos mecanismos tortuosos da construção de heróis e de valores centrais numa guerra: coragem e covardia. A erotização e a estetização do conflito são exploradas no terceiro capítulo a partir do conto de Bórquez Solar e, no quarto, o romance *Guano maldito* (1970), do boliviano Joaquín Aguirre Lavayén, centraliza a discussão acerca de possíveis motivações externas, alastradas e não apenas nacionais, da luta.

A variedade de registros e de temas alimenta discussões mais amplas e ininterruptamente presentes no livro: como se construíram as nacionalidades – ou identidades nacionais – na América Latina e, mais particularmente, nos países envolvidos na Guerra do Pacífico? Qual foi o papel da guerra na conformação das memórias nacionais e como estas contribuíram para definir fronteiras reais e imaginárias, sentimentos de pertença e unidade de chilenos, peruanos e bolivianos? Por que caminhos narrativos a guerra foi significada e para onde apontam os testemunhos e relatos ficcionais em seu esforço de compreender o estranho mundo em formação e transformação?

As respostas que a obra oferece a essas questões são bastante sólidas. Nos detalhes e no conjunto, o livro é incisivo ao atestar o caráter não natural das identidades, o que o leva a problematizar a memória histórica erigida pelos vencedores, diferenciá-la da história e denunciar o movimento de ideologização que, no passado e no presente, apoia-se nos discursos produzidos em torno dos ideais de unidade e nacionalidade. Ao expor os processos de invenção de tradições e as formas por meio das quais as comunidades são imaginadas, Laura Hosiasson desmascara os heroísmos privados e públicos e os ideais belicosos professados em tempos de guerra e de paz, tantas vezes considerados inevitáveis para as fundações nacionais. Revela ainda os mecanismos que tentaram (e tentam) uniformizar o passado e as vontades nele contidas, simplificando e homogeneizando a experiência vivida. Por meio da recuperação de registros miúdos e impertinentes sobre a Guerra do Pacífico, a autora reinstaura o passado como lugar de dissonância e confronto, abre espaço para vozes silenciadas e reconhece a ação decisiva da ficção como inventora e transformadora de realidades.

Para além das questões (nem tão) específicas suscitadas pela luta e pela documentação utilizada, há temas mais profundos e necessários em *Nação e imaginação na Guerra do Pacífico*. O mais evidente é o do trabalho crítico e

suas possibilidades. A leitura rigorosa dos textos em que o livro se baseia associa-se a indagações teóricas e conceituais profundas e consistentes e demonstra o lugar privilegiado, embora instável, da crítica, que ultrapassa os limites de uma metodologia ou de um esquema analítico determinados e pleiteia aproximações com outras narrativas e disciplinas. Crítica que é – já definiu Sérgio Buarque de Holanda – sobretudo uma atitude perante a vida e os homens, uma forma de compreender o tempo presente e a experiência multifacetada e argilosa do passado. Exatamente por isso, Laura Hosiasson avança entre as representações de uma guerra horrível e atinge um terreno fascinante: o das relações entre ficção e história.

A discussão, em si, não é nova. Há décadas a produção intelectual brasileira indaga as contaminações entre essas duas narrativas. Muitos desses esforços, no entanto, desembocaram em resultados frágeis, ao sacrificar uma ou outra, ao fazer da história um mero apêndice explicativo da ficção ou tornar a ficção uma ilustração circunstancial da história. Ou seja, em vez de conceber uma relação complexa, preferiram instrumentalizá-la e banalizá-la. Na contra-mão dos discursos baldios, Laura Hosiasson assume a diferença entre os dois fazeres e a peculiaridade de cada um, mas sabe que a crítica se potencializa em meio aos contrastes e alcança perspectivas que, isoladamente, nem a história nem a ficção atingiriam.

O historiador italiano Carlo Ginzburg, defensor dos encontros entre história e ficção e crítico enfático da simplificação que tantas representações fazem de seu referente, já relembrou o esforço de Elstir — personagem de *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust — de pintar as paisagens “ao revés”, de fugir da própria perspectiva. Para Ginzburg, Elstir preferia o estranhamento ao conhecimento prévio, a distância à proximidade. Isso conferia caráter excepcional e exemplar às suas pinturas: elas incorporavam outros olhares, desiguais mas confluentes, e ampliavam a compreensão dos contrastes, das semelhanças e dos distanciamentos: a compreensão da história era intensificada pelo olhar revelador da ficção, e a do texto ficcional, iluminada pelo empenho interpretativo da história.

Talvez o amor trágico que abalou Juan simbolize exatamente esse jogo de espelhos distorcidos que une ficção e história. Não por acaso, Laura Hosiasson observa que a passagem que registra a morte do canhão amado “é o trecho mais violento do relato e talvez seja um dos mais cruentos da literatura dessa guerra. E essa violência consiste justamente na falta de pudor (no sentido de descaramento) com que o sujeito textual da enunciação expõe os pressupostos estéticos que emprega” (HOSIASSON, 2011: 116-117). Inevitável. Ali, afinal, está tudo: a contundência da história e sua estetização ficcional, a improbabilidade de uma guerra que aponta irreversivelmente para um desfecho terrível, a aproximação na diferença e na distância, as perspectivas que se cruzam, a perma-

nência de um encontro entre narrativas que vem da Antiguidade e sobreviveu a segmentações naturais ou arbitrárias. Muito mais que da Guerra do Pacífico, é desse diálogo – cujas fronteiras são bem mais porosas que os limites territoriais determinados pela guerra e até hoje contestados – que, com agudeza e extrema densidade, fala Laura Hosiasson.

Entre línguas (2009)

Documentário sobre Línguas e Fronteiras¹

Marcos Bagno²

Onde termina uma língua e começa outra? A resposta para essa pergunta depende de uma outra questão prévia: o que é uma língua? Nossas culturas ocidentais ou ocidentalizadas nos habituaram a pensar em *língua* como uma entidade perfeitamente delimitada, facilmente reconhecível, dotada de uma “índole” e de uma “personalidade” próprias, a ponto de empregarmos o termo *língua* como sujeito de afirmações do tipo “a língua não permite tal uso”, “a língua exige que se diga assim”, “a língua se impôs no território” etc. Ora, quem de fato permite, exige e impõe o que quer que seja são os *falantes* das línguas, seres sociais e políticos, eles sim dotados de vontade e poder de ação. No entanto, por efeito das ideologias e dos mecanismos de controle social, a língua se tornou um construto cultural ou, mais precisamente, uma *hipóstase*, isto é, “equivoco cognitivo que se caracteriza pela atribuição de existência concreta e objetiva (existência substancial) a uma realidade fictícia, abstrata ou meramente restrita à incorporalidade do pensamento humano” (Dicionário *Houaiss*).

Essa língua hipostasiada é objeto de grande *investimento* para que se preserve sua função de instrumento de controle social para a qual foi designada. Sistema escolar, legislação própria, normatização por meio de gramáticas e dicionários, proibição de outras línguas são as principais agências desse investimento.

Entretanto, a realidade linguística de qualquer sociedade comprova que *a língua*, precisamente por ser uma hipóstase, não existe: o que existe, sim, são *variedades linguísticas* que, com maior ou menor dificuldade, podemos vincular a um mesmo *polissistema*, inevitavelmente heterogêneo e mutante. Quando ampliamos o foco da investigação para além de um território nacional, das fronteiras de um Estado soberano, o que encontramos já não são variedades de

1 Disponível em: <<http://blip.tv/galiza-contrainfo/entre-l%C3%ADnguas-2009-legendado-em-portugu%C3%A9s-5778143>>.

2 Universidade de Brasília.

uma “mesma” língua, mas sim *contínuos dialetais*, onde as supostas distinções entre as línguas se perdem sob o peso das dinâmicas sociais comunitárias, familiares etc. Uma exploração linguística que partisse de Lisboa e seguisse até o extremo sul da Itália, atravessando Espanha e França, mostraria a fluidez do contínuo dialetal românico, no qual dois pontos contíguos, como as duas margens do rio Minho, nos fazem perguntar, de novo, onde termina o galego e onde começa o português.

O documentário *Entre Línguas*³ é um registro audiovisual dessa realidade fluida e instável que escapa da esfera de controle das línguas hipostasiadas. Nele ouvimos e vemos pessoas que, vivendo em território de soberania espanhola, se expressam em falas que se distanciam tanto do que é o *espanhol* ou *castelhano* oficial, normatizado, quanto do *português* institucionalizado. A mescla é inevitável, mas nem por isso devemos supor que se trata de um caso particular, de uma raridade cultural. Se o que existe são contínuos dialetais, o traçado político das fronteiras incide poderosamente sobre o imaginário dos falantes, mas nem por isso a já mencionada fluidez desaparece da vida cotidiana. A situação ibérica exibida no filme se repete na América do Sul: no território uruguaio abaixo da fronteira com o Brasil, o português é empregado por milhares de cidadãos do Uruguai, assim como na província argentina de Corrientes. De fato, em todas as zonas limítrofes do Brasil com países de língua oficial espanhola se encontra o fenômeno pejorativamente designado como *portunhol*, isto é, falas em que elementos das duas línguas se integram e se entrelaçam.

Os realizadores do documentário concluem: “O português, em contacto com o espanhol sobreposto, costuma dar origem a histórias e falas bem familiares aos ouvidos galegos, por mais longe que se encontre da Galiza”. No entanto, parece mais justificável, do ponto de vista dialetológico, considerar que não se trata de galego, nem de português, nem de espanhol – uma vez que esses rótulos remetem a hipóstases socioculturais e políticas –, mas sim de variedades pontuais de um mesmo contínuo dialetal ibérico, do qual certamente também participa o leonês, embora não mencionado no filme. Não custa recordar, por fim, que Ferdinand de Saussure, na obra fundadora da linguística moderna, já dizia que o português e o holandês só têm estatuto de *línguas* por razões políticas: se Portugal e Holanda não fossem países independentes, o português seria considerado um mero dialeto do espanhol, assim como o holandês, um dialeto do alemão.

3 O documentário em questão pode ser visualizado online pelo You tube (<http://www.youtube.com/watch?v=cZuBU3txXdo>), pelo blog Blip (<http://blip.tv/galiza-contrainfo>) ou pelo Facebook (<http://www.facebook.com/media/set/?set=a.101016683269082.2122.100000822529056&type=3>).



Informações/Informaciones



Informações / Informaciones

EVENTO

Estão abertas as inscrições para o Encontro Internacional de Poesia Hispano-Americana “La poesía como lengua franca”, que terá lugar na Universidade de São Paulo (USP) nos dias 18 e 19 de outubro de 2012. Maiores informações em: <http://poesialenguafranca.blogspot.com.br/>

Están abiertas las inscripciones para el Encuentro Internacional de Poesía Hispanoamericana “La poesía como lengua franca” a desarrollarse en la Unversidade de São Paulo (USP) los días 18 y 19 de octubre de 2012. Más informaciones en <http://poesialenguafranca.blogspot.com.br/>



Gelman, Juan. *dibaxu*, Seix Barral, Buenos Aires, 2010, pp.36-37

XIV

lu qui avlas
dexa cayer
un páxaru
qui li soy nidu/

il páxaru caya
adientru di mí/
veyi
lu qui faze di mí/

XIV

lo que hablas
deja caer
un pájaro
y le soy nido/

el pájaro calla
en mí/
mira
lo que hace de mí/

Tradução ao português de Antón Míguez

XIV

o que falas
deixa cair
um pássaro
e sou-lhe ninho/

o pássaro cala
dentro de mim/
veja
o que faz de mim/